



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



v. 13 n. 1 p. 1-139 jan./jun. 2012



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Lauro Takaki Shinohara

Reitor: Pe. José Marinoni

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Hemerson Pistori

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Maria Augusta de Castilho

Olivier Francois Vilpoux

Editora Responsável

Maria Augusta Castilho

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima Souza

Revisão

Maria Helena Silva Cruz

Traduções

Os próprios autores

Tradutor *Ad hoc*

Josemar de Campos Maciel

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: Madonna del Magnificat - Autoria Botticelli - 1483. Galeria degli Uffizi- Firenze - diam. cm 115.

Disponível em: <farfalline.blogspot.com>. Acesso em: 10 mar. 2010.

Tiragem

500 exemplares.

Distribuição

Bibliotecas universitárias; permutas nacionais e internacionais.

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
v. 13, n. 1 (jan./jun. 2012). Campo Grande: UCDB, 2000.

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Conselho Editorial

- Adyr Balastrieri Rodrigues (Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil)
Alberto Palombo (Florida Atlantic University - Florida - USA)
Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)
André Joyal (Université du Québec à Trois-Rivières - Québec - Canadá)
Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana do Chile - Santiago - Chile)
Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguai)
Cezar Augusto Carneiro Benevides (Univers. Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande - Brasil)
Christian Krajewski (Institut für Geographie - Universität Münster - Munique - Alemanha)
Christian Luiz da Silva (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba - Brasil)
Denis Maillat (IRER - Université de Neuchâtel - Suisse - Berna - Suíça)
Doris Morales Alarcón (Pontifícia Universidad Javeriana - Bogotá - Colômbia)
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS - Campo Grande, MS - Brasil)
João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais de Lisboa - Lisboa - Portugal)
Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Lisboa - Portugal)
José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - Montevideo - Uruguai)
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Leo Dayan (Université Panthón Sorbonne - Paris I - Sorbone - França)
Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília - Brasília, DF - Brasil)
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP - Campinas, SP - Brasil)
Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília - Brasília, DF - Brasil)
Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, SP - Brasil)
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Universidade Católica de Goiás - Goiânia - Brasil)
Michel Rochefort (Université de Paris VIII - Paris - França)
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Universidade Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Oséias de Oliveira (Universidade Estadual do Centro Oeste - Irati, PR - Brasil)
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fundação Dom Cabral - Belo Horizonte, MG - Brasil)
Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Havana - Cuba)
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Rosa Esther Rossini (Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil)
Sérgio Boisier (Universidade do Chile - Santiago - Chile)

Conselheiros fundadores

- Milton Santos (*in memoriam*)
Nilo Odália (*in memoriam*)

Missão:

Publicar matérias que possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico com destaque para a área de Desenvolvimento Local.

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online
(www.scielo.br)

Latindex, Directorio de publicaciones cientificas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya
(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades
(www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano
(<http://www.iai.spk-berlin.de>)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London
(www.ibss.ac.uk)

Editorial

A **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico, parabeneza a Missão Salesiana de Mato Grosso por ter implantado em Campo Grande (Antigo Estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul), em 1961, o primeiro Centro de Educação Superior do Estado de Mato Grosso, a Faculdade "Dom Aquino de Filosofia Ciências e Letras", com os cursos de Pedagogia e Letras, voltados para a formação de educadores, orientadores e agentes de transformação da sociedade mato-grossense, perfazendo um percurso de 50 anos.

Com a Portaria n. 1.547 do Ministério da Educação e Cultura, de 27 de outubro de 1993, a antiga FUCMT transformou-se em Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), a qual tem como missão: promover, por meio de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, a formação integral, fundamentada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, de pessoas comprometidas com a justiça social para que contribuam no desenvolvimento sustentável.

Ao completar meio século de existência, a UCDB tem como visão de futuro ser líder na Região Centro-Oeste com destaque nacional e internacional por seu empreendedorismo na educação e na produção de conhecimentos e de tecnologias, a serviço das pessoas e da sociedade.

Assim, as atividades acadêmicas do ano em curso voltam-se também para comemorar data tão significativa com atividades festivas que contemplem o espírito salesiano de Dom Bosco - "formar profissionais competentes, cidadãos honestos, cristão conscientes e comprometidos".

A **Revista Interações** conta novamente em 2012 com o auxílio financeiro do CNPq¹ e comunica aos seus leitores que os exemplares serão distribuídos gratuitamente e por meio de permutas.

Os artigos publicados neste número destacam temáticas diversificadas e na seção Teoria e Prática apresenta a *Paisagem do Casco Histórico de Itajaí no Estado de Santa Catarina*.

O artigo de Vasiliki Evangelou Calliyeiris e Alexandre Luzzi Las Casas *A utilização do Método de Coleta de Dados via Internet na percepção dos Executivos dos Institutos de Pesquisa de Mercado atuantes no Brasil*, tem por objetivo apresentar as percepções dos executivos dos institutos brasileiros de pesquisa de mercado sobre a coleta de dados via internet, bem como evidenciar quais são as principais vantagens e desvantagens desse método.

Já o artigo de Daiane Roncato Cardozo Traldi, Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, intitulado *Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários*, trata da segurança alimentar, tomando como parâmetro de análise os beneficiários e tendo como perspectiva teórica a avaliação de políticas públicas na localidade; Alessio Moreira dos Santos e Danielle Mitja, no estudo sobre a *Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA*, debatem as potencialidades para o desenvolvimento local

¹ Processo 402500/2011-3 Linha de Fomento/Chamada - Programa Editorial / Chamada MCTI/ CNPq/ MEC/CAPES N. 15/2011 - Editoração e Publicação de Periódicos Científicos Brasileiros.

e a sustentabilidade econômico-ecológica dos estabelecimentos familiares; Lenice Carrilho de Oliveira Moreira, no artigo *Comparação entre os poluentes atmosféricos emitidos por uma caldeira flamotubular movida a gás natural e a óleo combustível BPF 2A*, verificou que a troca do combustível proporcionou uma redução significativa na concentração dos poluentes medidos, melhorando a qualidade do ar e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas que vivem nas suas proximidades.

Os autores Andréa Haruko Arakaki, Nicolau Priante Filho, Oscar Zalla Sampaio Neto, Josiel Maimone de Figueiredo, Wilson Luconi e Joel Paese propõem uma forma de institucionalização, nas Universidades brasileiras, do desenvolvimento de Tecnologias Sociais e processos sistêmicos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, com base na Lei de Inovação e, para tanto, publicam o resultado da pesquisa no artigo *Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social: Programa de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários EIT-UFMT*.

O artigo nominado *A necessidade das intervenções: Extensão Rural como serviço ou como direito?* de autoria de Davi Augusto Santana de Lelis, France Maria Gontijo Coelho e Marcelo Miná Dias, discorrem que a Extensão Rural no Brasil adquiriu o significado de ação para promoção de mudanças no mundo rural.

Dentro do contexto interdisciplinar da **Revista Interações**, identificam-se o artigo *As múltiplas funções das festas no espaço geográfico*,

no qual as autoras Alini Nunes de Oliveira e Maria Del Carmen Matilde Huertas Calvete relatam que as festas podem relacionar-se ao lazer, às manifestações da cultura, aos momentos de socialização, às contribuições financeiras para quem as realiza; o artigo *Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: Arranjos Produtivos Locais (APLS) e circuitos turísticos*, que reúne noções, teorias e dados buscando compreender como se articulam as novas formas de governança do território, através das estratégias institucionais e organizacionais dos atores locais para mobilização dos ativos territoriais específicos, em projetos de desenvolvimento local, cuja autoria é de Lucas Labigalini Fuini; a pesquisa de Munck, Rafael Borim de Souza e André Luis Silva, com o título *Estudos Organizacionais e Desenvolvimento Sustentável: em busca de uma coerência teórica e conceitual*, que dimensiona as posturas epistemológicas e categorizações para o desenvolvimento sustentável.

Na seção **Teoria e Prática**, os autores Fernando Luigi Padoin Fontanella, Diva de Mello Rossini, Josildete de Oliveira e Francisco dos Anjos, com o título *Paisagem do Casco Histórico de Itajaí, SC: uma análise das potencialidades para o desenvolvimento do turismo cultural*, escrevem sobre as potencialidades para o desenvolvimento do turismo cultural, no âmbito teórico e de campo.

Maria Augusta Castilho
Editora

Sumário

Artigos

A utilização do método de coleta de dados via internet na percepção dos executivos dos institutos de pesquisa de mercado atuantes no Brasil.....	11
The use of internet data collection method as perceived by executives in market research institutes in Brazil	11
<i>L'utilisation de la méthode de collecte de données par internet sous la perception des cadres des instituts de recherche de marché actifs au Brésil.....</i>	<i>11</i>
<i>El uso del método de recogida de datos por internet en la opinión de los ejecutivos de los institutos de investigación de mercado activos en Brasil.....</i>	<i>11</i>
Vasiliki Evangelou Calliyeris	
Alexandre Luzzi Las Casas	
Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários.....	23
Repercussions of the Bolsa Familia Program in the city of Araraquara, SP: a look at food security and nutritional status of beneficiaries.....	23
<i>Répercussions du Programme Bolsa Familia dans la ville de Araraquara, SP: un regard sur la sécurité alimentaire et l'état nutritionnel des bénéficiaires.....</i>	<i>23</i>
<i>Repercusiones del Programa Bolsa Familia en la ciudad de Araraquara, SP: una mirada a la seguridad alimentaria y el estado nutricional de los beneficiarios.....</i>	<i>23</i>
Daiane Roncato Cardozo Traldi	
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida	
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante	
Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA	39
Family agriculture and local development: challenges to sustainable economic and ecological community of Palmares II Parauapebas city, Pará state in Brazil	39
<i>L'agriculture familiale et le développement local: défis pour la durabilité économique et écologique de la localité de Palmares II ville de Parauapebas, état du Pará au Brésil.....</i>	<i>39</i>
<i>Agricultura familiar y desarrollo local: los desafíos para una sustentabilidad económico-ecológica en la comunidad de Palmares II, Parauapebas, PA (Brasil).....</i>	<i>39</i>
Alessio Moreira dos Santos	
Danielle Mitja	
Comparação entre os poluentes atmosféricos emitidos por uma caldeira flamotubular movida a gás natural e a óleo combustível BPF 2A.....	49
Comparison between atmospheric pollutants emitted by a fire-tubular boiler fueled by natural gas and fuel oil number 2A	49
<i>Comparaison entre les polluants atmosphériques émis par une chaudière tubulaire qui fonctionne au gaz naturel et l'huile combustible BPE 2A.....</i>	<i>49</i>
<i>Comparación de los contaminantes atmosféricos emitidos por una caldera flamotubular alimentada por gas natural y aceite combustible BPF 2A</i>	<i>49</i>
Lenice Carrilho de Oliveira Moreira	

Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social: Programa de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários EIT-UFMT	59
Integrated System for Social Innovation, Incubation Program Enterprises Economic Solidarity EIT-UFMT	59
<i>Système intégré pour l'innovation sociale, d'incubation du programme Entreprises économiques Solidarité IET-UFMT</i>	59
<i>Sistema integrado para la Innovación Social, Programa de Incubación de Empresas de Solidaridad Económica EIT-UFMT</i>	59
Andréa Haruko Arakaki Nicolau Priante Filho Oscar Zalla Sampaio Neto Josiel Maimone de Figueiredo Wilson Luconi Joel Paese	
A necessidade das intervenções: Extensão Rural como serviço ou como direito?	69
The need for interventions: Rural Extension as a service or as a right?	67
La necesidad de intervenciones: Extensión Rural como un servicio o un derecho?	69
La nécessité d'interventions: Extension Rurale en tant que service ou comme un droit?	69
Davi Augusto Santana de Lelis France Maria Gontijo Coelho Marcelo Miná Dias	
As múltiplas funções das festas no espaço geográfico	81
The multiple functions of the parties at the geographic space.....	81
<i>Les multiples fonctions des fêtes dans l'espace géographique</i>	81
<i>Las múltiples funciones de las fiestas en el espacio geográfico</i>	81
Alini Nunes de Oliveira Maria Del Carmen Matilde Huertas Calvente	
Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: Arranjos Produtivos Locais (APL) e circuitos turísticos	93
Understanding territorial governance and its possibilities: Local Productive Arrangements (APL) and tours.....	93
<i>Comprehension les gouvernance territoriale et leurs possibilités: Arrangements Locaux Productifs (APL) et tours</i>	93
Entender la gobernanza territorial y sus posibilidades: Arreglos Productivos Locales (APL) y tours.....	93
Lucas Labigalini Fuini	
Estudos organizacionais e desenvolvimento sustentável: em busca de uma coerência teórica e conceitual	105
Organizational studies and sustainable development: towards a theoretical and conceptual coherence..	105
<i>Études organisationnelles et le développement durable: vers une cohérence théorique et conceptuel</i>	105
<i>Estudios organizacionales y el desarrollo sostenible: hacia una coherencia teórica y conceptual</i>	105
Luciano Munck Rafael Borim de Souza André Luis Silva	

Teoria e Prática

Paisagem do Casco Histórico de Itajaí, SC: uma análise das potencialidades para o desenvolvimento do turismo cultural	123
Landscape of the Itajaí's historic center: an analysis of the potentialities for the development of the cultural tourism	123
<i>Paysage du Centre Historique de La Ville de Itajaí: une analyse du potentiel pour le développement du tourisme culturel</i>	123
<i>Paisaje del casco histórico de Itajaí: un análisis del potencial para el desarrollo del turismo cultural</i>	123
Fernando Luigi Padoin Fontanella Diva de Mello Rossini Josildete de Oliveira Francisco dos Anjos	

Artigos



A utilização do método de coleta de dados via internet na percepção dos executivos dos institutos de pesquisa de mercado atuantes no Brasil

The use of internet data collection method as perceived by executives in market research institutes in Brazil

L'utilisation de la méthode de collecte de données par internet sous la perception des cadres des instituts de recherche de marché actifs au Brésil

El uso del método de recogida de datos por internet en la opinión de los ejecutivos de los institutos de investigación de mercado activos en Brasil

Vasiliki Evangelou Calliyeris*
Alexandre Luzzi Las Casas**

Recebido em 13/9/2011 revisado e aprovado em 2/12/2011; aceito em 17/1/2012

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar as percepções dos executivos dos institutos brasileiros de pesquisa de mercado sobre a coleta de dados via internet, bem como evidenciar quais são as principais vantagens e desvantagens desse método. Vários pontos fortes e fracos foram identificados no estudo, e os institutos de pesquisa devem se mobilizar para encontrar alternativas criativas para superar as desvantagens apontadas.

Palavras-chave: *Web survey*¹. *CATI*². *CAPI*³.

Abstract: This article objective is to expose the perceptions of the executives of the Brazilian market researcher institutes regarding data collection by internet, as well as to evidence which are the main advantages and disadvantages of this method. Strength and weakness had been identified in the study, and researchers must act to find alternatives to overcome the mentioned fragilities.

Key words: *Web survey*. *CATI*. *CAPI*.

Résumé: Le présent article a pour but de présenter les perceptions des cadres des instituts de recherche de marché brésiliens sur la collecte des données par moyen électronique et de mettre en évidence les principaux avantages et désavantages de cette méthode. Plusieurs points forts et faibles ont été identifiés dans cette étude, et les instituts de recherche doivent se mobiliser afin de trouver des alternatives créatives pour surmonter les désavantages montrés.

Mots-clés: *Web survey*. *CATI*. *CAPI*.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar las percepciones de los ejecutivos de los institutos de pesquisa de mercado brasileños sobre la recopilación de datos por internet, así como evidenciar cuáles son las principales ventajas y desventajas de este método. Varios puntos fuertes y débiles fueron identificados en el estudio, y los institutos de pesquisa deben movilizarse para encontrar alternativas creativas para superar las desventajas señaladas.

Palabras claves: *Web survey*. *CATI*, *CAPI*.

Introdução

Como o número de usuários da Internet dobra a cada ano no mundo, atingindo a marca de cerca de 68 milhões de usuários em 2008 no Brasil (Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [PNAD], 2009), investigadores têm utilizado mais frequentemente as ferramentas eletrônicas/virtuais como método de coleta de dados.

Segundo Dillman (1999), os avanços mais significativos em metodologia de pesquisa durante o século XX foram a introdução da amostra randômica, nos anos 1940, e a entrevista telefônica, nos anos 1970. No final dos anos 90 e início do século XXI, pesquisadores testemunharam avanço similar com a introdução das pesquisas com suporte tecnológico, como as conduzidas via internet e pelos sistemas de reconhecimento de voz

* Administradora pela FGV-SP, pós-graduada em gestão empresarial pela FIA-USP e mestranda em administração pela PUCSP. Diretora Técnica do Instituto de Pesquisa QualiBest – SP. E-mail: vasiliki.calliyeris@me.com

** Professor titular da PUCSP, doutor em administração pela FGV-SP, professor e pesquisador com atuação no Brasil e exterior. Autor de vários livros e líder do grupo de pesquisa MARCO - núcleo de pesquisa em marketing e comunicação, da PUC-SP. E-mail: alascasas@terra.com.br

¹ Levantamento, coleta de dados via *web* (*World Wide Web* - que em português significa, "Rede de alcance mundial"; conhecida como *web* e *www* - é um sistema de documentos em hipermídia que são interligados e executados na Internet). Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/World_Wide_Web.

² *Computer Assisted Telephone Interviewing* - entrevistas telefônicas assistidas por computador.

³ *Computer Assisted Personal Interviewing* - entrevistas pessoais assistidas por computador.

(*voice recognition systems* ou *interactive voice recognition – IVR*).

Couper (2000) assinala que o poder da *web* reside não apenas no fato de ela atingir um incontável número de respondentes através de um custo baixo, mas também no fato de que ela se tornou acessível, como meio de coleta, para a população em geral, que pode oferecer produtos e serviços em sites e, simultaneamente, coletar dados de consumidores, potenciais clientes e curiosos, que diariamente acessam os ambientes virtuais em busca de informações.

Além disso, essa capacidade de coletar dados em larga escala não se restringe mais a organizações governamentais ou a grandes empresas do mundo corporativo. O baixo custo da pesquisa via *web* tornou sua aplicabilidade acessível a qualquer pessoa com acesso à Internet e democratizou definitivamente o processo de coleta de dados. Para completar, a utilização de recursos multimídia, facilitou a padronização (do instrumento de coleta) e a interação do respondente com o método de autopreenchimento, tornando-o amigável e dinâmico.

Nesse sentido, desde a sua implementação, como método contemporâneo de coleta de dados, a pesquisa via *web* vem sendo tema de várias investigações no meio científico, que debate, desde então, sua eficácia e aplicabilidade e propõe soluções para os principais problemas encontrados. Países como os Estados Unidos utilizam a coleta de dados por internet desde o final dos anos 1990 e, por isso, já superaram alguns dos principais problemas de sua utilização. Já o Brasil tenta, desde o início dos anos 2000, migrar dos métodos de coleta tradicionais (presencial e telefônico) para a recolha via *web*, faceando, nestes últimos 10 anos, os benefícios e as dificuldades de sua aplicabilidade.

O presente artigo tem por objetivo apresentar as percepções dos executivos dos institutos brasileiros de pesquisa de mercado sobre a coleta de dados por meio eletrônico, bem como evidenciar quais são as principais vantagens e desvantagens desse método em um país de dimensões continentais, diferenças socioeducacionais extremas e culturalmente acostumado a pesquisas intermediadas por entrevistadores.

A pesquisa de mercado via *web*

É unânime a opinião de vários autores quanto às duas principais vantagens da utilização do método de coleta de dados via *web*: seu baixo custo (THACH, 1995; COUPER, 2000; BETHLEHEM, 2010; FRICKER *et al.*, 2005; COUPER; MILLER, 2008; FLEMING; BOWDEN, 2009) e a velocidade de sua condução (THACH, 1995; GUNTER *et al.*, 2002; BETHLEHEM, 2010; McDONALD; ADAM, 2003).

O baixo custo inclui desde a economia com entrevistadores, com a impressão de questionários, até com o custo de digitação (sendo os dois últimos itens, quando comparada à técnica com a entrevista pessoal, quando esta tem como instrumento de coleta o papel e a caneta). Já a velocidade na condução da pesquisa refere-se ao fato de os questionários, e suas respectivas respostas, poderem ser entregues em “segundos virtuais”. Ademais, a tabulação dos dados pode ser feita eletronicamente e disponibilizada em tempo real.

A vantajosa aplicabilidade do método de coleta de dados via *web* em determinados segmentos da população foi mencionada por Sproull e Kiesler (1991) e por Kiesler (1997) os quais atestam que tecnologia existe predominantemente em estabelecimentos universitários, organizações tecnológicas e entre a comunidade empresarial, e que as universidades, especificamente, detêm os domínios bem estabelecidos das comunidades eletrônicas. Esse fato facilita a aplicabilidade desse método de recolha para esses públicos, uma vez que estes fazem uso do ambiente virtual em suas rotinas profissionais ou pessoais. Nessa linha, Daley *et al.* (2003) realizam uma pesquisa via internet com estudantes porque também acreditam que esse público é reconhecido como o mais “alfabetizado em computador” que os outros segmentos da população.

Outras vantagens do método de coleta via *web* são reveladas por Thach (1995): conveniência do entrevistado, ausência da interferência dos entrevistadores, respostas mais honestas e transparentes do que os métodos tradicionais de recolha, principalmente em questões mais sensíveis. Essa questão das respostas a perguntas “sensíveis” é tema de

muitas investigações acadêmicas e foi abordada também por Tourangeau e Smith (1996), que creditam ao método de coleta via internet a melhor abordagem para esses temas. A distância social, permitida por esse método, deixa os respondentes mais à vontade para tratar de temas socialmente polêmicos.

Uma vez colocadas as principais vantagens da utilização do método de coleta de dados via *web*, a revisão teórica apresenta também uma série de desvantagens a saber. "O erro de cobertura é atualmente a maior ameaça da pesquisa via *web*, ao menos para os grupos além daqueles definidos como usuários da internet" (COUPER, 2000, p. 467). O erro de cobertura, aqui inserido, existe quando não há coincidência entre a população alvo e a população selecionada para representá-la. Fricker *et al.* (2005) assinalam que as pesquisas por internet oferecem uma cobertura precária dos domicílios da população geral, contrastada, por exemplo, com a cobertura atingida pelo telefone. Baker *et al.* (2010)

complementam apontando que a melhor estimativa de acesso à Internet nos Estados Unidos indica que pelo menos um terço da população adulta não acessa a internet de maneira regular. Isso significa dizer que todos os painéis *online*⁴ possuem um erro de cobertura inerente e significativo.

Pela tabela 1, pode-se observar que, no Brasil, a situação é ainda mais crítica, uma vez que, segundo a PNAD, mais de 80% da população com mais de 50 anos não acessou a internet, no período de referência, em pesquisa realizada em 2008-2009. Ainda com os resultados desta pesquisa, pode-se observar que o maior acesso, no mesmo período, foi feito pelo grupo etário de 18 a 19 anos e ainda assim, cerca de 30% dos jovens nessa faixa etária não se conectaram à rede. Considerando-se as macrorregiões brasileiras, o Norte e Nordeste têm, por sua vez, menores índices que a média nacional, incorrer-se-ia em um erro imensurável, representar essas regiões através de uma amostra de usuários de internet.

Tabela 1 - Percentual das pessoas que utilizaram a internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 2008-2009

Grupos de idade	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2009						
Total	41,7	34,3	30,2	48,1	45,9	47,2
10 a 14 anos	58,8	39,9	41,8	71,1	70,2	70,3
15 a 17 anos	71,1	60,0	55,1	82,1	80,6	79,5
18 ou 19 anos	68,7	59,0	53,6	78,3	75,6	75,2
20 a 24 anos	61,8	51,4	47,3	71,8	67,5	68,3
25 a 29 anos	53,7	42,2	37,5	64,0	60,8	58,6
30 a 39 anos	42,1	31,0	27,8	50,5	48,5	46,0
40 a 49 anos	32,7	22,5	19,6	39,7	37,0	34,7
50 anos ou mais	15,2	9,5	8,3	18,8	16,7	16,2

Fonte: IBGE - PNAD, 2009.

⁴ Painéis de respondentes inseridos no contexto *web* - significa estar disponível para acesso imediato a uma página de Internet, em tempo real. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Online>.

Aliada ao problema da cobertura, está a dificuldade de seleção da amostra entre os próprios usuários da internet. Com exceção de alguns públicos específicos (como empregados de companhias e estudantes de instituições de ensino), não existem listas completas de usuários de internet e não há, para essa “população”, método de amostragem análogo à discagem randômica (para entrevistas telefônicas), ou à seleção aleatória de domicílios (entrevistas domiciliares). Está-se falando aqui, evidentemente, de amostra probabilística, em que cada membro da população selecionada, tem chance de participação na pesquisa. Fricker *et al.* (2005) afirmam ainda que a inabilidade em se gerar amostras probabilísticas de usuários de internet torna as pesquisas via *web* vulneráveis como método único de coleta de dados. “O erro amostral surge pelo fato de que nem todos os membros da população selecionada são abordados; com isso, se o processo amostral for repetido, uma amostra diferenciada de pessoas pode ser obtida” (COUPER, 2000, p.467). Uma solução para esse problema seria selecionar uma amostra probabilística através de outro método (por exemplo, discagem randômica) e tentar persuadir cada membro da amostra a completar o questionário *online*. Da mesma opinião compartilham Couper e Miller (2008), que ainda sugerem que, se no recrutamento probabilístico forem selecionados potenciais respondentes que não tenham acesso à internet, deve-se providenciar a este tal acesso para que possam ter a chance de responder à pesquisa.

Baker *et al.* (2010) reconhecem, então, que os painéis atualmente disponíveis são não probabilísticos e só podem ser uma escolha apropriada quando não se tem a intenção de reproduzir com precisão a população, ou seja, quando não se pretende representá-la com os dados coletados na pesquisa. Couper (2000) revela a delicadeza da situação quando afirma que a inferência estatística só pode ser baseada em desenhos probabilísticos de amostra.

Uma distinção chave deve ser feita entre pesquisas científicas que permitem inferências para a população, e pesquisas de dados coletados onde a ênfase está simplesmente no número de respondentes ao invés de representação. (COUPER, 2000, p. 473).

Outra preocupação quanto ao método de coleta de dados via *web* refere-se ao índice de respostas. A taxa de retorno de resposta nesse tipo de pesquisa pode ser prejudicada nos diversos estágios da coleta. Primeiro, pela quantidade de *e-mails* (endereços eletrônicos) “não entregues”, ou seja, aqueles que não atingiram seus destinatários por erro ou desatualização de cadastro. Segundo, pelo número de contatados que não consegue, por qualquer razão, responder à pesquisa (elegibilidade). E terceiro, pela forma de abordagem, que muitas vezes inibe ou irrita o respondente, desmotivando-o a preenchê-la (FRICKER, 2005).

Outro ponto que compromete o índice de respostas é a heterogeneidade dos recursos tecnológicos disponíveis aos usuários de internet. As múltiplas opções de acesso podem trazer limitações de recursos audiovisuais (tais como, velocidade de conexão, navegadores de internet em diversos estágios etc.) aos seus usuários e, por conseguinte, limitar as possibilidades de acesso a pesquisas.

O tópico índice de respostas é ainda mais crítico quando há viés demográfico ou atitudinal entre os que respondem à pesquisa via *web* e os que não o fazem por qualquer razão. Kim *et al.* (2009), em um estudo realizado nesta data, nos Estados Unidos, trazem como resultado que pessoas acima de 45 anos e as de etnia específica tendem a não responder pesquisa por internet. Couper e Rowe (1996) assinalam que respondentes por internet devem, necessariamente, ser alfabetizados e ter experiência com computadores; e Sax *et al.* (2003) afirmam que, tipicamente, a melhor infraestrutura em telecomunicações e conexões são características de áreas de alto poder aquisitivo.

Em suma, pelas três principais questões apontadas acima (cobertura, amostragem e índice de resposta), pode-se concluir que a “população internet”, atingida por pesquisas de mercado via *web*, é diferente da população geral, abordada por pesquisas presenciais ou telefônicas. Apesar do crescimento contínuo do acesso à rede virtual, imagina-se que essas diferenças persistam por algum tempo, dada a pluralidade e dimensão destas. Ora, se em toda investigação social, o pesquisador busca o entendimento geral mais do que expli-

car eventos individuais (BABBIE, 1999), como devem ser tratados os temas acima expostos? Parece que os desafios para os investigadores via *web* se põem em: encontrar alternativas criativas para tornar o acesso virtual mais abrangente para a população; misturar métodos de coletas (*web* + entrevistas telefônicas + entrevistas pessoais), mais conhecidos como abordagem *multi-mode*; ou em limitar as generalizações dos resultados obtidos à população de usuários da rede, sem ter a pretensão de extrapolá-los para a população geral.

Metodologia da pesquisa

Para contextualizar o tema no cenário brasileiro, foram realizadas entrevistas exploratórias em profundidade para saber “a percepção de alguns dos principais executivos de institutos de pesquisa de mercado sobre o método de coleta de dados via *web*”.

Segundo Malhotra (2001), a pesquisa exploratória pode ser usada tanto para definir um problema com maior precisão quanto para desenvolver hipóteses sobre esse mesmo problema. Como este artigo tem a intenção de apresentar o estágio no qual se encontra a pesquisa de mercado via *web*, no mercado brasileiro, essa técnica mostrou-se eficaz.

Além disso, como o referencial teórico trouxe várias vantagens e preocupações quanto a essa técnica de recolha, a proposta, com as entrevistas em profundidade, é entender qual a percepção desses executivos frente a todos esses pontos levantados pelos investigadores acadêmicos. “Em uma entrevista em profundidade, o entrevistador irá explorar cada resposta do entrevistado à exaustão” (TRUJILLO, 2003, p. 44-45). Dessa forma, dado o caráter exploratório da investigação, optou-se pelas entrevistas não estruturadas, ou informais, que contaram com o apoio de um roteiro de discussão para referência dos tópicos a serem abordados. Nesse sentido, o processo de coleta dos dados iniciou-se da mesma forma, tendo o roteiro de discussão como um guia referencial, que se alterou, po-

rém, à medida que as discussões prosseguiam e novos caminhos eram desbravados.

A abordagem foi direta, e a análise dos dados, interpretativa (característica do estudo exploratório, não há análise de dados estatísticos, mas sim interpretação das opiniões apresentadas). A análise interpretativa utiliza a exploração dos dados “não intencional” (sem qualquer hipótese inicial) e identifica, inicialmente, alguns fenômenos merecedores de atenção; em seguida, estabelece como esses fenômenos ocorrem de várias maneiras. Segundo Silverman (2009), a análise de uma conversa identifica as sequências da conversa, e busca determinados resultados (por exemplo, uma solicitação de esclarecimento, um reparo, um riso), e olha para trás para traçar uma trajetória seguida para um determinado resultado ser produzido. Isso quer dizer que a interpretação dos dados se dá com algumas observações, antecedidas por um problema, para o qual essas observações poderiam servir como a solução.

As entrevistas com especialistas do setor, pessoas bem informadas sobre o segmento que atuam, podem ajudar a formular o problema. (MALHOTRA, 2001, p. 68).

A finalidade dessas entrevistas é ajudar a definir o problema de pesquisa, e não desenvolver uma solução conclusiva. Isso posto, com o objetivo de situar a pesquisa de mercado via *web* no Brasil, foram feitas entrevistas em profundidade com seis executivos de seis institutos de pesquisa renomados no Brasil. A tabela 2 fornece um resumo do perfil de cada entrevistado e das empresas nas quais atuam, assim como a data e a duração das entrevistas realizadas. Foram utilizados nomes fictícios para os executivos entrevistados e para as empresas as quais representam, com o objetivo de se manter a anonimidade dos depoimentos, e a confidencialidade das informações fornecidas. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise, e foram todas conduzidas durante os meses de Novembro e Dezembro de 2010 e Janeiro de 2011.

Tabela 2 – Nome e perfil dos entrevistados

Nome do entrevistado	Função	Empresa	Ramo de atividade	Atuante no Brasil desde	Data da entrevista	Duração
Sr. Dutra	Diretor de Área	Empresa 1	Instituto de pesquisa de mercado	2001	29/11/2010	1h14min
Sr. Queiroz	Presidente	Empresa 2	Instituto de pesquisa de mercado	1998	06/12/2010	1h25min
Sr. Macedo	Diretor Geral	Empresa 3	Instituto de pesquisa de mercado	2003	02/12/2010	0h36min
Sr. Dias	Diretor de Marketing e Vendas	Empresa 4	Empresa de tecnologia especializada em coleta de dados	2002	29/11/2010	0h48min
Sra. Everest	Sócia-Diretora	Empresa 5	Instituto de pesquisa de mercado via internet	2000	09/12/2010	1h13min
Sra. Silva	CEO	Empresa 6	Painéis online	2008	15/12/2010	0h46min

Fonte: Elaborada pelos autores.

Todas as empresas entrevistadas têm como ramo de atividade a condução de pesquisas de mercado, sendo o foco das entrevistas o público em geral ou o público consumidor de determinado produto ou serviço (pessoas físicas ou jurídicas). Conduzem estudos customizados (pontuais e personalizados) e contínuos, e atendem organizações de médio e grande porte, nacionais e multinacionais.

A Empresa 1 é um instituto de pesquisa de mercado tradicional, multinacional, com cerca de 850 funcionários no Brasil; aplica em seus projetos metodologias qualitativas⁵ e quantitativas⁶ e realiza vários tipos de estudos de mercado com o intuito de responder às questões de seus clientes. A área gerenciada pelo Sr. Dutra é responsável por realizar pesquisas de opinião pública e pesquisas sociais, tanto para o mundo corporativo quanto para o setor governamental, neste último caso para subsidiar ou avaliar políticas públicas. A Empresa 1 não possui painel de respondentes próprio, utiliza a base de respondentes fornecida por seus clientes

diretos, ou compra de terceiros para realizar pesquisa via *web*.

A Empresa 2 também é um instituto de pesquisa de mercado tradicional, nacional, que também se utiliza de metodologias qualitativas e quantitativas na condução dos estudos que realiza; não possui painel de respondentes próprio, e também utiliza a base de respondentes fornecida por seus clientes diretos, ou compra de terceiros, para realizar pesquisa via *web*.

A Empresa 3 tem o perfil da Empresa 1, porém em dimensão um pouco menor, uma vez que conta com cerca de 70 funcionários no Brasil. Conduz os mesmos tipos de estudos que a Empresa 1 e 2, para o mesmo perfil de clientes, e aplica metodologias tanto qualitativas quanto quantitativas em seus projetos. A Empresa 3 também não possui painel de respondentes próprio, utiliza a base de respondentes fornecida por seus clientes diretos, ou compra de terceiros, para realizar pesquisa via *web*.

Já a Empresa 4 é uma empresa nacional de tecnologia especializada em coletas de dados. Possui uma plataforma, que é um software gerenciador de coletas de entrevistas que faz desde a programação do questionário, em qualquer tipo de formato, passando pela gestão dos dados dos respondentes, disparo das entrevistas, até o processamento dos dados coletados. Diferente das outras empresas

⁵ Metodologia de pesquisa não-estruturada, exploratória, baseada em pequenas amostras, que proporciona compreensão do contexto de uma problema.

⁶ Metodologia de pesquisa estruturada, baseadas em amostras que permitam quantificar os dados, nos quais se aplicam alguma forma de análise estatística.

entrevistadas, a Empresa 4 se utiliza apenas da metodologia quantitativa na condução dos estudos que realiza. Não possui painel de respondentes próprio, utiliza a base de respondentes fornecida por seus clientes diretos para realizar pesquisas via *web*.

A Empresa 5 se autointitula como a pioneira em pesquisa de mercado pela internet. Originada em ambiente virtual, em 2002 começou a se estruturar para realizar coleta de dados via *web* para pesquisa de mercado. Assim, possui seu próprio painel *online* de respondentes e, tal qual as Empresas 1, 2 e 3, utiliza-se das metodologias quantitativa e qualitativa na condução dos estudos que realiza. Possui hoje, em seu quadro de funcionários, 25 colaboradores.

A Empresa 6 também é especialista em pesquisa por internet, possui painel próprio de respondentes via *online* e oferece apenas a metodologia quantitativa para a realização de estudos de mercado a seus clientes. Possui hoje, em seu quadro de colaboradores, 50 funcionários.

Todas as empresas entrevistadas oferecem a seus clientes o que se chama de *full service* no mercado de investigação, serviço que abrange desde o desenho do projeto de pesquisa, à coleta de dados, seu processamento ou interpretação, até a apresentação dos resultados finais ao cliente.

Para todos os entrevistados, como já mencionado, foram colocadas questões sobre as vantagens e desvantagens da aplicabilidade da coleta de dados via *web*, sobre o estágio desse tipo de pesquisa no mercado brasileiro e, finalmente, como lidam com os problemas enfrentados.

Análise dos resultados

1 Pontos de convergência

Os pontos de convergência, entre todas as empresas entrevistadas, referem-se, primeiro, às principais vantagens do método de coleta de dados via *web*, são elas: baixo custo de aplicação e velocidade de condução. Esses pontos parecem estar em linha com o referencial teórico exposto anteriormente, ou seja, esse método de pesquisa é mais barato e mais rápido que os tradicionais (entrevistas pessoais, por correio e telefônicas). O baixo

custo refere-se majoritariamente à ausência dos salários dos entrevistadores, bem como à inexistência dos custos de impressão e de digitação (quando se compara a técnica a entrevistas aplicadas com papel e caneta). Segundo Sr. Dutra, da Empresa 1, “a coleta é simultânea à digitação e à consistência⁷, e a base de dados fica pronta para processamento logo após o término do trabalho de recolha”. Isso elimina os gastos e prazos de impressão e digitação dos outros métodos tradicionais e, tão importante quanto, está em linha com as exigências dos clientes atuais, cada vez mais ávidos por informação barata e rápida; barata aqui, não no sentido de baixo valor, ao contrário, informação de alto valor agregado, porém proporcionada por baixos custos de coleta e processamento, através de processos alternativos e modernos. O Sr. Macedo, da Empresa 3, afirma “as grandes vantagens do método *online* são rapidez e preço.”

Segundo Sr. Dias, da Empresa 4, “a primeira vantagem, esmagadora de todas, não é o custo, é o tempo; em uma ocasião, o presidente de uma multinacional de cosméticos precisava compor uma apresentação sobre o mercado brasileiro e solicitou uma pesquisa com 300 consumidoras da categoria; em um dia, os dados foram coletados e processados, e ele pôde usar as informações, no dia seguinte, conforme havia planejado”. Isso só é possível porque a metodologia permite também o processamento do dado em tempo real, disponibilizando gráficos e análises conclusivas. Sra. Everest, da Empresa 5, ressalta “como fazer uma pesquisa com mil pessoas, em um dia útil, com resultado em tempo real? Só a internet proporciona isso”.

Outro quesito sobre o qual as opiniões se assemelham é quanto à aplicabilidade da técnica de coleta *online* quando se trata de públicos específicos (segmentos determinados). Todas as empresas entrevistadas conduzem, com certa facilidade, pesquisa de clima organizacional ou pesquisa de satisfação com a base de (potenciais) respondentes do próprio cliente. Nesse caso, organizações interessadas na opinião de seus colaboradores ou clientes, disponibilizam suas bases de dados para a realização de pesquisas. Na opinião dos

⁷ Identifica os dados que estão fora do padrão, são inconsistentes logicamente ou apresentam valores extremos.

executivos entrevistados, a técnica de coleta de dados para esses públicos é perfeita, pois o universo é conhecido e se pode selecionar tanto uma amostra probabilística, quanto se pode realizar um censo através da base de dados. O Sr. Macedo, da Empresa 3, salienta “quando temos a base dos clientes, podemos realizar estudos *online* com a mesma facilidade que conduzimos estudos telefônicos”. O Sr. Dutra, da Empresa 1, complementa que, além do público interno de empresas e clientes, “alguns públicos como formadores de opinião, jornalistas e tal, também favorecem o uso da técnica, pois, em geral, esse público já tem uma familiaridade muito grande com internet, pela própria função que desempenham em seus ambientes profissionais”.

Outro ponto convergente entre as opiniões dos entrevistados refere-se ao fato de que o método de coleta via *web* veio para ficar, não se trata de um modismo passageiro, mas, ao contrário, quando endereçadas algumas questões ainda pendentes (algumas serão abordadas a seguir), este será o principal método de recolha de dados no meio da investigação social.

Colocados os pontos de concordância de opinião dos entrevistados, cabe também apontar todas as outras vantagens do método mencionadas pelos executivos abordados. Segundo Sr. Queiroz, da Empresa 2, “do ponto de vista de controle de qualidade, é um avanço grande porque é muito mais segura a administração do questionário por um software do que a administração de um questionário por um entrevistador nas condições de trabalho às quais ele está sujeito, de pé, com uma prancheta na mão, com uma pessoa querendo escapar e ele ter que administrar, corretamente, um questionário complexo”.⁸ Aqui o Sr. Queiroz refere-se à conveniência do entrevistado em responder à pesquisa no horário e local que bem entender, em vez de ser abordado pelo entrevistador no local e horário que melhor lhe convém. O entrevistado também acredita que, para temas sensíveis como por exemplo, assuntos financeiros, comportamento sexual, e, às vezes, até problemas de saúde, doença, “o fato de a pessoa estar sozinha permite respostas muito mais verdadeiras, pois não está constrangida

com a presença de um interlocutor; o método é mais particular, menos invasivo e a pessoa está muito mais propensa a dizer a verdade do que a mentir para ser socialmente correta, em uma interação pessoal, certo?”.

O Sr. Dias salienta que uma grande vantagem do método é a administração de pessoas. “Em pesquisa *web* você não administra pessoas, você administra servidores, e servidores fazem tudo exatamente que você mandar”. A Sra. Everest, da Empresa 5, completa “eu fico pensando se eu trabalhasse no mundo *offline*, eu iria odiar. Ter que cuidar desse público (entrevistadores), ter que checar fraude, ter que lidar com o ser humano de má fé...eu não iria conseguir”.

Além disso, Sr. Queiroz também aponta as facilidades tecnológicas pertinentes ao método, “técnicas de pesquisa mais sofisticadas, como *trade-off*⁸, ranqueamento de atributos, são mais facilmente desenvolvidas e aplicadas com tecnologia, recurso que, sabidamente, o papel não oferece”, tampouco o telefone.

2 Pontos de divergência

Quanto aos pontos de divergência, eles são em menor número quando comparados com os convergentes, porém vitais no posicionamento das empresas entrevistadas; aquelas que ainda consideram esses pontos como problemas a superar, ainda não lançaram mão dos métodos tradicionais de coleta de dados, por ainda não acreditarem que a técnica de coleta via *web* tenha condições de substituí-los parcialmente ou totalmente; já aquelas que, de uma ou de outra maneira, acreditam que essa técnica é o futuro e que esse futuro começa agora, criaram meios de contornar essas dificuldades e já realizam pesquisas via *web* há anos. De um lado, estão as Empresas 1, 2, 3 e, de outro lado, as Empresas 4, 5 e 6. O primeiro grupo de companhias levanta algumas questões quanto à confiabilidade dos dados coletados via *web*, apontando como principais preocupações:

- A representatividade da amostra quando o universo a ser investigado é a população geral;
- A disponibilidade de uma base de dados de respondentes que seja completa, atualizada e confiável para estudos com públicos específicos (exceto

⁸ Técnica de pesquisa aplicada em estudos de preço.

quando a base de dados é do próprio cliente requisitante da pesquisa);

- O perfil específico do respondente *online*;
- A interação do respondente com o método de coleta *online*, diretamente atrelada ao índice de “não respostas”.

Já o segundo grupo de empresas, por serem especializadas em coleta de dados por internet, não esconde que faceu essas mesmas dúvidas no início de suas operações, mas revelam que, através de tecnologia avançada, melhorias constantes em seus processos e certa dose de criatividade, superaram alguns deles ou ainda estão superando-os, utilizando-se de soluções alternativas. Apenas para efeito didático/analítico, nomear-se-á o primeiro grupo de empresas de “empresas tradicionais” e o segundo grupo de “empresas contemporâneas”.

A representatividade da amostra (erro de cobertura) é sem dúvida, a maior preocupação dos executivos dos institutos de pesquisa de mercado representados pelas Empresas 1, 2 e 3. O principal questionamento aponta para o fato de que não são todos os brasileiros que têm acesso à internet, quer seja no próprio domicílio, na escola, no trabalho ou em qualquer outro lugar. Este fato excluiria uma massa significativa de pessoas de qualquer amostra selecionada e comprometeria a generalização dos resultados da pesquisa para a população geral; ou seja, teríamos resposta a perguntas, como em qualquer outro levantamento, porém essas respostas representariam uma população outra que não a população brasileira. Como nenhuma das empresas do grupo nomeado como “tradicional” tem seu próprio painel de respondentes *online*, todas são levadas a contratar os serviços de outras empresas, tipo as nomeadas como “contemporâneas”, para realizar pesquisas via *web*. O Sr. Dutra, da Empresa 1, enfatiza “Os painéis que existem disponíveis hoje, para representar a população geral, eu ainda não tenho uma avaliação técnica deles o suficiente para confiar”. E completa, “qual o critério para a seleção destas pessoas que constam dos painéis? Elas foram recrutadas e estão lá por conta de alguma especificidade que eu não sei qual é... isso tem um viés, e qual é o viés da formação deste público? Eu não sei.”

Pelas razões expostas acima, as empresas 1, 2 e 3 atualmente preferem oferecer a seus clientes a pesquisa *online* apenas quando estes fornecem a base de dados dos potenciais respondentes, ou seja, realizam pesquisa tipo avaliação de ambiente corporativo, de satisfação por produtos comprados/serviços prestados, mas sempre aplicando as entrevistas para a base de respondentes de seus clientes finais. O Sr. Macedo, da Empresa 3, revela que, se um cliente lhe fornece a lista dos compradores de seus produtos ou serviços, ele tem um universo perfeitamente representado nessa lista.

Do grupo de empresas chamado de “contemporâneo”, pode-se dizer que há certa controvérsia em relação ao tema erro de cobertura. A Sra. Everest, da Empresa 5, afirma que a questão da representatividade não é mais um problema, “hoje temos 30% da classe C na *web*; 35% do total da população Brasil acima de 10 anos já está na *web*, e se falarmos de grandes metrópoles, esse número salta para 50%. Então, quando eu falo com classe A, B, C de 16 a 65 anos, não tem mais o que se questionar se o comportamento deste público versus população é diferente”. E complementa “Além disso, trabalhamos muito com estudos por cotas, eu acredito nos estudos *online* por cota, e essas cotas, eu faço com que elas fiquem representativas da população; na verdade, os clientes nem pedem estudos puramente probabilísticos, é sempre para falar com mulheres e homens, de tal idade, de tal classe social, etc.”.

Paralelo à questão da representatividade da amostra, caminha o tema da composição das bases de dados de respondentes dos painéis existentes no mercado, quando se tem que fazer uma pesquisa com determinado público. É unânime a preocupação das empresas “tradicionais” quanto à confiabilidade das bases de respondentes disponíveis, principalmente no que se refere à sua atualização. A cada tentativa de se realizar uma pesquisa via *web* com público específico, há evidências de que essas empresas não estão confortáveis com as bases de dados disponíveis no mercado, que serão utilizadas para os disparos da pesquisa. Além disso, há um complemento para esse fato: como saber se o respondente é a mesma pessoa que consta do cadastro, e não seu filho, amigo ou parente? O Sr. Macedo, representante da Empresa 3, afirma “hoje o

computador nos lares brasileiros é compartilhado por vários moradores daquele domicílio, não há garantias de que a pessoa que eu pretendo atingir na minha pesquisa será realmente quem vai respondê-la, e não um irmão, um amigo ou um parente". Esse tópico é completamente combatido pelas empresas de painéis *online* que aqui fazem parte do grupo das "contemporâneas". Segundo Sra. Everest, da Empresa 5, esse problema ficou no passado, uma vez que existem recursos certificadores da identificação do panelista e vários processos já implementados de atualização dessas bases de dados.

O fato de esse método de coleta estar vinculado a meios avançados de informação, permite ainda que alguns recursos tecnológicos sejam utilizados para aprimorar ainda mais esses controles. Sr. Everest menciona "há um controle rigoroso dos IPs que respondem às pesquisas, sempre atrelados aos cadastros dos respondentes". E a Sra. Silva aprimora "utilizamos até geo validação para verificar se existem pessoas com o mesmo nome ou sobrenome morando na mesma cidade, com a mesma data de nascimento, por exemplo". Todos esses procedimentos parecem assegurar às empresas de painéis que a pessoa que está do outro lado do monitor, respondendo à pesquisa, é realmente a que se pretende atingir para aquela investigação.

Um terceiro tópico relevante parece ser o perfil do respondente *online*. Possui ele características diferentes do respondente não conectado? São públicos que têm os mesmos hábitos e comportamentos atitudinais? Essas são perguntas apontadas pelas empresas aqui nomeadas como "tradicionais". Sr. Dutra afirma "por exemplo, existem painéis que são coletados a partir de sites de relacionamentos, e isso tem um viés, como praticamente toda a pesquisa tem. O problema aqui é que eu não sei qual é o viés de estar entrevistando um painel que é formado desta forma. Quando a coleta é face a face eu tenho uma abrangência maior, consigo selecionar áreas, consigo compor a classe social do indivíduo e ver isso dentro da população, então... quando eu tenho um método *online* desse tipo, eu não sei o viés da formação daquele público. Vários desses painéis têm classe C, D, só que essas pessoas foram recrutadas e estão lá por conta de alguma especificidade que eu não sei qual é. Eu não tenho como controlar isso".

Finalmente, o último ponto apontado pelos entrevistados é quanto à interação do respondente com o método de coleta *online*, e os questionamentos giram em torno do quanto o autopreenchimento assegura uma interpretação homogênea das questões por todos os entrevistados e o quanto ele é apropriado para extrair a informação mais adequada do respondente, sobre qualquer tema. O primeiro questionamento passa por dois efeitos negativos: interpretações diferentes de determinada pergunta podem ocasionar resultados não coerentes entre os entrevistados, e interpretações dúbias podem causar confusão e colaborar para o índice de "não respostas"; o segundo, e talvez mais conflitante, é a questionável capacidade do método de coletar informação precisa, clara e coerente do entrevistado, pelo fato de não haver entrevistador intermediando a conversa, esclarecendo possíveis dúvidas. O Sr. Dutra, da Empresa 1, observa "no contato presencial ou telefônico, o entrevistador tenta evitar que outras pessoas afetem a concentração do respondente, tenta isolar o entrevistado para que ele fique mais à vontade. Se estiver na casa do indivíduo, procura eliminar a influência da presença de outras pessoas da família. Na técnica *online*, não temos esse controle. Não sabemos se a pessoa está sozinha ou com alguém do lado, olhando o questionário, opinando e tal". E completa: "na técnica presencial, ou mesmo na telefônica, há um entrevistador treinado intermediando, ele está preparado para ouvir, para entender determinadas questões e perceber se uma questão foi mal compreendida, enfim, há ainda um controle sobre a interação nas duas técnicas tradicionais. No *online* isso ainda não é possível, não há forma alguma de acompanhar, nem controlar como está sendo realizada aquela interação".

Conclusões e recomendações

Os institutos de pesquisa brasileiros faziam as mesmas questões metodológicas da coleta de dados via *web* apontadas pelos artigos acadêmicos publicados que abordam o tema. Nas entrevistas exploratórias realizadas com os principais executivos, representantes de alguns desses institutos, pôde-se perceber que o número de vantagens na utilização desse método de coleta supera o número de

desvantagens, mas estas últimas ainda são consideravelmente significantes para conduzir todos à adesão da técnica.

As vantagens da aplicabilidade da pesquisa via *web* são evidentes para todos os entrevistados: baixo custo, maior velocidade de condução, adequação para determinados públicos, possibilidade de o entrevistado interagir à sua conveniência, adequação para abordar temas sensíveis, alto poder de distribuição e oferta intrínseca de recursos tecnológicos perfeitamente aplicáveis à técnica, vantagens essas apontadas quando compara-se este método de recolha com os métodos tradicionais, como por exemplo, entrevistas presenciais e telefônicas. Por essa lista de pontos favoráveis, era de se esperar que a pesquisa via *web* no Brasil estivesse sendo utilizada em larga escala para a coleta de dados de mercado, mas, de acordo com as entrevistas realizadas, sua utilização ainda é restrita pelo fato de existirem alguns temas ainda polêmicos que oferecem resistência à sua total aplicabilidade, são eles: inadequação para representar a população geral, falta de confiabilidade nas bases de dados de respondentes disponíveis, perfil diferenciado do internauta e sua interação, ainda desconhecida, com o método.

As entrevistas exploratórias realizadas evidenciaram que as empresas de painéis *online*, até por sua constituição original, estão mais inseridas no contexto da técnica de coleta via *web* quando comparadas com os institutos tradicionais de pesquisa de mercado e, por essa razão, trabalham continuamente para superar as principais deficiências apontadas: procuram realizar estudos que possuem cotas de perfis de entrevistados (predeterminação do número de mulheres e homens, de classe social, de idade etc.), ou utilizam métodos combinados de coletas (*online* e recrutamento face a face, por exemplo) para superar a ausência de determinados perfis no painel. Com estas ações, estão conscientes de que conseguem realizar um número suficiente de entrevistas dos perfis de respondentes desejados, o que possibilita análise dos resultados, mas não têm a pretensão de que esses resultados sejam representantes da população geral. Quanto à confiabilidade em suas bases de dados, as empresas de painéis *online* possuem uma certa tranquilidade quanto ao

tema, pois desenvolveram processos de atualização contínua dessas bases, o que assegura sua fidedignidade.

Os tópicos que ainda representam uma preocupação, mais evidente para os institutos de pesquisa tradicionais, e que não são descartados pelas empresas de painéis *online*, referem-se ao perfil do internauta e sua interação com o método eletrônico de coleta de dados. As principais questões giram em torno do fato de que ainda não se tem a grande maioria da população brasileira conectada à internet por diversas razões, e essas mesmas razões fazem com que o perfil dos conectados seja distinto daqueles que não têm acesso à rede, diferença essa que pode estar refletida em seu padrão comportamental e atitudinal, e por assim dizer, pode vir a influenciar as respostas dadas às perguntas das pesquisas endereçadas a eles.

Sugere-se para futuras investigações entender como as empresas de painéis *online* realizam as pesquisas via *web* passo a passo, evidenciando, caso existam, diferenças dos processos de pesquisa dos métodos tradicionais (presencial e telefônico), cobrindo temas tais como abordagem do entrevistado, instrumento de coleta, recursos utilizados para não entrar na lista negra dos respondentes como emissor de mensagens indesejadas, etc. Além disso, sugere-se a realização de uma pesquisa utilizando-se um método de coleta tradicional e o método de coleta *online* para comparação de resultados recolhidos.

Referências

- BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisa de Survey*. Tradução de de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BAKER, R.; BLUMBERG, S. J.; BRICK, J. M.; COUPER, M. P.; COURTRIGHT, M.; DENNIS, J. M.; DILLMAN, D.; FRANKEL, M. R.; GARLAND, P.; GROVES, R. M.; KENNEDY, C.; KROSNICK, J.; LAVRAKAS, P. J. Research Synthesis: AAPOR Report on Online Panels. *Public Opinion Quarterly*. v. 74, n. 4, p. 711-781, dez./ fev. 2010.
- BETHLEHEM, J. Selection Bias in Web Surveys. *International Statistical Review*. v. 78, n. 2, p. 161-188, 2010.
- COUPER, M. P. Web Surveys a review of issues and approaches. *Public Opinion Quarterly*. v. 64, p. 464-494, 2000.
- COUPER, M. P.; MILLER, P. V. Web survey Methods: Introduction. *Public Opinion Quarterly*. v. 72, n. 5, p. 831-835, 2008.

- COUPER, M. P.; ROWE, B. Evaluation of a computer-assisted self-interview component in a computer-assisted personal interview survey. *Public Opinion Quarterly*, v. 60, n. 1, p. 89-105, 1996.
- DALEY, E. M.; McDERMOTT R. J.; BROWN K. R. M.; KITTLESON M. J. Conducting Web-based Survey Research: A Lesson in Internet Designs. *Am J Health Behav.*, v. 27, n. 2, p. 116-124, 2003.
- DILLMAN, Don A. *Mail and Internet Surveys: The Tailored Design Method*. 2. ed. Nova York: John Wiley and Sons, 1999.
- FLEMING C. M.; BOWDEN M. Web-based surveys as an alternative to traditional mail methods. *Journal of Environmental Management*. v. 90, p. 284-292, 2009.
- FRICKER, S.; GALESIC, M.; TOURANGEAU, R.; YAN, T. An Experimental Comparison of Web and Telephone Surveys. *Public Opinion Quarterly*. v. 69, n. 3, p. 370-392, set./nov. 2005.
- GUNTER, B; NICHOLAS, D.; HUNTINGTON, P.; WILLIAMS, P. Online versus Offline Research: implications for evaluating digital media. *Aslib Proceedings*, v. 54, n. 4, p. 229-239, jan. 2002.
- KIESLER, Sara. *Culture of the Internet*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1997.
- KIM, J.; KANG, J.; KIM, S.; SMITH, T. W.; SON, J.; BERKTOLD, J. Comparison between Self-administered Questionnaire and Computer-assisted Self-interview for Supplemental Survey Nonresponse. *Field Methods*, 22:57, 2009.
- MALHOTRA, Naresh K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. e Alfredo Neves de Farias. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- McDONALD, H.; ADAM, S. A comparison of online and postal data collection methods in marketing research. *Emerald Marketing Intelligence & Planning*, v. 21, n. 2, p. 85-95, 2003.
- SAX, L. J.; GILMARTIN, S. K.; BRYANT A. N. Assessing Response Rates and NonResponse Bias in Web and Paper Surveys. *Research in Higher Education*, v. 44, n. 4, ago. 2003.
- SILVERMAN, D. *Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. Tradução de Magda França Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- SPROULL, Lee; KIESLER, Sara. *Connections: New Ways of Working in the Networked Organization*. Cambridge-MA: The MIT Press, 1991.
- THACH, L. Using Electronic Mail to Conduct Survey Research. *Educational Technology*, p. 27-31, mar./abr. 1995.
- TOURANGEAU, R.; SMITH, T.W. Asking Sensitive Questions: The Impact of Data Collection Mode, Question Format, and Question Context. *Public Opinion Quarterly*, v. 60, p. 275-304, 1996.
- TRUJILLO, Victor. *Pesquisa de mercado qualitativa e quantitativa*. 2. ed. São Paulo: Scortecci, 2003.

Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários
Repercussions of the Bolsa Familia Program in the city of Araraquara, SP: a look at food security and nutritional status of beneficiaries
Répercussions du Programme Bolsa Familia dans la ville de Araraquara, SP: un regard sur la sécurité alimentaire et l'état nutritionnel des bénéficiaires
Repercusiones del Programa Bolsa Familia en la ciudad de Araraquara, SP: una mirada a la seguridad alimentaria y el estado nutricional de los beneficiarios

Daiane Roncato Cardozo Traldi*
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida**
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante***

Recebido em 22/4/2011; revisado e aprovado em 13/7/2011; aceito em 20/11/2011

Resumo : Este trabalho discorre sobre as repercussões do Programa Bolsa Família em elementos da temática da segurança alimentar, tomando como parâmetro de análise beneficiários do município de Araraquara, SP. A partir da aplicação de formulários semiestruturados com os beneficiários e das observações de campo, o diagnóstico foi realizado tendo como perspectiva teórica a avaliação de políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas públicas. Programa Bolsa Família. Segurança Alimentar e Nutricional.

Abstract : This study discusses the repercussions of the Bolsa Familia in elements of the theme of food security, taking as parameters of analysis the beneficiaries of the city of Araraquara, SP. From the application form semi-structured with beneficiaries and field observations, the diagnosis was performed in an attempt to theoretical evaluation of public policies.

Key words: Public policies. Bolsa Familia Program. Food and Nutrition Security.

Résumé: Cette étude évalue les implications de la Bolsa Familia dans les éléments du thème de la sécurité alimentaire, en prenant comme paramètres des bénéficiaires de la ville de Araraquara, SP. Des formulaires de demande de semi-structurés avec les bénéficiaires et les observations de terrain, le diagnostic a été réalisée dans le but de l'évaluation théorique des politiques publiques.

Mots-clés: Politiques Publiques. Bolsa Familia. La sécurité alimentaire et la nutrition.

Resumen: Este estudio analiza las repercusiones del Bolsa Familia en los elementos del tema de la seguridad alimentaria, tomando como parámetros de análisis de los beneficiarios de la ciudad de Araraquara, SP. De los formularios de solicitud semiestructurados con los beneficiarios y las observaciones de campo, el diagnóstico se realizó en un intento de evaluación teórica de las políticas públicas.

Palabras clave: Políticas Públicas. Programa Bolsa Familia. Seguridad Alimentaria y Nutricional.

Introdução

As questões ligadas à pobreza, à fome, à desigualdade social, bem como o desafio da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, como diz Mesquita (2007, p. 13):

“ocupam as mentes (e corações) de pesquisadores e gestores públicos em vista dos elevados índices de iniquidades sociais que vêm se impondo em quase todo o mundo”, principalmente em países com altas taxas de desigualdade como o Brasil.

* Administradora Pública pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) de Araraquara. Bolsista pelo Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), na linha de pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento. E-mail: daianecardozo@msn.com

** Doutor em Políticas Públicas pela Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA). Professor Adjunto nível 1 da Faculdade de Agronomia e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás (UFG) na área de Políticas de Desenvolvimento e Sociologia Rural. E-mail: manoel77@yahoo.com.br

*** Livre-docente em Sociologia pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) de Araraquara. Coordenadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA). E-mail: vbotta@uniara.com.br

Nesse contexto, insere-se a abordagem das políticas públicas voltadas para a assistência social, especialmente as que visam ao combate à fome e à pobreza, promoção da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)¹ e inclusão de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social.

A fim de tentar minimizar e/ou erradicar esses problemas, o Governo Federal brasileiro optou por investir em políticas públicas compensatórias ou nos chamados programas de Transferência Condicionada de Renda (TCR)², que acabam substituindo ou complementando outros tipos de intervenções (BURLANDY, 2007). Para Santana (2007, p. 3), os programas de TCR surgiram como uma alternativa para combater a pobreza, pois “eles foram concebidos segundo a ideia de que o beneficiário tem a autonomia para definir como melhor utilizar o benefício por saber quais são suas necessidades mais urgentes”.

Atualmente, o principal programa de TCR é o Programa Bolsa Família (PBF)³, criado em 2003 e que beneficia hoje mais de 12 milhões de famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70,00 a R\$ 140,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00) em todos os municípios brasileiros, visando combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres do nosso país (BRASIL, 2010).

Sabe-se que os maiores problemas na dimensão dessas políticas públicas são a eficiência, a eficácia e a sua continuidade, o que deixa aberto o caminho dessas iniciativas, isto é, se elas poderão representar casos concretos de políticas públicas, se são apenas progra-

mas que duram determinado período, se são apenas instrumentos sem políticas bem direcionadas ou ainda políticas com instrumentos ineficazes (ALMEIDA, 2008).

Nessa abordagem, percebemos a necessidade de trabalhos que visem avaliar e aprimorar o diálogo e a articulação desses programas e das instituições públicas envolvidas, com perspectiva de desenvolvimento local para a inclusão social e a capacidade de ação dos agentes envolvidos nessas políticas públicas.

O Bolsa Família é um programa conhecido nacional e internacionalmente. É alvo de muitas repercussões, positivas e negativas, pois seus resultados apresentam inúmeras indagações nos diversos segmentos em que atua (renda, saúde, educação, focalização, trabalho infantil, etc.). No caso deste trabalho, são discutidas questões em relação à segurança alimentar dos beneficiários do programa, principalmente ligadas à renda, tais como: se o programa vai além do acesso à renda e propicia elementos de segurança alimentar nas famílias assistidas; se o perfil de segurança alimentar dos beneficiários e a sua renda per capita familiar condizem com a necessidade de eles receberem o auxílio do programa; ou seja, como coloca Segall-Correa e Salles-Costa (2008), há que se pensar em que medida o acesso aos recursos financeiros por intermédio de programas de transferência de renda, no caso o Bolsa Família, amplia as possibilidades da segurança alimentar das famílias mais vulneráveis.

Diante das informações apresentadas, o trabalho buscou discorrer sobre as repercussões (efeitos)⁴ do Programa Bolsa Família, tendo como recorte analítico elementos de SAN⁵ tratada de maneira ampla, relativa aos

¹ O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (BRASIL, 2010), por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) é o responsável pelo desenvolvimento de políticas de SAN no Brasil que estão ligadas ao conjunto de estratégias do Programa Fome Zero (PFZ).

² Os programas TCR integram políticas de proteção social e combate à pobreza em diferentes países do mundo, inclusive no Brasil e destinam-se às famílias que vivem em contextos adversos (BURLANDY, 2007).

³ O Bolsa Família é a unificação, racionalização e ampliação dos quatro programas sociais já existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás) do Governo Fernando Henrique Cardozo (FHC).

⁴ Os efeitos de uma política sobre a sociedade não se limitam àqueles que foram previstos e são esperados ou, pelo menos, desejados, de acordo com seus objetivos. A avaliação deve considerar os efeitos colaterais, sejam eles positivos ou negativos, que a política pode acarretar. É necessário apreciar todos os efeitos (de uma política sobre a sociedade) que foram produzidos com a ação, sejam eles de caráter técnico, econômico e social ou positivos e negativos (CONSEIL DE L'ÉVALUATION, 1996; GUÉNEAU, 2001 *apud* ALMEIDA, 2008).

⁵ São elementos ou variáveis de análise de segurança alimentar: o nível de Insegurança Alimentar, o perfil da renda, escolaridade, saúde, trabalho, entre outros, os quais serão discutidos mais adiante.

beneficiários no município de Araraquara/SP. A partir disso, espera-se fornecer subsídios importantes para uma reflexão mais aprofundada sobre o funcionamento do programa local e nacional.

A seguir, apresenta-se uma breve revisão teórica sobre o processo de avaliação de políticas públicas e o conceito mais amplo da temática da segurança alimentar. Em seguida, são detalhados os procedimentos e instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa. Posteriormente, são analisados e discutidos os resultados da pesquisa e, por fim, são colocadas as considerações finais.

O processo de avaliação de políticas públicas: um desafio não resolvido?

Dentro do estudo sistemático das políticas públicas, Lasswell (1956 *apud* SOUZA, 2006) apresentou um modelo teórico de estágios ou ciclos chamado de *policy cycle* ou ciclo de políticas públicas, no qual buscava explicações sobre o processo de produção de políticas. Após algumas considerações de autores distintos, os estágios resumiram-se às seguintes fases: *agenda-setting* (quando um problema chama a atenção de uma política), formulação (quando o governo formula as opções para um problema), decisão (escolha das opções; é determinado um curso de ação ou não ação), implementação (quando o governo coloca ação em prática) e avaliação (os resultados da política são monitorados pelo governo e por atores sociais), sendo esta última o foco do presente trabalho.

O trabalho de Belloni, Magalhães e Souza (2001) procura descrever uma metodologia de avaliação em políticas públicas com base em uma experiência na educação profissional, ou seja, apresenta concepções e distinções entre a avaliação educacional, institucional e de políticas públicas. Portanto o conceito de avaliação adotado pelos autores refere-se à análise de processos, produtos ou resultados de atividades ou ações desenvolvidas, ou seja, de programas ou políticas. Para eles, essa modalidade carece de maior aprofundamento teórico e metodológico; assim, propõe-se a definição de avaliação:

A avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destina-se a identificar, obter e propor

nar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação e execução) ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram estas conquistas, de tal forma que sirva de base ou para uma tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso de seus resultados. (AGUILLAR; ANDEREGG, 1994 *apud* BELLONI; MAGALHÃES; SOUZA, 2001, p. 20-21).

Assim, os autores enfatizam que a avaliação deve abranger o processo de formulação e implementação das ações e os resultados, tornando-se instrumento fundamental para o aperfeiçoamento ou reformulação das ações desenvolvidas. Do mesmo modo como apresenta Almeida (2008), a avaliação tem sido instrumento de gestão valioso para o conhecimento e a viabilização de programas e projetos, para o redirecionamento, quando se fizer necessário, de seus objetivos, até mesmo para a reformulação de rumos e propostas, fornecendo subsídios para tomadas de decisão.

Almeida (2008) diz que a análise ou a avaliação de políticas públicas não é simplesmente um instrumento de aperfeiçoamento ou redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, mas especialmente, uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais; bem como Santos e Santos (2007), que destacam a necessidade de se executar políticas sociais que maximizem a eficiência, a participação da comunidade e a focalização.

Para tanto, é preciso aprimorar o monitoramento e avaliação de programas, contemplando a avaliação dos processos, dos impactos e da eficiência das ações. “A avaliação de políticas e programas tornou-se um compromisso tanto quanto um desafio” (SANTOS; SANTOS, 2007, p. 1029), pois no Brasil a experiência sobre avaliação de programas de combate à fome e à pobreza é ainda pouco significativa e sistemática, e não muito extensa. Como por exemplo, de acordo com

Santos e Santos (2007), nos anos 70, aspectos do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN) foram sujeitos à avaliação, mas essas tentativas não se aprofundaram na análise da dimensão e das implicações do programa como uma política pública.

No entanto, nos últimos anos, esse quadro vem mudando, mesmo que lentamente, pois em virtude das grandes demandas da sociedade e da escassez dos recursos públicos, “torna-se imprescindível a busca de instrumentos que possibilitem maximizar os resultados sociais dos programas governamentais” (SILVA NETO; MELO; PEREIRA, 2006, p. 1).

O conceito de segurança alimentar e nutricional: uma resposta à vulnerabilidade social?

O conceito de segurança alimentar foi constituído a partir do final da Segunda Grande Guerra Mundial (1945) com a crise dos agricultores em grande parte dos países industrializados. Esse conceito levou a um melhor conhecimento da situação alimentar sob três aspectos: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos (BELIK, 2003).

Segundo o autor, cabe ressaltar o conceito desses aspectos. O acesso aos alimentos diferencia-se da disponibilidade dos alimentos, ou seja, os alimentos podem estar disponíveis, mas não acessíveis à camada mais pobre da população. A qualidade refere-se a consumir os alimentos com dignidade (sem riscos de contaminação ou apodrecimento); e a regularidade diz respeito ao acesso constante à alimentação (pelo menos três vezes ao dia).

Na década atual o Brasil tem vivenciado a incrustação de políticas públicas de segurança alimentar consideradas mais alternativas nos diversos âmbitos governamentais (federal, estadual e municipal). Os primeiros anos do século XX tornaram-se marcantes porque o conceito mais amplo de segurança alimentar finalmente começou a sustentar uma pauta de políticas públicas destinadas à redução da fome da população miserável e ao aumento de ações solidárias para pessoas em situações de marginalização no país (incluindo pessoas produtivas, como trabalhadores rurais, agricultores familiares etc.). Desde 1997,

quando a Cúpula Mundial da Alimentação (uma arena de representação dos governos dos países vinculados à ONU) finalmente conseguiu produzir em consenso um conceito⁶ de segurança alimentar amplo para subsidiar políticas públicas aplicáveis nos mais diversos países (dos desenvolvidos aos subdesenvolvidos), alguns programas começaram a ser executados no Brasil. De lá para cá, os esforços de vários governos no Brasil (locais, estaduais e federais) produziram a efetivação de várias políticas de segurança alimentar. (PAULILLO; PESSANHA, 2002 *apud* ALMEIDA *et al.*, 2006, p. 208-209).

As políticas de segurança alimentar devem responder por três dimensões: produção (nas áreas rurais e urbanas), distribuição (suplementar ou emergencial a grupos específicos), acesso (ações e comercialização) e consumo (educação alimentar e consumo sustentável) de alimentos; devem também estar ligadas a elementos e/ou valores fundamentais da população: a) saúde, b) higiene, c) meio ambiente, d) autenticidade e e) solidariedade.

Todos esses valores são socialmente construídos e compartilhados em redes de políticas focadas para a funcionalidade e adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população mal nutrida. (ALMEIDA *et al.*, 2006, p. 209).

Ainda, de acordo com os autores, os valores ligados ao eixo da saúde referem-se a dimensões dietética e farmacêutica ligadas à composição nutricional dos alimentos: conteúdo proteico, fibras, colesterol etc. Para tanto, a educação alimentar da população mais vulnerável é fundamental. O eixo da higiene e seguridade dos alimentos engloba a ausência de tóxicos ou elementos nocivos, sendo necessárias informações, garantias e o controle sobre as condições da produção, distribuição e embalagens (certificação dos produtos). O meio ambiente está relacionado ao ecológico ou orgânico, produção sem tóxicos e respeito ao meio ambiente. Assim, sua preservação é

⁶ A SAN diz respeito à “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (BRASIL, 2006 *apud* SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009, p. 11).

fundamental. O eixo da autenticidade está ligado aos valores naturais e tradicionais da produção agroalimentar, aos conhecimentos muitas vezes herdados de práticas alimentares, à valorização da origem dos produtos e às especificações dos processos produtivos, ou seja, “são os ideais do saber fazer”. E, por fim, o eixo da solidariedade envolve valores morais e ideológicos que impulsionam a participação da população bem nutrida em ações humanísticas no processo de consumo. São exemplos deste último o comércio justo internacional, os mercados institucionais municipais e os produtos agroindustriais familiares (PAULILLO; PESSANHA, 2002).

Os elementos trabalhados neste estudo remetem-se à Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) e suas associações com os eixos da saúde, relacionada a problemas crônicos de saúde dos beneficiários e da solidariedade, relacionada às suas vulnerabilidades, nas quais contam os fatores renda, consumo alimentar, escolaridade, trabalho e proteção social.

Aspectos metodológicos: a construção da pesquisa

No Estado de São Paulo, segundo a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) do MDS⁷ (BRASIL, 2010), cerca de mais de um milhão de famílias são atendidas pelo Bolsa Família, o que representa mais de 10% do total nacional. Tal montante demonstra que embora o estado seja um dos mais desenvolvidos do país, o contingente de população e a desigualdade social são agravantes que impõem à região uma posição socialmente debilitada.

O universo empírico, ou seja, o município de Araraquara está localizado na região Administrativa Central do Estado de São Paulo

⁷ O MDS, criado em 2004 pelo presidente Lula, tem a missão de promover o desenvolvimento social e combater a fome visando à inclusão e à promoção da cidadania, garantindo a segurança alimentar e nutricional, uma renda mínima à cidadania e assistência integral às famílias. A SENARC, por meio do MDS, tem por objetivo a implementação da Política Nacional de Renda de Cidadania no país. Articula ações específicas dos programas de transferência de renda Federal, estaduais e municipais, estabelecendo a soma de esforços entre os entes federados e as demais ações sociais em curso (BRASIL, 2010).

(RA12), considerado o mais rico e de maior poder aquisitivo, com um elevado Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e uma população estimada de 200.666 habitantes - SENARC, 2009 (BRASIL, 2010).

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) é o órgão responsável pelo PBF no município, juntamente com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – ou “casas da família”, situadas em bairros de maior vulnerabilidade social – os quais se relacionam também com as Secretarias Municipais de Saúde, Educação (para o acompanhamento das condicionalidades do programa) e da Agricultura, com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSAN), instância designada ao controle social do programa local, e com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), responsável pela proteção social especial às famílias (crianças, jovens, mulheres, idosos) vítimas de violências.

A pesquisa de natureza aplicada utiliza métodos descritivos, de objetivo exploratório, com abordagens qualitativas e quantitativas. O objetivo exploratório da pesquisa partiu do levantamento bibliográfico de dados secundários da temática e do objeto de estudo a fim de ampliar, o mais detalhadamente possível, seu conhecimento. As abordagens qualitativas e quantitativas basearam-se na coleta de dados primários com as observações de campo e aplicação de formulários semiestruturados.

População e amostra

O tamanho da amostra, determinado com base na estimativa da proporção populacional⁸, foi definido com recorte apenas nos beneficiários⁹ do Bolsa Família no município, sendo utilizada a amostragem estratificada pelos Centros de Referência de Assistência Social e pela Secretaria Municipal (Tabela 1).

⁸ Ver: LEVINE; BERENSON; STEPHAN, *Estatística: teoria e aplicações usando Microsoft Excel em português*. Rio de Janeiro: LTC, 2000. 811p.

⁹ De acordo com o Gestor local do programa (informação verbal), atualmente (julho de 2010) são aproximadamente 6.000 famílias cadastradas, mas cerca de 4.000 são beneficiárias.

Tabela 1 – Tamanho da amostra de famílias beneficiárias pelas entidades responsáveis

ENTIDADES	POPULAÇÃO	AMOSTRA	%
SMADS	1853	46	2,5
CRAS Selmi Dei	700	18	2,6
CRAS Parque São Paulo	569	14	2,5
CRAS Yolanda Ópice	433	11	2,5
CRAS Vale do Sol	233	6	2,6
CRAS Parque das Hortênsias	212	5	2,4
TOTAL	4000	100	2,5

Fonte: Traldi (2011).

Na coleta e análise dos dados, as técnicas quantitativas foram baseadas na metodologia da Rede Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional - Rede Alimenta¹⁰ da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no caso, os formulários aplicados às famílias beneficiárias do programa em etapa antecedente às técnicas qualitativas, ou seja, as observações de campo.

Os formulários constituem-se em 8 módulos referente às informações gerais do domicílio; à caracterização da segurança alimentar/fome dos maiores e menores de 18 anos de idade; às características sócio-demográficas dos titulares/chefes e membros das famílias; à caracterização do padrão de consumo alimentar do beneficiário; às condições de saúde e de trabalho; ao apoio e proteção social; à caracterização do trabalho e da renda da família; e em relação à inserção do programa na família.

Esses indicadores (sócio-demográficos e socioeconômicos) foram cruzados com os níveis de insegurança alimentar das famílias, resultando em algumas relações – compreendidas – apresentadas mais adiante nos resultados.

A pesquisa seguiu o protocolo de ética em pesquisa com seres humanos e foi apro-

¹⁰ O formulário da Rede Alimenta, o qual engloba o método da Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) – Módulo II do Formulário *Pesquisa do Perfil sócio-demográfico e socioeconômico das famílias beneficiárias do Bolsa Família em Araraquara/SP* – possibilita o cruzamento com variáveis sócio-demográficas, padrão de consumo alimentar, local de moradia, redes de proteção social, trabalho e renda, entre outras, que abrem brechas analíticas ao desenvolvimento do trabalho e ao programa em questão (ALMEIDA, 2008; PAULILLO *et al.*, 2009).

vada pelo Comitê de Ética do Centro Universitário de Araraquara (UNIARA).

A Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA)

Segundo Almeida (2008), tendo em conta a complexidade conceitual de segurança alimentar, sobretudo por ser abrangente e multidimensional, foram levantadas metodologias utilizadas em outros países (para acompanhar os níveis de segurança alimentar da população) no sentido de subsidiar a proposta de investigação para a realidade brasileira (países menos desenvolvidos). Dessa forma, o método utilizado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2004) foi baseado numa “concepção de escala de medida direta” do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América (EUA)¹¹.

Como resultado do processo de adaptação do método no Brasil foi elaborada e validada uma Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA) pela UNICAMP, pelo Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília (UNB) e por outras instituições – Rede Alimenta¹².

¹¹ Nos EUA, o instrumento de medida chama-se *Household Food Security Survey Module (HFSSM)* e contém 18 itens, os quais apresentam indicadores referentes não somente à disponibilidade calórica por pessoa, mas ao acesso aos alimentos como: rendimentos, gastos com alimentação e consumo alimentar familiar (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

¹² A Rede Alimenta, uma rede interdisciplinar de estudo e pesquisa em segurança alimentar e nutricional, é fruto da interação de pesquisadores, gestores e representantes institucionais, estruturada para prover suporte descentralizado aos gestores de políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal.

A EBIA é um método de mensuração da situação alimentar domiciliar, que objetiva captar distintas dimensões da Insegurança Alimentar (IA), desde o receio de sofrer a privação alimentar no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, limitação da qualidade de alimentos consumidos, até o nível mais grave de fome já atingido. É aplicado diretamente a uma pessoa da família, que seja responsável pela alimentação do domicílio, por meio de um questionário com 15 questões fechadas (Quadro 1) com respostas do tipo sim ou não referentes aos últimos três meses (SEGALL-CORRÊA; SALLES-COSTA, 2008), ou seja, é uma escala que mede a percepção da pessoa de referência sobre a situação alimentar domiciliar. Segundo Segall-Corrêa e Salles-Costa (2008), essa escala permite a classificação das famílias em quatro categorias:

- Segurança Alimentar (SA): quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro;
- Insegurança Alimentar Leve (IAL): quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, portanto, risco para a sustentabilidade e, ainda, comprometimento da qualidade da dieta;
- Insegurança Alimentar Moderada (IAM): quando aparecem restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas, e;
- Insegurança Alimentar Grave (IAG): quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, tanto para a alimentação de adultos, como para a de crianças que residem no domicílio. Nesta última, há evidente quebra nos padrões usuais de alimentação das famílias, com alta possibilidade de ocorrência de fome.

1. Preocupação que a comida acabasse antes que tivesse condição de comprar mais.
2. A comida acabou antes que tivesse dinheiro para comprar mais?
3. Ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4. Dispõe de apenas alguns tipos de alimentos para alimentar os(as) moradores(as) com menos de 18 anos porque o dinheiro acabou?
5. Adulto(a) diminuiu a quantidade de alimentos ou pulou refeições porque não havia dinheiro para comprar comida?
6. Comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
7. Entrevistado(a) sentiu fome, mas não comeu porque não podia comprar comida?
8. Entrevistado(a) perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida?
9. Adulto(a) ficou um dia inteiro sem comer ou teve apenas uma refeição ao dia porque não havia dinheiro para comprar comida?
10. Não pôde oferecer a algum(a) morador(a) com menos de 18 anos alimentação saudável e variada porque não tinha dinheiro?
11. Algum(a) morador(a) com menos de 18 anos não comeu em quantidade suficiente porque não havia dinheiro para comprar comida?
12. Diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de algum(a) morador(a) com menos de 18 anos porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
13. Algum(a) morador(a) com menos de 18 anos deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
14. Algum(a) morador(a) com menos de 18 anos teve fome, mas você simplesmente não podia comprar mais comida?
15. Algum(a) morador(a) com menos de 18 anos ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

Quadro 1 - Perguntas utilizadas para avaliar a insegurança alimentar a partir da EBIA

Fonte: Segall-Corrêa e Salles-Costa (2008).

A pontuação para a classificação dos níveis de segurança ou insegurança alimentar (categorias descritas acima) das famílias entrevistadas neste estudo dá-se pela somatória

de valor 1 para cada resposta afirmativa/positiva e, a seguir, os pontos de corte que definem os diferentes estratos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 – Classificação dos níveis de Insegurança Alimentar (IA)

Classificação	N. de respostas afirmativas/positivas	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias com pessoas adultas
S A	0	0
IAL	1 a 5	1 a 3
IAM	6 a 10	4 a 6
IAG	11 a 15	7 a 8

Fonte: Segall-Correa e Salles-Costa (2008).

A disseminação do uso da EBIA no território nacional, pelo portal da Rede Alimentar, permite identificar localidades e grupos de maior risco de IA, bem como acompanhar e avaliar o cumprimento de metas das políticas pertinentes e medir seu impacto populacional (ALVES FILHO, 2006), o que mostrou a PNAD 2004, quando foi realizado o primeiro diagnóstico no Brasil de segurança e insegurança alimentar, o qual apresentou que cerca de 40% da população brasileira convivia com algum grau de insegurança alimentar (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON; 2009).

Segundo as autoras, as informações da PNAD 2004 mostraram ainda que:

[...] os usuários do programa Bolsa Família (BF) apresentavam prevalências mais altas (14,9%) de insegurança alimentar grave, mais que o dobro da observada na média nacional. Isto levantou, à ocasião, polêmica com algumas hipóteses nos jornais diários sobre uma suposta baixa eficiência do programa. Entendeu-se, entretanto, como mais plausível, que a população de usuários concentrava condições outras de vulnerabilidade que reduziam o impacto da transferência de renda. Essa hipótese foi confirmada ao ser analisada, por meio de modelagem estatística adequada, as mudanças ocorridas no perfil de segurança alimentar a partir do acréscimo de renda oriundo do programa. Observou-se que a cada 10 reais de acréscimo na renda familiar, por meio do BF, a chance de segurança alimentar aumentava em 8%. Isto significa que a cada 60 reais, perto do valor médio de

transferência à época, uma chance de cerca de 50% de mudança de *status*, passando o domicílio de situação de insegurança para a segurança alimentar. (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009, p. 9-10).

O artigo de Segall-Corrêa e Marin-Leon (2009) descreve os resultados do uso da EBIA a partir de seu processo de validação até os inquéritos de abrangência nacional, sua utilização pelos gestores municipais e para a produção acadêmica; justifica ainda a relevância dessa escala como instrumento auxiliar das políticas públicas de combate à fome no Brasil, “um problema que aparentemente se mantém na sombra, para muitos, escondido no eufemismo de população vulnerável ou de risco de insegurança alimentar” (SEGALL-CORRÊA, MARIN-LEON, 2009, p. 13).

Resultados e discussões

Perfil dos beneficiários

Como ocorre na maioria de outras pesquisas, a maior porcentagem dos titulares do programa são mulheres (94%) – pois existe um ‘consenso’ tanto por parte dos beneficiários quanto de gestores sobre a titularidade do cartão ser concedida preferencialmente às mulheres¹³ - e também, na maior parte dos

¹³ Em outras pesquisas (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2008), a razão é pelo fato de que as mulheres conhecem melhor as necessidades da família e porque tendem a gastar o benefício com alimentação e com os filhos.

casos são mães solteiras (separadas) com crianças (49%), porém Araraquara apresentou uma alta porcentagem de titulares mulheres com companheiros e crianças (42%).

Em relação à escolaridade, a maioria dos titulares sabe ler e escrever, mas apresentam ainda baixos graus de escolaridade: 67% têm o ensino fundamental, e 8% têm o ensino médio incompleto, sendo apenas 20% com ensino médio completo e uma baixíssima porcentagem com ensino superior (3%). Em 39% das famílias, a maior escolaridade é o fundamental; e, em 76%, há pelo menos de um a três menores de 18 anos estudantes.

A metade das famílias (51%) respondeu que existia pelo menos uma pessoa com algum problema crônico de saúde, como diabetes e/ou hipertensão, ou seja, grande parte ainda necessita de cuidados em relação à saúde, a partir do que se pode concluir que existe um precário acompanhamento da saúde por parte do programa, uma das condicionalidades. Já em relação ao acesso a bens públicos básicos, como rede de esgoto, energia, coleta de lixo e distribuição de água são aspectos favoráveis às famílias, o que não acontece normalmente em muitos casos, mas, com isso, o município de Araraquara mostra estar avançando em relação às condições de saneamento.

Em relação à situação de trabalho dos titulares das famílias, somente 14% trabalham permanente, ou seja, têm registro em carteira; 40% trabalham sem registro em carteira (temporariamente ou por conta própria) e 30% estão desempregados, procurando emprego. O percentual de titulares autônomos e desempregados é elevado, o que descaracteriza, para alguns, o programa quanto à proposta de evitar as práticas assistencialistas. No entanto, de acordo com outras pesquisas (INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS, 2008), o fato de os titulares serem, na maioria, mulheres pode explicar o baixo índice de trabalhadores permanentes, pois as mulheres dedicam-se mais à gestão da casa.

A renda média total das famílias advindas de todas as formas de remuneração (bolsa família, trabalho, pensão ou aposentadoria) mostra que mais da metade das famílias (64%) possuem renda menor do que um salário mínimo (510,00 reais), e apenas 36% recebem

igual ou mais do que um salário mínimo.

Em relação ao padrão de consumo alimentar, a maioria dos titulares tomam café da manhã (53%), almoçam (82%) e jantam (77%) nos 7 dias da semana. A porcentagem do café da manhã é mais baixa, pois muitos relataram tomar apenas um pouco de “café preto” e muitos não são acostumados a fazer a refeição matinal e, em alguns casos, afirmaram nem sempre ter dinheiro para o pão.

Das famílias que possuem crianças frequentando escolas ou creches, 51% recebem em média uma vez ao dia refeição escolar, 35% recebem em média duas ou mais vezes ao dia, sendo apenas 1% que não recebe e, em 13% das famílias, não se aplicava a questão, pelo fato de que não tinham crianças menores de 14 anos; ou seja, a merenda escolar é complementar para 87% das famílias com menores de 14 anos, o que pode contribuir, mesmo que indiretamente, para a melhora dos níveis de insegurança alimentar; além de ser importante para o orçamento doméstico (menos gastos em casa com alimentação das crianças), de acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2008).

Grande porcentagem das famílias paga suas compras relacionadas às despesas alimentares à vista (84%), não possuem dívidas com essas despesas (67%), pois afirmam não querer se “afundar em dívidas”.

A maioria das famílias (60%) recebe ajuda em forma de alimento de entidades sociais, amigos, parentes, programas municipais e estaduais, entre outros; 40% não recebem nenhum tipo de ajuda. Desses 60%, 78% recebem de forma esporádica e 22% regularmente; a maioria (47%) recebe cesta básica e 12% recebem leite (em pó e saquinho); nota-se que a minoria recebe mais de um tipo de ajuda em forma de alimento.

As doações da ajuda em forma de alimento são, na maioria (45%), advindas da Assistência Social do município (cesta básica e leite), sendo o restante das igrejas, das próprias famílias dos beneficiários e de amigos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2008), a solidariedade entre a população gera rede de apoio em situações de escassez alimentar.

Em questão de ajuda financeira, as famílias recebem em maior porcentagem (67%)

recursos somente advindos do Bolsa Família, e 20% recebem, além do Bolsa Família, o programa Estadual Renda Cidadã.

Os principais gastos das famílias com os benefícios do Bolsa Família são na maioria com a alimentação (69%), com material escolar (14%) e com vestuário (5%) das crianças e adolescentes (roupas, uniformes e acessórios), resultado que é visto também em outras pesquisas na mesma ordem, o que mostra que o benefício está sendo bem direcionado.

Insegurança alimentar e Bolsa Família

Em relação à situação alimentar, 95% das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP apresentaram algum grau de insegurança alimentar - IA (Gráfico 1). Desse percentual, 26% encontram-se com IA grave, ou seja, há a fome extrema entre adultos e/ou crianças.

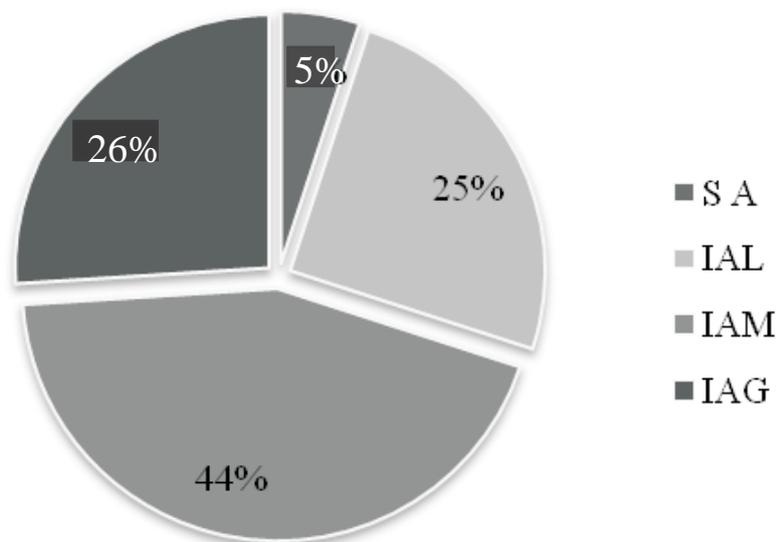


Gráfico 1 - Distribuição das famílias beneficiárias de acordo com a EBIA

Fonte: Traldi (2011)

O nível de IA mais grave é predominante nas famílias em que os titulares não sabem ler e escrever, os chefes são pensionistas, trabalhadores temporários ou sem emprego; nos que afirmam ter algum problema crônico de saúde, como diabetes ou hipertensão (bem como também é elevado o nível nos que afirmam não ter) e as famílias que recebem ajuda em forma de alimento (do Bolsa Família, e de parentes e amigos). A menor prevalência de IAG ocorre nas

famílias que gastam mais os benefícios do programa com a alimentação.

Em relação à renda (Gráfico 2), nas famílias com renda média do Bolsa Família maior que R\$ 83,50 (média total), prevalecem os níveis de IAG e IAM e, nas que possuem renda menor do que a média total, prevalecem o nível de IAL e a SA, o que leva à constatação de que o benefício está direcionado às famílias que mais necessitam (que apresentam os mais altos níveis de IA).

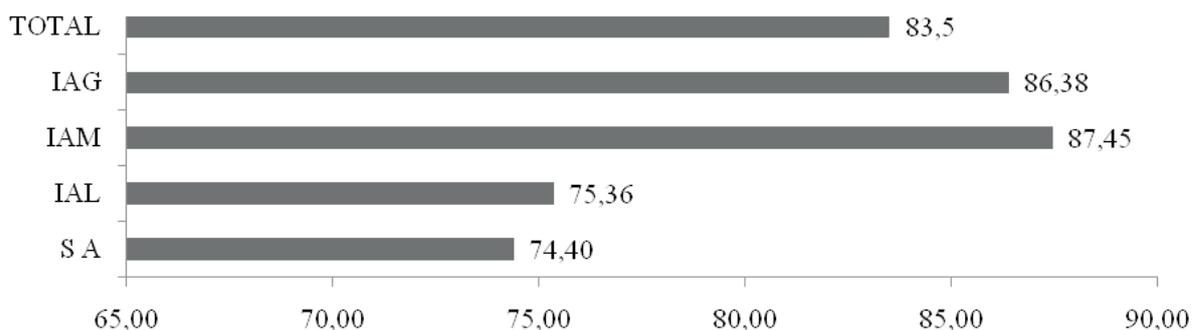


Gráfico 2 - Relação entre a renda média do Bolsa Família das famílias beneficiárias e o nível de insegurança alimentar

Fonte: Traldi (2011)

As famílias gastam em média um total de R\$ 233,95 com alimentação. As famílias que gastam mais do que a média apresentam

níveis de SA e IAL e as famílias que gastam menos do que a média apresentam níveis de IAG e IAM (Gráfico 3).

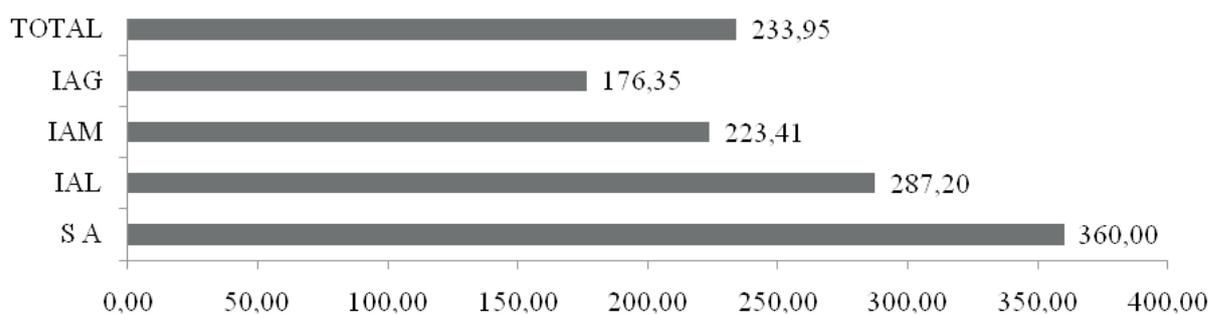


Gráfico 3 - Relação entre o gasto médio com alimentação das famílias beneficiárias e o nível de insegurança alimentar

Fonte: Traldi (2011)

O Gráfico 4 mostra que a SA é predominante nas famílias que têm uma renda média total de R\$ 822,40, ou seja, quase o dobro

do que a média total (R\$ 421,84). Os níveis de IAM e IAG prevalecem nas famílias com renda média abaixo da média total.

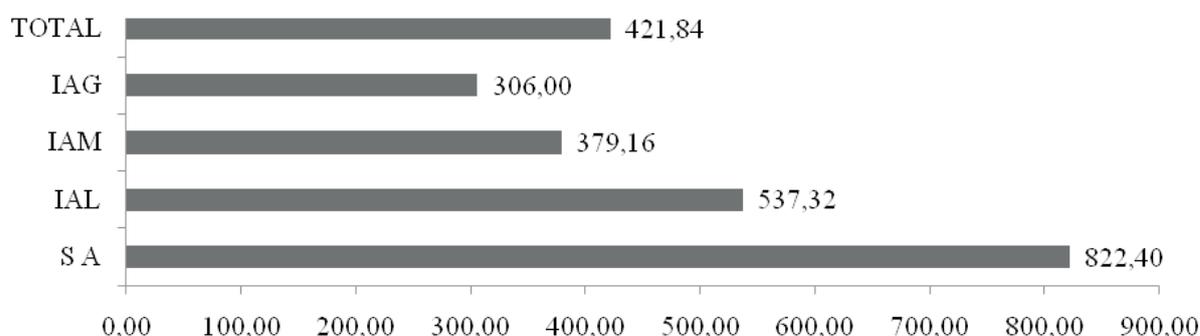


Gráfico 4 - Relação entre a renda média total das famílias beneficiárias e o nível de insegurança alimentar

Fonte: Traldi (2011)

A porcentagem da renda média do Bolsa Família sobre renda média total das famílias (Gráfico 5) é de 43% (quase a metade).

As famílias em que os benefícios do programa representam maior porcentagem apresentam os níveis de IA mais graves (IAG e IAM).

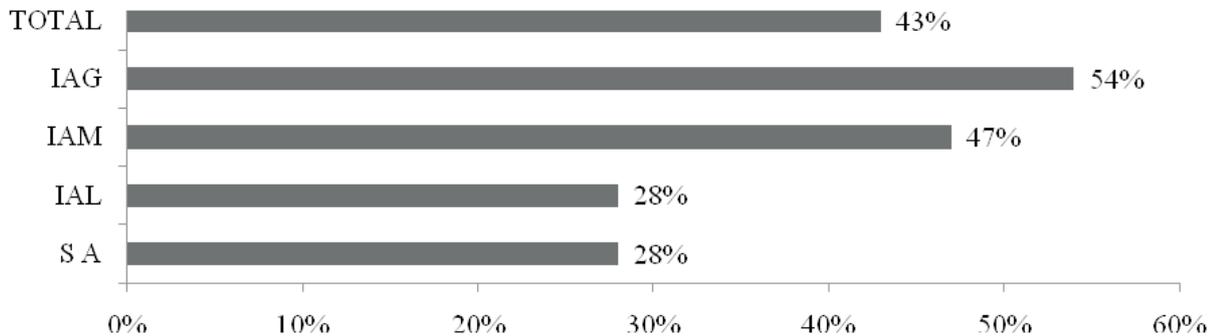


Gráfico 5 – Relação entre a porcentagem da renda média do Bolsa Família sobre a renda média total das famílias beneficiárias e o nível de insegurança alimentar

Fonte: Traldi (2011)

A maioria das famílias gasta mais do que recebe com a alimentação. A porcentagem do gasto médio com alimentação sobre a renda média total das famílias é de 109%. Novamente é constatado que as famílias que gastam mais com alimentação são as que

apresentam maiores níveis de IA. Todas as famílias que apresentam algum grau de insegurança alimentar gastam com alimentação acima de suas rendas familiares, portanto, indícios de formação de redes de cooperação e proteção social no município (Gráfico 6).

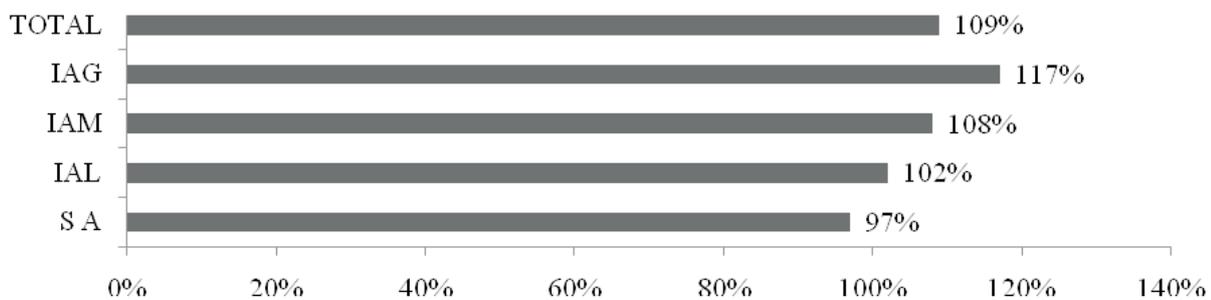


Gráfico 6 – Relação entre a porcentagem do gasto médio com alimentação sobre a renda média total das famílias beneficiárias e o nível de insegurança alimentar

Fonte: Traldi (2011)

A porcentagem da renda média do Bolsa Família sobre o gasto médio com alimentação é de 49%. As famílias em que os benefícios têm maior representatividade nos gastos com alimentação são as que apresentam os níveis mais altos de IA. Famílias

com insegurança alimentar moderada ou grave têm a renda proveniente do programa responsável por mais da metade gasta com alimentação, sinalizando o efeito significativo sobre a segurança alimentar dos beneficiários (Gráfico 7).

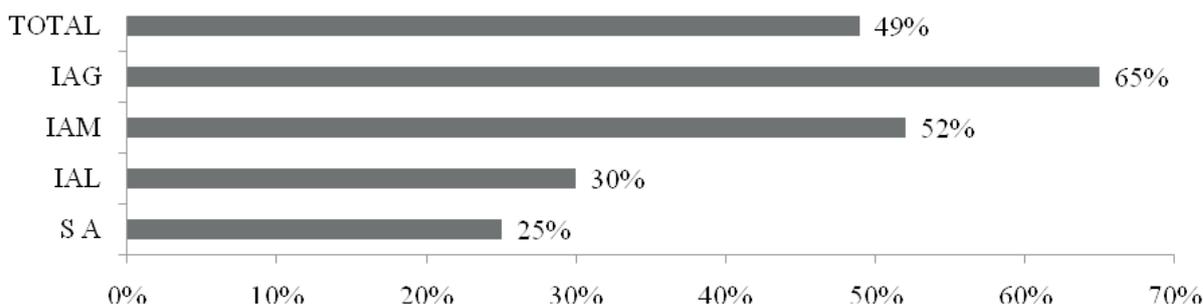


Gráfico 7 - Relação entre a porcentagem da renda média do Bolsa Família sobre o gasto médio com alimentação das famílias beneficiárias e o nível de insegurança alimentar

Fonte: Traldi (2011)

Inserção do programa na família: embriões de inclusão social

Em relação ao tempo de inserção no programa e aos benefícios, a maioria das famílias estão inseridas no programa anterior a 2009 (84%), sendo 45% até 2 anos e meio, e 41% de 3 a 5 anos; 55% das famílias afirmam que o benefício foi interrompido pelo menos uma vez, na maioria das vezes por falta de atualização cadastral. Grande porcentagem (65%) das famílias diz que o benefício não é suficiente e deveria aumentar uma média de 98,34 reais, sendo 58% na faixa de 20 a 80 reais, e 36% de 90 a 150 reais.

Em relação à renda total familiar, 40% dos titulares afirmam que chegam ao final do mês com muita dificuldade; 33% com dificuldade e 22% com alguma dificuldade. Mas, 61% das famílias avaliam o programa como sendo bom, e 25%, como muito bom, pois, segundo eles, é uma "ajudinha a mais".

Quanto ao conhecimento do programa, 75% das famílias afirmam não conhecer a fundo sobre o programa, suas condicionalidades e benefícios; 17% afirmam conhecer mais ou menos. Isso mostra que há a falta de interesse por parte dos beneficiários, pois, segundo o gestor local, há vários meios de comunicação (rádio, folders, palestras) por parte da gestão.

As entidades responsáveis pelo programa local são bem vistas pelas famílias (76%), sendo que os CRAS, na maioria das vezes, são bem mais elogiados.

Mais da metade das famílias (54%) considera forte o esforço das entidades em manter os beneficiários dentro do programa; 97% acham que elas são fundamentais para

o benefício chegar até eles. A maioria dos entrevistados (99%) procuram as entidades quando têm algum problema, 89% dizem que elas ajudam a resolver o problema de forma adequada, principalmente os CRAS.

Considerações finais

De modo geral, as repercussões (efeitos) do Programa Bolsa Família no município de Araraquara podem ser diagnosticadas, num primeiro momento, considerando aspectos relevantes referentes ao perfil das famílias beneficiárias; às questões sócio-demográficas e socioeconômicas nas quais elas estão inseridas; ao alto percentual (95%) de Insegurança Alimentar (IA) identificado na pesquisa, através da Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar; ao funcionamento do programa local.

As características das famílias entrevistadas encontram-se na maior parte em situações adversas: 29% das famílias pagam aluguel, sendo que mais da metade (64%) ganha menos de um salário mínimo, 30% não têm trabalho com registro em carteira (trabalha por conta própria), 30% estão desempregados, procurando emprego e a maior parte gasta muito mais do que recebe com alimentação (e, ainda assim, o grau de IA é elevado); o baixo grau de escolaridade, sendo que 38% têm o ensino fundamental incompleto (5ª a 8ª série); constatou-se a existência de algum problema crônico de saúde como diabetes e hipertensão em 51% das famílias; a dependência de ajuda financeira e de alimentos como cestas básicas e leite (em pó e saquinho) distribuídos pela Assistência Social, igrejas, familiares, amigos,

entre outros; grande parte das famílias são chefiadas por mulheres e mães separadas.

Em relação à situação alimentar, o alto índice de IA divide-se em 44% em situação de Insegurança Alimentar Moderada (IAM), 25% em situação de Insegurança Alimentar Leve (IAL), 26% em situação de Insegurança Alimentar Grave (IAG) e apenas 5% encontram-se em Segurança Alimentar (SA). Destacando-se a associação dos níveis à renda, nota-se que, nas famílias em que os benefícios do programa têm maior representatividade e em que os maiores gastos são com a alimentação, são as que possuem os níveis mais altos de IA, o que mostra que o programa está sendo bem direcionado.

Nos diários de campo, conforme foram sendo aplicados os formulários aos beneficiários, eram anotadas observações em relação ao programa e a eles. Constatou-se a falta de investimento nos Centros de Referência de Assistência Social, o que prejudica os atendimentos, reuniões do programa e acompanhamento da evolução das famílias beneficiárias; a falta de conhecimento e, muitas vezes, de interesse pelo programa por parte dos beneficiários; problemas com as condicionais do programa, principalmente com referência à frequência escolar das crianças e adolescentes. Há outras situações adversas que algumas famílias enfrentam em relação a preconceitos, problemas graves de saúde e adaptação local, problemas em conseguir emprego, dentre outros.

Assim, os resultados desta pesquisa alertam para a importância da integração do PBF com outros programas sociais para o melhoramento da situação de segurança alimentar (por 95% das famílias estarem com IA); das condições de saúde (por mais da metade das famílias apresentarem problemas crônicos de saúde); educação (pelo baixo grau de escolaridade); capacitação (pela grande porcentagem de titulares sem registro em carteira e desempregados); e principalmente na alimentação, visto que os maiores gastos das famílias são com alimentos, nos quais os benefícios do programa têm grande representatividade, principalmente nas famílias com os níveis mais altos de IA.

Há a necessidade também de um maior esforço em relação ao conhecimento do programa, principalmente por parte dos

beneficiários, pois é um aspecto que dificulta a inserção das famílias em outros programas sociais, ou seja, faz-se necessário estabelecer e intensificar estratégias de comunicação entre os beneficiários, gestores locais e sociedade; repensar os compromissos das condicionais, inserindo a questão da segurança alimentar dos beneficiários; a integração com políticas que possibilitem gerar oportunidades de emprego, de trabalho e renda, elementos necessários à real emancipação das famílias.

Apesar dos aspectos vulneráveis, os dados são bem significativos na constatação de que programas que se afirmam como políticas públicas compensatórias têm cumprido um papel inegável no enfrentamento à exclusão social. Conclusão que não pode ser lida como uma dogmática profissão de fé a favor do programa Bolsa Família, o qual deve constar de uma ajuda continuada de pesquisas e avaliações sobre suas consequências no âmbito familiar e no espaço público.

Referências

ALMEIDA, L. M. M. C. *Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar: análise comparativa entre municípios paulistas*. Campinas, SP: UNICAMP - Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008. 220 p. Relatório Técnico-Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país.

ALMEIDA, L. M. M. C. *et al.* Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 205-235, 2006.

ALVES FILHO, M. Lançado portal para diagnosticar a real dimensão da fome no Brasil. *Jornal UNICAMP*, Campinas, p. 4, 20 fev. 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju313pg04.pdf>. Acesso em: 15 set. 2009.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUZA, L. C. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 95p. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75).

BRASIL. *Instituto Brasileiro Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Brasília: IBGE, 2004.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O Ministério*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sobreoministerio/institucional>>. Acesso em: 2 jul. 2010 .
- _____. _____. *Programa Bolsa Família*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsa_familia>. Acesso em: 12 ago. 2010.
- BURLANDY, L. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, nov./dez. 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). *Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas*. Relatório Técnico (preliminar). Rio de Janeiro: IBASE, 2008. 273p.
- MESQUITA, C. S. *O programa bolsa família: uma análise de seu impacto e significado social*. 2007. 139f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, DF, 2007.
- PAULILLO, L. F. O. *et al.* Eficácia e coesão social do projeto Viva Leite: uma avaliação da rede de segurança alimentar de Osasco e Carapicuíba. *Economia Agrícola*, São Paulo, v. 56, p. 7-28, 2009.
- PAULILLO, L. F.; PESSANHA, L. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização. In: PAULILLO, L. F. *et al.* *Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional*. São Carlos: Edufscar, 2002.
- SANTANA, J. A. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE, 2007, Belo Horizonte, MG. *Resumo...* Belo Horizonte, MG: Cedeplar/UFMG, 2007. p. 1-19.
- SANTOS, S. M. C.; SANTOS, L. M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002 – abordagem metodológica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1029-1040, 2007.
- SEGALL-CORREA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.
- SEGALL-CORREA, A. M.; SALLES-COSTA, R. Novas possibilidades de alimentação a caminho? *Democracia Viva*, n. 39, p. 68-73, jun. 2008.
- SILVA NETO, J. M.; MELO, R. P.; PEREIRA, S. A. Resultados notáveis na administração pública: avaliação de programas utilizando mapas estratégicos e o *Balanced Scorecard*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador/BA. *Resumo...* Salvador, BA: EnANPAD, 2006. p. 23-27.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 7 dez. 2010.

Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA

Family agriculture and local development: challenges to sustainable economic and ecological community of Palmares II Parauapebas city, Pará state in Brazil

L'agriculture familiale et le développement local: défis pour la durabilité économique et écologique de la localité de Palmares II ville de Parauapebas, état du Pará au Brésil

Agricultura familiar y desarrollo local: los desafíos para una sustentabilidad económico-ecológica en la comunidad de Palmares II, Parauapebas, PA (Brasil)

Alessio Moreira dos Santos*

Danielle Mitja**

Recebido em 18/6/2011 revisado e aprovado em 20/10/2011; aceito em 18/12/2011

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as atividades agrícolas dos agricultores familiares e suas repercussões sobre o meio ambiente no Assentamento Palmares II, localizado no município de Parauapebas, PA, e discutir as potencialidades para o desenvolvimento local. A sustentabilidade econômico-ecológica dos estabelecimentos familiares poderá ser alcançada através da capacitação das famílias assentadas em técnicas agrícolas de conservação dos recursos naturais e capacitação para a agroindustrialização de produtos a serem comercializados no mercado local.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento Local. Sustentabilidade.

Abstract: This article aims to analyze the agricultural activities of family farmers and its impact on the environment in Palmares II Settlement, located in the municipality of Parauapebas, PA, and discuss the potential for local development. The economic and ecological sustainability of family farms can be achieved through the empowerment of families settled in farming techniques that conserve natural resources and training for the industrialization of the products being sold in local market.

Key words: Family agriculture. Local Development. Sustainability.

Résumé: Cet article vise à analyser les activités agricoles des paysans et leur impact sur l'environnement dans la localité de Palmares II, située dans la municipalité de Parauapebas, état du Pará, et de discuter du potentiel pour le développement local. La durabilité économique et écologique des exploitations familiales peut être atteinte en favorisant l'autonomie des familles installées, en matière de techniques agricoles qui préservent les ressources naturelles et de formation pour l'industrialisation des produits agricoles vendus sur le marché local.

Mots-clés: Agriculture familiale. Développement local. Durabilité.

Resumen: El objetivo de este artículo es de analizar las actividades agrícolas de los habitantes de Palmares II, en el municipio de Parauapebas, Estado del Pará, y sus impactos sobre el medio ambiente para discutir de sus posibles contribuciones para el desarrollo local. La sustentabilidad económica y ecológica de la agricultura familiar puede lograrse mediante la difusión de técnicas de cultivo que conservan los recursos naturales y la capacitación de los agricultores para la industrialización de productos que se venden en el mercado local.

Palabras claves: Agricultura familiar. Desarrollo local. Sustentabilidad.

Introdução

O agronegócio brasileiro tem ganhado destaque no cenário mundial com uma taxa de crescimento médio de 5 % ao ano (MELO, 2004). Segundo dados do Ministério da Agricultura (2004), o agronegócio é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. Para Pinto e Silva (2005), o Consenso de Washington¹ trouxe mudanças

na competitividade do agronegócio brasileiro a partir dos anos 1990, passando a ser o principal setor exportador brasileiro.

Estudos realizados por Guilhoto *et al.* (2006) concluem que, no período de 1995 a 2003, o agronegócio familiar teve participação significativa na riqueza nacional. Em 2003, contribuiu com 10,1 % (R\$ 157 bilhões) do PIB brasileiro e um terço do PIB do agronegócio nacional. O desempenho da agropecuária familiar e do agronegócio a ela articulada

* Engenheiro Agrônomo. Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Universidade Federal do Pará (UFPA/Belém, PA). E-mail: alessio@ufpa.br

** Doutora em Biologia Vegetal pela Université Pierre et Marie Curie, França. Pesquisadora do Institut de Recherche Pour Le Développement (IRD/França). E-mail: danielle.mitja@ird.fr

¹ Conjunto de medidas econômicas e políticas formuladas para orientar a economia dos países na América Latina. Sua base principal é política de abertura de mercado (PINTO e SILVA, 2005).

vem superando nos últimos anos as taxas de crescimento relativas ao segmento patronal. No entanto o agronegócio familiar apresenta algumas limitações que impedem que esses resultados sejam ainda melhores. São eles: a insuficiência de terras, as dificuldades creditícias, o menor aporte tecnológico, a fragilidade da assistência técnica e a subutilização da mão-de-obra (GUILHOTO *et al.*, 2006). Sobre essa contradição, Schmitz e Mota (2007) argumentam que, apesar da importância econômica, entre outros, para a produção de alimentos e produtos básicos para o setor de transformação, os valores da renda e dos investimentos na agricultura familiar são baixos.

A agricultura familiar se apresenta como alternativa modeladora de um desenvolvimento menos excludente e ambientalmente mais equilibrado. No debate sobre o desenvolvimento local, as especificidades produtivas e geradoras de renda e ocupação, expressivas na agricultura familiar, têm importância econômica e social e são motivadoras de políticas públicas (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2002).

Na região Amazônica, a agricultura familiar se manifesta de forma mais característica que em outras regiões, constituindo a base onde se aplica a extração dos recursos naturais e a maior parte da produção de alimentos. Há a predominância nessa região de agricultores familiares em áreas de fronteira e em áreas antigas de colonização, produzindo culturas temporárias e permanentes, além da exploração extrativa, ocasionando mudança da base produtiva em suas propriedades com a integração ao mercado (GALVÃO *et al.*, 2005). As atividades dos agricultores familiares nos projetos de assentamento da região são importantes na produção de alimentos. Entretanto as atividades agropecuárias praticadas influenciam negativamente os Serviços Ecossistêmicos (SE) realizados pelo meio ambiente.

Este trabalho pretende analisar as atividades produtivas – e suas potencialidades para o desenvolvimento local – dos agricultores familiares da comunidade de Palmares II, município de Parauapebas, PA, sob a ótica da sustentabilidade econômico-ecológica. Ao mesmo tempo, pretende divulgar dados de diversidade vegetal do Projeto de Assentamento Palmares II, obtidos através do Projeto de Pesquisa AMAZ_ES intitulado: “Serviços ecossistêmicos e sustentabilidade

das paisagens agrosilvipastoris da Amazônia Oriental”².

1 Caracterização do território de estudo

1.1 O Assentamento Palmares II na região sudeste do Pará

O território do sudeste do Pará³ foi um dos 40 territórios rurais em todo o Brasil que, a partir de 2003, foi contemplado com a política de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (PTDRS, 2006)⁴. É constituído pelos municípios de Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia, totalizando uma área que corresponde a 3% do Estado, contando com dois grandes centros regionais, Marabá e Parauapebas, os quais, juntos, ocupam 60% da área do território (MDA/SDT, 2007). Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou o programa “Territórios da Cidadania”, com o objetivo de promover o desenvolvimento de regiões com baixo dinamismo econômico, especialmente no meio rural, assegurando o acesso à cidadania e superação da pobreza. Atualmente há 120 territórios em todo o Brasil, o Território do Sudeste do Pará, agora chamado “Território da Cidadania Sudeste Paraense” passou a contar com mais sete municípios (14 no total),

² AMAZ_ES é um projeto interdisciplinar de pesquisa cujo objetivo é estabelecer relações entre as práticas de gestão de agricultores familiares e seus serviços ecossistêmicos em 06 diferentes localidades na Amazônia Brasileira e Colombiana. É um projeto interinstitucional, com envolvimento de cerca de 70 pesquisadores de diversas instituições do Brasil, França e Colômbia. A coordenação geral é exercida por Patrick Lavelle, do IRD. Os dados de diversidade vegetal são do grupo de biodiversidade, coordenado por Izildinha Miranda da UFRA.

³ No âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o “território” é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos. Os territórios rurais são os territórios descritos anteriormente onde predominam elementos rurais, incluindo pequenas e médias cidades e vilas ou povoados com certo nível de urbanização (MDA/SDT, 2007).

⁴ O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), foi coordenado pelo Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT) da UFPA, a partir de um programa desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

ampliando sua área de atuação para atender 14.647 agricultores familiares e 26.146 famílias assentadas (MDA, 2008).

No Território do sudeste do Pará, encontram-se mais de 160 Projetos de Assentamentos (PA's) que beneficiam mais de 18.500 famílias. A ocupação da região ocorreu através de grandes empreendimentos apoiados pelo governo militar e baseados na pecuária de corte extensiva, que acarretou áreas convertidas em pastagens e culminou com o desaparecimento de grandes áreas de florestas a partir dos anos 70. Em geral, atualmente a paisagem do território possui grandes áreas de pastagens, e a pecuária é a atividade agrícola mais importante. O nível de desmatamento é alto, e alguns municípios apresentam situação crítica (São Domingos do Araguaia - 13% de floresta e Eldorado dos Carajás - 15 % de floresta), outros municípios possuem maiores taxas de cobertura florestal explicadas pela presença de FLONAS, APAS e Reservas indígenas (Parauapebas - 80,82 %, Marabá - 52,99 % e Itupiranga - 51,16 %) (PTDRS, 2006).

O Projeto de Assentamento Palmares II, que está localizado a 20 km da cidade de Parauapebas, Pará e, aproximadamente, a 700 km de Belém, foi ocupado pelos agricultores familiares em 1994, oficializado pelo INCRA em 1995, possui uma área de 14.922 hectares e 517 famílias assentadas (MICHELOTTI, 2008). Segundo Reis (2008), a mudança da paisagem local vem ocorrendo em função da atividade madeireira, das carvoarias e das roças que se transformam em pastagens. Após 10 anos de ocupação, o Assentamento Palmares II perdeu mais de 30 % de sua área de floresta devido às práticas agrícolas dos agricultores familiares. A maior parte da renda da comunidade provém da produção agropecuária comercializada duas vezes por semana, na feira de produtores da cidade de Parauapebas, o que estimula a intensificação dos cultivos agrícolas.

1.2 Agricultura familiar

O conceito de agricultura familiar e a discussão sobre as políticas públicas para esse segmento só entrou em debate recentemente, a partir dos anos 90 (SCHMITZ e MOTA, 2007; DENARDI, 2001).

Segundo Schmitz e Mota (2007), toda a população agrária que administra um estabelecimento agrícola, como os assentados, agricultores de subsistência, posseiros, etc., deve ser incorporada na agricultura familiar. O estabelecimento familiar é simultaneamente uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social. Esses empreendimentos familiares têm duas características principais: gestão familiar e trabalho predominantemente familiar (DENARDI, 2001). Galvão *et al.* (2005) afirmam que, na unidade familiar, a produção se apoia no equilíbrio entre o consumo e o trabalho. Isso corresponde a uma microeconomia particular em que o volume de atividade é função direta do número de consumidores familiares e não do número de trabalhadores.

A agricultura familiar, além da diversificação da produção, ao contrário da agricultura convencional, busca equilibrar o uso dos recursos naturais atuando ativamente no processo de transição para uma agricultura sustentável (TOMASETTO *et al.*, 2009). Para Veiga (1996), além da diversificação da produção, a vantagem da agricultura familiar é ter um perfil essencialmente distributivo e sustentável, além do fortalecimento dos agricultores.

Um projeto de desenvolvimento local sustentável para a agricultura familiar deve observar as especificidades regionais e adaptar culturas com maior potencial de produção, visto que a maior parte da produção agrícola mundial tem origem nos estabelecimentos familiares. Isso mostra a importância da formação de identidades e da diferenciação das regiões ao pensar em desenvolvimento local, enfatizando as preocupações com os aspectos sociais (ABRAMOVAY, 2000 *apud* TOMASETTO *et al.*, 2009). Nesse sentido, a organização e a participação dos agricultores familiares no processo de desenvolvimento local devem buscar distribuição de renda e equidade social e, ao mesmo tempo, promovendo uma relação mais equilibrada com a natureza (TOMASETTO *et al.*, 2009).

1.3 A teoria do desenvolvimento local

As diversas concepções sobre o desenvolvimento local estão relacionadas com a formação dos autores e seus pressupostos interpretativos. Oliveira (2001), por exemplo, entende o

desenvolvimento local a partir de uma perspectiva histórica, condicionando o desenvolvimento local ao exercício da cidadania. Na concepção de Milani (2005), o desenvolvimento seria um conjunto que envolve atividades culturais, econômicas, políticas e sociais vistas sob uma ótica que o autor chama de intersetorial e trans-escalar, que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Por sua vez, Companhia e Silva (2000) o definem como sendo um processo de construção coletiva, prevalecendo as necessidades sociais e culturais, devendo estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, seja nos aspectos econômicos da inserção no mercado, seja em aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação.

As experiências de desenvolvimento local se deram de forma diferente nas diversas partes do mundo: América Latina, América do Norte, Reino Unido etc. Cada um com sua trajetória histórica. Na teoria o desenvolvimento local, é o desenvolvimento de um determinado território que estava à margem do processo e encontrou um mecanismo de mudanças e transformações positivas, proporcionando qualidade de vida para os cidadãos (trabalho, renda, saúde, educação). Daí se têm experiências diferenciadas em todo o mundo. Ou seja, não há uma origem única para o desenvolvimento local, nem um caminho único, os caminhos devem ser construídos⁵.

A abordagem do desenvolvimento local sustentável enfatiza a dimensão territorial do desenvolvimento considerando as pessoas e as instituições – envolvidas em certos segmentos de reprodução social – como atores sociais. Propõe que o desenvolvimento atue no espaço rural, delimitado por um território. Considera que as comunidades devem explorar características e potencialidades próprias, na busca de especialização de atividades que lhes tragam vantagens comparativas de natureza econômica, social, política e tecnológica, aumentando a renda e as formas de riqueza, respeitando a preservação dos recursos naturais renováveis (CRUZ e VALENTE, 2004).

A perspectiva da abordagem territorial oferece outra visão de desenvolvimento, instigando os atores diversos a pensar seu futuro.

Pensar o desenvolvimento a partir da ideia de território surge como uma necessidade de potencializar mais as ações coletivas, fortalecer os grupos e organizações locais, os atores sociais, viabilizando uma maior interação entre estes. Logo, esse desenvolvimento precisa estar sintonizado com as demais dimensões: social, econômica, política, ecológica e cultural. No caso do território do sudeste do Pará, devido a sua complexidade, é importante repensar urgentemente, a partir do papel da agricultura familiar, uma nova lógica de desenvolvimento territorial (PTDRS, DO PARÁ, 2006).

1.4 A produção agropecuária e o desenvolvimento local

Apesar de ser responsável por mais de 70% da produção de alimentos do país, ser a base econômica de cerca de 90% dos municípios, conservando a paisagem rural ocupada e produtiva (mesmo que em menor grau), a agricultura familiar brasileira depara-se com dificuldade em responder aos desafios de maior competitividade da agricultura interna e globalizada. Internamente, os desafios são de aumentar a produção de alimentos e, ao mesmo tempo, gerar novas oportunidades de trabalho e renda para os agricultores; promover a reconversão do êxodo rural e dos agricultores em processo de exclusão do meio produtivo (PROJETO PNUD/BRA/98/012, 1999).

Produzir na pequena propriedade rural tem sido possível, mesmo em condições adversas. Entretanto um dos grandes entraves para o produtor de pequena escala é a comercialização do excedente de sua produção. Uma das soluções encontradas para minimizar o problema tem sido a verticalização dessa produção. A verticalização agrega valor ao produto quando o transforma, e tira-o da condição de perecível quando permite ao produtor aguardar a hora adequada para comercialização, sem a necessidade de venda imediata após a colheita. Essa proposta de trabalho tem transformado o espaço rural brasileiro ocupado pelos pequenos produtores, em uma nova possibilidade de aumento de sua renda (LACERDA *et al.*, 2007) e tornou-se uma alternativa interessante no contexto do desenvolvimento local das comunidades rurais. Em geral, a prática da agricultura pouco tem contribuído para o desenvolvimento local na Amazônia, devido a entraves como esses mencionados

⁵ Notas de aula do Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local – PPGEDAM 2009.

acima. Adicionalmente podemos citar a falta de financiamento, assistência técnica e infraestrutura nas comunidades rurais.

No território do sudeste do Pará, os lotes apresentam um uso diversificado, compostos de vários subsistemas: floresta, capoeira, pastagem para gado de cria e leite, culturas anuais e culturas perenes, horta e ervas medicinais, com destaque para a pecuária de leite em propriedades familiares no sudeste do Pará, que contribui decisivamente na estruturação de uma bacia leiteira no território (PTDRSPARÁ, 2006).

A dinâmica de comercialização de pro-

duto proveniente da agricultura familiar no sudeste do Pará se apresenta de forma bastante complexa, em que se destacam vários atores, com papéis diferenciados, formando uma cadeia de relações: Agricultura Familiar (produção agropecuária); Atravessador (compra produtos dos agricultores repassando a revendedores com preços mais altos); Cooperativas de Pequenos Produtores (adquirem os produtos direto das famílias com um preço melhor); Revendedor (comerciante ou feirante) e o Consumidor. A ilustração da comercialização é apresentada na figura 1.

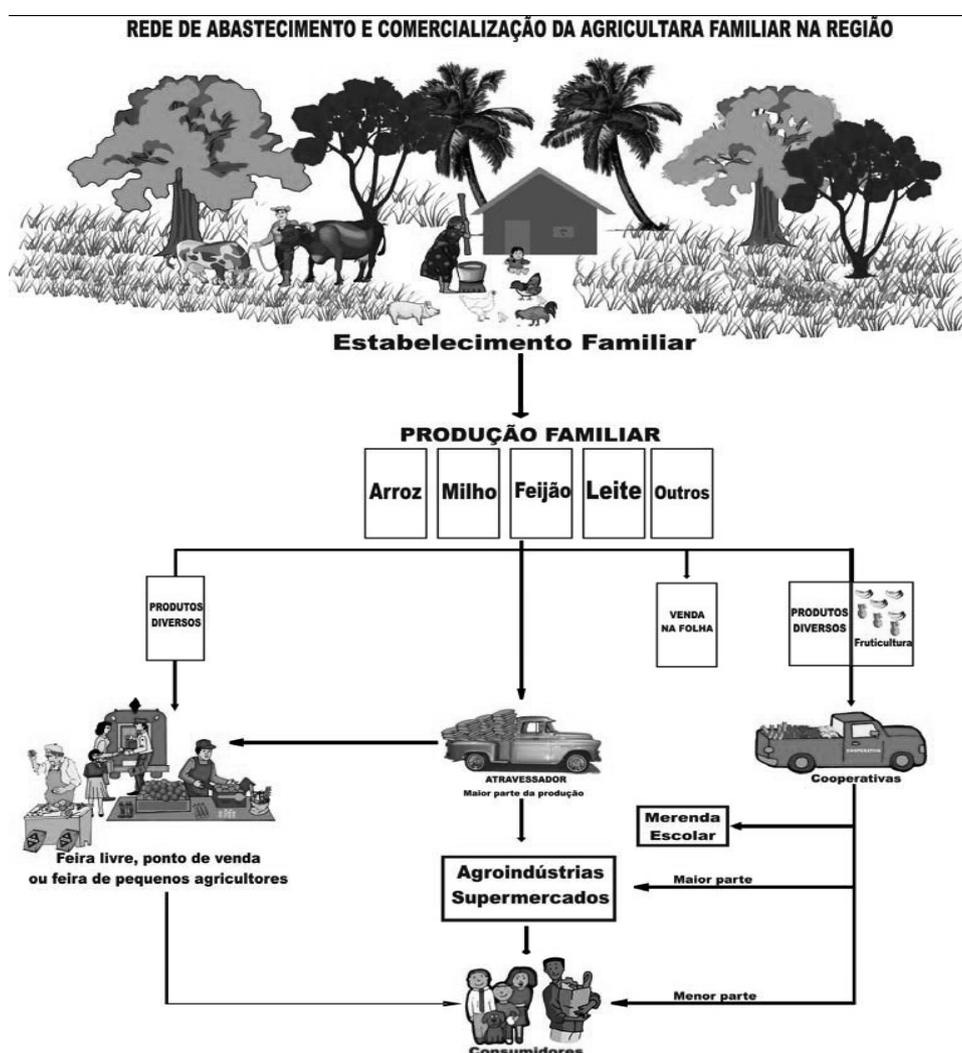


Figura 1 – Ilustração da dinâmica de comercialização no Território do Sudeste do Pará⁶

Fonte: PTDRS (2006)

⁶ A ilustração foi produzida a partir de um conjunto de entrevistas com feirantes e observações *in loco* nas feiras livres. Foram utilizadas ainda informações contidas nos Planos de Desenvolvimento dos municípios, Planos Plurianuais, PDA's dos assentamentos e outros (PTDRS, 2006)

Em geral, o agricultor familiar, ao garantir o alimento para sua própria subsistência, dispõe para a venda o excedente de sua produção, mas, como não possui uma estrutura de armazenamento capaz de conservar seus produtos, precisa vender na primeira oportunidade para não perder a produção. Esses produtos comercializados têm grande importância no abastecimento do mercado local, em particular nas feiras livres existentes no território, oferecendo uma grande variedade de produtos aos consumidores urbanos (PTDRS, 2006).

2 A situação econômico-ecológica da comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA

2.1 A produção agropecuária no PA Palmares II

No Projeto de Assentamento Palmares II, sudeste do Pará, a relação com o mercado local (no município de Parauapebas) é bastante estreita. Os agricultores familiares trabalham na produção de lavoura branca (mandioca, feijão, milho, arroz), produção de gado leiteiro, além da produção de hortaliças e de culturas permanentes, com destaque para a banana e para o abacaxi (MST, 2004; GTA, 2004).

Em um recente trabalho realizado no assentamento Palmares II, Souza *et al.* (2010) constataram a importância econômica dos cultivos anuais para os agricultores; cultivos de arroz, milho e mandioca, dos quais esta última apareceu como a principal cultura. Uma pesquisa realizada por Almeida (2010), na mesma localidade, também constatou a grande participação dos produtos do grupo mandioca e derivados na renda dos agricultores (48,3% de importância econômica relativa). A predominância dos cultivos anuais, em Palmares II, é explicada pelo incentivo da Prefeitura municipal de Parauapebas com a disponibilização de mecanização agrícola aos agricultores (SOUZA *et al.*, 2010; MICHELOTTI *et al.*, 2010) e comercialização direta dos produtos na feira do produtor rural no município (SOUZA *et al.*, 2010; ALMEIDA, 2010).

Um fator que contribui de maneira decisiva para o grande volume da produção familiar comercializada na comunidade de Palmares é a facilidade de acesso ao mercado.

A grovila do Assentamento Palmares II encontra-se somente a 20 km da cidade de Parauapebas (a distância entre a grovila e os lotes de produção oscila entre três a vinte quilômetros), com estrada totalmente asfaltada. Isso possibilita a participação de vários agricultores do Assentamento Palmares II na feira de Parauapebas, comercializando produtos agrícolas e olerícolas duas vezes por semana: quarta-feira e sábado (MICHELOTTI, 2008). Os agricultores se beneficiam também do transporte gratuito dos produtos agrícolas pelos caminhões da prefeitura, eliminando assim um agente considerado o “gargalo” da comercialização da agricultura familiar no território do sudeste do Pará: os intermediários/atravessadores que adquirem os produtos por um preço baixo, remunerando mal o produtor familiar.

A comunidade de Palmares II apresenta grandes potencialidades em termos de infraestrutura, educação e produção agrícola ligadas a uma sólida organização coletiva. No entanto ainda são necessárias melhorias em assistência técnica, maior apoio no transporte e financiamento para promover a diversificação da produção e aumento da renda para as famílias. São Instrumentalizações necessárias com vistas ao desenvolvimento local dessa comunidade.

2.2 A sustentabilidade econômico-ecológica do PA Palmares II

O conceito de sustentabilidade supõe a garantia da permanência dos fatores fundamentais de desenvolvimento, em um ambiente e/ou sociedade, impedindo ou postergando seu perecimento. A sustentabilidade disso está nas mãos da própria localidade, na medida em que esta assume a responsabilidade social desse processo. É necessário, portanto, o desenvolvimento de estratégias que garantam o envolvimento dos atores sociais locais e seu comprometimento com a sustentabilidade socioeconômica e ambiental da localidade (PROJETO PNUD/BRA/98/012, 1999).

Para Alves e Homma (2004), as precárias condições socioeconômicas e ambientais da maioria dos assentamentos da reforma agrária no sul e sudeste paraense são consequências, além de outros fatores, do modelo de uso da terra, respaldado na pecuária com

baixos índices de produtividade e como atividade principal. No médio prazo, ocorrerá a completa degradação das pastagens e o esgotamento dos recursos florestais. Nesse contexto, a alternativa de curto prazo é a diversificação da propriedade com a integração agricultura/pecuária. Na realidade, assegurar condições para o desenvolvimento da produção e da renda sem comprometer o meio ambiente constitui o principal desafio (ALVES e HOMMA, 2004).

Na comunidade de Palmares II, pode-se observar uma diminuição de mais da metade da área florestal após 10 anos de ocupação (Tabela 1). As áreas de florestas desmatadas entre 1994 e 2005 foram principalmente transformadas em pastagens e roças. Durante esse período, a proporção de capoeiras aumentou de maneira significativa.

Tabela 1 – Evolução da cobertura vegetal em Palmares II

Cobertura Vegetal	1994	2005
Mata	59,23 %	26,79 %
Pastagem	36,98 %	44,84 %
Capoeira	3,03 %	18,37 %
Roças	-	6,97 %
Perenes e Semiperenes	-	1,70 %

Fonte: Adaptado de Levantamento de campo - Reis (2008).

A facilidade de transporte em função da localização e, conseqüentemente, as melhores possibilidades de comercialização, além do maior acesso ao crédito e do menor tamanho dos estabelecimentos - 25 hectares (a média na região é de 60 ha) levaram a uma intensificação do uso do solo em Palmares (MICHELOTTI, 2008). Os agricultores familiares têm procurado aumentar sua produção para suprir a demanda da cidade, com aquisição de financiamentos para compra de equipamentos agrícolas que garantam maior agilidade no preparo das áreas de plantio, equipamentos de beneficiamento, entre outros, visando a um maior aproveitamento da área existente. Isso influenciou o aumento da renda familiar. Todavia esses aumentos da produção agrícola estão geralmente ligados a um avanço preocupante do desmatamento nos estabelecimentos familiares, a utilização intensiva do solo leva ao rápido esgotamento dos nutrientes, diminuindo a produção. Como

a reprodução econômico-social das famílias é baseada na agricultura de corte-queima, continuando nesse ritmo de desmatamento, o sistema entrará em crise, com o esgotamento dos recursos florestais. Além das consequências ecológicas, Michelotti (2008) alerta em relação ao aspecto econômico-social, pois há uma grande dependência da atividade agrícola para a reprodução econômica das famílias.

A biodiversidade constitui-se a base da estabilidade ecológica, pois trata-se de um atributo da natureza que é indispensável para o bom funcionamento dos ecossistemas que integram o meio ambiente (SHIVA, 2003). Entre alguns bens e serviços desse importante componente dos sistemas ecológicos, que é a biodiversidade, podemos citar: regulação do clima; ciclagem de nutrientes; formação do solo; controle da erosão; produção de alimentos e matérias-primas, dentre outros (FEARNSIDE, 2003). As grandes possibilidades de uso da biodiversidade (pelo que já se conhece e pelo seu potencial) oferecem justificativas para esforços no sentido de evitar sua perda (ARAÚJO, 2007).

Dados do projeto de pesquisa AMAZES - grupo biodiversidade, obtidos através de levantamento de campo em 9 estabelecimentos familiares no Assentamento Palmares II, demonstraram que foram encontradas 707 espécies de plantas em 45 parcelas amostradas. As parcelas representativas dos diferentes usos da terra, que apresentaram as maiores riquezas de espécies foram: floresta explorada ($77,8 \pm 18,6$); floresta queimada ($65,1 \pm 23,5$), seguido das áreas onde predominam as pastagens invadidas ($44 \pm 12,3$) e as capoeiras (capoeira velha [$45 \pm 5,6$] e capoeira jovem [$42,8 \pm 10,7$]); e, por ordem decrescente de riqueza, estão as roças (roças de milho [$33,6 \pm 9$]; roças de mandioca [$31,5$]; roças de arroz [24 ± 2]); e por fim a terra gradeada (21) e as pastagens limpas ($20,1 \pm 8,9$). Sendo assim, as roças (de milho, mandioca e arroz), a terra gradeada e as pastagens limpas foram consideradas como áreas que geram mais impacto na biodiversidade. Por outro lado, como foi constatado anteriormente, as roças são as atividades de maior importância econômica para os agricultores do Assentamento Palmares II.

Para se atingir a sustentabilidade econômico-ecológica no Assentamento Palmares II, devem ser concebidas e testadas práticas alternativas em direção a uma atividade agro-

pecuária integrada à paisagem florestal do assentamento (MICHELOTTI e RODRIGUES, 2004). Nesse sentido, são importantes os estímulos às atividades agrofloretais, agrosilvipastoris e extrativistas. Em um estudo realizado no Projeto de Assentamento Benfica (município de Itupiranga, região sudeste do Pará), foram inventariadas árvores e palmeiras nativas que conseguem se manter nas pastagens durante muitos anos, desde que sejam preservadas no desmatamento inicial pelo agricultor. Nessa lista, encontram-se árvores de uso múltiplo que poderiam ser preconizadas para arborização de pastagens sem trabalho adicional nem investimento (SANTOS, 2007; SANTOS e MITJA, no prelo). Dezenove das 21 espécies preconizadas nos 2 trabalhos citados estão presentes em Palmares II, são elas: castanheira (*Bertholletia excelsa*), babaçu (*Attalea speciosa*), bacaba (*Oenocarpus distichus*), tucumã (*Astrocaryum tucumã*), jacarandá (*Swartzia flammigii*), pente de macaco (*Apeiba tibourbou*), pau preto (*Cenostigma tocanthum*), taperebá (*Spondias mombin*), quina (*Geissospermum vellosii*), matá-matá (*Eschweilera coriacea*), goiabão (*Chrysophyllum lucentifolium*), jarana (*Lecythis lurida*), pará-pará (*Jacaranda copaia*), sumaúma (*Ceiba pentandra*), canafista (*Cassia fastuosa*), ingá (*Inga edulis*), inajá (*Attalea maripa*), melancieiro (*Alexa grandiflora*), tatajuba (*Bagassa guianensis*) (SANTOS, 2011). Além de serem importantes para o maior conforto do rebanho, de auxiliar na alimentação da família e nas construções na propriedade, essas espécies florestais são capazes de ficar por muitos anos nos ambientes cultivados e podem ser utilizadas para aumentar a biodiversidade nos sistemas cultivados dos agricultores familiares da comunidade de Palmares II.

Um estudo realizado por Ward (2006) mostra que, na comunidade de Palmares II, já existe certa preocupação ambiental, identificada, por exemplo, pela consciência dos problemas ambientais na localidade, pelo senso de responsabilidade na gerência dos problemas identificados e pelo início de ações para conservação. A predisposição da comunidade para a conservação dos recursos naturais é necessária na concretização de um eventual projeto de cunho ambiental.

Conclusões

A dificuldade de comercialização encontrada pelos pequenos produtores no sudeste do Pará constitui-se um dos maiores desestímulos à produção agrícola regional. No entanto, na comunidade de Palmares, cuja vila de moradores fica a 20 km da cidade, o fácil acesso (estradas vicinais) e a infraestrutura (estrada asfaltada) possibilitam aos agricultores comercializarem seus produtos na Feira do Produtor Rural da cidade de Parauapebas, resultando em ótimas oportunidades de negócio e consequente aumento da renda familiar. O Assentamento apresenta, portanto, potencialidades para o desenvolvimento local.

Apesar da perspectiva para o aumento da produção de alimentos visando atender a demanda local com um maior aproveitamento da área existente, há o problema do tamanho dos lotes do assentamento. A área restrita para a produção agrícola favorece a utilização intensiva do solo, que já é pobre em nutrientes e chega ao rápido esgotamento, proporcionando uma diminuição da produção. A prática da agricultura de corte-queima pelos agricultores gera o desflorestamento acelerado dos lotes e compromete a reprodução socioeconômica da família. A floresta representa uma reserva de nutrientes importante para o cultivo das roças e, futuramente, o esgotamento do recurso florestal poderá gerar uma crise no sistema produtivo local.

No Projeto de Assentamento Palmares II, torna-se de primordial importância: incentivar e apoiar práticas de produção que levem a um aumento da biodiversidade nos estabelecimentos através da instalação de sistemas agrofloretais incluindo espécies alóctones (exóticas) ou conservando espécies autóctones (nativas); promover atividades de capacitação com articulação da associação do assentamento junto aos governos, no sentido de preconizar técnicas agrícolas que preservem os recursos naturais; promover capacitação para a agroindustrialização do excedente (agregando valor ao produtor) e contribuir para inserção desses produtos industrializados no mercado local. O fato de a comunidade demonstrar preocupação com a preservação do assentamento é um passo importante e bastante necessário quando da implementação de qualquer medida conservacionista.

Referências

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Revista de Economia Aplicada*, São Paulo, n. 2, v. IV, p. 379-397, abril/junho 2000. Disponível em: <<http://abramovay.pro.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2010.
- ALMEIDA, A. P. O. *Feira do produtor rural de Parauapebas, PA: aspectos econômicos e sociais*. 2010. 57 f. Monografia (Curso de Agronomia) - Universidade Federal do Pará, Marabá, PA, 2010.
- ALVES, R. N. B.; HOMMA, A. K. O. Pecuária versus diversificação da produção nos Projetos de Assentamentos no Sudeste Paraense. *Comunicado Técnico*, 97, Belém, Embrapa Amazônia Oriental, p. 1-6, agosto 2004.
- ARAÚJO, M. A. R. *Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial*. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. 272 p.
- COMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000.
- CRUZ, K. C. M. S.; VALENTE, A. L. E. F. Produção familiar, agronegócio e desenvolvimento local sustentável em área remanescente de quilombo um estudo de caso na comunidade Kalunga. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42. 2004, Cuiabá. *Anais...Cuiabá, MT*, p. 487-487, 2004.
- DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001.
- FEARNSIDE, P. M. *A floresta amazônica nas mudanças globais*. Manaus: INPA, 134 p., 2003.
- GALVÃO, E. et al. Análise da renda e da mão-de-obra nas unidades Agrícolas Familiares da Comunidade de Nova Colônia, Município de Capitão Poço, Pará. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, Belém, v. 1, n. 1, jul. /dez. 2005.
- GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO. *Assentados de Palmares comemoram dez anos*. 2004. Disponível em: <<http://www.gta.org.br/noticiasexibir.php?codcel=385>>. Acesso em: 02 nov. 2009.
- GUILHOTO, J. et al. A importância do agronegócio familiar no Brasil. *RER*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 03, p. 355-382, jul/set 2006.
- LACERDA, L. et al. Agroindustrialização de alimentos nos assentamentos rurais do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e sua inserção no mercado turístico, Bonito/MS. *INTERAÇÕES*, v. 8, n. 1, p. 55-64, mar. 2007.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Políticas integradas para reduzir desigualdades. *Jornal Territórios da Cidadania*: Brasília, março de 2008.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) / SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). Estudo propositivo para dinamização econômica território rural do sudeste paraense. Brasília, 2007. Disponível em: <http://serv-sdt-1.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ep/EP_PR_Vale_do_Ribeira.pdf>. Acesso em: 13 Maio 2010.
- MELO, D. R. G. A. Dados recentes do agronegócio brasileiro. *Revista da UFG*, v. 7, n. 01, junho 2004. (on line). Disponível em: <<http://www.proec.ufg.br>>. Acesso em: 25 out. 2009.
- MICHELOTTI, F. Luta pela terra e assentamentos no sudeste do Pará. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3. Campina Grande, PB, 2008. Disponível em: <www.redesurais.org.br/sites/...3encontro/.../Beatriz%20Ribeiro.pdf>.
- MICHELOTTI, F.; RODRIGUES, F. N. C. V. Desafios para a sustentabilidade ecológica integrada a trajetórias de estabilização da agricultura familiar na região de Marabá. *Novos Cadernos NAEA*, v. 5, p. 73-103, 2004.
- MICHELOTTI, F.; SOUZA, H.; ALMEIDA, A. P. O. *Estratégias de comercialização e reprodução camponesa no sudeste Paraense: a participação do Assentamento Palmares II na Feira do Produtor Rural de Parauapebas/PA*. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4. *Anais...* Curitiba, julho de 2010.
- MILANI, C. *Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia)*. Salvador: UFBA; NPGA/NEPOL/PDGS, 2005.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Agronegócio brasileiro: uma oportunidade de investimentos*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/portal/page?pageid=33,968707&dad=portal&schema=PORTAL>>. Acesso em: 01 nov. 2009.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Projeto de assentamento do Pará comemora dez anos*. Junho de 2004. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/2044>>. Acessado em: 02 nov. 2009.
- OLIVEIRA, E. R.; RIBEIRO, E. M. Indústria rural, agricultura familiar e desenvolvimento local: o caso da produção de cachaça artesanal em Salinas-Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10. 2002, *Anais...* Diamantina, MG, 2002.
- OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: OLIVEIRA, F. et al. *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Pólis, 2001. p. 11-31.
- PINTO, J. N. A.; SILVA, L. Elementos para a compreensão da dinâmica do agronegócio na Amazônia. Texto do Projeto de Desenvolvimento do "Pará Rural", julho 2005.
- PROJETO PNUD/BRA/98/012. *Agricultura Familiar no Contexto Desenvolvimento Local Sustentável*. PRONAF/SDR/PNUD, 1999.
- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará (PTDRS). Laboratório Sócio Agrônomico do Tocantins (LASAT). Marabá, PA: UFPA, 2006.
- REIS, D. A. *Diagnóstico da qualidade do solo, segundo o saber acadêmico e a percepção do agricultor, nos sistemas de Roça e Pasto no Assentamento Palmares II*. 2008. 75 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Agronomia) - Universidade Federal do Pará, Marabá, PA, 2008.
- SANTOS, A. M. *Estrato arbóreo nas pastagens de agricultores familiares da comunidade de Benfica, Itupiranga-PA*. 2007. 79 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Agronomia) - Universidade Federal do Pará, Marabá, PA, 2007.

- SANTOS, A. M. *Consequências das práticas agrícolas na diversidade vegetal em Parauapebas, Pará*. 2011. 93 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará/NUMA, Belém, PA, 2011.
- SANTOS, A. M; MITJA, D. Pastagens arborizadas no Projeto de Assentamento Benfica, município de Itupiranga, Pará, Brasil. *Rev. Árvore*, Viçosa, MG. (no prelo)
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultura Familiar: elementos teóricos e empíricos. *Revista Agrotrópica*. Itabuna, v. 19, p. 21-30, 2007.
- SHIVA, V. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.
- SOUZA, H. *et al.* A reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no Sudeste Paraense: o Assentamento Palmares II, Parauapebas/PA. In: CONGRESSO DO CAMPUS DE MARABÁ: PRÁTICAS, SABERES E REFLEXÕES NA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIVERSIDADE, 1. Marabá, 21 out. 2010.
- TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná. *INTERAÇÕES*, Campo Grande, v. 10, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2009.
- VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.
- WARD, C. C. Piecing Together Social and Environmental Priorities in the Ongoing Process of Community Development In the MST Assentamento of Palmares II. Duke University - Nicholas School of the Environment, 2006. Disponível em: <<http://digitalcollections.sit.edu/ispcollection/280>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

**Comparação entre os poluentes atmosféricos emitidos por uma caldeira
flamotubular movida a gás natural e a óleo combustível BPF 2A**
Comparison between atmospheric pollutants emitted by a fire-tubular boiler fueled
by natural gas and fuel oil number 2A
*Comparaison entre les polluants atmosphériques émis par une chaudière tubulaire
qui fonctionne au gaz naturel et l'huile combustible BPE 2A*
*Comparación de los contaminantes atmosféricos emitidos por una caldera flamotubular
alimentada por gas natural y aceite combustible BPF 2A*

Lenice Carrilho de Oliveira Moreira*

Recebido em 19/9/2011 revisado e aprovado em 17/11/2011; aceito em 21/12/2011

Resumo: Este trabalho baseia-se na pesquisa realizada para identificação dos poluentes atmosféricos emitidos por uma caldeira flamotubular movida a gás natural e suas concentrações. Ao comparar os dados obtidos com os resultados apresentados, quando a caldeira era movida a óleo combustível, e com a legislação em vigor, verificou-se que a troca do combustível proporcionou uma redução significativa na concentração dos poluentes medidos, melhorando a qualidade do ar e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas que vivem nas suas proximidades.

Palavras-chave: Poluição ambiental. Caldeira. Gás natural.

Abstract: This paper is based on research carried out with the aim of identifying and quantifying the concentrations of the atmospheric pollutants emitted by a fire-tubular boiler fuelled by natural gas. By comparing the obtained data with results presented when the boiler used fuel oil and with the legislation in vigor, it was verified that the changing of the fuel type led to a significant reduction in the concentration of the measured pollutants, improving air quality and consequently the quality of life of people living nearby.

Key words: Environmental pollution. Boiler. Natural gas.

Résumé: Ce travail est basé sur la recherche réalisée pour identifier les polluants atmosphériques émis par une chaudière tubulaire qui fonctionne au gaz naturel et ses concentrations. Après comparaison des données obtenues avec les résultats présentés quand la chaudière fonctionnait à l'huile combustible, et avec la législation courante, il a été établi que l'échange du combustible a fourni une réduction significative dans la concentration des polluants mesurés, ce qui a amélioré la qualité de l'air et, en conséquence, la qualité de vie des personnes qui vivent dans sa proximité.

Mots-clés: Pollution de l'environnement. Chaudière. Le gaz naturel.

Resumen: Este artículo se basa en investigaciones llevadas a cabo para identificar los contaminantes atmosféricos emitidos por una caldera flamotubular alimentada por gas natural y sus concentraciones. Al comparar los datos con los resultados que se presentan cuando la caldera fue accionada por aceite combustible y con la legislación, se encontró que el cambio de combustible proporcionó una reducción significativa en la concentración medida de los contaminantes, la mejora de la calidad del aire y por lo tanto la calidad de vida de las personas que viven cerca.

Palabras clave: Contaminación del medio ambiente. Caldera. Gas natural.

Introdução

A sobrevivência da vida na Terra e, conseqüentemente, da própria humanidade, vem sendo exposta a perigos devido às mudanças promovidas, em grande parte, pela ação direta do homem sobre o meio ambiente, resultante do crescimento populacional, da urbanização descontrolada, de atividades agrícolas, da geração e consumo de energia, de processos industriais poluentes, entre outros. Somado a isso se evidencia a rapidez e amplitude desse desenvolvimento, com efeitos cumulativos, e a ultrapassagem de

certos limites que o padrão de consumo da civilização acarreta.

Assim, o ser humano começou a perceber que a preservação ambiental deve ser perseguida, buscando-se uma redução eficiente dos processos de degradação dos recursos naturais.

A queima de combustíveis fósseis é a principal fonte de poluição atmosférica, sendo que, para que ocorra diminuição na quantidade de emissão desses poluentes, as alternativas são os usos das chamadas fontes limpas – energia solar, eólica e das marés, por exemplo. Destaca-se, também, que o gás

* Administradora. Mestre em Tecnologias ambientais pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: lenice.moreira@ufms.br

natural, embora seja um combustível fóssil, já ocupa o lugar de fonte energética abundante menos nociva ao meio ambiente da atualidade.

Apesar de não ser um estado predominantemente industrial, o meio ambiente tem se tornado foco de interesse da sociedade sul-mato-grossense, em especial a de Campo Grande, haja vista que o uso sustentável dos recursos passou a ser uma questão de sobrevivência da espécie humana.

Vale esclarecer que esse combustível tornou-se uma realidade em Mato Grosso do Sul desde a implantação do Gasoduto Bolívia-Brasil, em operação desde 1999, surgindo como uma nova fonte de energia, que passou a ser empregada, também, nos processos de geração de vapor, nos quais utilizavam-se, anteriormente, combustíveis líquidos, com destaque para o óleo BPF (baixo poder de fluidez), e sólidos, como lenha e bagaço de cana.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), assim como a maioria das indústrias de Campo Grande, utilizava, na caldeira geradora de vapor, localizada no Núcleo de Hospital Universitário (NHU), o combustível óleo BPF 2A. Contudo, consciente da necessidade de contribuir para a melhoria das condições atmosféricas da região e considerando a disponibilização, por meio da Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul (MSGÁS), de uma rede de distribuição dentro de seus limites territoriais, levando o gás até próximo à caldeira, o NHU passou a utilizar o gás natural como combustível.

Diante disso, este estudo estabeleceu, como finalidade, identificar os poluentes atmosféricos oriundos da caldeira do NHU movida a gás natural e suas concentrações; promover uma comparação desses resultados com os obtidos por Okano (2004), quando do desenvolvimento de estudos, com a mesma caldeira, porém movida a óleo BPF 2A, e, ainda, com a legislação vigente.

Para tanto, trabalhou-se especificamente com a caldeira tipo flamotubular instalada no NHU/UFMS, utilizada para gerar vapor d'água saturado, a ser consumido na lavanderia, na nutrição (cozinha), na esterilização/limpeza de equipamentos cirúrgicos (autoclave), e no aquecimento de água para uso geral.

1 Poluição atmosférica

Todas as mudanças nas características físico-químicas ou biológicas do ar, da água ou do solo, que afetam negativamente a saúde, a sobrevivência ou as atividades humanas e de outros organismos vivos, são, segundo Lora e Teixeira (2001), consideradas poluição.

A Resolução CONAMA n. 003, de 28/6/1990, define, como poluente atmosférico, qualquer forma de matéria ou energia com intensidade e em quantidade, concentração, tempo ou características em desacordo com os níveis estabelecidos, e que tornem ou possam tornar o ar: I - impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde; II - inconveniente ao bem-estar público; III - danoso aos materiais, à fauna e à flora; IV - prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade.

É válido afirmar que os poluentes do ar originam-se principalmente da combustão incompleta de combustíveis fósseis, para fins de transporte, aquecimento e produção industrial.

A poluição do ar, de acordo com Mota (2000), pode originar-se de fontes naturais (vulcões; florestas (queimadas); decomposição anaeróbia de matéria orgânica; desnitrificação por bactérias) e, antrópicas (indústrias; meios de transporte; destruição e queima da vegetação; queima de combustível; queima do lixo; aplicação de agrotóxicos; fermentação de resíduos (dejetos, lixo); uso de "sprays", refrigeração, fabricação de espumas plásticas, solventes; compostos radioativos.

Os processos industriais respondem pela emissão de material particulado e por vários gases poluentes, tais como, os óxidos de enxofre (SO₂), os óxidos de nitrogênio (NO e NO₂); gás sulfídrico (H₂S); hidrocarbonetos, ácido clorídrico (HCl), entre outros. As fontes móveis de poluição (veículos, aviões, barcos, locomotivas) colaboram para o lançamento de material particulado, monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NO_x), óxido de enxofre (SO₂), hidrocarbonetos e aldeídos.

A poluição atmosférica pode resultar em impactos locais, regionais e globais, tais como: danos à saúde humana, efeitos sobre a flora e a fauna, chuvas ácidas, efeito estufa, destruição da camada de ozônio.

A concentração de um poluente atmosférico, em determinada área receptora,

depende do tipo de fonte e da concentração com que foi lançado, bem como das condições de dispersão desse poluente na atmosfera.

A Resolução CONAMA n. 005, de 15/6/1989, que instituiu o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar (PRONAR), definiu, como limite máximo de emissão, a quantidade de poluentes permissível de ser lançada por fontes poluidoras na atmosfera, sendo que esses limites serão diferenciados em função da classificação de usos pretendidos para as diversas áreas. Os padrões de qualidade do ar foram estabelecidos por meio da Resolução CONAMA n. 003, de 28/6/1990.

A Resolução CONAMA n. 382, de 26/12/2006, estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas, ou seja, a quantidade máxima de poluentes permissível de ser lançada para a atmosfera.

2 Caldeiras geradoras de vapor e o gás natural

Segundo Arruda (1977), uma forma rudimentar de turbina a vapor já existia desde 130 a.C., criada por Heron de Alexandria, a qual viria provocar, séculos mais tarde, uma verdadeira revolução industrial, com a invenção da máquina a vapor.

As caldeiras, hoje, são utilizadas em larga escala em várias etapas de processos industriais que necessitam de calor ou energia de pressão, tais como indústrias de alimentos, frigoríficos e hospitais, sendo também utilizadas em sistemas de cogeração, nos quais se produz vapor para uso em processos produtivos, aproveitando-se o excedente para geração de eletricidade.

As caldeiras podem ser classificadas de acordo com as classes de pressão, o grau de automatização, os tipos de energia empregada e o tipo de troca térmica.

Dentre os combustíveis mais utilizados, destacam-se a lenha, o carvão, o bagaço de cana, o óleo BPF, o óleo diesel, o gás natural e o GLP (gás liquefeito de petróleo). Quanto à troca térmica, classificam-se em: flamotubulares, aquotubulares, mistas e elétricas.

Segundo Torreira (1995), as caldeiras flamotubulares são aquelas em que os gases provenientes da combustão (gases quentes) circulam no interior dos tubos, ficando por fora a água.

O vapor é gerado pelo calor transferido dos gases quentes da combustão, através das paredes metálicas dos tubos, para a água que os circunda; à medida que os gases fluem através dos tubos, eles são resfriados pela transferência de calor para a água.

Convém frisar que a qualidade da água de uma caldeira é condição fundamental de segurança e durabilidade, pois incrustações nas paredes internas dos tubos de vaporização atuam como uma camada isolante, o que aumenta o consumo de combustível e provoca o enfraquecimento desses tubos.

Por se tratar de um combustível gasoso, a utilização do gás natural requer uma série de cuidados e acessórios para garantir uma operação segura. A NBR 12313 trata do Sistema de Combustão, Controle e Segurança para Utilização de Gases Combustíveis em Processos de Baixa e Alta Temperatura.

O gás natural, portanto, é um combustível fóssil, resultante da decomposição de matéria orgânica (vegetal e animal) em meio carente de oxigênio e sob condições elevadas de pressão e temperatura. Mais leve que o ar, ele está entre os energéticos com menor potencialidade de impactar o meio ambiente. Seu estado natural gasoso e sua baixa densidade proporcionam rápida dissipação na atmosfera e, para que se inflame, é preciso que seja submetido à temperatura superior a 620°C. Como sua combustão se processa de forma mais completa, é baixíssima a emissão de CO. Além disso, é incolor e inodoro, sendo, por questões de segurança, odorizado com enxofre. Sua inalação acidental não provoca danos à saúde, vez que suas substâncias componentes são inertes no corpo humano.

As principais utilizações do gás natural têm sido como combustível industrial, comercial, domiciliar e residencial, sendo também utilizado como matéria-prima nas indústrias petroquímica e de fertilizantes.

O gás natural pode ser transportado na forma gasosa ou liquefeito, sendo que, para grandes volumes e em regime de operação contínua, o ideal é utilizar-se de gasodutos.

Esse gás chega ao estado de Mato Grosso do Sul através do gasoduto Bolívia-Brasil, que tem 3.150 km de extensão, sendo 2.583 km situados em solo brasileiro e 567 km em solo boliviano. O empreendimento liga Rio Grande, na Bolívia, a Porto Alegre/RS,

passando pelos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Em seu ramal tronco, no Estado de Mato Grosso do Sul, a extensão do gasoduto é de 716 km, ligando os municípios de Corumbá e Três Lagoas, passando por Campo Grande.

Apesar de o gasoduto Bolívia-Brasil ter trazido para o Estado a possibilidade de substituição dos combustíveis líquidos e sólidos pelo gás natural, ainda é muito tímido o uso desse combustível pela indústria para geração de energia (calor), estando, entretanto, bastante desenvolvido o uso veicular.

É importante ressaltar que o gás natural deverá desempenhar (ou já vem desempenhando) papel expressivo na sociedade mundial, permitindo a estruturação de uma civilização tecnológica e economicamente desenvolvida, ambiental e ecologicamente sustentável, atendendo à demanda energética industrial, comercial e residencial e à demanda de insumos da moderna indústria química e de materiais.

3 Materiais e métodos

O estudo foi desenvolvido nas dependências do Núcleo de Hospital Universitário (NHU), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, MS, que utiliza uma caldeira geradora de vapor, tipo flamotubular, com retorno de chama, semiautomática, marca ATA, modelo H-3-14, fabricada em 1983.

Até julho de 2005, a referida caldeira utilizava o óleo BPF 2A, quando foi convertida a gás natural, passando a operar definitivamente com esse combustível a partir de dezembro/05.

O vapor gerado pela caldeira é utilizado na lavanderia (70% da produção); na nutrição (20% da produção); e para aquecimento e esterilização (10% da produção).

As concentrações dos gases emitidos na combustão pela caldeira a gás natural, do NHU, foram mensuradas por meio do Analisador de Poluentes Atmosféricos da marca Testo, modelo 350 XL de fabricação alemã, composto de dois equipamentos em um, Testo 350 XL e Testo 454, que, juntos, constituem um instrumento de medição para medidas sensíveis em um processo térmico complexo.

A Unidade de Controle (Testo 454) é um instrumento portátil de medição, em que pode

ser acoplada uma ampla categoria de sondas, as quais permitem medir, com precisão, temperatura, umidade, velocidade, turbulência, pressão, rpm, corrente e voltagem.

A Caixa Analisadora, Testo 350 XL, mede todos os parâmetros de um processo de combustão (O_2 , CO, CO_2 , NO, NO_2 , NO_x), dependendo dos componentes acoplados (inclusive do tipo de célula adquirida).

Importante destacar que a identificação da concentração dos poluentes atmosféricos gerados pela caldeira do NHU foi realizada no período de fevereiro a junho do ano de 2007.

Para que os resultados identificados por Okano (2004), quando a caldeira era movida a óleo combustível BPF 2A, pudessem ser comparados com os resultados deste estudo, as medições foram realizadas nos mesmos locais e distâncias promovidas, ou seja, no interior da chaminé da caldeira (no centro, a 5cm do centro, a 10cm do centro e, a 15 cm do centro); na base da chaminé; e a 10m da base da chaminé.

A chaminé da caldeira, confeccionada em chapa de 6,0mm, com diâmetro de 40 cm, mede 3,5m de altura e possui proteção contrachuva no topo (chapéu chinês). O tubo, acoplado à caldeira, atravessa a parede da casa de caldeiras, na horizontal, a uma altura de 2,50m do piso acabado, saindo para o ambiente na vertical, sendo os gases de exaustão liberados a uma altura de 6m do solo.

Para coleta dos poluentes atmosféricos dentro da chaminé, fez-se nesta um orifício de cerca de 10mm de diâmetro, logo acima da curva de saída na vertical, a uma altura de 3,30m do piso acabado. Para medir a concentração dos gases na base da chaminé, e a 10m da chaminé, utilizou-se o mesmo equipamento (Testo 350 XL), com a sonda posicionada a 1,50m de altura do solo.

Diferentemente de Okano (2004), que coletou os dados apenas nos fundos da casa de caldeiras, neste estudo, a concentração dos gases, a 10m da chaminé, foi coletada nos quatro quadrantes (norte, sul, leste e oeste), a partir da localização dela. Os resultados apresentados, tanto dentro da chaminé, quanto na base e a 10m da chaminé, correspondem à média aritmética dos valores medidos.

Para avaliação dos poluentes atmosféricos, foram realizadas trinta medições,

sendo 16 no período matutino e 14 no período vespertino (no interior da chaminé, na base da chaminé e a 10m da base da chaminé).

4 Resultados obtidos

As concentrações dos poluentes atmosféricos emitidos pela caldeira, enquanto operando a gás natural, foram avaliadas e, após,

comparadas com as concentrações dos poluentes atmosféricos lançados pela caldeira, quando operada a óleo combustível, e com a legislação vigente.

Os resultados correspondentes aos níveis de concentração dos poluentes encontrados no interior da chaminé da caldeira, bem como os dados da literatura/legislação, estão demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Concentração de poluentes no interior da chaminé da caldeira

Elementos analisados	Gás natural	Óleo combustível ^a	Literatura/Legislação
CO (ppm)	1,8	46,2	0,12 ^b ; 0,1 ^c ; 9 ^d (8h), 35 ^d (1h); 9 ^f (8h), 35 ^f (1h); 0-9,0 ^g .
CO ₂ (%)	5,7	6,9	0,03 ^c .
NO (ppm)	22,5	310,2	0,00001-0,00005 ^b ; <0,002 ^c .
NO ₂ (ppm)	0,1	0,3	0,0001-0,0005 ^b ; <0,002 ^c ; 0,053 ^d (maa)*; 0,2 ^f ; 0-0,2 ^g .
NO _x (ppm)	22,6	310,5	154 ^e (gás); 156 ^h (gás); 370 ^e (óleo); 779 ^h (óleo).

Obs: * Média aritmética anual.

Fonte: ^aOkano (2004); ^bLora & Teixeira (2001); ^cMota (2000); ^dUSEPA (2010); ^eWorld Bank (1998); ^fRes. CONAMA n. 003/90; ^gCETESB (2010); ^hRes. CONAMA n. 382/06.

Analisando os resultados obtidos no interior da chaminé, com a caldeira operando a gás natural, verifica-se que, segundo Lora e Teixeira (2001) e Mota (2000), as concentrações de CO, CO₂, NO e NO₂, estão acima dos limites estabelecidos, caracterizando o ar como poluído ou contaminado. Considerando a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (USEPA) (2010), a concentração de CO está em conformidade com a legislação, entretanto a concentração de NO₂ está acima do limite estabelecido por aquela Agência. De acordo com a Resolução CONAMA n. 003/90, tanto a concentração de CO, quanto a concentração de NO₂ estão em conformidade com os padrões estabelecidos. Comparando-se os resultados encontrados para CO e NO₂, com os valores estabelecidos pela CETESB (2010), para o estado de São Paulo, verifica-se que a qualidade do ar é considerada de boa a regular, atendendo ao padrão CONAMA.

Segundo a Resolução CONAMA n. 382/06, que fixa o valor limite de NO_x (como NO₂), para processos de geração de calor a partir da combustão externa de gás natural, com potência térmica nominal menor que 70 MW e o Banco de Dados Americano (World

Bank) (1998), que limita o valor máximo de NO_x lançado por usinas termelétricas convencionais a gás natural, a média dos níveis de concentração de NO_x lançada pela chaminé está abaixo do permitido pelas legislações nacional e americana.

Os aumentos na concentração de NO_x são vinculados ao acréscimo de temperatura na queima do combustível, porém, a temperatura medida na chaminé apresentou valores abaixo do normal (deveria estar acima de 200°C, sendo considerada normal, temperatura de até 240°C). Durante as medições, por várias vezes, a válvula de segurança foi acionada, em virtude, não do aumento da pressão, o que ocorre quando ela atinge entre 9,0 e 9,5 kgf.cm⁻², mas, sim, em virtude da temperatura. Nessa ocasião, a caldeira estava funcionando em estado precário, apresentando grande quantidade de vazamentos, entre outros problemas, não refletindo, assim, a temperatura medida na chaminé, a temperatura efetiva existente dentro da caldeira. Conforme relato dos operadores da caldeira, por ocasião do acionamento da válvula de segurança, a temperatura, medida no termômetro acoplado à caldeira, variava entre 300°C e 310°C.

Nota-se, como era de se esperar, quando da comparação entre a combustão a óleo combustível e a gás natural, que todos os gases de combustão (CO, CO₂, NO, NO₂ e NO_x), sofreram redução.

Comparando-se os resultados obtidos por Okano (2004) com os deste estudo, verifica-se que a concentração de CO medida no interior da chaminé, considerada imprópria segundo a Resolução CONAMA n. 003/90 e a USEPA (2010), teve uma redução de 96,10%, passando de 46,2 ppm para 1,8 ppm.

Segundo Okano (2004), a grande variação nos resultados obtidos em seu estudo deve-se, provavelmente, à queima não uniforme do combustível, em virtude da não padronização da mistura ar-combustível, que era realizada de forma diferente por cada um dos cinco operadores da caldeira, além da variação no consumo de vapor solicitado no hospital, por ocasião da medição.

A concentração de CO₂ passou de 6,9% para 5,7%, apresentando uma redução de 17,39% com o uso do gás natural. Segundo Berman (2002), com a utilização de gás natural em substituição ao óleo combustível, ocorre uma redução de, aproximadamente, 32% na concentração de CO₂.

A concentração de NO medida no interior da chaminé, com o uso do gás natural, passou de 310,2 ppm para 22,5 ppm, corres-

pondendo a uma redução de 92,75%.

A concentração de NO₂ no interior da chaminé sofreu uma redução de 66,67% com o uso do gás natural, passando de 0,3 ppm para 0,1 ppm. Quando do uso de óleo combustível, a concentração emitida encontrava-se acima da permitida pela Resolução CONAMA n. 003/90 e, segundo a CETESB (2010), o ar era classificado como inadequado, não atendendo ao padrão CONAMA.

A concentração de NO_x, lançada pela chaminé da caldeira, diminuiu 92,72% com o uso do gás natural, passando de 310,5 ppm para 22,6 ppm. De acordo com a Resolução CONAMA n. 382/06, que fixa o valor limite de NO_x (como NO₂), para processos de geração de calor a partir da combustão externa de óleo combustível, com potência térmica nominal menor que 10 MW, e o Banco de Dados Americano World Bank (1998), que limita o valor máximo de NO_x, lançado por usinas termelétricas convencionais a óleo combustível, o valor obtido por Okano (2004) também estava abaixo do permitido pelas duas legislações.

Na Tabela 2, são demonstrados os resultados relativos aos níveis de concentração dos poluentes encontrados na base da chaminé da caldeira, bem como os dados da literatura/legislação.

Tabela 2 - Concentração de poluentes na base da chaminé da caldeira

Elementos analisados	Gás natural	Óleo combustível ^a	Literatura/Legislação
CO (ppm)	0,1	0,1	0,12 ^b ; 0,1 ^c ; 9 ^d (8h), 35 ^d (1h); 9 ^f (8h), 35 ^f (1h); 0-9,0 ^g .
NO (ppm)	0,1	14,8	0,00001-0,00005 ^b ; <0,002 ^c .
NO ₂ (ppm)	0,1	-	0,0001-0,0005 ^b ; <0,002 ^c ; 0,053 ^d (maa)*; 0,2 ^f ; 0-0,2 ^g .
NO _x (ppm)	0,1	-	154 ^e (gás); 156 ^h (gás); 370 ^e (óleo); 779 ^h (óleo).

Obs: 1) A emissão de CO₂ e o ponto de orvalho não foram detectados pelo Analisador Testo 350 XL;

2)* Média aritmética anual.

Fonte: ^a Okano (2004); ^b Lora & Teixeira (2001); ^c Mota (2000); ^d USEPA(2010); ^e World Bank (1998); ^f Res. CONAMA n. 003/90; ^g CETESB (2010); ^h Res. CONAMA n. 382/06.

Analisando os resultados obtidos na base da chaminé com a caldeira operando a gás natural, nota-se que a concentração de CO classifica o ar como limpo e de boa qualidade, de acordo com Lora e Teixeira (2001), Mota (2000) e CETESB (2010), estando também em conformidade com os valores estipulados pela

Resolução CONAMA 003/90 e pela USEPA (2010).

A concentração obtida para NO₂ classifica o ar como contaminado segundo Lora e Teixeira (2001), Mota (2000) e USEPA (2010), atendendo, entretanto, aos padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA n. 003/90 e pela

CETESB (2010). A concentração de NO_x atende plenamente ao estabelecido na legislação.

Comparando-se as concentrações de poluentes atmosféricos emitidos pela caldeira operando a gás natural e a óleo BPF 2A, verificou-se que o elemento que apresentou variação mais significativa foi o NO, cuja média passou de 14,8 ppm para 0,1 ppm, correspondendo a uma redução de 99,32%. Ainda assim, a concentração de NO classifica o ar como poluído segundo Lora e Teixeira (2001) e Mota (2000), sendo nocivo à saúde e ao bem-estar do homem.

Nota-se que as concentrações de NO medidas no interior da chaminé e na base da chaminé (Tabelas 1 e 2), com a caldeira ope-

rando tanto a óleo combustível quanto a gás natural, apresentam um percentual de redução semelhante – de 310,2 ppm para 14,8 ppm e, de 22,5 ppm para 0,1 ppm (95,2% e 99,5%, respectivamente), demonstrando uma diminuição significativa já na base da chaminé.

Não foi detectada, pelo Analisador de Poluentes Atmosféricos Testo 350 XL, a concentração de NO_2 e NO_x nas medições realizadas na base da chaminé quando ela operava com combustão a óleo combustível.

Os resultados correspondentes aos níveis de concentrações dos poluentes lançados a 10m da chaminé da caldeira, bem como os dados da literatura/legislação, estão demonstrados na Tabela 3.

Tabela 3 – Concentração de poluentes a 10m da base da chaminé da caldeira

Elementos analisados	Gás natural	Óleo combustível ^a	Literatura/Legislação
CO (ppm)	0,1	-	0,12 ^b ; 0,1 ^c ; 9 ^d (8h), 35 ^d (1h); 9 ^f (8h), 35 ^f (1h); 0-9,0 ^g .
NO (ppm)	0,0	1,2	0,00001-0,00005 ^b ; <0,002 ^c .
NO ₂ (ppm)	0,0	-	0,0001-0,0005 ^b ; <0,002 ^c ; 0,053 ^d (maa)*; 0,2 ^f ; 0-0,2 ^g .
NO _x (ppm)	0,0	-	154 ^e (gás); 156 ^h (gás); 370 ^e (óleo); 779 ^h (óleo).

Obs: 1) A emissão de CO₂ e o ponto de orvalho não foram detectados pelo Analisador Testo 350 XL;

2) * Média aritmética anual.

Fonte: ^a Okano (2004); ^b Lora & Teixeira (2001); ^c Mota (2000); ^d USEPA (2010); ^e World Bank (1998); ^f Res. CONAMA n. 003/90; ^g CETESB (2010); ^h Res. CONAMA n. 382/06.

A média da concentração obtida neste estudo para CO, NO, NO_2 e NO_x classifica o ar como limpo em todas as legislações vigentes.

Analisando a Tabela 3, verificou-se uma diminuição na concentração de NO com a transformação da caldeira para operar com combustão a gás natural, cuja média passou de 1,2 ppm para 0,0 ppm.

É importante frisar que, em que pese à média da concentração de CO apresentada por Okano (2004), no interior da chaminé, estar acima da fixada pelas legislações vigentes, em quatorze das 30 medidas realizadas em seu estudo, a concentração ficou abaixo do limite estabelecido pela Resolução CONAMA n. 003/90 e USEPA (2010), ou seja, menor que 35 ppm. O mesmo ocorreu em relação à concentração de NO_2 que, em apenas oito das trinta medidas realizadas, ultrapassou o limite estabelecido pela Resolução CONAMA n. 003/90, que é de 0,2 ppm, tendo, inclusive, sido nulas 21 medidas, isto é, de valor igual a 0,0 ppm.

Conclusões e recomendações

A utilização de gás natural como combustível para combustão da caldeira proporcionou melhor rendimento energético, gerando uma minimização dos resíduos e melhoria no padrão da qualidade do ar, sendo que as concentrações de poluentes emitidas atendem plenamente às legislações pertinentes.

A principal razão para a baixa contribuição da caldeira, em termos de concentração de poluentes emitidos, foi a mudança para combustível mais limpo, com baixo teor de enxofre e cinzas, como a troca do óleo combustível BPF 2A pelo gás natural considerado uma fonte de energia segura, eficiente e econômica.

Este estudo revelou uma minimização da agressão ao meio ambiente e uma diminuição dos custos operacionais, evitando gastos com manutenção, estocagem, limpeza e com a compra de equipamentos antipoluição, como

filtros e lavadores de gás. O abastecimento contínuo evita movimentação e transferência entre reservatórios com diferentes temperaturas no preparo para queima, como ocorre com o óleo combustível.

Analisando o resultado do investimento (conversão da caldeira e aquisição de combustível), constatou-se que o NHU tomou uma decisão acertada ao optar pela conversão da caldeira para gás natural.

A troca proporcionou, ainda, maior higiene na casa de caldeiras, pela eliminação dos resíduos e vazamentos de óleo, liberando gases de exaustão mais limpos, uma vez que a geração de energia dá-se de forma mais econômica e limpa em relação a outros combustíveis. Os materiais particulados e fuligem deixaram de ser lançados para a atmosfera, melhorando as condições do ar no NHU e áreas circunvizinhas, evitando multas e advertências de órgãos ambientais, bem como reclamações dos moradores da região, e contribuindo para o desenvolvimento local.

Com a identificação dos gases emitidos, feitas as análises e comparações, e verificada a melhoria das condições atmosféricas e as vantagens advindas do uso do gás natural (econômicas, ambientais, operacionais, técnicas e de qualidade), o resultado deste estudo poderá gerar confiança e credibilidade, aumentando a adesão de empresas à novidade, criando alternativas menos impactantes para o meio ambiente e contribuindo para a diminuição do aquecimento global e para a destruição da camada de ozônio.

O estudo dos poluentes atmosféricos emitidos por uma caldeira flamotubular a gás natural não foi esgotado com a apresentação deste trabalho, mas, certamente, poderá contribuir como objeto de novos estudos e de outros projetos de pesquisa relacionados a emissões de gases poluentes oriundos de geradores de energia a combustíveis fósseis.

É válido dizer que a demanda por geração de energia é crescente. Gerar energia suficiente para atender aos diversos usos, com diminuição da agressão ao meio ambiente, é o grande desafio da humanidade.

A solução passa pela conscientização e educação do consumidor e pelo desenvolvimento de tecnologias que levem ao aumento da eficiência energética de equipamentos, sistemas e processos. Para melhor rendimento

da caldeira e maior controle da concentração dos poluentes emitidos, deve ser adotado um sistema de controle efetivo da combustão.

Todas as ocorrências que influem nas condições de segurança da caldeira, bem como informações sobre inspeções periódicas e extraordinárias, devem ser permanentemente atualizadas no livro de ocorrências, sendo disponibilizadas para consultas.

É de extrema importância o acompanhamento da qualidade da água que é utilizada na caldeira, pois a presença de sais de cálcio leva ao depósito de carbonato de cálcio nas paredes externas dos tubos de fogo, o que diminui a eficiência (prejudica a troca de calor) gerando, inclusive, aumento no consumo de combustível e enfraquecimento desses tubos.

Deve-se, portanto, proporcionar reciclagem permanente aos operadores da caldeira, de forma a repassar informações sobre as condições físicas e operacionais dos equipamentos e medidas de segurança, com vistas a uniformizar procedimentos e, também aplicar modelos matemáticos a fim de identificar a que distância da caldeira ocorre impacto ambiental, devido à emissão dos poluentes gasosos.

Referências

- AGÊNCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS ESTADOS UNIDOS (USEPA). In: COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL (CETESB). *Relatório de qualidade do ar no Estado de São Paulo*. São Paulo, 2010. 237 p. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/ar/qualidade-do-ar/31-publicacoes-e-relatorios>>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- ARRUDA, J. J. A. *História moderna e contemporânea*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1977. p. 119-135.
- BERMANN, C. A perspectiva da sociedade brasileira sobre a definição e implementação de uma política energética sustentável – uma avaliação da política oficial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: OPÇÃO PARA UMA POLÍTICA ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL NO BRASIL, 2002. *Anais...* Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002. 13 p. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/arquivos/571566216.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2005.
- BRASIL. Resolução CONAMA n. 005, de 15/6/1989. Institui o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar (PRONAR). Publicada no DOU de 30/8/1989. In: CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. *Resoluções CONAMA: 1984/91*. 4. ed. rev. e aum. Brasília: IBAMA, 1992. p. 161-165.
- _____. Resolução CONAMA n. 003, de 28/6/1990. Estabelece os padrões nacionais de qualidade do ar. Publicada no DOU de 22/8/1990. In: CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. *Resoluções CONAMA:*

1984/91. 4. ed. rev. e aum. Brasília: IBAMA, 1992. p. 199-205.

_____. *Resolução CONAMA n. 382*, de 26/12/2006. Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas. Publicada no DOU de 2/1/2007. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res06/res38206.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL (CETESB). *Relatório de qualidade do ar no Estado de São Paulo*. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.cetesb.sp.gov.br/ar/qualidade-do-ar/31-publicacoes-e-relatorios>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

LORA, E. S.; TEIXEIRA, F. N. Energia e meio ambiente.

In: MARQUES, M.; HADDAD, J.; MARTINS, A. R. S. (Coord.). *Conservação de energia: eficiência energética de instalações e equipamentos*. Itajubá, MG: FUPA, 2001. p. 30-89. (cap. 2).

MOTA, S. *Introdução à engenharia ambiental*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2000.

OKANO, S. M. *Avaliação dos poluentes atmosféricos e ruídos emitidos por uma caldeira flamotubular a óleo combustível BPF 2A*. 2004. 101 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologias Ambientais) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Campo Grande, MS, 2004.

TORREIRA, R. P. *Geradores de vapor*. São Paulo: Companhia de Melhoramentos, 1995. p. 131-230 e p. 361-387.

Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social: Programa de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários EIT-UFMT
Integrated System for Social Innovation, Incubation Program Enterprises Economic Solidarity EIT-UFMT
Système intégré pour l'innovation sociale, d'incubation du programme Entreprises économiques Solidarité IET-UFMT
Sistema integrado para la Innovación Social, Programa de Incubación de Empresas de Solidaridad Económica EIT-UFMT

Andréa Haruko Arakaki*
Nicolau Priante Filho**
Oscar Zalla Sampaio Neto***
Josiel Maimone de Figueiredo****
Wilson Luconi*****
Joel Paese****

Recebido em 27/5/2011 revisado e aprovado em 30/10/2011; aceito em 5/12/2011

Resumo: Este artigo propõe uma forma de institucionalização, nas Universidades brasileiras, do desenvolvimento de Tecnologias Sociais e processos sistêmicos de incubação de empreendimentos econômicos solidários, com base na Lei de Inovação, e também a atuação articulada da Cooperativa COORIMBATÁ e a da Universidade Federal de Mato Grosso, que culminou na criação de uma rede de entidades que compõem o Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social.

Palavras-chave: Tecnologia social. Economia solidária. Incubação.

Abstract: This article proposes a form of institutionalization, in Brazilian universities, the development of social technologies and processes incubation system supportive of economic enterprises, based on the Law of Innovation, and also the articulation of the COORIMBATÁ Cooperative and the Federal University of Mato Grosso, which culminated in the creation of a network of entities that make up the Integrated Social Innovation.

Key words: Social technology. Social economy. Incubation.

Résumé: Cet article propose une forme d'institutionnalisation, dans les universités brésiliennes, le développement de technologies sociales et système d'incubation processus de soutien des entreprises économiques, fondées sur le droit de l'innovation, et aussi l'articulation de la Coopérative COORIMBATÁ et l'Université fédérale du Mato Grosso, qui abouti à la création d'un réseau d'entités qui composent l'innovation sociale intégrée.

Mots-clés: Technologie sociale. Économie sociale. D'incubation.

Resumen: Este artículo propone una forma de institucionalización, en las universidades brasileñas, el desarrollo de las tecnologías sociales y el sistema de procesos de incubación de empresas de apoyo económico, basado en la Ley de Innovación, así como la articulación de la COORIMBATÁ Cooperativa y la Universidad Federal de Mato Grosso, que culminó en la creación de una red de entidades que conforman la Innovación social Integral.

Palabras clave: Tecnología social. Economía social. La incubación.

Introdução

O elevado crescimento das experiências em economia solidária na década 1990 e na primeira década do século 21, como nas cooperativas de produção, feiras de comercialização, clubes comunitários de troca,

bancos fornecedores de crédito solidário, entre outras, permitiu também, o aumento dos estudos acadêmicos sobre essas ações (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; GAIGER, 2004; CATTANI, 2004). Para Swedberg e Smelser (1994), a economia é encarada como uma parte da sociedade, ao

* Pós-doutoranda em Inovação Tecnológica (EIT), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: andkaki@yahoo.com.br

** Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso (COORIMBATÁ)/ARCAMultincubadora/Centro de Pesquisas do Pantanal. E-mail: nicolaup@terra.com.br

*** Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) / Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso (COORIMBATÁ) / Centro de Pesquisas do Pantanal. E-mail: oscarsampaio@ufmt.br

**** Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Escritório de Inovação Tecnológica (EIT). E-mail: josiel@ic.ufmt.br; joelpaese@gmail.com

***** Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), ARCA Multincubadora. E-mail: luconi@gmail.com

contrário da concepção básica, na qual ela é vista sob a ótica do mercado.

É também importante salientar que a década de 90 revelou as consequências excludentes da globalização, como o aumento exponencial da polarização entre pobres e ricos de cada país (SANTOS, 2005).

Por causa desse crescimento populacional, é importante descrever, na visão de Vygotski (1998), que o homem constrói hipóteses sobre si mesmo e sobre seu contexto de vida as quais o levam à realização de determinadas ações.

Essas ações para os diversos setores (governamental e privado) têm-se mostrado preocupantes com as problemáticas sociais que gravitam ao seu redor, e vêm cada vez mais buscando maneiras de aproximar-se da comunidade e comprometer-se com a melhoria da qualidade de vida, seja dentro ou fora do ambiente de trabalho, uma vez que as empresas não competem isoladamente, mas o fazem juntamente com o entorno produtivo e institucional de que formam parte (VÁSQUEZ-BARQUERO, 1999).

A inovação voltada ao mercado e ao institucional traz como suporte teórico a construção de Schumpeter (1934), que até os dias atuais tem sua influência, apontando que o desenvolvimento econômico, conduzido pela inovação, é um processo dinâmico no qual as novas tecnologias substituem as antigas. Existem, segundo esse autor, cinco tipos de inovação: introdução de novos produtos; introdução de novos métodos de produção; abertura de novos mercados; desenvolvimento de novas fontes provedoras de matérias-primas e outros insumos; criação de novas estruturas de mercado em uma indústria.

Dessa forma, buscar a compreensão de que estamos inseridos em um ambiente autoprodutor, vivo, social e complexo, que, segundo Capra (1995), se caracteriza por desenvolver suas conexões em forma de redes, e, portanto, exige um 'pensar de forma holística', é ponto de partida para o entendimento das relações sociais. Perceber os padrões que envolvem as relações humanas, suas estruturas e possibilidades darão uma nova visão da vida sistêmica fazendo com que os sistemas sociais precisem ser projetados e planejados de maneira sustentável.

O objetivo deste artigo é apresentar o processo de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Escritório de Inovação Tecnológica da Universidade Federal de Mato Grosso (EIT-UFMT) e a sua estruturação para promover essa forma de incubação, em rede, através do Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social (SITECS). A forma de estruturação e o sistema de incubação de empreendimentos econômicos solidários, em rede, poderão ser reaplicados em outros Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) que tenham interesse no desenvolvimento de tecnologias para a inclusão social, como um de seus objetivos.

Inovação, economia solidária e tecnologia social

Com o surgimento da Constituição Federal Brasileira de 1988, foi possível a democratização dos processos decisórios e a busca de equidade dos resultados das políticas públicas, o que levou à descentralização e participação dos cidadãos na formulação e implementação das políticas públicas, ambos vistos como aspectos fundamentais para a reorientação substantiva das políticas centralizadas até então vigentes (FARAH, 2001).

Dessa forma, a Constituição de 1988 ensejou uma transformação significativa na concepção de governança do Brasil, resgatando seu sentido social e fazendo emergir novas práticas de gestão. Por inserir novas ferramentas democráticas, tais como referendos, iniciativas populares e conselhos municipais, avançou em relação aos princípios democráticos e participativos no Brasil, inspirando inovações por parte dos Estados (VILLAS-BOAS, 1994; TORRES, 2004).

Nos anos 1970, o conceito de inovação social começou a fazer parte da literatura científica a partir do estudo de Taylor (1970), que questionou novas formas de se atender às demandas sociais na medida em que o Estado sinaliza a redução de sua intervenção em determinados setores e instituições da sociedade. Esse conceito tornou-se mais aplicado no final da década de 90, com os trabalhos do Conselho de Ciências e Tecnologia da Província de Quebec, no Canadá, organismo do Governo a quem compete a maior autoridade para as deliberações nessa área.

De acordo com Rodrigues (2007), a inovação social pode ser definida como práticas, abordagens ou intervenções novas ou adaptadas, ou ainda como produtos desenvolvidos para melhorar a situação ou solucionar problemas sociais que se estabeleceram nos níveis das instituições, das organizações e/ou dos indivíduos. Nesse sentido, a inovação social envolve, *a priori*, a noção ampla de invenção social (CONGER, 1974) como a busca, a descoberta, a experimentação, o desenvolvimento, a imitação e a adoção de tecnologias ou arranjos produtivos que permitam, *a posteriori*, a transformação das relações sociais através da promoção da inclusão social, geração de trabalho, renda e melhoras nas condições de vida (LÉVESQUE, 2002; FARFUS e ROCHA, 2007).

A partir da década de 1980, e especialmente na década de 1990, alguns autores (GAIGER, 1996; RAZETO, 1997; MANCE, 1999; SINGER, 2003; LAVILLE, 2004) vêm destacando a expansão e desenvolvimento de iniciativas econômicas que compõem a chamada Economia Solidária. Esses autores abordam que as causas apontadas para explicar esse crescimento são, de um lado, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, a partir da década 1970, com a crise do modelo *fordista-taylorista* de produção, que resultaram em aumento dos processos de exclusão do mercado formal de trabalho (desemprego e flexibilização das relações de trabalho) e, de outro, com a crise do Estado de Bem-Estar Social e a queda do bloco soviético, a ascensão do projeto neoliberal cujas políticas estariam aumentando os processos de exclusão social e, assim, provocando o crescimento da pobreza junto ao desmanche dos mecanismos de proteção social (previdência, serviços públicos etc.).

Nas empresas capitalistas, os detentores dos meios de produção cobram de seus funcionários maior lucratividade, pois todos os esforços dos empregados têm por objetivo maximizar os lucros da empresa e minimizar os custos. Singer (2005, p. 14) destaca que

[...] o lucro é o que sobra da receita de vendas depois de deduzidas as despesas, entre as quais avultam os salários. Quanto maiores os salários, tanto menores os lucros e vice e versa.

Percebe-se assim, hierarquização e divisão do capital, gerando desigualdade social.

Ou, conforme Baganha (2002), dividindo a sociedade entre incluídos e excluídos.

Já, Luconi (2011, p. 42) acredita que o objetivo da Economia Solidária não é de superar o capitalismo, mas, propor outra forma de se pensar economia, uma forma que não remeta à economia capitalista, e sim, uma economia pautada na solidariedade e autogestão:

Revela-se, assim, um paradigma emergente que mostra indícios de que uma outra economia é possível. Compreender o fenômeno da Economia Solidária exige criatividade e uma nova curiosidade epistemológica despregada da visão disciplinar de mundo. No entanto, construir essa compreensão não é apenas árduo, penoso, arriscado, é também prazeroso porque nos aproxima do humano, dos sujeitos e de nós mesmos. A Economia Solidária, apesar de requerer um novo paradigma na forma de pensar, de agir e de buscar outra economia possível é, por isso, um fenômeno inovador, porém não produz rupturas bruscas no capitalismo.

Assim, a Economia Solidária é uma forma de produção, distribuição e consumo de economia, baseada na valorização do ser humano, seu centro não é o capital, e sim o ser humano. Apresenta-se na forma de cooperativas e associações autogestionárias.

Santos (2002) apresenta, em conjunto com diversos pesquisadores do mundo, estudos de caso acerca dessas formas alternativas. Como resultado desses estudos realizados no Brasil, Índia, África do Sul, Colômbia e Portugal, o autor apresenta nove teses sobre a Economia Solidária. A Tese 1 argumenta que economia solidária, além dos aspectos econômicos, envolve pautas que contemplam outras características, ou seja, a produção econômica é fundamental, mas depende de outras dinâmicas como a política, a cultural, a identitária, entre outras (SANTOS, 2002, p. 64). A Tese 2 afirma que os EES devem contar com uma rede de apoio, ou seja, colaborações de ajuda mútua que contemplem os princípios e objetivos desse movimento.

Há, entretanto, um grande desafio de implementação de políticas de Economia Solidária, pois essa implementação depende de uma nova tecnologia que promova a inclusão social (SINGER; KRUPPA, 2004, p. 91).

A Tecnologia Social é definida como [...] conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população

e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida. (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2011).

Há três elementos que ressaltam a construção conjunta da Tecnologia Social: “desenvolvidas na interação”, “aplicadas na interação” e “apropriadas pela população” (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2011). Assim o processo da Tecnologia Social é também um produto (SINGER; KRUPPA, 2004, p. 91).

Escritório de Inovação Tecnológica (EIT)

A inovação tecnológica é fundamental para o desenvolvimento econômico e social (NELSON e WINTER, 2005; ROSEMBERG, 2006). Em função disso, o acompanhamento do processo de geração de novas tecnologias contribui decisivamente para identificar as possibilidades do aumento do bem-estar social e as ações necessárias para viabilizá-lo (FIGUEIREDO, 2010).

A Lei de Inovação (Lei 10973, de 2/12/2004) dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no Brasil e, em seu Art. 16, determina que Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) devem dispor de NIT, próprio ou em associação com outras ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação. Essa lei determina as competências mínimas do NIT:

I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento,

to, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;

II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;

III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;

IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;

V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas

na instituição, passíveis de proteção intelectual;

VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição. (Lei 10973, de 2/12/2004).

O EIT-UFMT corresponde ao NIT a que se refere a Lei 10973, de 2/12/2004; é um órgão suplementar da UFMT regido pela Resolução CD N. 18, de 10 de abril de 2007, e, tem como principais funções fazer a gestão da propriedade intelectual da UFMT, da transferência de tecnologia e do incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica para o ambiente produtivo (EIT, 2011).

As atribuições do NIT são as estabelecidas na Lei de Inovação e sua regulamentação, tendo como principais, dentre outras (EIT, 2011):

- A propriedade intelectual e a gestão dos direitos sobre as criações intelectuais, as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica para o ambiente produtivo;
- Manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, à inovação, ao licenciamento e outras formas de transferência de tecnologia;
- Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da UFMT;
- Divulgar amplamente os resultados obtidos com os projetos de inovação desenvolvidos no âmbito da UFMT, resguardado o dever de sigilo previsto em contratos, convênios ou termos firmados pela UFMT ou seus servidores;
- Acompanhar os trabalhos das incubadoras, parques científicos e tecnológicos da UFMT.

Por fim, cabe a ressalva de que o EIT tem o conhecimento de que muitas informações sobre geração de inovação tecnológica estão dispersas em várias instituições em Mato Grosso, como Federação das Indústrias, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, Fapemat e Universidades, o que dificulta formular uma visão de conjunto sobre o desenvolvimento da inovação no estado (FIGUEIREDO, 2010). O mesmo autor ainda finaliza que é importante reunir e organizar tais dados em um “locus” específico para

permitir sistematizar as informações relevantes para se obter uma visão de conjunto do processo.

Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso (COORIMBATÁ)

A Cooperativa dos Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso (Coorimbatá) tem sua sede no município de Várzea Grande, MT – Comunidade de Pai André, e foi criada em 1997 com o objetivo de fazer o processamento de peixes e derivados e húmus de minhoca. Em 2000, o estatuto da cooperativa foi alterado passando então a ter entre seus objetivos: pesca artesanal, artesanatos diversos, produção, industrialização e pesquisa científica.

A partir de uma inovadora articulação com a UFMT iniciada em 2000, a Coorimbatá se destaca como o primeiro empreendimento econômico-solidário do Estado de Mato Grosso a ter patrocínio do programa Petrobras Fome Zero, sendo proponente e executora do Projeto Rede de Colaboração Solidária. Com esse Projeto, a Coorimbatá estabeleceu fortes relações de confiança entre pessoas, entidades e empresas do setor público e privado, promovendo uma articulação com reconhecimento nacional expresso na obtenção dos Prêmios FINEP de Inovação Tecnológica 2004, com a figura do Pesquisador Cooperado e do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil (ODM) 2007.

Desde 2005, além de atender os seus cooperados, a Coorimbatá mantém relações comerciais, com base nos princípios da Economia Solidária e do Comércio Justo, com agricultores familiares, quilombolas e ribeirinhos não filiados à Cooperativa, além de empresas de comercialização e associações de produtores rurais. Essas relações, garantido o escoamento da produção primária, possibilitam fortalecer os elos das cadeias produtivas, que fornecem matéria-prima para o funcionamento das três unidades produtivas da Coorimbatá: para o processamento de doces e fritas, processamento de peixe e jacaré e do processamento de húmus de minhoca produzido com resíduos sólidos das outras duas unidades produtivas. No outro extremo da cadeia de produção, a Coorimbatá tem comercialização privilegiada na maior rede de supermercados de Mato Grosso,

seguindo os princípios do Comércio Justo. Como reconhecimento dessa atuação junto à Cooperativa Coorimbatá no Projeto Rede de Colaboração Solidária, a UFMT recebeu o Prêmio Amazônia “Samuel Benchimol” na Categoria Social, em 2005.

Outro resultado da atuação conjunta UFMT/Coorimbatá a ser destacado foi a transformação da incubadora da universidade que originalmente atendia apenas empresas de tecnologia da informação, chamada de Cuiabá Soft, em uma multi-incubadora, chamada Arca Multincubadora, incluindo a incubação de empreendimentos econômicos solidários e a ampliação de parceiros sendo uma etapa fundamental na criação do Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social.

A Cooperativa Coorimbatá, contando com a figura do Pesquisador Cooperado, reconhecida como Tecnologia Social pelo Banco de Tecnologias Sociais (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2011), e com um histórico de articulação, criação, fortalecimento de relações de confiança e superação de desafios, tem-se colocado como um elo central na rede desenvolvida pelo Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social.

Metodologia

Metodologia empregada

A estratégia metodológica baseia-se no sistema de incubação de empreendimentos econômicos solidários do Programa de extensão “Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social” (SITECS), executado pela Divisão de Tecnologia Social do Escritório de Inovação Tecnológica (EIT/NIT) da Universidade Federal de Mato Grosso (Figura1), de modo articulado às ações da Cooperativa Coorimbatá, da Arca Multincubadora e de outras entidades parceiras.

Metodologia de gestão do Projeto e Incubação

Os EES incubados mantêm uma administração descentralizada, porém compartilham estruturas produtivas, de comercialização e gestão, atuando em rede, graças à ação articulada do Núcleo de Assistência Técnica aos Empreendimentos da Economia Solidária (NATES), da Secretaria Executiva e do Conselho Estratégico.

O Conselho Estratégico do Projeto é composto por representantes das entidades que integram o SITECS desenvolvido pela UFMT (Coordenador da Divisão de Tecnologia Social do EIT, Coordenador do EIT, representantes da Cooperativa Coorimbata, da Arca Multincubadora e da Rede de

Supermercados Modelo) e por um representante do setor público (varia o projeto em questão). Cabe a esse Conselho a definição dos empreendimentos a serem atendidos, das estratégias de ações e identificação de potencialidades e de novos parceiros estratégicos.

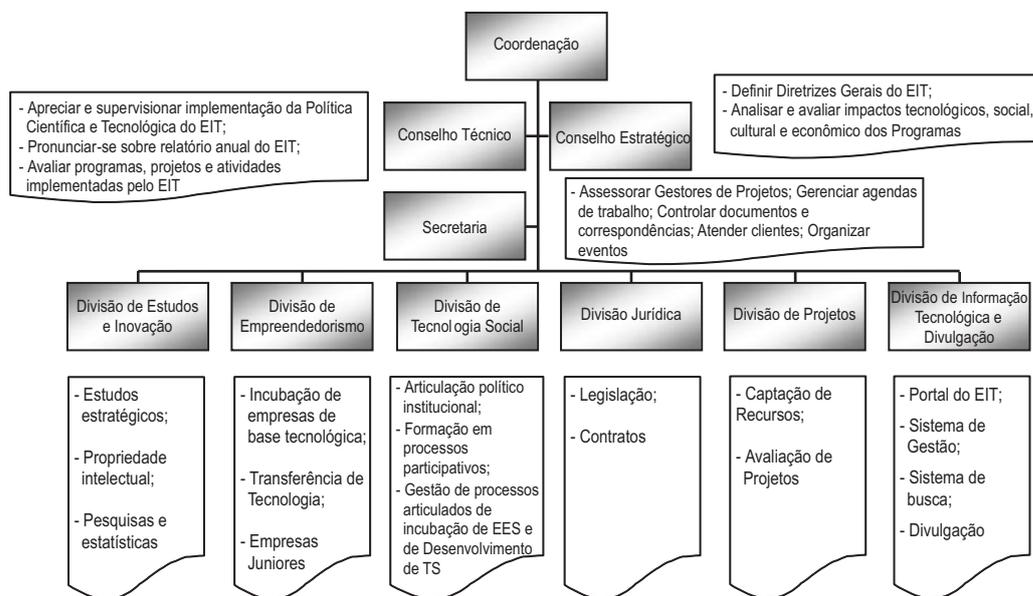


Figura 1 – Organograma do Escritório de Inovação Tecnológica e as Ações dos Setores.

A Secretaria Executiva é composta por membros da Divisão de Tecnologia Social do EIT/UFMT, da Arca Multincubadora e por representantes dos empreendimentos econômicos solidários beneficiários do Projeto. Cabe à Secretaria Executiva, que terá sua base no EIT/UFMT, coordenar o planejamento, monitoramento e avaliação.

A partir dos relatórios preliminares, os empreendimentos elaboram os planos de ação (curto prazo), de comercialização e de negócios (longo prazo), apoiados pelo NATES através de metodologias participativas, tendo como base a Tecnologia Social “Gestão de Empreendimentos Populares por Indicadores”, do Instituto Consulado da Mulher (BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS da FBB, 2009), com adequações realizadas pelo EIT/ARCA Multincubadora, as quais se fazem necessárias para serem aplicadas nos empreendimentos. As Figura 2 e 3 ilustram as fases e etapas

da incubação dos empreendimentos econômicos solidários nos processos, em rede, e de avaliação de resultados, para atender os mais diversos atores/comunidades que almejem o desenvolvimento de sua localidade.

Os planos elaborados para cada EES são analisados pelo Conselho Estratégico com o intuito de definir ações de atuação em rede, identificar novos parceiros e propor soluções conjuntas para a otimização dos recursos existentes e para a criação de um Plano Estratégico da Rede.

A execução dos planos é efetuada pelos EES com apoio do NATES e entidades parceiras tendo acompanhamento contínuo dos Pesquisadores Cooperados sob monitoramento da Secretaria Executiva.

Trimestralmente o Conselho Estratégico reúne-se para avaliar o estágio de desenvolvimento dos EES e para efetuar ajustes no Plano Estratégico da Rede.

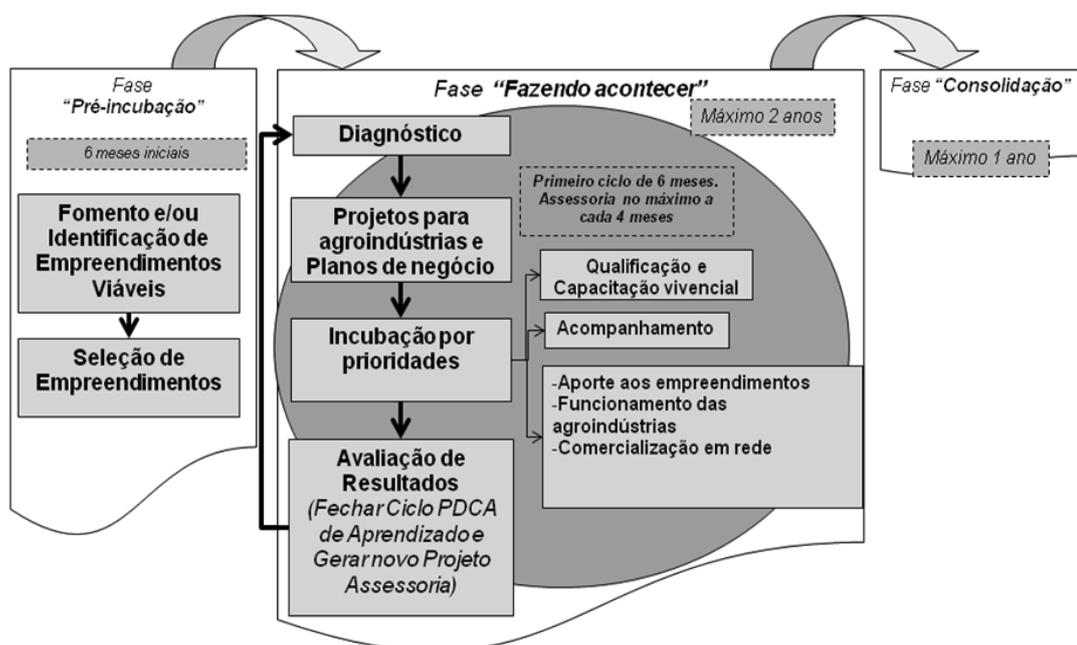


Figura 2 - Fases e etapas da incubação dos empreendimentos econômicos solidários

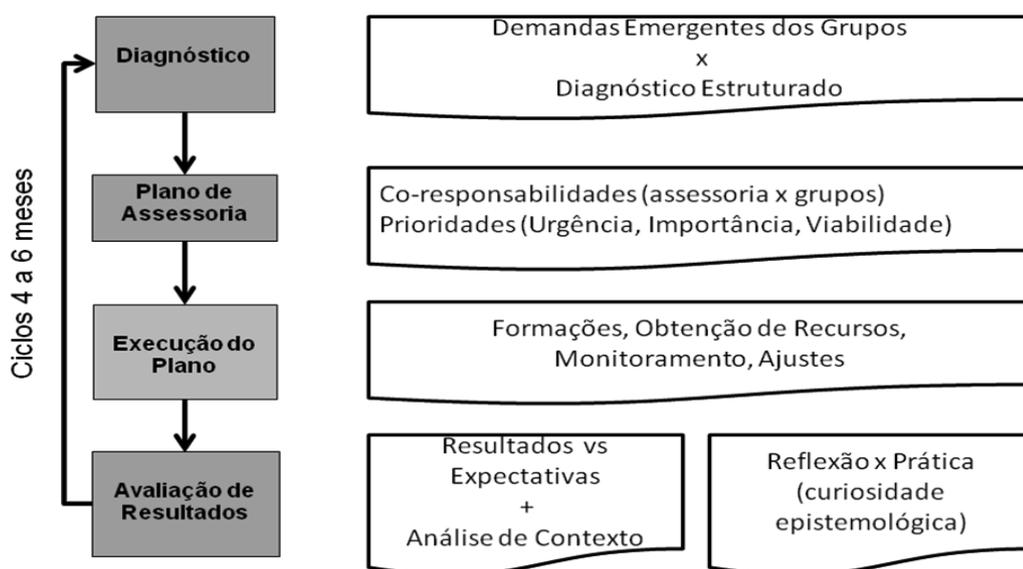


Figura 3 - Fases da avaliação dos resultados

Resultados e Discussão

Na Figura 4, são apresentadas esquematicamente algumas relações construídas no processo de desenvolvimento do SITECS. Embora a Cooperativa COORIMBATÁ seja um EES, ela foi representada em destaque para ilustrar a sua ligação com todos os atores indicados na Figura 4, através de seus Pesquisadores Cooperados. A COORIMBATÁ tem representantes no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Mato Grosso (CONSEA), na Arca Multincubadora

(ARCA) e tem vínculos comerciais com a Rede de Supermercados Modelo (MODELO), com a Aguacerito Leather Comércio de Couros Ltda (Aguacerito) etc. Foi na articulação com a COORIMBATÁ que a UFMT, através do EIT, passou a atuar no processo de incubação de EES (indicado com linha mais espessa na figura), com INCRA, MDA (Gov. Fed. Agric. Familiar), secretarias de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, de Trabalho e Assistência Social (Sec. Estado), com o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), com a Universidade

do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Rede Matogrossense de Economia Solidária e Rede

de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Redes ES).

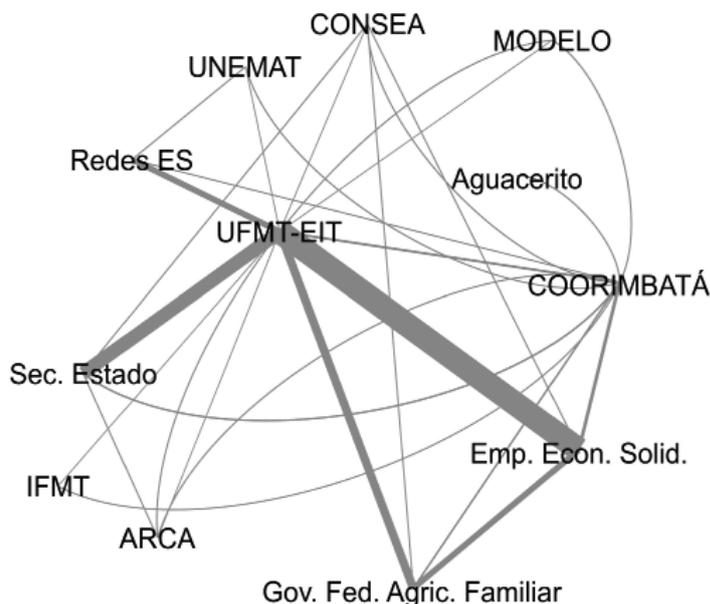


Figura 4 - Rede de entidades que atuam no SITECS

A atuação da UFMT-EIT através do NATES tem como objetivo central que os outros EES e entidades criem ligações com os outros elos, de forma independente, o que potencializa a rede e lhe dá sustentabilidade.

O Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social (SITECS) tem como foco os princípios da Tecnologia Social (INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2011) sendo um processo de institucionalização do sistema de incubação de Empreendimentos Solidários que foram “desenvolvidos na interação”, “aplicados na interação” e “apropriados pela população”. Esta é a principal inovação que legitima a institucionalização da atuação do Escritório de Inovação Tecnológica da UFMT como uma referência a ser reaplicada em outras regiões e NITs.

A execução do SITECS possibilitou a criação da Divisão de Tecnologia Social no EIT-UFMT implementando ações em três áreas:

1) Incubação de EES

O atendimento das demandas dos setores produtivo, logístico e de comercialização de empreendimentos econômicos solidários, em processos autogestionários de decisão, é efetuado em processos vivenciais

de atuação. A metodologia utiliza tecnologias sociais como o “Pesquisador Cooperado”, “Incubação de EES por Indicadores”, além da participação em fóruns de EES e territoriais e também ferramentas de gestão de base tecnológica.

Atualmente, os seguintes EES estão sendo incubados: Associação dos Produtores e Produtoras Artesanais da Chapada dos Guimarães (APPA); Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Poconé (COMPRUP); Associação de Mulheres do João Carro; Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores de Chapada dos Guimarães (COOPERAGRICULTOR); Cooperativa Agropecuária Varzeagrandense (COOPERGRANDE); Associação Quilombola de Mata Cavalão de Cima; Espaço Vitória. Na COORIMBATÁ, estão sendo incubadas a unidade de processamento de frutas, frigorífico e a unidade de processamento de húmus de minhoca, que possuem planos de negócio independentes, totalizando assim, 10 empreendimentos incubados.

2) Cursos e Eventos de Formação

a) Curso *Germinar*

Promove a qualificação profissional e forma líderes facilitadores para o desenvolvimento integrado, orgânico e sustentável das

pessoas, organizações e ambiente social que, em suas comunidades ou instituições, atuem para o desenvolvimento integrado desses grupos em busca da melhoria de qualidade de vida. O Curso se apoia em conceitos e práticas da Antroposofia e da Ecologia Social.

b) Ciclo de Workshops Participativos: aspectos socioeconômicos de pescadores do Pantanal norte

Promove o diálogo de vários atores sociais como pesquisadores, acadêmicos, pescadores, agentes públicos nas áreas ambientais, trabalhistas, pesqueira, turística, de forma a estabelecer e consolidar fortes relações de confiança entre diferentes atores sociais ampliando aspectos educativos de formação e autoformação, além de sua especialidade técnica, favorecendo assim a atuação transdisciplinar.

c) Seminário mato-grossense sobre Homeopatia na Agropecuária

Promove a discussão sobre a homeopatia como ciência, sobre formas de preparação de ultradiluídos dinamizados no meio rural, e a partilha de experiências e saberes entre os participantes, além de possibilitar relatos de estudos implementados com o uso de homeopatia na agropecuária orgânica na região e no país.

d) Curso de Sistema Agroflorestal

Utilizando uma metodologia participativa, busca interagir os saberes dos técnicos e participantes na implantação de uma unidade demonstrativa de sistemas agroflorestais.

3) Desenvolvimento de Tecnologias Sociais

a) Pesquisador Cooperado

b) Incubação de EES por Indicadores

c) Kit Fertirrigação

d) Bioenergética

Por fim, o Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social (SITECS) é uma inovadora forma de atuação em rede que consiste numa complexa articulação envolvendo o setor acadêmico, empreendimentos econômicos solidários, entidades privadas de incubação, empresas de comercialização e setores governamentais. Esse sistema contempla a Lei de Inovação (Lei n. 10973, de 2/12/2004) e poderá ser replicado em outras Universidades brasileiras a partir da criação de uma Divisão de Tecnologia Social em seus NITs.

Considerações finais

É possível se efetuar a institucionalização do processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários considerando a estrutura criada pela Lei de Inovação (Lei n. 10973, de 2/12/2004).

A complexidade que surge no compartilhamento de atividades de trabalho dos consultores vivenciais com os associados dos EES demanda um processo de formação técnica e política de todos os envolvidos. Os profissionais que atuam no SITECS necessitam de uma visão diferenciada para atuar nesses empreendimentos, pois, numa visão crítica da tecnologia, é necessário praticar controles democráticos para adequar tecnologias convencionais utilizadas em empresas capitalistas aos valores culturais dos associados desses empreendimentos para torná-los sustentáveis.

As redes, uma vez que caminham com intuito único de representar parcerias com a confiança e realizações de cumprimentos de metas, permitem afirmar que o SITECS é uma articulação importante no estado de Mato Grosso, sendo um modelo promissor para o desenvolvimento sustentável e social.

Referências

- BAGANHA, M. I. A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal. In: *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS, 2009. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/>>. Acesso em: 21 jul. 2011.
- CAPRA, F. *Ponto de mutação*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- CATTANI, A. (Comp.). *La otra economía*. Buenos Aires: Altamira, 2004.
- CONGER, S. *Social Inventions*. Prince Albert, Canada: Saskatchewan Newstart, 1974. Disponível em: <<http://www.innovation.cc/books/social-inventions-isbn.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2011.
- ESCRITÓRIO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (EIT). Disponível em: <<http://www.eit.ufmt.br>>. Acesso em: 21 set. 2011.
- FARAH, M. F. S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas locais. *Revista de Administração Pública*, v. 35, n. 1, p. 119-145, 2001.
- FARFUS, D.; ROCHA, M. C. de S. *Inovações sociais*. In: Farfus, D. (Org) e Rocha, M. C. de S. Curitiba: SESI/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007. p. 3-34. (Coleção Inova, II).
- FIGUEIREDO, J. M. Consolidação do observatório da inovação tecnológica em Mato Grosso (Edital MEC/CAPEs e MCT/CNPq/FINEP n. 28/2010. Programa Nacional de Pós-Doutorado - PNPd 2010).

- FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. *Economia solidária: a abordagem internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Banco de Tecnologias Sociais*. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/>>. Acesso em: 4 ago. 2011.
- GAIGER, L. I. G. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: _____ (Org.). *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. p. 101-126.
- GAIGER, L. I. Empreendimientos económicos solidários. In: CATTANI, A. (Comp.). *La otra Economía*. Buenos Aires: Altamira, 2004. p. 229-241.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/>>. Acesso em: 4 ago. 2011.
- LAVILLE, J. (Org.). *Economía Social y Solidaria: una visión europea*. Buenos Aires: Altamira, 2004.
- LEI 10973, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>. Acesso em: 4 set. 2011.
- LÉVESQUE, B. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: COLLOQUE DU CQRS AU CONGRES DE L'ACFAS, 2001, Montreal, Cahiers du CRISES, v. 0205, 2002.
- LUCONI JUNIOR, Wilson. *No lixo? Na Arte? um estudo da consciência política dos sujeitos participantes em empreendimentos de economia solidária em Tangará da Serra-MT*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.
- MANCINI, E. A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NELSON, R. R.; WINTER, S. *Uma teoria evolucionária da mudança econômica*. Campinas: Unicamp, 2005.
- RAZETO, L. *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires: LUMENHVMANITAS, 1997.
- RODRIGUES, A. L. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre nonprofit sector e economia social. *Organizações & Sociedade*, 14(43), p. 111-128, 2007.
- ROSEMBERG, N. *Por dentro da caixa preta: tecnologia e economia*. Campinas: Unicamp, 2006.
- SANTOS, B. S. Os processos de globalização. In: *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2005. (v. 1).
- SCHUMPETER, J. *The theories of economic development*. Cambridge, M.A: Harvard University, 1934.
- SINGER, P.; KRUPPA, S. M. P. Senaes e a economia solidária – democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: LASSANCE JR. et al. (Org.). *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 89-101.
- SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. *Globalização e desemprego*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- _____. A economia solidária como ato pedagógico. In: *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, 2005.
- SWEDBERG, R.; SMELSER, N. J. *The handbook of economic sociology*. New Jersey: Princeton University, 1994.
- TAYLOR, J. B. Introdução à inovação social. *Journal of Applied Behavioral Science*, v. 6, n. 1, p. 69-77, 1970.
- TORRES, M. D. F. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- VÁSQUEZ-BARQUERO, A. *Desarrollo, rede e innovación: lecciones sobre desarrollo endógeno*. Madrid: Pirâmide, 1999.
- VILLAS-BOAS, R. (Org.). Os canais institucionais da participação popular. Participação popular nos governos locais. *Pólis*, São Paulo, n. 14, p. 55-62, 1994.
- VYGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

A necessidade das intervenções: Extensão Rural como serviço ou como direito?
The need for interventions: Rural Extension as a service or as a right?
La necesidad de intervenciones: Extensión Rurale como un servicio o un derecho?
La nécessité d'interventions: Extension Rurale en tant que service ou comme un droit?

Davi Augusto Santana de Lelis*
France Maria Gontijo Coelho**
Marcelo Miná Dias***

Recebido em 18/6/2011 revisado e aprovado em 20/12/2011; aceito em 15/1/2012

Resumo: No Brasil a Extensão Rural adquiriu o significado de ação para promoção de mudanças no mundo rural. O sentido do desenvolvimento pretendido pelas políticas públicas que orientam as práticas extensionistas vem sofrendo, recentemente, alterações em sua justificação. A partir da análise das dimensões epistemológica, histórica e político-jurídica, propõe-se, neste artigo, uma Extensão Rural como um veículo de direitos fundamentais.

Palavras-chave: Extensão Rural. Serviço. Direitos Fundamentais.

Abstract: In Brazil, the Rural Extension, has acquired the meaning of actions for promotion of change in rural areas. The development desired by the public policies that guide the Rural Extension practices has been suffering changes in their foundation. From the analysis of epistemological, historical and political-legal dimensions, it is proposed in this paper, an Rural Extension as a vehicle to fundamental rights.

Key words: Rural Extension. Service. Fundamental Right.

Résumé: Au Brésil, la extension rurale, a acquis le sens des actions de promotion du changement dans les zones rurales. Le développement souhaité par les politiques publiques guider l'extension rurale qui a souffert des changements dans les pratiques de leur fondation. De l'analyse des épistémologique, les dimensions historiques et politico-juridique, il est proposé dans ce papier, une vulgarisation en milieu rural comme un véhicule pour les droits fondamentaux.

Mots-clés: Extension Rurale. Service. Droit fondamental.

Resumen: En Brasil, Extensión Agrícola adquirió el significado de la acción para promover el desarrollo en las zonas rurales. La dirección del desarrollo deseado por las políticas públicas que orientan la extensión de las prácticas ha sufrido recientemente, cambios en su justificación. A partir del análisis de las dimensiones epistemológica, histórica y político-jurídica, se propone en este trabajo, una extensión agrícola como un vehículo de los derechos fundamentales.

Palabras clave: Extensión Rurale. Servicio. Derechos Fundamentales.

Introdução

Por muitos anos, as práticas de intervenção da chamada Extensão Rural orientaram-se por uma expectativa de mudança social induzida. Nessa concepção de Extensão, a razão das mudanças era quase sempre externa aos contextos locais, e as inovações tecnológicas seriam a mola mestra das transformações.

Nos anos 1980 no Brasil, essa motivação, que justificava as ações dos extensionistas, passou a receber muitas críticas; a maior delas: o outro (aquele afetado pelo trabalho dos extensionistas) não era envolvido como sujeito dos processos de mudança. Esferas decisórias do Estado, grandes empresas e instituições

internacionais de pesquisa operavam num contexto sistêmico, no qual os extensionistas eram vistos apenas como engrenagens do processo difusionista. No sentido de ajudar a superação dos impasses práticos da Extensão Rural, com vistas a construção de um novo sentido para a Extensão Rural, este artigo pretende apresentar o que pode ser considerado como fundamentos epistemológicos dessa prática social de intervenção.

1 Problematizando a questão dos fundamentos da Extensão Rural

Ao longo dos anos, a concepção de intervenção extensionista passou a ser

* Mestrando em Extensão Rural no Departamento de Economia Rural - Universidade Federal de Viçosa-MG. E-mail: davilelis@yahoo.com.br

** Professora Adjunta do Departamento de Economia Rural - Universidade Federal de Viçosa. Doutora em Sociologia da Ciência e da Tecnologia pela UnB. E-mail: fmcoelho@ufv.br

*** Professor Adjunto do Departamento de Economia Rural Universidade Federal de Viçosa. Doutor em Ciências Sociais, Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, pelo CPDA/UFRRJ. E-mail: minad@uol.com.br

denominada difusionista, recebendo, principalmente no mundo acadêmico, duras críticas por seus equívocos políticos, científicos e epistemológicos. O reconhecimento do difusionismo entre os extensionistas era de que se fazia a realização eficiente da função que lhes havia sido atribuída – promover mudança induzida por inovações tecnológicas (COELHO, 2005).

Dessa forma, instalava-se um impasse: o que se tornava equívoco para uns (acadêmicos), para outros (técnicos de campo) era acerto eficiente e eficaz, justificado em razão do fim visado – a modificação da base tecnológica da produção. Ainda hoje é possível perceber que, entre essas visões e esses dois campos sociais, afirma-se a incomensurabilidade de paradigmas (KUHN, 1992), ou seja, o diálogo torna-se impossível por não conseguir se basear nas mesmas experiências em virtude da distância da compreensão entre as partes.

O discurso crítico já se tornou lugar comum entre muitos teóricos da extensão, quando proferem análises das práticas difusionistas e de suas justificações. Contudo acredita-se que ainda se faz necessária a busca do entendimento, tanto sobre os objetos com os quais o extensionista trabalha quanto sobre seus significados e implicações socioambientais.

A função de orientação da produção não desaparece das responsabilidades da Extensão Rural. Contudo fica evidente que o desejo dos extensionistas, de aumento de produção, não acontece no vazio. Isso porque, ao se trabalhar com produção, outras esferas da vida são envolvidas: os limites socioambientais, arranjos político-culturais, universo da interioridade, do espaço psicológico e emocional – tanto dos extensionistas quanto dos agricultores envolvidos por seu trabalho de orientação – compõem um cenário complexo que demanda questionamentos epistemológicos e indagações sobre critérios éticos metodológicos.

Os desafios da Extensão Rural são mais que problemas pessoais de conduta, são problemas de instituição (BOURDIEU, 1996), ou seja, de algo que se instituiu e, como tal, realiza funções de maneira automática e predefinida. A perspectiva política de viabilização da Extensão Rural como um direito, e não só como um serviço, que poderia ou não ser prestado, marca as análises aqui

apresentadas. Essa postura implica disposição para a aprendizagem da qual não se furta e para a qual se expõe.

2 Dimensões da Extensão Rural

1.1 Dimensão epistemológica

De início, o debate traz à tona a natureza e o significado dos conhecimentos que têm orientado as ações extensionistas. Na interação com seu público, a Extensão tem o conhecimento como objeto de mediação entre o que é e o que poderá ser. Quando se indaga sobre o conhecimento, primeiramente pode-se pensar em questões sobre o que são as coisas que se apresentam diante de nós e, num segundo momento, sobre como se poderia aprendê-las ou compreendê-las.

De forma bastante esclarecedora, Platão (427-347 a.C) tratou do tema do conhecimento quando narrou, no Livro VII de sua obra *A República* (PLATÃO, 1989). Esse texto é conhecido como *Alegoria da Caverna* e se apresenta na forma de um diálogo no qual Sócrates propõe questões ao discípulo Glauco. Na referida alegoria, as pessoas viveriam acorrentadas nas profundezas de uma escura caverna de onde só teriam acesso a imagens projetadas do mundo real, tudo que conhecem são reflexos da realidade, sem poder sequer decidir para que lado olhar, de modo que desconheciam outro mundo e acreditavam ser a caverna o único e verdadeiro plano de existência. Mas eis que surge uma pessoa que se liberta dos grilhões e sai da caverna em busca do mundo exterior, e contempla a verdade real. Maravilhado com a descoberta, esse indivíduo retorna à caverna para dizer que o que eles veem são apenas projeções da realidade, mas os acorrentados não acreditam nos relatos e acabam por matar o libertado. Para o pensamento platônico, essa pessoa que contempla a realidade seria o filósofo, que se liberta dos grilhões por meio do conhecimento atingindo assim o mundo real (PLATÃO, 1989, p. 52).

Essa narrativa pode ser interpretada de muitas formas, mas, neste artigo, ela tem a função de exercício de reflexão sobre a natureza social do conhecimento e da verdade. Mesmo falando a partir do mito, permite-se perceber uma íntima relação existente entre

o contexto social, a forma de produção e de divulgação com suas implicações sobre a valoração e a reprodução do saber. A linguagem e o método, os fins, o sentido e o significado das coisas vistas e ditas são possíveis, da forma como se apresentam, com interações numa dada sociedade.

Ao percorrer a história do pensamento sobre o conhecimento no mundo ocidental cristão, outras referências despontam como esclarecedoras para serem postas neste debate. O conhecimento foi concebido no período medieval, como efeito da revelação e, por isso, seria oriundo do universo divino, espiritual, cabendo à Igreja sua gestão na terra. Essa visão do conhecimento como próprio dessa instituição e da autorização divina sofre uma ruptura no século XVII, quando uma nova origem do conhecimento surge: a científica. Nessa visão, o conhecimento é posto como uma força libertadora, e a ciência aparece como possibilidade de rompimento com o sobrenatural e com o mundo mágico.

Sob essa nova perspectiva, Bacon (1561-1626) propunha uma produção da ciência organizada e institucionalizada, e Descartes (1596-1650), um conhecimento fruto da dúvida. Assim, ao longo dos séculos que se seguiram, a ciência passou a receber uma aura de sacralidade que lhe autoriza os discursos que anuncia e os produtos que gera no mundo contemporâneo. Esse poderio científico do futuro foi aberto por esses filósofos a partir de dois métodos.

Nesse sentido, Descartes alertava que só fugiria dos fantasmas da caverna, que hoje podem ser traduzidos como fantasmas do poder no mundo científico, aquele que seguisse as quatro regras básicas para a geração do conhecimento: a) duvidar é existir: o que não significa duvidar de tudo, mas sim observar motivado pela dúvida, isso seria o motor dos questionamentos do indivíduo; b) dividir as dificuldades facilita a compreensão do todo, devendo o estudo ser iniciado pelas partes mais simples; c) ao se analisar as proposições mais simples é possível compreender as mais complexas; d) aplicar o empirismo na busca de evidências, construindo assim o conhecimento pelo teste de hipóteses.

Já Bacon, por sua vez, apontava o conhecimento como uma força libertadora via empirismo, exclusivamente. Vislumbrando

um conflito instalado, o pensador em questão, acreditava que a institucionalização seria a solução, uma vez que a hierarquia, a ocupação distinta de cargos, bem como as instituições e normas seriam capazes de produzir novos inventos e recursos para a felicidade humana. Esses novos inventos gerados seriam então colocados a serviço do homem, que modificaria a realidade (BACON, 1983).

Embora pareçam distintas, as duas formas de pensar a ciência possuem completude. Descartes queria formar pessoas com uma ciência solipsista, enquanto Bacon aspirava formar instituições para uma ciência utilitária. Descartes objetivava formar mentes, Bacon controlar e modificar a natureza. Descartes almejava uma ciência de forma isolada, uma vez que o foco era o indivíduo, já Bacon pretendia uma ciência coletiva. Ambos concordavam que o trabalho seria realizado por conhecimento, sendo que para Descartes a razão representaria a liberdade, e para Bacon, o trabalho seria fundamentado pela própria sociedade.

De uma forma ou de outra, com suas completudes e diferenças, as duas vertentes de pensamento definem o início do período moderno de produção de conhecimento, que no caso foi adjetivado como científico. Esse processo completou-se com o surgimento dos iluministas (século XVIII até início do XIX). A forma de pensar a ciência, desse momento, se apropria das ideias anteriores, além do que, outras áreas do conhecimento surgem e se especializam em campos de saber distintos como a definição de objetos distintos. Todas as esferas do conhecimento são recortadas em pedaços e racionalizadas sob a justificação de busca da emancipação social, do bem-estar geral, da liberdade, da igualdade e da fraternidade da sociedade.

A partir de meados do século XIX, uma nova concepção para a ciência se coloca: o positivismo. Desse modo, desponta o progresso técnico, quando começa a prevalecer a técnica em detrimento do pensamento esclarecedor; separando a ciência da técnica, privilegia-se, de forma distinta, a inspiração inicial de Francis Bacon. Ao privilegiar os correlatos técnicos da ciência, o desenvolvimento filosófico e a reflexão crítica relativa à ciência, esta é mitigada. Essa forma de produção do saber, bem como o império da produção econômica

capitalista industrial, configura um pano de fundo que permite melhor entender a dinâmica da sociedade que se afirmava e sua relação predatória com o ambiente.

Com esse cenário, é possível afirmar que a produção do conhecimento na modernidade está vinculada à técnica, que por sua vez permite a produção industrial em um caminho dominado por instituições e interesses econômicos capitalistas, deixando, muitas vezes, à margem, marcas sociais e limites ambientais. Abaliza esse pensamento Edgar Morin, que afirma com razão a vinculação explicitada. Nas palavras do autor:

A técnica aparece como um momento nesse circuito em que a ciência produz a técnica, que produz a indústria, que produz a sociedade industrial; circuito em que há, efetivamente, um retorno, e cada termo retroage sobre o precedente, isto é a indústria retroage sobre a técnica e a orienta, e a técnica sobre a ciência, orientando-a também. (MORIN, 2005, p. 107).

Ou seja, temos um ciclo autopoiético em que a técnica não está isolada da ciência, que, por sua vez, não está isolada da indústria. É no sistema posto, temos a exploração do homem pelo homem em uma forma muito distante da imaginada pelo projeto iluminista, uma vez que:

[...] o desenvolvimento da técnica não provoca somente processos de emancipação, mas também novos processos de manipulação do homem pelo homem ou dos indivíduos humanos pelas entidades sociais. [...] A sujeição significa que o sujeito sujeitado sempre julga que trabalha para seus próprios fins, desconhecendo que, na realidade, trabalha para os fins daquele que o sujeita. Assim, efetivamente, o carneiro-chefe do rebanho julga que continua a comandar seu rebanho, quando, na realidade, obedece ao pastor e, finalmente à lógica do matadouro. (MORIN, 2005, p. 109).

Entretanto acredita-se que essa lógica não impera totalmente em todos os espaços sociais. Para essa crença, é preciso, como bem disse Pinto (2008), focar a capacidade que os homens têm de se maravilhar (ou se escandalizar) diante do mundo. Por meio de seu intelecto, os homens são capazes de resolver problemas impostos pela dura realidade.

Portanto, hoje, há uma dinâmica que se poderia denominar como pós-moderna, que não se opõe nem nega a modernidade.

Nesse contexto intenso, reina: a) triunfo da igualdade repressiva; b) hierarquia e coerção; c) expressão individual; d) transformação do homem em objeto; e) opressão tecnológica; f) substituição das formas místicas de pensar; g) impotência do trabalhador. Enquanto pelo iluminismo teve-se uma dinâmica completamente diferente, que apenas ilustra o conjunto de mudanças que acabou por configurar tal realidade pois era preciso produzir: a) o triunfo da igualdade; b) homens livres; c) ciência transformando os mitos; d) a razão visando ao novo. A história e o diferente ajudam, assim, a melhor entender os porquês e o como estamos.

2.2 Dimensão histórica da ciência, da técnica e da tecnologia para agricultura

Ao pesquisar o processo histórico de apropriação da agricultura por formas científicas de produção de conhecimentos, Coelho (2005) identificou tipos diferentes de métodos científicos e de resultados. No Brasil, originalmente, a forma científica de tratamento dos conhecimentos para agricultura, restringiu-se ao registro sistemático, tanto de observações sobre processos naturais quanto dos resultados da manipulação realizada pelos homens. Esses registros é que criaram as condições necessárias para maior controle dos manejos e dos resultados produtivos. Essa fase, denominada pela autora como fase da ciência experiência, vai do final do século XIX até o final dos anos 1930.

Num segundo momento, em razão da importação de conhecimentos mais complexos (como a genética e o instrumental estatístico), as experiências com plantas e animais transformaram-se em experimentos sob controle. Assim, a ciência para agricultura, torna-se capaz de produzir segredos. Esta seria a fase da ciência experimento que, a partir do final dos anos 1930, vai se instalar e expandir para todas as subáreas do conhecimento científico agrícola.

No processo de institucionalização da pesquisa experimental pura sob controle, foi possível perceber que as destrezas necessárias ao desenvolvimento e à criação de novas práticas de produção de conhecimentos sobre plantas ou de animais sofisticam-se. A análise desse processo destacou a ideia e a importância

da técnica como disposições incorporadas. Essa evidência permitiu remeter ao conceito de *habitus*, como definia Bourdieu (1989), ou seja, disposições incorporadas que contemplam tanto o instituído (o que já era conhecido) quanto o instituinte (aquilo que permite condições para novas invenções). Por isso, considerando o processo de cientificação dos conhecimentos para agricultura, propõe-se um entendimento da técnica como *habitus*.

A ciência experiência resultou em ciência e técnica; e a ciência experimento resultou no que foi denominado por Coelho (2005), como tecnologia, que retoma a teoria da mercadoria de Karl Marx, pois, ao produzirem-se segredos, os experimentos criam a razão do fetiche de seus resultados o qual, como um produto, ocorrerá apenas pelo mercado.

Numa perspectiva crítica diante da importância da tecnologia na sociedade atual, Pinto (2008) esclarece que o termo tecnologia comportaria quatro acepções: a) no sentido etimológico, tecnologia seria apenas o estudo do *logos* da técnica; b) numa forma mais simplória, o significado de tecnologia seria intercambiável com a própria técnica. Essa equivalência, contudo, diz o autor, gera confusão e “perigosos enganos no julgamento de problemas sociológicos e filosóficos suscitados pelo intento de compreender a tecnologia” (PINTO, 2008, p. 219-220); c) em sentido histórico seria “o conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento” (PINTO, 2008, p. 220). E por fim; d) tecnologia como ideologização da técnica. Sobre esta última acepção é que o autor se debruça, pois ela comporta uma ideia de sociedade e de desenvolvimento.

Assim, como síntese dos dois autores, pode-se entender que tecnologia comporta mais que objetos que potencializam processos de produção. Tecnologia envolve valores e objetos que predispõem formas de sociedade e de relações sociais e econômicas, que podem ser, ou não, as melhores ou as mais adequadas à diversidade de contextos socioambientais.

Ao se perceber a diferença entre técnica (como *habitus*) e tecnologia (como ideologia e mercadoria), é possível assumir uma postura crítica diante das potencialidades anunciadas pelo industrialismo e pelo progresso tecnológico. O fetiche da mercadoria enche os

olhos de quem a vê, na medida em que cria expectativas de que satisfará desejos. Esse é o efeito e a natureza da tecnologia mercadoria: anunciar possibilidades e potencializar realizações. A tecnologia tem então essa capacidade de projetar abstratamente e realizar concretamente (PINTO, 2008).

Enquanto mercadoria, a tecnologia é propriedade de empresas que, necessariamente, devem gerar lucros ao capital. No caso do espaço agrário, a tecnologia normalmente cria uma rede de dependência dos agricultores com um mercado de insumos. Ao pensar em tecnologia, não se pode desconsiderar essa sua dupla natureza, de potencialização da produção e de dominação, que surge no contexto das relações capitalistas.

O discurso modernizante encontrou eco nas expectativas extensionistas de promoção de mudanças tecnológicas, que podem ser entendidas como uma concepção ideológica estratégica e eficaz para o projeto político de desenvolvimento da época. Por isso não se pode dizer, de forma indistinta, que o uso dessas tecnologias torna a sociedade mais agradável, mais produtiva ou mais rentável. Mas é possível afirmar que as mudanças tecnológicas industriais tornaram os processos produtivos, no espaço agrário, mais rentáveis para o capital. Assim, a distinção entre técnica e tecnologia faz toda a diferença na orientação da prática extensionista: a primeira foca no compromisso com a formação de habilidades e de competências, a segunda, na persuasão para seu consumo.

2.3 Propósitos e equívocos da extensão de conhecimentos

Cabe agora esclarecer como se dá a influência dessa estrutura de produção de conhecimento sobre a extensão rural. Uma análise da formação da extensão rural no Brasil é o ponto de partida. Contudo, desde já, é bom que se diga:

O trabalho de assistência técnica da Extensão Rural no Brasil era um projeto educativo para o capital (industrial e financeiro). [...] Por isso, a idéia de transferir certos traços de ‘cultura’ e recursos de uma condição social considerada mais avançada (a sociedade urbana e industrial) para outros espaços sociais considerados atrasados (o espaço agrário) foi, e para alguns ainda é,

um equivoco baseado na prepotência camuflada de 'boa vontade' ou voluntarismo autoritário. (COELHO, 2005, p. 71).

Desse modo, tem-se um modelo clássico de extensão rural, estabelecido desde o século XIX nos Estados Unidos (EUA) pautado na expectativa da difusão da tecnologia. Assim, inicialmente nos EUA, por volta de 1870, tem-se um abandono da produção agrícola para o consumo próprio para privilegiar a produção de mercado. Tal mudança produtiva fez com que os fazendeiros americanos formassem associações para a solução de seus problemas, bem como criassem feiras agrícolas para apresentação dos resultados conquistados no campo. Essa iniciativa gerou um círculo de mais pesquisa agrícola para aumentar a produtividade, solucionar os novos problemas que por ventura aparecessem pelo caminho para, novamente, exibir melhores resultados nas feiras (FONSECA, 1985, p. 38). Note-se que tal sistema surgiu num espaço social, com apoio de instituições de pesquisa, não sendo imposto pelo Estado, mas sim aproveitado por este. Desse modo, o pensamento aplicado era de que a maior produção econômica elevaria, por consequência, a qualidade de vida dos chamados fazendeiros.

Nessa senda, foi estabelecido no Brasil um modelo de educação no campo que, de maneira informal, pudesse promover a produção voltada para o mercado. Em contínuo avanço na trilha do desenvolvimento econômico industrial no final da década de 1940, os serviços da extensão rural foram institucionalizados. É nesse cenário que Nelson Rockefeller propôs um programa de desenvolvimento rural, aplicado, em princípio, no estado de Minas Gerais (FONSECA, 1985). Tal escolha se deu pelo cenário ofertado por Minas Gerais naquele momento. Uma vez bem sucedido nas terras mineiras, o programa poderia se espalhar pelo restante do país. Para tornar o sucesso palpável, nos idos de 1950 diversos técnicos estadunidenses foram para as universidades rurais de Minas Gerais, dando cursos de economia doméstica e de métodos extensivos de agricultura (EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS *apud* FONSECA, 1985, p. 86-87). Conforme o *script*, entre 1948 e 1967, diversas associações nos moldes supra-mencionados surgiram em diversos estados brasileiros e também no Distrito Federal na

época, Guanabara, RJ, comprovando assim o aparente sucesso do plano extensionista fundado em teor econômico com vistas ao aumento da produtividade.

O homem do campo brasileiro, entendido como iletrado, doente, xucro e despreparado para a produção, havia sido seduzido pela ótica de mercado. Assim, atribuía-se que ele desejava tornar-se letrado, saudável, motorizado, empresário. Isso porque a sedução é feita pelo próprio objeto da sedução. As facilidades, o conforto, o lucro prometido pelo sistema imposto fazem, por si só, as vezes de sedutor (PARRET, 1991, p. 21). Mesmo porque:

[...] a ação extensionista envolve, qualquer que seja o setor em que se realiza, a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a 'outra parte do mundo', considerada inferior, para, à sua maneira, 'normalizá-la'. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. (FREIRE, 1983, p. 13).

Desse modo, a extensão rural simplesmente troca uma forma de conhecimento, o cotidiano, por outro, o tecnológico. Entretanto o conhecer não é destinado a objetos, mas sim a sujeitos, o que demanda o querer saber, a curiosidade sobre o mundo. Por isso, segundo Freire (1983), aquele que simplesmente recebe não tem espaço, motivação autônoma ou sentido para querer aprender; cabe apenas consumir, acatar ou reproduzir o que lhe é ofertado.

Tem-se então um sistema de extensão feito pelo e para o capital de forma que os fatores sociais e ambientais são pouco relevantes e, diversas vezes, são vistos como empecilhos ao desenvolvimento econômico.

2.4 Dimensão político-jurídica

Nesta parte, pretende-se discutir o sentido da Extensão Rural enquanto organização e instituição social. Para tanto, o conceito de desenvolvimento coloca-se como um fundamento importante na argumentação. Inicialmente pode-se dizer que o termo desenvolvimento está repleto de significados, que, por sua vez, estão ligados a diversas teorias criadas para entender o fenômeno. Favareto (2007) trabalha na distinção de três significados: desenvolvimento econômico, social e ambiental:

- a) **Desenvolvimento Econômico:** essa concepção tem como implicação a expectativa de que o desenvolvimento se fará por meio da difusão, adoção e aplicação da técnica e da tecnologia (FAVARETO, 2007, p. 51). Essa visão, também denominada monista, orientou o Estado brasileiro entre os anos 1950 e 1990, tornando restritas as possibilidades de construção de uma vida social mais equitativa. Essa concepção se instituiu ao largo desse período, mesmo quando o Estado interveio de forma a garantir políticas mais distributivas; mesmo que essas políticas recebessem sua legitimação por meio de eleições gerais ou tivesse suas bases sociais em sindicatos autônomos ou em partidos dos trabalhadores. Contudo o desenvolvimento econômico continua como um desafio estatal, pois:

Ele deve intervir no sistema econômico com o objetivo de proteger o crescimento capitalista, minorar as crises e proteger simultaneamente a capacidade de competição internacional das empresas e ofertas de trabalho – a fim de que advenham crescimentos que possam ser repartidos sem desencorajar os investimentos privados. (HABERMAS, 1987, p. 107).

- b) **Desenvolvimento Social:** nessa concepção, caberia ao Estado promover a igualdade entre os homens por meio do bem-estar social. Quanto mais próximos da igualdade estiverem os homens, mais justo será o Estado por eles formado, maior a capacidade de distribuição de direitos e deveres, e maiores as condições de redistribuição de renda, com existência e oportunidades iguais que seriam dadas aos indivíduos de forma distinta (RALWS, 2002).

Essa concepção remete a Chauí (1999), que esclarece as condições para essa redistribuição social. Para que a economia capitalista realizasse o Bem-Estar foi preciso que “o Estado nela interviesse como regulador e como parceiro, o que foi feito pela criação do fundo público” (CHAUÍ, 1999, p. 213). Em torno desse fundo público é que o jogo de forças políticas que constituem o Estado é realizado. Assim:

Em suma, o Estado do Bem-Estar introduziu a república entendida estruturalmente como gestão dos fundos públicos, os quais se tomam pré-condição da acumulação e

da reprodução do capital (e da formação da taxa de lucro) e da reprodução da força de trabalho por meio das despesas sociais. (CHAUÍ, 1999, p. 213).

Na concepção de desenvolvimento como bem-estar social, a noção de democracia coloca-se apenas como um regime de lei e de ordem. Como diz Chauí, essa democracia pode ser lida como restrita, pois não está fundada na noção de direito, na medida em que, efetivamente, garante privilégios (que são sempre particulares e não podem universalizar-se num direito) do capital e visa suprir carências (que são sempre específicas e particulares, por não conseguirem ultrapassar a especificidade rumo a sua universalização como um direito). Assim, somente no sentido de uma ação criadora de direitos universalizáveis é que se poderia pensar nas condições para uma democracia plena. Na primeira forma, enquanto serviços, o modelo estruturante seria o de uma organização social; mas, para a garantia de direitos, há que se pensar num Estado constituído de Instituições Sociais autônomas, que significam:

[...] uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. (CHAUÍ, 1999, p. 217).

Nessa segunda concepção de desenvolvimento, tendo em vista essa visão crítica do *Welfare State* e de instituição social de Chauí, inspira-se que a Extensão Rural poderia ser concebida como uma instituição social, ou seja, uma ação social de intervenção do Estado. Contudo, historicamente, ela tem-se apresentado como uma organização prestadora de serviços em detrimento de operacionalizar direitos.

- c) **Desenvolvimento Ambiental:** a terceira concepção de desenvolvimento exige também uma política intervencionista, que objetive primariamente a conservação das condições ambientais. Para tanto, o ambiente passa a ser visto como um bem comum a todos, pertencente aos habitantes atuais e às futuras gerações. A saber, a Constituição da República Federativa do Brasil, em consonância com a Política

Ambiental Nacional, assim trata o tema:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Não é demais afirmar que o tratamento dado ao ambiente por essa concepção de desenvolvimento reveste-se de certa homogeneidade (BONETTI, 2007, p. 21) ao pensar sua preservação como um todo, sendo uma posição refratária do ideal de fraternidade no seio social.

As potencialidades ou limites ambientais exigem que se conceba a natureza a partir não só de sua constituição biológica. Natureza é aquilo que é definido, social e culturalmente, como natureza. Nesse contexto de atribuições de significados e de definição de usos legítimos do ambiente, seguramente, a Extensão Rural assume papel de destaque. A liberdade de exploração econômica, cujas justificativas são respaldadas em limites postos por um genérico bem-estar socioambiental, desafia, cotidianamente, a ação dos extensionistas.

Na medida em que a ciência ainda é tímida na construção de propostas conservacionistas, muitas vezes o extensionista se vê só, entre regulamentos e normas que não dão conta da diversidade e da espacialidade nas quais se está inserido como agente de mudança. Contudo há que se reconhecer que o sentido depredatório tem marcado muito mais as propostas existentes e carece-se de inovações aplicáveis.

3 Uma síntese: caminhos possíveis

Em 1981, Lawrence Busch já havia apontado algumas alternativas ao sistema produtivo na agricultura, como: a) priorizar a produção de alimentos para consumo interno, ao invés da produção para exportação; b) promover a pesquisa agrícola que priorize a estrutura familiar agrícola; c) tratar a propriedade rural como um sistema tal qual o *farming system research* preconiza; d) adotar o exemplo chinês em que as questões agrícolas são tratadas como questão de saúde pública e de indústria (BUSCH, 1981).

Alguns autores, ao perceberem problemas na efetividade das práticas da Extensão

Rural, propunham uma adequação tecnológica ou a adequação de um genérico homem do campo às propostas levadas pela Extensão, como foi o caso de Rodrigues (1987).

Acredita-se que uma presentificação do projeto iluminista de libertação do homem em convívio com seu ambiente poderia ser pensada. Isso porque, se o "iluminismo é um tendência trans-epocal, que cruza transversalmente a história" (ROUANET, 1989, p. 35), pode-se esperar que:

Equipado de um novo modelo de razão e um novo conceito de crítica, dispondo de um acervo de valores próprios, que não coincidem inteiramente com os de nenhuma outra corrente, e enraizado num solo social que o salva de todo o idealismo, o novo Iluminismo estará pronto para prosseguir a tarefa que a Ilustração não pôde concluir. Hoje como ontem, é preciso combater todas as instâncias que promovem a infantilização do homem, impedindo a realização do ideal maior da Ilustração, [...]. Mas o trabalho de secularização ficou incompleto, e devemos continuar combatendo as religiões profanas – as da nação, da raça, da classe, do Estado [e por que não dizer, da imposição tecnológica que desconsidera a necessidade de reprodução das condições sócio-ambientais para a produção agrícola] que engendram um fanatismo tão obscurantista quanto o que Voltaire quis combater no século XVIII. (ROUANET, 1989, p. 35).

A organização dessa mudança, que é não só paradigmática, mas também pragmática, depende da atuação reflexiva dos extensionistas. O fazer com o outro, no caso o agricultor, difere da proposta do fazer para o outro na medida em que procura romper com a postura etnocêntrica.

Em síntese, como intitulado por Roling (1996), esse paradigma interativo, como nova proposta que atribui nova função para Extensão Rural, pode ser caracterizado da seguinte forma: a) construtivista; b) a verdade adquire perspectivas múltiplas e diversas; c) o tratamento entre os atores envolvidos se estabelece em um processo interativo e participativo; d) as metas são múltiplas e frequentemente se confrontam; e) o sistema permite uma ação coletiva; f) a política resulta das interações na realidade; g) a ciência tem papel ativo na construção social da realidade; h) a ciência é um híbrido entre as ciências naturais e as ciências sociais; i) a extensão rural facilita a

aprendizagem e estimula os métodos participativos.

Mas, para operacionalizar esses princípios, a extensão rural interativa necessita assumir novos papéis que não podem ser eventuais, mas sim, estruturantes do mundo social, produtivo e ambiental. Essas mudanças não se dão ao acaso ou na eventualidade, para tanto, acredita-se ser pré-condição para esse caminho admitir-se a possibilidade de questionamento sobre as concepções e conteúdos dos tipos de conhecimentos com os quais se lida. Além disso, tornam-se indispensáveis os questionamentos quanto às formas metodológicas operacionalizadas no cotidiano do extensionista e, uma conceituação sociológica clara para melhor denominação do público envolvido em suas ações.

Todas as alternativas até então apresentadas ou vivenciadas, desde a origem da Extensão Rural, colocam-na como um serviço. Entretanto, ao se pensar nas questões postas por Chauí (1999), pode-se propor que a Extensão Rural, como política pública, atualmente orientada pela preocupação agroecológica e pela participação cidadã dos agricultores, evidencia que ela faz (ou deveria fazer) algo mais que assistência ou mero serviço. Ao refletir sobre os desafios cognitivos, produtivos, político-jurídicos e socioambientais, chega-se à proposta de que a Extensão Rural pública, modificada em sua justificativa e em seus fundamentos, pode ser concebida como um veículo de realização de direitos fundamentais.

4 Proposição: Extensão Rural, instituição pública e direito

Conforme orienta a doutrina jurídica moderna (MENDES, 2008), os direitos fundamentais podem ser analisados por gerações, considerando o contexto nos quais surgiram:

a) Primeira Geração: Direitos civis e políticos que realçam o princípio da liberdade. Surgem institucionalmente a partir da Magna Carta inglesa de 1215. Tais direitos tinham caráter negativo, ou seja, não exigiam nenhuma atuação por parte do Estado, apenas definiam que ele não interferisse no exercício da liberdade dos indivíduos, desde que ele se encontrasse dentro dos limites da legalidade. Estes direitos se

prestaram a

[...] fundamentar a estruturação de mecanismos políticos e institucionais destinados a assegurar a preservação da autonomia do indivíduo em face do Estado. (DALLARI, 2009, p. 197).

Tais direitos reverbam a dimensão econômica da Extensão Rural e podem ser classificados como:

[...] direitos aos quais o Estado não impeça ou sirva de obstáculo a determinadas ações do titular do direito; [...] por direitos sobre os quais o Estado não afete determinadas propriedades ou situações do titular do Direito; [...] por direitos que o Estado não elimine determinadas posições jurídicas do titular. (ALEXY, 1993, p. 189).

b) Segunda Geração: Direitos econômicos, sociais e culturais que realçam o princípio da igualdade. Segundo Dallari (2009, p. 198), estes surgem da timidez na implementação dos preceitos dos direitos da primeira geração. Esses direitos englobam os direitos relacionados com o trabalho, ao seguro social, à subsistência, ao amparo à doença, à velhice, à educação entre outros. Tais direitos surgiram com a dupla revolução do séc. XVIII, a industrial e a política, mais especificamente a francesa. Eles têm caráter positivo, ou seja, exigem que o Estado atue para promoção da igualdade e consequente bem-estar social.

Tais direitos podem exigir uma atuação fática do Estado, como o auxílio ao agricultor familiar por meio da Extensão Rural, ou com uma atuação normativa, como por exemplo, a normatização do crédito para a agricultura familiar, como consta na Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Em suma, o titular de um direito fundamental deve ter uma ação estatal que seja indispensável para a proteção do seu âmbito de liberdade assegurado por disposições jurídico-fundamentais (ALEXY, 1993, p. 240). E, de fato, uma decorrência dos direitos de segunda geração é, segundo Dallari (2009, p. 199), o fortalecimento do papel do Estado na proteção e promoção desses direitos.

c) Terceira Geração: Direitos atribuídos a qualquer formação social de modo que realçam o princípio da fraternidade. Surgem no contexto político e social “da segunda metade do século XX” (DALLARI,

2009, p. 203). Esses direitos englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, à qualidade de vida, à paz e outros direitos difusos e coletivos. Por fim, tais direitos guardam relação com a terceira dimensão apontada por Favaretto (2007), qual seja, a dimensão ambiental do desenvolvimento, que toca a Extensão Rural no quesito de proteção ambiental, diversidade genética, uso de produtos químicos entre outros temas correlatos. De fato,

[...] o direito a um meio ambiente equilibrado, que assegure condições adequadas a uma vida digna, insere-se na terceira geração dos direitos humanos [fundamentais], que considera o ser humano como integrante de uma coletividade e identifica os direitos de solidariedade. (DALLARI, 2009, p. 203).

Não é demais apontar que essa distinção em gerações é meramente didática, portanto,

[...] falar em sucessão de gerações não significa dizer que os direitos previstos num momento tenham sido suplantados por aqueles surgidos em um instante seguinte. (MENDES, 2008, p. 234).

Ainda quanto a esses direitos, Cunha Júnior (2006) aponta que, segundo a Constituição de 1988, as normas definidoras de direitos (e garantias) fundamentais têm aplicação imediata, o que significa afirmar que, em princípio, essas normas têm eficácia plena, não sendo dependentes de qualquer interposição do legislador para terem a efetividade ou eficácia social.

Quando se pensa em uma Extensão Rural que se compromete como o acesso do agricultor à liberdade, à igualdade ou à fraternidade – tríade que, desde a Revolução Francesa, encontra guarida nas constituições modernas em capítulos destinados aos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos – pode-se buscar definir melhor que direito é esse do qual aqui se fala. Os direitos podem ser assim entendidos como “aqueles direitos que pertencem ao mesmo fundamento do Estado, e que, por isto, são reconhecidos na constituição” (SCHMITT *apud* ALEXI, 1993, p. 63).

Assim, acredita-se que as mudanças sociais contemporâneas não podem permitir que se viva sem os preceitos que garantam a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A

liberdade, por sua vez, revela-se em questões concretas, como no direito de uma produção econômica e sustentabilidade das condições ambientais dessa produção. A igualdade aparece na garantia de condições sociais de existência que respeita padrões de vida coletivos e seus valores. E a fraternidade se expressa na garantia de condições de respeito aos aspectos ambientais.

Desse modo, os direitos sobre os quais a Extensão Rural firma seu porto são, de longa data, devidos aos agricultores, podendo ser vistos como direitos fundamentais garantidos pela Constituição da República. Não se trata apenas de garantir acesso à tecnologia ou distribuição de novas técnicas de produção e comercialização, mas também, e quiçá, primordialmente, fazer valer direitos da mais alta monta, como o direito a orientações que extrapolam, em suas consequências, o espaço das unidades produtivas.

Essa mudança de perspectiva envolve também um aspecto de nomenclatura. O Estado não carece de extensionistas difusores de tecnologias, pois disso se encarregam as empresas produtoras e vendedoras de insumos agroindustriais, mas sim de agentes de desenvolvimento. Nesse contexto, o papel do agente de desenvolvimento é, portanto, desafiar os agricultores, para que estes busquem a significação do conteúdo temático diante do qual se encontram.

Propõe-se assim, ainda que de forma tímida, a inversão da ótica posta. Para tanto, o agricultor deixa de ser um objeto que recebe as novas tecnologias, e passa a ser ator e exige seus direitos. A extensão rural deixa de privilegiar a mera transferência de tecnologia, para privilegiar a execução de projetos e programas que elevem a condição inicial do projeto iluminista para, enfim, promover a igualdade, a emancipação social, e o bem-estar da coletividade sob os pilares de direitos fundamentais.

À guisa de conclusões

Com base nas premissas, fundamentos e argumentos expostos ao longo do presente trabalho, pontuam-se as principais conclusões deste estudo.

A Extensão Rural, historicamente, atua como um serviço para o meio rural.

Nessa perspectiva, seria de competência dos extensionistas promover o deslocamento da técnica desenvolvida por institutos, como universidades, empresas públicas ou privadas, para o público alvo dessas ações. Entretanto, quando não há problematização ou debate acerca de seus objetos e da configuração do próprio meio rural, a ação extensionista, nesses moldes, não leva em conta o conhecimento do agricultor. Isso acontece mesmo que alternativas a esse modelo já tenham sido apontadas, como o *Farming System Research* ou o *Farming First*.

Abandonar o padrão clássico difusionista de atuação se faz necessário. Para tanto, entende-se que, diante de uma concepção mais crítica do desenvolvimento rural, a Extensão Rural poderá atuar sobre outros pilares que têm em vista liberdade econômica, igualdade social e fraternidade ambiental. Tais pilares representam a tríade constitucional dos direitos fundamentais que permitem elevar a Extensão Rural a um novo patamar: a de garantidora de direitos fundamentais.

Ao se considerar a Extensão Rural como um veículo para direitos fundamentais, a lógica tecnocrata se perde. Visto que a função primeira do Estado é garantir direitos para os cidadãos, (incluindo-se os agricultores familiares), o amplo acesso ao desenvolvimento exige uma nova perspectiva para a *praxis* do extensionista. Para tanto, seus fundamentos carecem ser ancorados em outras bases, inclusive pode ser estratégico alterar sua própria denominação identitária de extensionista para agente do desenvolvimento.

Ao se admitir a Extensão Rural como um veículo para direitos fundamentais, constrói-se uma estrutura que permite a participação dos agricultores nas questões que lhes são mais caras. Ao se garantir aos agricultores o papel de destaque nessa instituição pública, viabilizam-se as condições para que estes exijam, pelos meios legais, as faltas e ausências estatais que por ventura surjam na busca contínua pelo desenvolvimento. Esses focos externos e orientações internas são pré-condições para a dignidade do trabalho desses agentes de desenvolvimento na promoção do justo e merecido desenvolvimento do meio rural.

Referências

- ALEXY, Robert. *Teoria de los derechos fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
- BACON, Francis. *Nova Atlântida*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção os Pensadores).
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 jan. 2011.
- BONETI, Lindomar Wessler. *Políticas públicas por dentro*. 2. ed. Ijuí: Ed. Ijuí, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: _____. *Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 59-73.
- _____. *Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- BUSCH, Lawrence; SACHS, Carolyn. The agricultural sciences and the modern world system. In: BUSCH, L. (Ed.). *Science and agricultural development*. New Jersey: Allanheld, Osmum, 1981.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade em ruínas. In: TRINDADE, Hélio (Org.). *Universidade em ruínas: na república dos professores*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDS, 1999.
- COELHO, France Maria Gontijo. *A arte das orientações técnicas em campo*. Viçosa: UFV, 2005.
- DALLARI, Pedro. Desenvolvimento sustentável em favor da Justiça Social no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- DENT, J. B.; MEGREGOR, M. J. *Rural and farming systems analysis european perspectives*. Willingford: Cab. International, 1994.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Disponível em: <<http://br.egroups.com/group/acropolis/>>. Acesso em: 17 abr. 2010.
- FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão*. São Paulo: Editora FAPESP/Iglu, 2007.
- FONSECA, Maria Tereza Louza. *Extensão rural: uma educação para o capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HABERMAS, Jurgen. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 18, p. 103-114, setembro, 1987.
- JÚNIOR, Dirley da cunha. A efetividade dos direitos fundamentais sociais e a reserva do possível. In: CAMARGO, Marcelo Novelino (Org.). *Direito Constitucional: leituras complementares*. Salvador: JusPODIVM, 2006.
- KUHN, Thomas Samuel. A estrutura das revoluções científicas. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. 257 p. (série Debates - Ciência).
- MENDES, Gilmar Ferreira *et al.* *Curso de direito constitucional*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

MORIN, Edgar. Epistemologia da tecnologia. O desafio da complexidade. In: _____. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MUNIZ, J. N. A extensão rural em tempos de mudanças. *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, v. 20, n. 199, p. 56-61, jul./ago. 1999.

PARRET, Herman. Os argumentos do sedutor. *Revista Comunicação e Linguagens*, Lisboa, n. 14, p. 9-22, Dez. 1991.

PINTO, Álvaro Vieira. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. V. 1.

PLATÃO. *A república*. Brasília: UnB/ Ática, 1989. Livro VII.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 205-254, set./dez. 1987.

ROLING, N. Toward an interactive agricultural science. *European Journal os Agricultural Education and Extension*, v. 2, n. 4, p. 35-48, 1996.

ROUANET, S. P. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHMITT, Carl. Verfassungsrechtliche auftrage aus den Jahren. 1924-1954. Materialien zu einer Verfassungslehre. 2. ed. Berlim, 1973. In: ALEXY, Robert. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

SILVA, José Afonso da Silva. *Curso de Direito Constitucional positivo*. São Paulo: Malheiros, 1992.

As múltiplas funções das festas no espaço geográfico
The multiple functions of the parties at the geographic space
Les multiples fonctions des fêtes dans l'espace géographique
Las múltiples funciones de las fiestas en el espacio geográfico

Alini Nunes de Oliveira*
Maria Del Carmen Matilde Huertas Calvente**

Recebido em 16/9/2011 revisado e aprovado em 14/11/2011; aceito em 16/12/2011

Resumo: As festas, tema central do presente artigo, podem relacionar-se ao lazer, às manifestações da cultura, aos momentos de socialização, às contribuições financeiras para quem as realiza, ao sentimento de pertencimento ao lugar e também como atrativo turístico. Todas essas funções devem ser discutidas na interface com o lugar em que as festas ocorrem. Serão abordadas festas em suas variadas temáticas: festas religiosas, festas gastronômicas, festas cívicas e festas ligadas a tradições.

Palavras-chave: Festas. Espaço geográfico. Funções.

Abstract: The parties, central theme of this article, can be relate to leisure, cultural manifestations, to the moments of socialization, to the financial contributions for those who realize then, to the feeling of belonging to a place and also as a tourist attraction. All these functions will be discussed at the interface with the place where the parties take place. They will be addressed in its various themes: religious parties, gastronomic parties, civic parties and parties linked to traditions.

Key words: Parties. Geographic space. Functions.

Résumé: Les fêtes peuvent être liées au loisir, aux manifestations de la culture, aux moments de socialisation, aux contributions financières pour ceux que les réalisent, au sentiment d'appartenance à l'endroit et aussi au potentiel touristique. Toutes ces fonctions doivent être discutées en interaction avec l'endroit où les fêtes se produisent. Le présent article les fêtes seront abordées dans leurs plusieurs thématiques: les fêtes religieuses, les fêtes gastronomiques, les fêtes civiques et celles liés aux traditions.

Mots-clés: Fêtes. Espace géographique. Fonctions.

Resumen: Las fiestas, el tema central de este artículo, pueden estar relacionadas al ocio, a las manifestaciones de la cultura, a los momentos de socialización, a las contribuciones financieras para aquellos que las realizan, al sentimiento de pertenencia al lugar y también como atractivo turístico. Todas estas funciones deben ser discutidas en la interfaz con el lugar donde las fiestas tienen lugar. Las fiestas serán abordadas en sus diversas temáticas: fiestas religiosas, fiestas gastronómicas, fiestas cívicas y fiestas relacionadas a las tradiciones.

Palabras clave: Fiestas. Espacio geográfico. Funciones.

Introdução

As festas podem ser estudadas pela Geografia buscando revelar as diferentes escalas espaciais com as quais se relacionam os eventos festivos, geralmente compreendidos a partir de sua territorialização (FERREIRA, 2003). Pode-se estudá-las, também, como um fenômeno universal ou local, como expressão de uma dada sociedade, levando-se em consideração as particularidades. Estas são, entretanto, apenas algumas perspectivas de estudos, já que há uma multiplicidade de sentidos em cada evento, podendo ser estudados pela Sociologia, Antropologia, História, dentre tantas outras ciências, cada qual com suas diferentes contribuições.

Partindo-se da premissa de que a espacialidade é um momento das relações sociais

“geografizadas”, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial, não sendo o resultado do movimento da sociedade apenas, pois depende do espaço para se realizar (SANTOS, 1988), tem-se uma maneira de compreender a dinâmica festiva através do estudo do lugar, carregado de significados definidos pelos indivíduos e grupos nele localizados.

Para compreender a festa como um processo socioespacial, é importante salientar que é necessário:

[...] alargar a visão setorializada da festa. Urge romper com certo reducionismo ingenuamente crítico, que pinta com as cores dramáticas da alienação justamente aqueles momentos em que o povo faz seu maior investimento afetivo. (RIBEIRO JR., 1982, p. 13).

* Artigo baseado na dissertação concluída em 2010, no Mestrado em Geografia - Dinâmica Espaço Ambiental, da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista do CNPq. Docente da UNOPAR, Londrina. E-mail: alini_nunes@hotmail.com.

** Docente da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. E-mail: calvente@uel.br.

As festas como expressão do lugar

O lugar é responsável por parte das manifestações presentes nos eventos. O lugar possibilita a articulação das forças locais/ internas presentes com aquelas globais/ externas, destacando não somente os principais envolvidos dessa articulação, mas também os próprios mecanismos que a estabelecem. Assim, permite uma abordagem da festa capaz de esclarecer os mecanismos de interação em suas diferentes escalas (FERREIRA, 2003). O lugar da festa, longe de se apresentar como um simples local do evento, irá influenciar sua trajetória e, também, ser influenciado pelas trajetórias dos diferentes elementos que o compõem. Estes se inter-relacionam, se reconfiguram e se estabilizam continuamente. Mesmo em eventos “globalizados”, como é o caso, por exemplo, da Copa do Mundo, há características que ficam materializadas durante o evento e que são reflexos do local onde o evento está sendo realizado.

Conforme comenta Del Priore (2000), o momento festivo tem sido celebrado ao longo da história dos homens como um tempo de utopias, ou seja, tempo de fantasias e liberdades, de ações vivazes, mas também de frustrações, revanches e reivindicações de vários grupos. Está presente em toda a história da humanidade, pela amplitude que o termo atinge e diversidade de tipos de manifestações festivas. Utilizando-se uma definição de festa, segundo Brandão (2007, p. 28), tem-se:

Acontecimentos sociais de envolvimento parcialmente coletivo, que geralmente observam frequência cíclica ou sazonal; que produzem uma ruptura com a rotina seqüente da “vida social”; que criam comportamentos sobretudo rituais, logo expressivos, e relações interativas de forma e efeito diverso dos de períodos longos de rotina.

A fragmentação da vida cotidiana proporcionou a diferenciação entre tempo de trabalho, tempo de descanso, tempo de lazer etc. Sendo assim, “[...] a festa, no sentido mais ‘puro’ do termo, representa algo da vida humana em que o trabalho, o lazer, o lúdico, o riso, o sagrado, o doméstico constituíam um todo” (MAIA, 2004, p. 162).

As festas podem ser manifestações da cultura de um determinado povo, fazendo parte de seu patrimônio cultural. A cultura, segundo Corrêa (1999), é um conjunto de

técnicas, saberes, atitudes, ideias e valores, apresentando componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos, que são transmitidos e/ou inventados, formando sistemas de relações entre os indivíduos, mas expressos diferentemente por cada um. Os valores e crenças são expressões que permitem compreender como certos grupos sociais organizam-se no ambiente em que vivem. Assim, os produtos culturais devem sua origem à ação social, ou seja, permanecem ou se modificam em função do dinamismo dos grupos que lhes deram origem. Compreende-se, então, a cultura enquanto produto simbólico e enquanto processo social (RIBEIRO JR., 1982). Assim, a partir do entendimento da festa como manifestação da cultura de um povo, deve-se considerá-la tão dinâmica quanto a própria cultura, modificando-se com o tempo e de acordo com as relações estabelecidas, ou seja, ela “[...] existe em processo, em movimento, convive com a realidade dinâmica do cotidiano e transforma a si própria sempre que necessário” (CALVENTE, 2004, p. 10).

Alguns elementos da cultura podem ser considerados como patrimônio de determinada sociedade, tornando-se importantes para as pessoas que dela fazem parte, pois é na relação com o patrimônio que se resgata a história e a memória de um povo.

Fazem parte do patrimônio cultural tanto as manifestações culturais materiais (monumentos, obras de arte, cidades, objetos pessoais de celebridades etc.) quanto as manifestações culturais imateriais (saberes, músicas, festas, danças, crenças etc.). O patrimônio é construído socialmente e tem a participação tanto do saber erudito, como do saber de grupos populares. E cada localidade possui sua singularidade como marca da diferenciação. E, assim, as festas podem propiciar o enriquecimento cultural por meio do contato entre diferentes realidades: sensações, experiências, ambientes e paisagens, ou seja, uma vivência diferente da habitual. Porém podem existir casos em que não haja diálogo entre as culturas, ocorrendo conflitos e transformação daquela cultura que já existia pela imposição de uma cultura “de fora”.

Os jogos, as danças, as músicas e outros elementos culturais que fazem parte da programação não só significam descanso, prazer e alegria, mas também possuem uma função so-

cial, pois “[...] permitem às crianças, aos jovens, aos espectadores e atores da festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos [...]” (DEL PRIORE, 2000, p. 10). Além disso, a alegria da festa faz com que a população suporte o trabalho árduo, o perigo e, muitas vezes, os problemas que sofre em seu cotidiano; também reafirma laços de solidariedade e evidencia suas especificidades e diferenças. Ribeiro Jr. (1982, p. 23) enfatiza que não há separação entre o que é da esfera material e o que é da esfera simbólica ou espiritual. Assim, “[...] misturam-se relações de parentesco, formas de criar animais e plantas, maneiras de convivência social, provérbios, cantos, danças, etc.”, pois, acima de tudo, e de maneira geral, a cultura do povo é grupal, supraindividual. Dessa forma,

[...] quanto mais festas um dado grupo ou sociedade realizam, maiores seriam as forças na direção do rompimento social as quais elas resistem. As festas seriam uma força no sentido contrário ao da dissolução social. (AMARAL, 1998, p. 26).

As festas são fenômenos primordiais e indissociáveis da civilização, porque nelas os homens alcançam os mais altos níveis de sociabilidade. As festas desempenham também um importante papel na relação entre o homem e o lugar em que vive, pois essas manifestações refletem no modo como os grupos sociais pensam, percebem e concebem seu ambiente (BEZERRA, 2008). É um tipo de ocasião dotado de funções e formas comuns em qualquer sociedade: como rituais de inversão de modos, momentos de suspensão de conflitos e regras, fusão de diferenças entre os grupos participantes, só podendo ser compreendidas se observadas *in loco*. Ferreira (2003) contribui para o entendimento da funcionalidade da festa, mostrando seu papel político, sua expressão ideológica (sobretudo sagrada, cultural e cosmológica), seu valor de troca socioeconômica e seu papel de regulação social e territorial.

De acordo com Bezerra (2008), um dos significados da festa está no seu poder de mobilizar as identidades, já que seu significado, suas manifestações, seu desenvolvimento, os discursos e os mitos mantêm relacionando de perto ou de longe a unidade e a identidade. Segundo Castells (2000, p. 22), identidade é o processo de construção de significados

pautados em “conjuntos de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significados”. Haesbaert (1999, p. 180) amplia essa definição colocando que a identidade “[...] recorre a uma dimensão histórica do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência condense a memória do grupo [...]”.

Dessa forma, o momento da festa pode gerar a concretização dos sentidos de uma determinada identidade dada pelo compartilhamento do símbolo que é comemorado e se inscreve na memória coletiva como a junção das expectativas de cada pessoa envolvida direta ou indiretamente no momento festivo. Sobre a concretização da unidade dos grupos envolvidos em torno da identidade local, Guarinello (2001, p. 972) expõe que:

A festa é uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definido e especial, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes.

As festas não são somente produtos de uma transmissão contínua ligadas a uma filiação “milénar”. Os eventos festivos mostram longos períodos de obliteração e recomeços, de nascimentos, empobrecimentos, rupturas e esquecimentos (FERREIRA, 2003). Dessa forma, é importante salientar a dinamicidade da cultura, onde ocorre uma constante luta entre a tradição e a inovação, que é, segundo Debord (1997), o princípio de desenvolvimento interno da cultura das sociedades históricas, não devendo abolir a ideia de tradição, mas também levar em consideração a inovação, que é intrínseca à cultura pelo seu dinamismo.

Em muitos casos, há o processo de recriação da festa, dos rituais, das tradições, que inicialmente possuíam um caráter quase espontâneo dos valores e dos costumes populares dos diversos grupos sociais e vêm sendo apropriados pelos administradores públicos e empresariais, muitas vezes ligados ao turismo, transformando-se em megaeventos, cujo caráter de empreendimento econômico e comercial tornou-se muito acentuado, como é o caso do carnaval no Rio de Janeiro.

Bezerra (2007), quando estuda as festas de São João na cidade de Mossoró, RN, expõe que a festa de São João, que antes era comemorada em diferentes dias do mês de junho em diferentes bairros de Mossoró, a partir do momento em que começou a fazer parte da programação oficial da prefeitura municipal, passou a se concentrar na área central da cidade em todo o mês de junho, causando tensões e descontentamento por parte da população dos bairros, pois, com isso, houve o esvaziamento das festas que ocorriam em outros lugares da cidade, produzindo conflitos de territorialidades locais. Além disso, a festa perdeu de certa forma sua tradição, pois apesar de muitos bairros terem continuado a comemoração, outros não conseguiram sustentar a festa por falta de público. Apesar do processo de mercantilização de muitas festas, o que também se tem visto é a inovação e recriação, reflexo de uma sociedade em constante transformação:

Tudo indica que o capitalismo cooptou as festas populares e foi cooptado por elas, mas também que o povo vem reinventando suas festas nas novas condições de vida resultantes de novos contextos econômicos e sociais. (AMARAL, 1998, p. 34).

O Brasil é um país muito rico em manifestações culturais. Não seria diferente em relação às festas. De maneira geral, há uma diversidade de tipos de manifestações festivas: festas ligadas ao sagrado/religião (na maior parte das vezes ao catolicismo); festas gastronômicas, muitas vezes em comemoração ao plantio e colheita de determinado produto agrícola; festas cívicas (e até mesmo relacionadas à luta de poder); festas ligadas a manifestações culturais ou momentos históricos; festividades às vezes apenas lúdicas etc. Segundo Canclini (1983, p. 112),

Para as populações indígenas e camponesas, as festas são acontecimentos coletivos enraizados na sua vida produtiva, celebrações fixadas de acordo com o ritmo do ciclo agrícola ou o calendário religioso, onde a unidade doméstica de vida e de trabalho se reproduz através da participação coletiva da família.

As festas podem relacionar-se ao lazer, às manifestações da cultura, aos momentos de socialização, às contribuições financeiras para quem as realiza, ao sentimento de pertencimento ao lugar e também como atrativo turístico. Todas essas funções devem ser

discutidas na interface com o lugar em que as festas ocorrem. Serão abordadas, neste artigo, festas em suas variadas temáticas: festas religiosas, festas gastronômicas, festas cívicas e festas ligadas a tradições.

Festas e religiosidade

Em relação às festas religiosas, há necessidade de um resgate histórico do período colonial para o entendimento de sua importância no país. Durante esse período, difundiu-se no Brasil um catolicismo popular no qual era estreita a relação entre a piedade religiosa e as “exterioridades”, especialmente durante as “Festas dos Santos”. De acordo com Maia, as rezas, romarias, folias e tríduos interagem com elementos ditos profanos, como bebedeira, jogos e danças promovidos pelos festeiros (têm-se festeiros como as pessoas envolvidas na organização das festas). Todavia, segundo o mesmo autor, a partir do século XIX, o alto clero iniciou uma tentativa de amoldar o catolicismo popular, atingindo as tais “exterioridades”, fazendo parte do processo de Romanização. Antes, durante as festas, os padres nomeavam como festeiro ou imperador a pessoa que conseguisse cobrir parte das despesas da festa e também para que pudesse arrecadar dinheiro para a igreja. Para o festeiro também ficava a função de patrocinar espetáculos de queima de fogos, banquetes, leilões, dramatizações, ou seja, atividades que poderiam chamar mais atenção da população. Com o processo de Romanização, procurou-se, então, extinguir estas ditas “superstições”, “interferências mundanas”, instaurando-se uma fiscalização rígida na utilização do dinheiro arrecadado, ou seja,

[...] que não poderiam ser empregados em divertimentos profanos, como bailes, teatros, banquetes, cavalhadas, bandos, músicas em coretos, e abolia as eleições de festeiros e festeiras, juizes e juizas, mordomos e mordomas, zeladores e zeladoras, reis e rainhas. (MAIA, 2004, p. 99).

Este foi um regulamento colocado pela igreja para que as esmolas (hoje conhecidas como dízimo ou ofertas) não fossem utilizadas na festa, mas que estas fossem custeadas pelos próprios festeiros. E que não envolvessem a religião nestes costumes mundanos, evidenciando-se o poder da igreja sobre o

povo. Como salienta Seabra (2002, p. 2),

[...] a igreja pretendeu expurgar do catolicismo rústico seus sincretismos. Mas já se havia formado, portanto, um denso repertório e práticas sociais que inseria a festa como momento da vida e da qual não podiam se separar os indivíduos.

A esmola tem uma função importante na festividade até os dias de hoje, apesar de não ser utilizada essa denominação (hoje é tratada como doação). Os participantes e frequentadores da igreja fazem doações de várias formas, como dinheiro, comida ou brindes para que sejam rifados.

Segundo Maia (2004), com o passar do tempo muitas “superstições, abusos e exterioridades” existentes nas festas de santos foram extintos. Mas também não se pode negar que os espaços sagrados passaram a ser mais respeitados e melhor apropriados durante os festejos.

[...] há que se observar que a dinâmica sacro-profana da festa e determinados modos de louvamento (realização de cavalhadas, congos, folias, etc.) persistem até hoje. Por isso, sobre os regulamentos, sínodos, pastorais, etc., prevaleceu ‘a voz do povo, voz de Deus’ dando sentido às festas em sua tradição (MAIA, 2004, p. 103).

No Brasil, o catolicismo popular contou com a contribuição do folclore popular da Europa, além de contribuições indígenas e africanas. As festas, até mesmo as cívicas, tinham um caráter religioso, e os rituais eram passados de geração para geração. Segundo Seabra (2002, p. 2),

O mais comum é que as festas do catolicismo rústico, fundamento da cultura rústica, tenham sobrevivido independentemente do seu lugar de nascimento, que tenham transitado pela sociedade num movimento intencional que se esforçou em reiterá-las, fazendo-as sobreviver como folclore. Graças a esses resíduos sempre reconstruídos e mantidos, muitas vezes a duras penas, no âmbito das populações tradicionais [...].

Em pesquisa sobre as festividades da comunidade de Piqui da Rampa, MA, Braga (2007) salienta que rezas, cantos, danças, louvores e toques são expressões presentes no cotidiano das pessoas e repassadas de geração em geração, porém ocorrem modificações, visto que as dinâmicas sociais podem advir de perdas ou acréscimos. A comunidade

do Piqui tem sua religiosidade expressa por missas, festejos e rezas, ou seja, pela devoção. São práticas sociais que unem dimensões de ordens diversas, como promessas, trabalho e lazer. O lazer existente durante as festas é percebido tanto na participação dos responsáveis pela organização, quanto na dos visitantes. Tais práticas refletem satisfação em ver o resultado do desafio assumido perante o “santo”. Assim a festa, além da liberação momentânea, também apresenta um caráter ideológico, pois comemorar é também conservar algo que está na memória coletiva, principalmente quando relacionado à religiosidade.

No Paraná, nos séculos XVIII e XIX, a população participava de festividades religiosas que estavam sempre envolvidas com as missas dominicais e dias de santos de Guarda, confissão e comunhão anuais, festas dos compromissos de irmandades e confrarias. Mas, assim como esses eventos, festejos profanos também aconteciam: congadas, cavalhadas, torneios esportivos, danças campestres, leilões, banquetes, fandangos e carnavais, entre outros (WESTPHALEN; BALHANA, 1983). No Brasil, há uma gama diversa de festas ligadas ao sagrado, principalmente envolvidas com a religião católica e em comemoração aos Santos, que grande parte das vezes são padroeiros ou copadroeiros de cidades brasileiras.

Moura (2003), em seu estudo sobre as festas devocionais do calendário católico, aponta algumas características de festividades conhecidas no país: Festas Natalinas, Festa de São Gonçalo, Festa de São Sebastião e Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, entre muitas outras. Todas estas festas são comemoradas em vários lugares do Brasil, com suas particularidades e simbologias. Segundo o autor,

Os bailados são danças dramáticas, de conteúdo misto (profano e religioso) que alegrem as festas do calendário religioso católico. Surgiram na época colonial como instrumento de catequese e absorveram de forma sincrética as culturas indígena, africana e européia. A tendência de muitos bailados é a de desvincularem-se das festas religiosas e transformarem-se em folguedos de cunho profano. (MOURA, 2003, p. 40).

Exemplo disso, o Rio de Janeiro, no século XIX, era palco de inúmeras práticas religiosas como as festas organizadas pelas irmandades em homenagem aos santos padroeiros, as quais atraíam um público muito

grande e variado, mas que também preocupava as autoridades civis e religiosas, pois

[...] essas festas costumavam confundir as práticas sagradas com as profanas, nas comemorações externas e nas que eram realizadas dentro das igrejas. (ABREU, 2002, p. 247).

No caso da Festa da Penha, no Rio de Janeiro, o local assumia as características de arraial, todo embandeirado, com missa solene, cerimônia de bênçãos, barraquinhas de prendas, jogos, comidas, música, dança e cumprimento de promessas subindo de joelhos a escadaria que levava ao santuário. Dessa forma, segundo Soihet (2002), não era possível se estabelecer uma distinção entre costumes profanos e costumes sagrados, pois eles caminham juntos nas festas, ou seja, "É como se dentro de cada festa religiosa existisse uma profana e vice-versa" (DEL PRIORE, 2000, p. 19). No período colonial, a música sacra das festas religiosas misturava-se normalmente aos ritmos populares portugueses e espanhóis, mostrando que a divisão dos territórios entre sacro e profano e entre popular e erudito não estava estabelecida.

Outra festa bastante conhecida no Brasil é a Festa do Divino, geralmente celebrada no Domingo de Pentecostes, 42 dias após o Domingo de Páscoa. Essa festividade é bastante característica da região Sudeste e Centro-Oeste, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás. Como explica Moura (2003, p. 43),

A festa era uma forma de exaltar o poder do rei como agente de Deus na Terra [...]. Os imperadores europeus, pela graça do Divino Espírito Santo, são representados como justos, caridosos, inteligentes e ricos. Daí as cavalcadas de mouros e cristãos; o cortejo do império, a alegria e a farta distribuição de comidas e bebidas; diversas formas de bailados; queima de fogos.

As festas juninas (em homenagem a Santo Antônio, São João e São Pedro) têm grande visibilidade em vários estados brasileiros, mas muitas delas perderam sua real intencionalidade, que primeiramente é a comemoração aos Santos. Essas festas são comemoradas nas escolas públicas e privadas, em grande parte das vezes para cumprimento do calendário escolar e como momento lúdico para alunos e familiares. Segundo Moura (2003), as festas juninas com fogueiras,

queima de fogos, espetáculos pirotécnicos, comidas típicas, casamentos e danças, assemelham-se à festa pagã do passado clássico de reverência à deusa Juno. Essas festas têm influências da colonização portuguesa, que coincide no Brasil com o período da colheita do milho, cereal básico na alimentação dos brasileiros, mostrando assim, época de fartura. Um exemplo de valorização dessas manifestações culturais de uma localidade é o que aconteceu no município de Maringá, PR: uma festa junina que é realizada há mais de 30 anos e organizada por Annibal Agenor Borghi, o *seo* Zico, com apoio da Secretaria Municipal de Cultura, foi tombada como patrimônio histórico imaterial da cidade, para que fosse reconhecida a importância dessa tradição popular no município (LEMES, 2009).

Festas e gastronomia

As festas ligadas a produtos agrícolas possuem uma origem europeia que embalou as festas na época colonial no Brasil. A periodicidade da produção induziu o homem, em determinadas épocas de semeadura e colheita, a reunir a comunidade para celebrar, agradecer ou pedir proteção. A repetição dos ciclos agrícolas, identificados com a reunião de grupos sociais, acabou por dar à festa uma função comemorativa. As festas nasceram das formas de culto externo, vinculado geralmente a uma divindade protetora das plantações, realizado em determinados tempos e locais (DEL PRIORE, 2000). Nas festas do período colonial, parte da comida consumida em determinadas festas tinha relação direta com as colheitas. Em grande parte das vezes, o cardápio tem a ver com a produção agrícola que se colhe por ocasião da festa.

O alimento assume, tendo em vista os rituais agrários na Europa, desde os primórdios da Civilização Cristã, um papel ímpar como atributo cultural vivenciado cotidianamente pelas populações em suas respectivas comunidade e sociedades. (PRUDENTE, 2007, p. 3).

Canclini (1983) relaciona alguns traços das festas rurais importantes para o entendimento das festas: ruptura do tempo normal; caráter coletivo do fenômeno da festa, participação de pessoas de diferentes níveis socioeconômicos, como expressão de uma

comunidade local; caráter compreensivo e global, uma vez que a festa abrange os elementos mais heterogêneos e diversos sem distinção nem especialização (jogos, danças, ritos, música etc., ocorrem no interior de uma mesma celebração global); necessidade de ser realizada em grandes espaços abertos e ao ar livre (a praça, o pátio da igreja etc.); caráter fortemente institucionalizado, ritualizado e sagrado (a festa tradicional é indissociável da religião); impregnação da festa pela lógica do valor de uso (como consequência: festa-participação, e não festa-espetáculo).

Teixeira (1988) realizou um estudo a respeito das festas em torno de variados produtos agrícolas as quais são realizadas em muitos pontos do país. Segundo o levantamento da época, existiam 311 eventos, em 15 estados, abrangendo todas as regiões, mas com predominância no Sudeste e Sul. Segundo o autor, essas festividades remetem ao mesmo tempo ao passado/tradição e ao futuro/modernidade e dizem respeito diretamente aos municípios que realizam as festas: sua promoção e disposição para assumirem as próprias origens. Além de festas ligadas a algum produto agrícola, como a Festa da Batata (Contenda, PR), Festa do Feijão (Sobradinho, DF), Festa da Mandioca (Paranavaí, PR), Festa da Cenoura (Brejo da Madre de Deus, PE), Festa do Arroz (Boa Vista, RO), Festa do Ovo (Bastos, SP) existem também festas que se dão em torno de produtos não agrícolas, como a Festa do Chapéu de Palha (Nova Era, MG), Festa da Rede (Pedro II, PI), Festa da Cachaça e da Rapadura (São Antônio, RS), Festa do Basalto (Nova Prata, RS), dentre outras, que, segundo o levantamento do autor, totalizavam 47 festividades em torno de produtos não agrícolas, mas com as mesmas motivações básicas para a realização de cada uma. Assim, cada município escolhe, para festejar, o que mais lhe convém. Por isso, um mesmo produto pode ser homenageado em muitos lugares.

O autor faz uma observação importante: cidades médias e principalmente pequenas são os lugares em que mais ocorre esse tipo de festa. De todas as festas pesquisadas, o autor selecionou cinco delas para fazer uma investigação mais a fundo, todas situadas no Rio Grande do Sul: Festa da Uva, em Caixas do Sul; Festa da Soja, em Santa Rosa; Festa da

Bergamota, em São Sebastião do Caí; Festa da Melancia, em Arroio dos Ratos; e a Festa do Feijão, em Sobradinho. Em todas as festas estão presentes parques de diversões (que geralmente são os mesmos em todas as festas), exposição e venda de produtos industriais (com destaque para a Festa da Uva e da Soja que possuem tratores, caminhões, motores, produtos eletrônicos, vestuários etc.), artesanais (decoração, vestuário e alimentação, com destaque para os queijos, vinhos, salames, pães, que são produzidos no local), agrícolas (legumes, verduras e frutas) e pecuários (gado leiteiro e suíno), shows musicais (com ênfase para os grupos tradicionais locais de dança e canto, com forte apelo ao passado), restaurantes e barracas de especialidades variadas. Em todos os casos, a prefeitura municipal de cada cidade se constitui no agente principal de sua realização. Cada uma dessas festas é articulada por algum tipo de comissão executiva com ou sem personalidade jurídica, apoiada por outras subcomissões e, em sua quase totalidade, constituída por pessoas sem trabalho remunerado. O que ocorre também em alguns casos é o interesse político que se encontra “nas entrelinhas” do evento, pois “[...] participar da organização das festas constitui distinção, [...] pode ser estratégia eficaz para projetar e/ou solidificar lideranças” (TEIXEIRA, 1988, p. 42).

Um personagem bastante representativo nas festas estudadas pelo autor é a Rainha e Princesa da Festa. A escolha das moças para serem rainhas e princesas é principalmente relacionada à beleza. Elas têm papéis relevantes a serem representados, principalmente nas festas da Uva e da Soja, como promotoras especiais das festas. Apesar de grande parte dos envolvidos na organização das festas serem empresários e outros pertencentes à classe social dominante, a figura do colono é valorizada, mesmo que de modo indireto. Essa valorização pode ser vista na inclusão na programação da festa de eventos ligados às tradições culturais trazidas pelos imigrantes europeus, que colonizaram o estado. Uma consequência disso foi um renovado interesse pelos produtos agrícolas, tanto de lavouras empresariais como das pequenas lavouras ou as de subsistência já que, a partir da década de 1970, houve uma inversão na produção rural, dando prioridade à pecuária e à agricultura

de exportação (soja, cana), desfavorecendo a produção de alimentos básicos. Quem ficou responsável pela produção desses alimentos foram os colonos, para quem, pelo espaço tomado pelas pastagens e monoculturas, restaram áreas serranas e de mata, tornando difícil sua sobrevivência. Houve a valorização de bens alimentícios efetivamente produzidos por colonos: “Queijos, pães, doces e frutas coloniais são percebidos como puros, autênticos, não contaminados [...]” (TEIXEIRA, 1988, p. 56). No caso da Festa da Uva e da Soja, a principal motivação da realização da festa, segundo o autor, além de instrumento de promoção das cidades-sede, é a exposição de produtos da indústria do vestuário, mobiliário, máquinas e implementos agrícolas. Já no caso das Festas da Bergamota, da Melancia e do Feijão, estas visam também à promoção das cidades, mas também à valorização dos próprios produtos homenageados e de seus produtores.

Na cidade de Caxias do Sul, onde é realizada a Festa da Uva, a vitivinicultura já não é mais a atividade econômica principal (a indústria metal-mecânica está em primeiro lugar). Mas, mesmo assim, o nome da festa é mantido por uma questão de tradição, que teve sua primeira edição em 1931. A festa é realizada no Parque Centenário desde 1975, inaugurado para as comemorações do centenário da colonização italiana. Além do parque e do centro da cidade, vários outros pontos da cidade são contemplados com atividades ligadas à festa. Isso foi necessário, pois, com o passar dos anos, a festa perdeu muito de sua característica principal, que é a vinculação ao produto agrícola, passando a ser cada vez mais feira de produtos industriais, fazendo com que os organizadores elaborassem programações paralelas para o resgate da tradição agrícola, como apresentações de corais e a realização de cerimônias religiosas e outros eventos que relembassem a tradição italiana, como o esmagamento de uvas com os pés, refeições italianas etc. Na festa, é comercializada somente a uva *in natura* e sob a forma de vinho.

Outro produto valorizado em meio às festividades é o pinhão. Em estudo de Prudente (2007), o autor mostra que há uma dimensão econômica traduzida pelo valor que se agrega ao pinhão com a festa na cidade de Cunha, SP. Com a iniciativa da festa, a partir

de 2001, a saca do pinhão foi altamente valorizada, motivando, além da festa, a criação de uma associação de coletores de pinhão. O ponto forte da festa é a grande comercialização de produtos à base de pinhão e, na edição de 2007, foram comercializados mais de 20 produtos alimentícios desse gênero. A população local é envolvida no processo, tanto na organização quanto no próprio fornecimento do pinhão para as barracas gastronômicas. Além de a festa girar em torno dos alimentos, há também eventos musicais para maior sociabilidade dos participantes. O fato de o pinhão incorporar-se à cultura local mostra a exaltação vinda de um elemento da natureza, graças às condições de temperatura oferecidas pelo clima tropical de altitude, caso do município.

Sá e Barroco (2004), em um estudo sobre a cidade de Camacan, BA, e a cultura cacaueteira, mostram que o cacau é a base da economia local e que está fortemente ligada à formação cultural. Para isso, é realizada na cidade uma festa em homenagem ao alimento e também às pessoas envolvidas na lida com o cacau. A festividade já é tradição há mais de 20 anos, sendo o principal momento de diversão e confraternização.

Festas cívicas e poder

Outro tipo de festividade do qual há registro são as festas cívicas e festas ligadas a fatos históricos, ambas muitas vezes envolvidas com disputa de poder político. Além de ser um momento lúdico para seus participantes,

A festa é também um ‘lugar simbólico’ através do qual eram veiculados os valores e as crenças do grupo, transformando-se, portanto, no principal lugar onde afloravam os conflitos de significado na disputa pelo monopólio da informação e, até mesmo, do controle social. (FERREIRA, 2005, p. 15).

Segundo Ledezma (2009), é durante a Revolução Francesa que surge o culto cívico em torno de homens vivos e não somente mais aos deuses e santos da Igreja. Essas comemorações, segundo o autor, são

[...] como momento no qual se entretece passado, presente e futuro [...]. Seria também o ato máximo criador do espetáculo que nos comunica com o coletivo e nos faz sentir cidadãos, pertencentes a uma nação” (LEDEZMA, 2009, p. 41).

Nessa época, as festas deixaram de ser realizadas em teatros, onde somente a aristocracia participava, para ir às ruas, buscando a participação do povo.

Na visão de Kraay (2004), os rituais cívicos são “ritos do poder”, nos quais as autoridades representam sua legitimidade, utilizando-os como espaços políticos. Em seu estudo sobre as festas cívicas no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado (1823-1831), o autor salienta que se comemorava a independência do país de uma forma ou outra, discutindo-se nelas a organização política do novo Estado. Herdou-se, da época colonial, a tradição de comemoração festiva dos fatos políticos importantes com iluminações, arquitetura efêmera, desfiles militares, fogos de artifício e salvas de artilharia. Há uma semelhança em relação a esse tipo de manifestação festiva cívica no Brasil também a partir das décadas de 1930 e 1940. Segundo estudo de Vaz, há participação intensiva de trabalhadores, sindicatos, escolas, jovens e crianças nessas manifestações, lotando os estádios de futebol, as praças, as escolas e as ruas. Essas festas contavam “[...] com uma programação rica em discursos, apresentações artísticas e esportivas, declamações, desfiles laudatórios e outros” (VAZ, 2006, p. 1). Quem não se recorda do período escolar em que nas comemorações da Semana da Pátria, tanto nos espaços físicos da escola quanto no material didático, havia a exaltação da representação do dia da Independência do país, além dos ensaios dos desfiles que antecediam o feriado nacional?

Remetendo-se aos dias atuais em relação às festas cívicas, Felipe (2008) trata da cidade de Mossoró, RN, onde há uma grande movimentação cívica e cujos organizadores são constituídos por um grupo familiar (família “Rosado”) que domina publicamente a cidade há 58 anos. A maneira que a família Rosado conseguiu para influenciar a população local é através da palavra, seja nos jornais e rádio locais, nos livros da Coleção Mossoroense e, até mesmo, nas solenidades cívicas e panfletos eleitorais. Utilizam um discurso que inclui a mostra de dedicação total à cidade, resgatando o passado através da própria história de surgimento da cidade e relacionando-se com o ideário da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade). Os “Rosado” intitulam-se guardiões da

memória local e animadores culturais por meio das festas cívicas, solenidades e rituais cultuando os heróis do passado. Para se ter uma ideia da influência local,

A cidade real é uma geografia de uso político, uma geografia cuja apropriação se dá também pela nomenclatura que cartografa esse espaço social, marcando o nome dos Rosado na nomeação de ruas, praças, bairros, logradouros, conjuntos habitacionais, escolas, auditórios, hospitais e clínicas médicas, além de instituições e monumentos. (FELIPE, 2008, p. 45).

As festas cívicas dessa cidade resumem-se nos desfiles militares e estudantis para comemorarem o 30 de setembro de 1883 (data em que a cidade liberta seus escravos), o Motim das Mulheres em 1875 (revolta das mulheres da cidade contra o alistamento dos maridos na Guerra do Paraguai), a resistência da cidade ao ataque do bando de Lampião em 1927 e o primeiro voto feminino, também em 1927. Para que as comemorações se tornassem mais atrativas, foi elaborado um espetáculo teatral, o Auto da Liberdade, fazendo com que surgisse uma festa tão grandiosa que, no ano de 2002, entrou para o *Guinness Book* como o maior espetáculo teatral de rua do mundo. A intenção dessa exaltação ao passado retomado todos os anos na ocasião da festa serve para

[...] reanimar mesmo que periodicamente este sentimento da sociedade, que por meio das lembranças dos feitos gloriosos dos antepassados, sente-se solidária e orgulhosa de pertencer a essa comunidade de iguais. (FELIPE, 2008, p. 51).

Contudo, mais do que isso, a festa tem a intenção de lembrar à população o papel político que a família Rosado exerce na cidade.

Festas e tradição

Além das festas religiosas, as festas ligadas a produtos agrícolas (gastronômicas) e festas cívicas, há registros de festas relacionadas a manifestações culturais, costumes e tradições. Maia realizou um estudo sobre a vaquejada em João Pessoa, PB, festa que teve origem nas fazendas de gado sertanejas do sertão nordestino, “[...] onde a pecuária é a atividade econômica dominante, surgiu entre os séculos XVII e XVIII a festa da apartação, origem da festa da vaquejada” (MAIA, 2004, p. 163). A festa da apartação constituía-se em

uma reunião de vaqueiros que, ao final do dia, em frente à casa da fazenda, festejavam as perseguições e as derrubadas dos bois. Quando o processo de urbanização se acentuou e as cidades começaram a centralizar a vida econômica e social, a festa da vaquejada também passou a ser nas cidades, em parques construídos exclusivamente para esses espetáculos e a serem programadas segundo um calendário oficial de eventos. A festa perde um pouco da caracterização original, pois passa de uma festa de vaqueiros para uma festa com um público eclético, de jovens urbanos titulados em universidades, médicos, advogados, agrônomos, entre outras pessoas, que participam das atividades por diversão, chamados de “*agroboys*” ou “vaqueiros inventados” que nada têm a ver com a vivência dos primórdios da festa, relacionados à lida no campo. Trata-se, como Hobsbawn (1984, p. 14) salienta,

[...] da utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. Sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma linguagem elaborada, composta de práticas e comunicações simbólicas.

A passagem da realização da festa para a cidade fez com que esta se tornasse um megaevento, conhecido em toda a região Nordeste e, segundo Maia (2004, p. 181), “[...] a vaquejada se expressa através da dialética da festa e do espetáculo e do vivido com o concebido”. Os “vaqueiros inventados” procuram resgatar um passado rural e defendem a sua tradição, que na verdade é uma tradição inventada. A valorização dos modos de vida, da cultura do homem do sertão nordestino era a razão de existir da festa, apesar de hoje ter perdido muito de suas características no momento em que se tornou espetáculo. Mesmo assim, “[...] toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (HOBBSAWN, 1984, p. 21).

A Festa de Peão de Barretos, SP, também pode ser considerada nesse caso de festas relacionadas a manifestações culturais. Amaral (1998) relata que essa festa teve início em 1956 e hoje é a maior festa de rodeio do planeta. De iniciativa de um grupo de jovens da cidade na época, o propósito da festa é homenagear as raízes populares, artísticas e culturais do

local, pois, na época do surgimento da festa, Barretos era conhecida como a “capital da pecuária brasileira” por motivos econômicos e históricos. A localização estratégica da cidade e as pastagens de primeira qualidade fizeram com que fosse parada obrigatória das boiadas que vinham do Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Por ser local de passagem de boiadeiros, foi se instalando um estilo de vida próprio desses trabalhadores, que, entre um trabalho e outro de transporte do gado para o frigorífico, organizavam rodeios para se divertirem. Hoje o evento conta, além do rodeio, com grandes *shows* com artistas renomados, feira de exposições, gastronomia, concurso de berrante, de comida tropeira e de viola, exposições de produtos etc. Segundo a autora, mesmo a população mais urbana passou a entrar em contato com a cultura do boiadeiro, como a música, a dança, a alimentação e o modo de vestir.

No ano de 2008, foram comemorados em várias cidades do Brasil os 100 anos de imigração japonesa no país. Cidades que possuem em sua população descendentes de japoneses, mesmo que em número não expressivo, organizaram eventos para relembrar e celebrar a saga dos migrantes que vieram ao país em busca de uma vida melhor. Em Londrina, dois grandes eventos fizeram parte das celebrações: o IMIM 100, festa realizada no Parque de Exposições Ney Braga e que contou com várias apresentações artísticas, desde dança, música e teatro, até atrativos gastronômicos. Além disso, foi construída uma praça em homenagem a esta data, a Praça Tomi Nakagawa. Outras cidades como Assaí, Terra Boa, Rolândia, Curitiba (todas no Paraná), são algumas das que também buscaram homenagear o povo japonês.

Outra demonstração da influência dos povos migrantes na realização de festas é o caso estudado por Lebrão, Hanada e Bomtempo (2007). Na cidade de Bastos, SP, a população de descendência japonesa contribui muito para a economia e cultura local. A cidade é forte produtora na área de avicultura, citricultura, sericicultura, cafeicultura e cotonicultura, entre outros. Além de eventos específicos da cultura japonesa (festas como Shinenkai, Bonenkai, Ireisai, Undokai, Keirokai), é realizada também na cidade a Festa do Ovo (por ser forte a avicultura). A festa é conhecida nacionalmente por sua peculiar exposição de

ovos, seda, produtos industriais dirigidos à avicultura, além de atividades culturais como a Cerimônia do Chá, apresentação de cantos e bailados japoneses, exposição de orquídeas e *ikebanas* (arranjos florais), shows artísticos, barracas de comidas típicas da cultura japonesa, o concurso “o maior comedor de ovos”, eventos técnicos de avicultura e também torneios esportivos.

Considerações finais

A organização da festa, o modo como ela se espacializa, as danças apresentadas, as roupas, as comidas características, os sons, as músicas, as formas de participação direta ou indireta de quem festeja e de quem observa, enfim todos os elementos que definem a festa não se limitam a uma “figuração” no evento. Cada um desses elementos possui suas próprias conexões com diferentes redes em diferentes escalas e estabelece com os outros elementos as conexões próprias do evento que se busca compreender (FERREIRA, 2003).

A partir do entendimento das múltiplas funções (lazer, manifestações da cultura, socialização, contribuições financeiras, atrativo turístico) que as festas possuem em suas variadas formas (religiosa, gastronômica, lúdica, cívica etc.), é necessário que se entendam as festas contextualizadas no espaço geográfico e no lugar.

Referências

- ABREU, M. “Nos requebros do Divino”: lundus e festas populares no Rio de Janeiro do século XIX. In: CUNHA, M. C. P. (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/CECULT, 2002. p. 247-280.
- AMARAL, R. C. M. P. *Festa à brasileira: significados do festejar, no país que “não é sério”*. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BEZERRA, A. C. A. Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n. 23, p. 7-18, jan./jun. 2008.
- _____. Festa e identidade: a busca da diferença para o mercado de cidades. In: ARAUJO, F. G. B, de; HAESBAERT, R. (Orgs.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- BRANDÃO, C. R. *O vôo da arara-azul: escritos sobre a vida, a cultura e a educação ambiental*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2007.
- BRAGA, A. S. R. (Coord). *O. Tambores do Piqui, cartas de liberdade: memória e trajetória da comunidade Piqui da Rampa*. São Luiz: Gênese, 2007.
- CALVENTE, M. C. M. H. *Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos*. Londrina: Humanidades, 2004.
- CANCLINI, N. G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CORRÊA, R. L. Geografia cultural: passado e futuro – uma introdução. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Manifestações da cultura do espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 49-58.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEL PRIORE, M. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- FELIPE, J. L. A. Festa e poder político. *Espaço e cultura*, UERJ, RJ, n. 23, p. 43-52, jan./jun. 2008.
- FERREIRA, L. F. O lugar festivo – a festa como essência espaço-temporal do lugar. *Espaço e cultura*, UERJ, RJ, n. 15, p. 7-21, jan./jun. 2003.
- FERREIRA, M. N. *As festas populares na expansão do turismo – a experiência italiana*. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.
- GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, I.; KANTOR, I. (Orgs.). *Festa, cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2001.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.
- HOBSBAWN, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- KRAAY, H. O Ritual Político e a Política dos Rituais: Festas Cívicas no Rio de Janeiro, 1823-1831. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 11., 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 1-10.
- LEBRÃO, A. C. V.; HANADA, T.; BOMTEMPO, D. A cultura japonesa e a festa do ovo como atrativo turístico para o município de Bastos/SP. *Revista Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 4, n. 2, p. 18-26, dez. 2007.
- LEDEZMA, G. G. Religiosidade cívica na Bahia: comemorando o primeiro centenário da independência a 2 de julho de 1923. Entre a memória nacional e a memória regional. *Esboços*, v. 16, n. 21, p. 41-68, 2009.
- LEMES, F. No arraiaí do Seo Zico. *Folha de Londrina*, Londrina, 26 jun. 2009, Caderno Folha 2, p. 1.
- MAIA, C. E. S. *Vox populi vox dei: a romanização e as reformas das “festas de santo” (implicações nas práticas espaciais das festas do Divino Espírito Santo e do Divino Pai Eterno de Goiás)*. *Espaço e cultura*, UERJ, RJ, n. 17-18, p. 89-106, jan./dez. 2004.
- MOURA, A. de P. Turismo e festas folclóricas no Brasil. In: FUNARI, P. P.; PINKSKY, J. (Orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 37-49.

PRUDENTE, H. A. A Festa do Pinhão na Estância Climática de Cunha como atributo cultural e atrativo turístico. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, p. 1-20, 2º sem. 2007. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/turismocultural/henrique.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

RIBEIRO JR., J. C. N. *A festa do povo: pedagogia de resistência*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SÁ, C. N. de.; BARROCO, H. E. A quebra do cacau em Camacan: entre a labuta no campo e a diversão na cidade. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2., 2004, Feira de Santana. *Anais...* Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2004. p. 1-8. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/charles_nascimento_de_sa.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2009.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SEABRA, O. C. de L. O irreduzível da festa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., 2002, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa, 2002. p. 1-4.

SOIHET, R. Festa da Penha: resistência e interpenetração cultural (1890-1920). In: CUNHA, M. C. P. (Org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/CECULT, 2002. p. 341-370.

TEIXEIRA, S. A. *Os recados das festas: representações e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional de Folclore, 1988.

VAZ, A. C. Festividades cívicas em Minas Gerais (1937-1945): escola, culturas e práticas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UCG, 2006. p. 1-9.

WESTPHALEN, C. M.; BALHANA, A. P. *Lazeres e festas de outrora*. Curitiba: Beija-Flor, 1983.

Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: Arranjos Produtivos Locais (APL) e circuitos turísticos

Understanding territorial governance and its possibilities: Local Productive Arrangements (APL) and tours

Comprehension les gouvernance territoriale et leurs possibilités: Arrangements Locaux Productifs (APL) et tours

Entender la gobernanza territorial y sus posibilidades: Arreglos Productivos Locales (APL) y tours

Lucas Labigalini Fuini*

Recebido em 13/6/2011 revisado e aprovado em 27/11/2011; aceito em 17/12/2012

Resumo: Este artigo reúne noções, teorias e dados buscando compreender como se articulam as novas formas de governança do território, através das estratégias institucionais e organizacionais dos atores locais para mobilização dos ativos territoriais específicos, em projetos de desenvolvimento local. Este estudo propõe uma base teórica aplicada para estudos que buscam compreender como se expressam as organizações e as instituições, seus atores e agentes nos ambientes da estrutura de governança territorial, tendo em vista os vários contextos sócio-espaciais e territoriais em curso no Brasil. Desse modo, os Arranjos Produtivos Locais (APL) e os Circuitos Turísticos aparecem como estratégias inovadoras de governança territorial dado o caráter próprio de configuração da relação entre Estado, iniciativa privada e outras instituições sociais.

Palavras-chave: Governança territorial. Arranjos produtivos locais. Circuitos turísticos.

Abstract: This article brings together concepts, theories and data in order to understand how the new forms of governance of the territory are articulated, through the institutional and organizational strategies of local actors to mobilize specific territorial assets in local development projects. This study proposes a theoretical basis for applied studies trying to understand how to express the organizations and institutions, its actors and agents in the environment of the structure of territorial governance, given the various socio-spatial and territorial underway in Brazil. Thus, the local productive arrangements (APL) and Tours appear as innovative strategies for territorial governance given the character of its own configuration of the relationship between state, private and other social institutions.

Key words: Territorial governance. Local productive arrangements. Tours.

Résumé: Cet article rassemble des concepts, des théories et des données afin de comprendre comment ils articulent les nouvelles formes de gouvernance du territoire, à travers les stratégies institutionnelles et organisationnelles des acteurs locaux à mobiliser les actifs spécifiques des territoires dans les projets de développement local. Cette étude propose une base théorique pour les études appliquées à essayer de comprendre comment exprimer les organisations et institutions, ses acteurs et ses agents dans l'environnement de la structure de gouvernance territoriale, étant donné les cours divers secteurs socio-spatiale et territoriale au Brésil. Ainsi, les arrangements productifs locaux (APL) et Tours apparaissent comme des stratégies novatrices pour la gouvernance territoriale étant donné le caractère de sa propre configuration de la relation entre l'Etat, privées et autres institutions sociales.

Mots-clés: Gouvernance territoriale. Arrangements productif local. Tours.

Resumen: Este artículo recoge los conceptos, teorías y datos con el fin de entender cómo se articulan nuevas formas de gobernanza del territorio, a través de las estrategias institucionales y de organización de los actores locales para movilizar los activos específicos del territorio en proyectos de desarrollo local. Este estudio propone una base teórica para los estudios aplicados tratando de entender cómo expresar las organizaciones e instituciones, sus actores y agentes en el entorno de la estructura de gobernanza territorial, en vista de varios contextos socio-espaciales y territoriales en Brasil. Por lo tanto, los Arreglos productivos locales (APL) y Tours aparecen como estrategias innovadoras de gobernanza territorial, dado el carácter de su propia configuración de la relación entre el Estado, privados, las instituciones sociales y otros.

Palabras clave: Gobernanza territorial. Arreglos productivos locales. Tours.

Introdução

A transição em voga, desde a década de 1970, de um modelo regulatório de acumulação e de organização industrial fordista-keynesiano para um modelo de produção pós-fordista e de acumulação flexível,

deu início às mudanças sensíveis associadas às técnicas de produção, gerenciamento do sistema produtivo, organização espacial da indústria, regulamentação e controle do mercado de trabalho, inserção do local e do Estado na economia nacional e internacional.

* Professor Doutor em Geografia pela Unesp/Rio Claro (Área de concentração em Organização do espaço). Professor Assistente Doutor da Unesp/Campus de Ourinhos. Integra o Laboratório de Desenvolvimento Territorial do Deplan-Unesp/Rio Claro. E-mail: lucasfuini@yahoo.com.br

Nesse sentido, esse conjunto de modificações aprofundou o caráter de especialização produtiva das regiões e localidades – imersas em espaços subnacionais – que passou a buscar novas formas de mobilizar seus recursos competitivos diante da crescente concorrência intranacional e internacional.

Com o componente da descentralização estatal, reforçou-se a necessidade de se articularem estruturas e projetos de desenvolvimento local que estivessem baseados em atores, capacidades e conhecimentos endógenos. Como estes, iniciativas não estão descoladas de contextos mais amplos – regionais, nacionais e internacionais – trata-se, pois, de promover formas de regulação parciais das cadeias produtivas e dos processos de desenvolvimento socioeconômico.

O desenvolvimento territorial expressa de forma mais ampla essas iniciativas oriundas de contextos locais/regionais ancoradas em recursos específicos e que buscam alavancar as vantagens competitivas locais aliadas à promoção de mudanças estruturais que conduzam ao bem-estar social da comunidade local. As mudanças estruturais ocorridas com os Estados nacionais e as atividades econômicas impuseram novos desafios quanto às formas de regulação e de planejamento nacionais e regionais. Por exemplo, o planejamento e o desenvolvimento passaram de regional para territorial.

No período glorioso do fordismo-keynesianismo, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, predominava um tipo de inserção territorial do Estado baseado no modelo de planejamento centralizado e outorgado, no qual as regiões e municípios aparecem apenas como elementos justapostos do cenário onde se implantam as políticas territoriais. Os atores locais, com suas demandas específicas, não são dotados de instrumentais para a execução de políticas públicas, predominando uma relação de clientelismo baseada na distribuição de recursos pelo Estado para obras e projetos pontuais, senão quando ele mesmo aplica os recursos e executa diretamente grandes obras com teor técnico e social discutíveis.

No cenário atual, tornam-se cada vez mais nítidos os contornos e desafios advindos com a descentralização político-administrativa do Estado, a privatização de antigos serviços e setores públicos e a flexibilização

de regulamentos e contratos. Nesse sentido, faz-se necessária a coordenação de agentes e instituições ancorados em suas regiões e localidades para definirem novas formas de administrar os fluxos econômicos, políticos e sociais que lhes foram transferidos, para os seus territórios.

Coloca-se, portanto, a seguinte temática para a análise do desenvolvimento territorial: como observar a manifestação das novas formas de “governança territorial” oriundas no contexto recente do Brasil, caracterizando as instituições, a natureza privada, pública ou mista e as formas de inserção dos entes federativos nessas novas articulações emergentes? Trata-se, pois, de como perseguir as experiências dos teóricos institucionalistas da escola (francesa) da regulação e dos neoinstitucionalistas americanos sobre as mudanças espaciais em curso, trazendo-as e adaptando-as ao contexto brasileiro, de mudanças do papel do Estado e das formas de regulação das atividades econômicas e do território.

O objetivo central do artigo é caracterizar a importância teórica de estruturas de governança e de regulação na dinâmica territorial local e regional de aglomerados produtivos, considerando ser este um elemento essencial tratado nos estudos e estratégias de planejamento e desenvolvimento territorial atual. Trata-se de uma análise aprofundada das formas de “governança” e distribuição de poder em circuitos, cadeias e sistemas produtivos com forte componente local e regional, considerando-se a importância das instituições formais e das outras formas de coordenação informal entre atores locais na regulação dos territórios e nos processos de desenvolvimento territorial.

Desse modo, a noção de governança territorial vai além de uma simples forma de organização econômica inter-regional, definida pelo Estado ou por relações de troca puramente mercantis, associando-se também às modalidades de coordenação socioeconômicas mais complexas que abarcam instituições, convenções, registros de ação e formas de incerteza, definindo, assim, um tipo de regulação, misto entre o político e o econômico, entre o local, o nacional e o global, com forte conteúdo territorial.

Essa forma de abordagem da governança está organizada neste artigo em duas

seções. A primeira seção preocupa-se com os aspectos teóricos e tipológicos da governança territorial, aprofundados nos estudos de três décadas de “pós-fordismo” e globalização, relacionando-se a governança com o desenvolvimento territorial. A segunda seção conclui o artigo, sintetizando as nossas considerações sobre o tema com base nos exemplos brasileiros dos Arranjos produtivos locais (APLs) e dos Circuitos Turísticos.

O conceito de governança territorial

Segundo Dallabrida (2006), o uso de termo governança origina-se em análise de Ronald Coase, na década de 1930, retomada posteriormente por Olivier Williamson, sobre o mundo das empresas designando os dispositivos operacionalizados pela firma para obter uma coordenação eficaz. Na década de 1970, o termo passa a circular pelo debate político, na Europa ocidental e nos Estados Unidos, associado à governabilidade, ou seja, às necessárias mudanças das instituições e organizações para melhorar a capacidade de gestão do Estado frente aos cidadãos.

Na década de 1980, o termo *governance* ressurge em documentos do Banco Mundial, tratando da capacidade financeira e administrativa do Estado – mormente aqueles em desenvolvimento – para tornar efetivas as ações de governo na implementação de políticas e consecução de metas coletivas para otimizar e gerir recursos econômicos e sociais. Para o Banco, importavam, pois, os “bons modos de governança”.

Trata-se de um momento de mudança das economias capitalistas, colocando-se a ação local como alternativa para enfrentar os males relativos à capacidade declinante do Estado-nação em controlar os fluxos financeiros das empresas multinacionais. Assim, os investimentos incidem cada vez mais em esquemas de negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, que tentam ao máximo promover os atrativos locais associados ao desenvolvimento capitalista. O conceito de governança sugere que se coloque o acento nas formas de coordenação horizontal e vertical da ação pública. Isto é acompanhado de um enfraquecimento do Estado governamental, em proveito de outras autoridades estatais (a justiça, as autoridades

independentes), das coletividades territoriais e de componentes da sociedade civil (BOURDIN, 2001).

Concebendo também as estruturas de governança como alavancas da competitividade e do desenvolvimento territorial das regiões e aglomerados produtivos, por meio de seus recursos e ativos territorializados, pode-se considerar que aquelas englobam as ferramentas sociais e políticas que promovem as metas de obter o máximo de externalidades regionais através da promoção das vantagens competitivas e que, ao mesmo tempo, asseguram que os padrões sociais de coordenação do bem-estar da comunidade sejam preservados. Tais ferramentas são descritas sucintamente em termos de um conjunto informal de mecanismos que sustentam economicamente os costumes e convenções culturais regionais, e de um conjunto formal de instituições e organizações que auxiliam para aumentar as reservas locais de economias de aglomeração (SCOTT, 1998, p. 107).

Faz-se necessário caracterizar o período atual pela composição de um “mosaico global de regiões” (BENKO, 1996) e, desse modo, a eminente “territorialização” dos sistemas econômicos (STORPER, 1993) impõe à governança uma nova perspectiva, sendo potencialmente válido se trabalhar com a ideia de uma “governança territorial”.

A governança territorial é definida como o processo institucional-organizacional de construção de uma estratégia para compatibilizar os diferentes modos de coordenação entre atores geograficamente próximos em caráter parcial e provisório, atendendo a premissa de resolução de problemas inéditos. Esses compromissos articulam: os atores econômicos entre si e estes com os atores institucionais, sociais e políticos através de “regras do jogo” e, a dimensão local e a global (nacional ou mundial) através das mediações realizadas por atores ancorados no território (COLETTIS *et al.*, 1999).

A abordagem do termo governança, na perspectiva da teoria da regulação (BOYER, 1990), abarca, mais especificamente, as estruturas de coordenação e tomada de decisões da rede de relações entre unidades de produção e fornecedores-compradores, envolvendo a combinação de diferentes formas de hierarquia, subcontratação, parceria, “atmosfera”,

agências públicas e parapúblicas, de cooperação em tecnologias, etc. (BENKO, 1996).

Segundo Dallabrida (2006), o termo governança territorial se refere “às iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais”.

Tapia (2005) trabalha com exemplos de pactos territoriais ocorridos na Itália, mais precisamente na área do Mezzogiorno, nas regiões do Veneto, Toscana, Emilia Romagna. Trata-se da formação de pactos sociais e esquemas de concertação social buscando constituir coalizões estáveis entre atores locais, a fim de deflagrar um processo de transformação da economia e da sociedade local visando melhorar a oferta de bens coletivos.

No Brasil, análises nas áreas de ciências humanas e sociais têm dado possibilidade de se compreender melhor as novas dinâmicas de regulação e ordenação social e política e de justificar a importância de se produzirem investigações voltadas à identificação e classificação de novos mosaicos e composições locais e regionais dispersos no território nacional. Castro (2003), por exemplo, busca compreender a territorialidade da ação social e das práticas que estão incrustadas nos espaços institucionais, através da associação entre distribuição espacial dos complexos institucionais e posse efetiva e acesso aos direitos da cidadania.

Antas Jr. (2004), em sua análise das novas formas de regulação no território nacional, parte da premissa – colocada à análise geográfica – de que o Estado já não é mais o detentor de toda a regulação social, econômica e política, dividindo essa responsabilidade com as corporações globais e as instituições civis não governamentais. Produz-se sobre o território nacional um poder fragmentado especializado por setores econômicos, integrando porções territoriais não contíguas através de redes técnicas e organizacionais em que prevalece a hegemonia corporativa sobre as solidariedades orgânicas.

Abramoway (2000) e Veiga (2002) associam a noção de desenvolvimento territorial à de capital social com a valorização do complexo de instituições, costumes e relações de confiança e cooperação que formatam

atitudes culturais e de empreendedorismo. Transfere-se, então, a análise do conjunto urbano-rural de uma lógica puramente setorial para uma lógica territorial, privilegiando-se as ações e estratégias dos atores locais em ambientes inovadores.

A condição de emergência de novas formas de coordenação e organização do território está associada, dentre outros fatores, ao contexto de redefinição do papel do Estado nacional e sua crescente descentralização político-administrativa, potencializando o papel das escalas local e regional como âmbitos do desenvolvimento e da regulação territorial dos sistemas produtivos e atividades econômicas. Nesse quadro analítico, estão incluídas formas intermediárias de regulação, fortalecendo os níveis decisórios hierarquicamente abaixo da esfera do Estado soberano, como os governos, autoridades locais e os diretórios regionais (SCOTT, 1998).

Desse modo, as estruturas de governança, quando abordadas em âmbito subnacional local, não podem ser reduzidas somente ao limite dos municípios e de suas estruturas político-administrativas, haja vista que a convergência de cadeias produtivas e de redes de atores locais mobilizados endogenamente (“desde baixo” e não através do planejamento outorgado) se faz, mormente, em contextos socioespaciais inéditos.

A definição de uma estrutura de governança territorial, como aparece exposta na figura 1, compõe-se, pois, de um determinado contexto territorial – podendo ser um município, uma rede de municípios, uma região, etc. – onde os atores locais entram em relação e concebem instituições que os representam nesse acordo, além do próprio ambiente institucional pré-existente. Configura-se em torno de esquemas diversos (APL, Circuitos, Comitês), podendo ser uma governança de tipo variável, entre o público e o privado. Nessa tessitura estabelecida buscar-se-á mobilizar recursos territoriais locais atendendo ao objetivo de se incrementar a competitividade territorial local e de se chegar em determinado nível de desenvolvimento territorial. Em todo esse sistema, as relações entre atores, instituições, governança, recursos e desenvolvimento territorial são continuamente alimentadas por fluxos comerciais, políticos e de informações, concebendo, portanto, um mecanismo aberto

sujeito às modificações por qualquer uma de suas partes e refratário às inovações e estí-

mulos concorrenciais oriundos de fora ou de dentro do sistema.

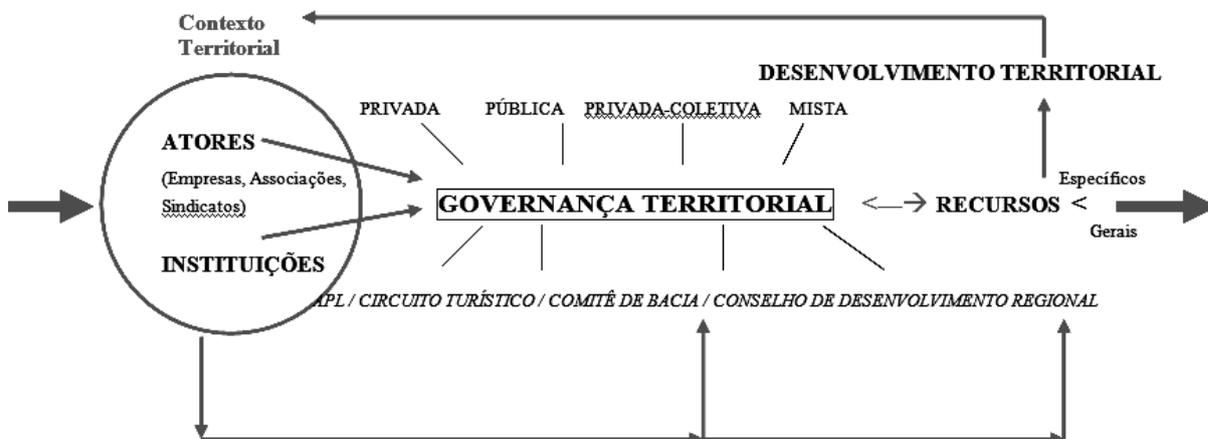


Figura 1 - Fluxograma ilustrativo sobre a governança territorial
Fonte: Do autor

A governança territorial interfere na competitividade das regiões ao definir formas de distribuição de poder em cadeias produtivas e outras formas de relacionamento comercial, institucional e industrial, fazendo convergir, em torno de um ator central, uma grande empresa, ou compartilhando, em vários atores articulados por uma instância coletiva, a tarefa de definir as estratégias competitivas principais de um aglomerado produtivo local. E, nesse sentido, direcionam-se as características, estratégias e possibilidades inerentes ao processo de desenvolvimento territorial.

Essas estratégias podem, então, basear-se em investimentos na capacitação da mão de obra e na inovação, qualificação dos recursos e especificação, ou pode estar assentada na redução de contingente e pagamento de salários baixos, tirando seu diferencial concorrencial no jogo de preços do mercado. A governança é, pois, um elo essencial entre a empresa e seus fornecedores, compradores e parceiros, públicos e privados.

Na perspectiva do desenvolvimento e dinâmica socioprodutiva, os territórios podem ser vistos tanto como recursos quanto como atores locais situados em contextos específicos de relações de poder e de governança envolvendo empresas e atores coletivos. Mas o território não é somente um espaço definido de recursos. É também o modo de estabelecimento de um grupo, em um am-

biente natural, que, através da organização e da localização das atividades, gera condições prévias de comunicação-linguagem e aprendizado coletivo (*as formas de cooperação que criam racionalidades tecnológicas e organizacionais*) (STORPER, 1997).

Trata-se, em última instância, como sugerem Pires, Muller e Verdi (2006), de se definir o desenvolvimento territorial como um processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania, e que possa conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região.

Nas estratégias competitivas da globalização, o desenvolvimento é dinamizado por expectativas dos agentes econômicos nas vantagens locais. Em relação a isso, o território atua como ator principal do desenvolvimento econômico regional, e as políticas, as organizações e a governança são recursos específicos, a um só tempo disponível ou a ser criado; quando disponível, tratar-se-ia de sua difusão no território, quando ausente, de sua criação (invenção e inovação). Dessa forma, o desenvolvimento territorial é o resultado de uma ação coletiva intencional de caráter local, um modo de regulação territorial, portanto, uma ação associada a uma cultura, a um plano e instituições locais, tendo em vista arranjos de regulação das práticas sociais (PIRES *et al*, 2006).

Algumas manifestações da governança territorial no Brasil

As iniciativas relacionadas ao desenvolvimento local visualizadas atualmente no território brasileiro compreendem demandas bastante diversificadas presentes nos campos econômico, social, cultural, ecológico, sendo representantes desse movimento: os Arranjos Produtivos Locais (APL), os Circuitos Turísticos, as Agências e Conselhos de Desenvolvimento local/regional, os Consórcios Intermunicipais, as Regiões Metropolitanas, entre outras estruturas político-institucionais. Neste artigo colocaremos em destaque a análise dos Arranjos Produtivos Locais e dos Circuitos Turísticos.

Os “Circuitos espaciais de produção”, dentre os quais se colocam os Circuitos Turísticos, surgem quando as aglomerações setoriais, os Arranjos Produtivos Locais, desenvolvem, no espaço geográfico, redes mais ou menos densas de fluxos de matérias-primas, produtos, informações, que se estruturam em uma escala regional. Os “Circuitos Espaciais de Produção” podem ser definidos, nesse prisma, pelo movimento de trocas e fluxos de bens e serviços entre lugares especializados através da segmentação territorial das etapas do trabalho, em áreas não necessariamente contíguas. Esse movimento não é apenas material e envolve também fluxos de informações, ordens, que caracterizam os “círculos de cooperação” como dimensão regulatória de um “circuito produtivo” (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Os Arranjos Produtivos Locais (APL) surgiram em um esforço teórico para compreender os modelos de aglomerações produtivas de pequenas empresas e sistemas produtivos territorializados, como os Distritos Industriais italianos (BECATTINI, 1994) e os Clusters industriais (PORTER, 1999), à luz da realidade brasileira. Trata-se também de uma medida de ação governamental de estímulo ao desenvolvimento econômico territorial das localidades, combinando a reativação de economias de aglomeração com o suporte das vocações regionais.

O conceito de APL foi inicialmente sistematizado no Brasil por um grupo de pesquisadores reunidos na Rede de Pesquisa de Sistemas Locais de Produção e Inovação do

Instituto de Economia da UFRJ (REDESIST), sendo posteriormente incorporado nas propostas de órgãos como o Sebrae e o BNDES. Esse grupo define os APL, como:

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento, engenharia, política, promoção e financiamento. Tais arranjos comumente apresentam fortes vínculos envolvendo atores localizados no mesmo território; por sua vez, as interações referem-se não apenas a empresas atuantes em diversos ramos de atividade e suas diversas formas de representação e associação (particularmente cooperativas), mas também as diversas outras instituições públicas e privadas. (LASTRES; CASSIOLATO, 2004, p. 10-11).

Os APLs adquirem, portanto, um caráter de plataforma de governança por conta dos vínculos cooperativos e interorganizacionais que estabelecem em torno de um aglomerado setorial específico, que serve de base para construção de convenções e identidades comuns localizadas. Esses aglomerados têm como premissa a proximidade geográfica entre as empresas altamente especializadas, que desenvolvem redes e *linkages* com fornecedores, firmas subcontratadas e instituições de apoio. Nesse sentido, o setor e o território atuam como instâncias regulatórias importantes, definindo a governança como uma forma de coordenação do complexo industrial em sua base territorial. No âmbito das políticas de desenvolvimento regional no Brasil, este parece ser um dos apelos atuais do governo federal e de alguns Estados e municípios para fortalecimento da coordenação de aglomerados produtivos e para a promoção da competitividade e desenvolvimento econômico dos territórios.

Nos Planos Plurianuais do Governo Federal (2004-2007 e 2008-2011), constam os

APL como eixos centrais da política industrial e de desenvolvimento regional. Em agosto de 2004, foi instalado o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), por Portaria Interministerial n. 200, de 3/8/2004, envolvendo 23 instituições (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste Finep, entre outros) com o apoio de uma Secretaria Técnica, lotada na estrutura organizacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), com o objetivo de adotar uma metodologia de apoio integrado a arranjos produtivos locais, com base na articulação de ações governamentais. Essa portaria foi reeditada em 24/10/2005 (com a inclusão de mais instituições), 31/10/2006 e em 24/4/2008. A atividade desse Grupo de Trabalho foi focalizada, inicialmente, em onze APL pilotos, distribuídos nas cinco regiões do país, com o propósito de testar uma metodologia de atuação integrada (<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna>). Ações em torno de APL também têm merecido a atenção de outros atores e instituições como o Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (Sebrae), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), entre outros.

O Sebrae, por exemplo, identificou vários APL potenciais e consolidados, configurando um verdadeiro “mosaico de regiões” produtivas imersas na economia nacional. Esses aglomerados estão associados a uma gama de setores de atividades diversificadas, destacando, dentro outros: o têxtil (bordados, camamisa-banho, malhas etc.), a cerâmica (vermelha e de revestimento), o coureiro-calçadista (infantis, esportivos, masculino e feminino).

Em termos práticos, há o projeto resultante da parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Promos (Agência de Promoção de Negócios da Câmara de Comércio de Milão) e o Sebrae para instalação de quatro APL em municípios brasileiros: o polo moveleiro, em Paragominas, no Pará; o distrito calçadista de Campina Grande, na Paraíba; o polo de moda íntima, em Nova Friburgo, no Rio; e o polo de confecções e artesanato em Tobias Barreto, em Sergipe.

O prazo de implantação é de três anos, e o projeto vai custar US\$ 5,8 milhões, sendo

US\$ 3,4 milhões do Sebrae, US\$ 2 milhões do BID e US\$ 400 mil da Promos. (<http://www.comunidade.sebrae.com.br/promos/>).

O BID também tem realizado parcerias com Secretarias estaduais para investimentos em APL.

No Rio de Janeiro, em ação conjunta com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado, foram liberados US\$ 6 milhões para os APL de moda-praia de Cabo Frio e de móveis da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (<http://www.imprensa.rj.gov.br>). No Paraná, em articulação com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino superior, o Banco fez um empréstimo de US\$ 10 milhões para o desenvolvimento de APL no Estado. (<http://www.redeaplmineral.org.br/noticias/>).

Em São Paulo, através da ação com a Secretaria de Desenvolvimento, o Banco investirá cerca de US\$ 20 milhões em quinze APL-piloto no Estado. Além disso, o Estado possui hoje um Programa Estadual de Fomento aos APL do Estado, instituído pelo governador do Estado através de Decreto lei, de 7/8/2009. Esse programa autoriza o estabelecimento a realizar convênios com municípios do Estado almejando, além da transferência de recursos para o incremento de cadeias produtivas, a descentralização do desenvolvimento produtivo, o aumento da competitividade de micro, pequenas e médias empresas, o empreendedorismo e a cooperação entre o setor produtivo, entidades de classe e de apoio, órgãos da Administração Pública, universidades, institutos de pesquisa/desenvolvimento/ inovação e centros de educação tecnológica.

Na Bahia, através do projeto PROGREDIR, prevee-se investimentos em APL na ordem de US\$ 16,6 milhões, com 60% desses recursos oriundos de empréstimos do BID. Em alguns casos, existem APL que participam de mais de um projeto, possuindo atuação institucional mais intensa. Este é o caso de arranjo de calçados masculinos de Franca, que participa de projetos simultâneos do Ministério do Desenvolvimento, Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, Sebrae/São Paulo e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Existem, portanto, APL em diferentes estágios de coordenação produtiva e institu-

cional, refletindo cada qual com o nível econômico e tecnológico adequado ao seu contexto regional e setorial. Santos; Diniz e Barbosa (2006) estabeleceram uma classificação para os APL situados em ambientes periféricos, como se vê na tabela 1, construindo um modelo analítico que caracteriza situação de aglomeração, arranjo potencial e, em perfil mais restrito, a noção de arranjo produtivo local.

Devemos considerar os APL, primeiramente, como expressões da realidade socioeconômica que se manifestam no território brasileiro por meio de aglomerações regionais de pequenos empreendimentos setoriais que geram empregos e devem ser incentivadas pelo poder público. Os APL também não excluem outros formatos de políticas de desenvolvimento, aparecendo em alguns contextos como estratégias complementares, em outros podem ser as estratégias centrais. Além disso, formatos de Arranjos e Distritos necessitam de políticas não somente locais ou municipais, mas também do apoio estadual e nacional, já que muitos instrumentos administrativos, financeiros e institucionais não são regulados no local.

Por isso, é cada vez mais comum no Brasil a aposta em redes de instituições para apoiar APL, em estratégias articuladas em diversos níveis escalares e que fazem dialogar os diversos Arranjos de um mesmo Estado, trocando experiências em termos de cooperação, capacitação, inovação etc. O fundamento básico dos incentivos aos APL e a outros modelos organizacionais é que significativa parcela das micro e pequenas empresas brasileiras operam na informalidade ou com métodos produtivos e organizacionais defasados, sendo necessário reverter esse quadro com estratégias que garantam o apoio técnico e institucional necessário para que concentrações industriais de pequenos estabelecimentos se tornem competitivas, visto que é nesse segmento de MPMEs que é gerada significativa parte dos postos de trabalho no país.

No setor turístico, segundo constataram Mamberti e Braga (2004), em metodologia teórica, o conceito de Arranjos Produtivos Locais pode ser aplicado a partir de algumas reformulações e adaptações, considerando o enfoque sistêmico como o mais apropriado para caracterizar de forma integrada a cadeia produtiva turística, com suas relações inter-

setoriais e o desenvolvimento de políticas de planejamento turístico.

Pode-se falar, inclusive, não somente de Arranjos Produtivos Localizados, mas também de Arranjos de serviços locais. Varas (2006) faz uma indagação sobre a existência de formas análogas aos distritos industriais da Terceira Itália, mas cuja orientação final não esteja relacionada à produção de bens e, sim, à produção de serviços de tipo turístico. Faz-se, portanto, um paralelo da produção territorial de bens à produção de serviços no contexto de mudanças globais na indústria do turismo, privilegiando a qualidade dos serviços oferecidos e a flexibilidade no atendimento ao consumidor, considerando um aglomerado turístico localizado em uma província da região da Emília Romana, chamada de Rimini. Nesse sentido, Varas (2006) constata a existência de externalidades econômicas, serviços típicos associados à cultura local e redes de relações interinstitucionais entre atores locais que possibilitam a análise da atividade turística nos termos de aglomerações locais, tanto na forma de distritos quanto na forma de APL.

Vislumbrando os variados formatos da organização territorial da atividade turística, tentamos situar os APL produtivos também como recursos específicos presentes em Circuitos turísticos.

Nesse sentido, a ideia de “Circuito Turístico” está associada diretamente a um tipo de planejamento turístico específico que se pauta no aproveitamento dos atrativos regionais associados à oferta de determinados serviços e infraestrutura (atividades de lazer e recreação, rede hoteleira, atividades comerciais etc.) que permitam à área turística maximizar os benefícios econômicos (crescimento) e socioculturais (desenvolvimento) advindos com o fluxo turístico.

O advento dos Circuitos turísticos no Brasil – enquanto designação setorial específica para os Circuitos espaciais produtivos – tem sua origem vinculada à formação de “pacotes” e “roteiros” pelas agências de turismo reunindo os principais atrativos turísticos de municípios vizinhos. Na França, os “Circuitos” recebem a denominação de “Tours”, estimulando a exploração dos potenciais turísticos de certa região por meio do planejamento racional e dotação de infraestrutura viária, hoteleira, de lazer etc, aspectos

nos quais o território brasileiro ainda se encontra em defasagem significativa.

As grandes agências de viagens e de turismo optam por organizar roteiros para passeios em grupos. Tais roteiros passam por várias cidades próximas em período de tempo determinado, oferecendo ao turista maior número possível de experiências e atrativos naturais e culturais, ao mesmo tempo em que fomenta as economias locais e o consumo turístico, estimulando cidades vizinhas a se organizarem para a oferta de infraestrutura e equipamentos turísticos de qualidade.

Na Europa, a maior parte dos turistas estrangeiros aderem aos pacotes para circuitos turísticos, com o objetivo de otimizar a relação entre atrativos turísticos, deslocamentos aéreos e terrestres e período de viagem. A CVC, maior companhia de viagens do Brasil, organiza roteiros turísticos para a Europa em circuitos, com pacotes aéreos e terrestres, em períodos que variam de nove a dezessete dias. Por exemplo, para os brasileiros que queiram aderir ao pacote aéreo Lisboa-Madri e Paris, o período é de dez noites, com três hospedagens em Lisboa, três em Madri, uma em Bordeaux e três em Paris, com visitas aos principais atrativos turísticos desses lugares acompanhados de guias credenciados (<http://www.cvc.com.br>). Em Portugal, a organização do turismo por circuitos já é tradicional, com a divisão dos roteiros por regiões do país (Norte, Centro, Costa e Sul de Lisboa, Alentejo e Algarve) em circuitos ou *tours* (Minho, Porto, Coimbra, Fátima, Lisboa, Estoril, Sintra, Évora e Algarve) (<http://www.portugalvirtual.pt>). No Brasil, a principal procura ainda ocorre para destinos pontuais, como Fortaleza, Natal, Porto Seguro, Rio de Janeiro, ainda que nessas viagens o turista acabe por visitar praias e cidades vizinhas, como é o caso do roteiro para cidades históricas mineiras, cuja referência para hospedagem é Ouro Preto. É importante salientar, nesse sentido, que o setor do turismo brasileiro se encontra em expansão nos últimos anos, considerando o fluxo de turistas, investimentos públicos e privados e postos de trabalho gerados.

Como forma de melhorar o desempenho turístico do Estado de Minas Gerais, o governo do Estado oficializou em 2002, por meio de sua secretaria de Turismo, a proposta dos Circuitos Turísticos com base na ideia de organizar as diversas atividades econômicas

existentes em uma região através do estímulo turístico, em um complexo integrado dos atrativos locais coordenados por meio das estratégias e diretrizes coletivas.

Nesse caso, segundo o relatório da Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais, de 2002, os Circuitos Turísticos:

Compreendem determinada área geográfica, caracterizada pela predominância de certos elementos da cultura, da história e da natureza, que são fortes elementos de sedução para o viajante, além da identidade entre os municípios que se consorciaram para complementar os atrativos e equipamentos turísticos com objetivo de ampliar o fluxo e a permanência dos turistas, com conseqüente geração de emprego e renda. Os circuitos turísticos aparecem também como formas de organização social, onde o papel da iniciativa privada é fundamental, embora necessite da participação efetiva do poder público, nas três esferas, municipal, estadual e federal. (BOLSON, 2006).

Em Minas Gerais, segundo site da Secretaria de Turismo do Estado, a ideia de se agrupar municípios em Circuitos Turísticos nasceu da necessidade de se explorar melhor o potencial do Estado nesse setor. No final dos anos de 1990, à medida que se estimulavam as tradicionais cidades e localidades turísticas de Minas a promover uma revisão de seus posicionamentos e ações em relação ao turismo, vislumbrava-se a geração de oportunidades também para os municípios vizinhos. Estes passariam não só a explorar suas respectivas potencialidades, mas também a contribuir para a diversificação da atratividade e ou da infraestrutura turística de sua região. Paralelamente, a atenção dos municípios se voltava para um interesse em comum: buscar, na atividade turística, alternativas para alcançar o desenvolvimento autossustentável.

Fortalecia-se, assim, o estímulo a uma forma de associativismo que resultaria no Circuito Turístico. O circuito foi visto, então, como meio para se estruturar melhor a atividade turística municipal e regional, para atrair mais turistas a determinada região e estimular sua permanência ali por um tempo maior e, conseqüentemente, o movimento do comércio e dos serviços turísticos. Percebeu-se que a proximidade entre determinados municípios, a despeito de suas afinidades ou diferenças, significava novas possibilidades em relação

ao desenvolvimento turístico (http://www.descubraminas.com.br/destinoturísticos/lst_circuito.asp). No Estado de Minas Gerais existem atualmente cinquenta e dois Circuitos Turísticos cadastrados pela Secretaria de Turismo, abarcando uma grande plêiade de setores e atividades e exibindo níveis diferenciados de desenvolvimento tecnológico e de infraestrutura, integração produtiva, cooperação socioinstitucional e capacidade competitiva. Considerando sua grande variedade setorial, esses Circuitos podem ser agrupados segundo alguns atributos principais: belezas naturais (montanhas, cachoeiras, trilhas); qualidade das águas e do clima (estâncias); referenciais históricos e culturais; produção agrícola e industrial típicas; gastronomia.

Além disso, cada um desses Circuitos, com seu atrativo turístico principal, pode formar comitês gestores para elaborar diretrizes gerais que coordenem as ações dos municípios integrantes do Circuito. Isso pode ser feito por meio de variadas estruturas de governança, como as Associações, ONGs, Agências de Desenvolvimento regional,

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), não se caracterizando como órgãos fechados aos prefeitos e poderes públicos, pois se abrem à participação de empresários, da comunidade, de instituições de classe, do terceiro setor, de instituições de ensino e das próprias prefeituras.

Considerando que é forma cada vez mais usual a oferta de atrativos turísticos em circuitos regionais, e não somente apenas em um município isoladamente, propomos a constituição de um modelo baseado em Circuitos Turísticos dotados de Arranjos Produtivos, conciliando assim a perspectiva mais fluida da atividade turística e seus fluxos que extravasam territórios, com a dinâmica mais enraizada e localizada dos Arranjos. Configura-se a ideia de um modelo territorial de Circuitos de Arranjos, com relações de fluxos de informação, trocas comerciais e financeiras entre agrupamentos de estabelecimentos comerciais e industriais, no contexto de uma estrutura de regulação e governança maior, compreendida no âmbito regional do Circuito.

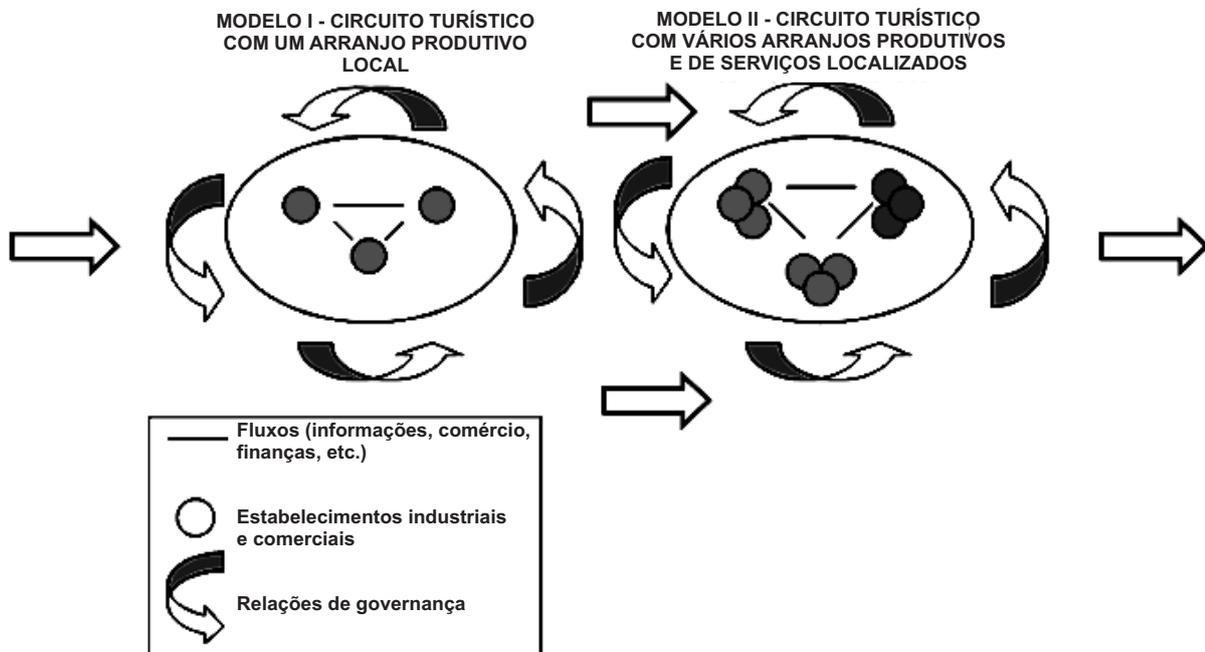


Figura 2 – Modelos espaciais de Circuitos turísticos dotados de arranjos produtivos locais
Fonte: Do autor

Considerações finais

Neste artigo, buscou-se analisar a importância do conceito de governança nas novas formas de regulação e coordenação emergentes em articulações inéditas entre os atores locais (as empresas, associações, sindicatos, poder público, universidades).

Considerando que tais processos se desenvolvem em contextos territoriais regionais e locais específicos, em sistemas que contemplam certo nível de proximidade geográfica e organizacional entre os atores, a análise teórica anteriormente exposta converge com o conceito de governança territorial.

A síntese da reflexão aponta, então, para diversas manifestações de governança territorial existentes atualmente na análise territorial, e que devem ser consideradas na análise dos processos atuais de organização espacial e de desenvolvimento socioeconômico.

Nesta análise, comprovou-se que tanto os Arranjos Produtivos Locais quanto os Circuitos Turísticos apresentam três elementos essenciais:

- a) Podem ser complementares tanto do ponto de vista territorial quanto do ponto organizacional, coexistindo e se autorreforçando;
- b) Apresentam um nível mínimo de institucionalização e formalização e têm políticas específicas prescritas no âmbito de órgãos federais e estaduais de gestão e planejamento;
- c) Dependem, para sua efetivação, da densidade institucional existente em determinados territórios locais e regionais, do nível de articulação dos atores locais cooperando em projetos de desenvolvimento, tanto nos APL quanto nos Circuitos turísticos, e da capacidade competitiva das cadeias produtivas e dos produtos associados aos contextos territoriais onde se projetam as estruturas de governança potenciais anteriormente mencionadas.

O argumento principal deste trabalho é que a governança territorial é um conceito que pode envolver uma ampla gama de relações de poder, de organização institucional e de pactos sociais entre atores e suas respectivas bases territoriais, buscando resolver problemas específicos atinentes a determinados setores econômico-sociais e que se tornaram

mais pronunciados no Brasil na década de 1990, em decorrência de três processos: o início da descentralização político-administrativa, o aprofundamento da desconcentração industrial e a globalização e reestruturação técnico-organizacional de diversos setores da economia.

Referências

- ABRAMOWAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, São Paulo, n. 4, v. 2, p. 379-397, abril/jun, 2000.
- ANTAS JR., R. M. Elementos para uma discussão epistemológica sobre a regulação no Território. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 16, p. 81-86, 2004.
- BECATTINI, G. O Distrito Marshalliano: uma noção sócio-econômica. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.). *As regiões ganhadoras*. Distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras-Portugal: Celta Editora, 1994, p. 45-58.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BOLSON, J. G. H. *Os circuitos turísticos no estado de Minas*. Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais, 2006. Disponível em: <<http://www.setur.mg.gov.br>>. Acesso em: jul. 2007.
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Tradução de Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BOYER, R. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- CASTRO, I. E. de. Instituições e território: possibilidades e limites ao exercício da cidadania. *Geosul*, Florianópolis, n. 18, v. 36, p. 7-28, jul. / dez, 2003.
- COLLETIS, G., GILLY, J. P., LEROUX, I., PECQUEUR, B., PERRAT, J., RYCHEN, F., ZIMMERMANN, J. B. Construction territoriale et Dynamiques productives. *Revue Sciences de la Société*, v. 48, Outubro, 1999.
- DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 3. 2006, Santa Cruz do Sul: Unisc. Disponível em: <<http://www.capitalsocialsul.com.br>>. Acesso em: maio 2007.
- LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E. *Novas políticas na era do conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais*. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>. Acesso em: ago. 2005.
- MAMBERTI, M. M. S.; BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. Artigos. *Deplan*, Rio Claro/SP, Deplan/Unesp/IGCE, 2004. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento>>. Acesso em: set. 2006.
- PIRES, E.; MULLER, G.; VERDI, A. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. *Geografia*

- *Associação de Geografia Teórica*, Rio Claro, SP, v. 31, p. 437-454, set./dez, 2006.

PORTER, M.E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise e da concorrência*. 17 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

SANTOS, G. A. G. dos; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e vantagens competitivas locais. *BNDES/Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento*. Versão preliminar. Área de Planejamento/Depro. Rio de Janeiro, 2006. p. 17-47.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Recor, 2001.

SCOTT, A. *Regions and the world economy: the coming shape of global production, competition and political order*. New York: Oxford, 1998.

STORPER, M. Territorialização numa economia global: potencialidades de desenvolvimento tecnológico,

comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M.; NABUCO, M. R. (Org.). *Integração, região e regionalismo*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

STORPER, M. *The regional world: territorial development in a global economy*. New York: Guilford Press, 1997.

TAPIA, J. R. B. Desenvolvimento local, concertação social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n. 1, v. 19, p.132-139, jan./mar, 2005.

VARAS, G. S. Da produção territorial de bens à produção territorial de serviços: sobre os distritos turísticos na Itália. In: SILVA, G.; COCCO, G. (Org.). *Territórios produtivos: Oportunidades e desafios para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DPeA, 2006. p. 47-73.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, n. 3, v. 5, p. 5-19, 2002.

Estudos organizacionais e desenvolvimento sustentável: em busca de uma coerência teórica e conceitual
Organizational studies and sustainable development: towards a theoretical and conceptual coherence
Études organisationnelles et le développement durable: vers une coherence theorique et conceptuel
Estudios organizacionales y el desarrollo sostenible: hacia una coherencia teórica y conceptual

Luciano Munck*
Rafael Borim de Souza**
André Luis Silva***

Recebido em 2/3/2011 revisado e aprovado em 29/7/2011; aceito em 19/9/2011

Resumo: Por este artigo, intentou-se alcançar dois objetivos: (1) investigar e propor uma conceituação para o termo desenvolvimento sustentável que melhor dialogue com a área de estudos organizacionais; e, (2) apresentar uma contribuição teórica viabilizadora da aproximação relacional entre o desenvolvimento sustentável e os estudos organizacionais. Foram investigadas posturas epistemológicas e categorizações para o desenvolvimento sustentável, as quais foram unidas as contribuições da teoria do agir organizacional de Maggi (2006).

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Estudos organizacionais. Teoria do agir organizacional.

Abstract: This article has two objectives: (1) investigate and propose a definition for the expression sustainable development that better contribute to the organizational studies; and, (2) present a theoretical contribution that shows a link between sustainable development and organizational studies. Some epistemologies perspectives and some categorizations for the sustainable development have been researched, which have been related to the Maggi's (2006) theory of organizational act.

Key words: Sustainable development. Organizational studies. Theory of organizational act.

Résumé: Pour cet article, amené à atteindre deux objectifs: (1) étudier et de proposer un concept pour le développement durable à long terme qu'un meilleur dialogue avec le domaine des études organisationnelles, et (2) apporter une contribution théorique de l'approche relationnelle facilitateur du développement durable et des études organisationnelles. Postures épistémologiques et catégorisations pour le développement durable ont été étudiés, qui ont été les contributions de la théorie organisationnelle de l'action Maggi (2006).

Mots-clés: Développement durable. Études organisationnelles. Théorie organisationnelle de l'action.

Resumen: Este artículo tiene dos objetivos: (1) investigar y proponer un concepto de desarrollo sostenible a largo plazo que un mejor diálogo con el área de estudios organizacionales, y (2) hacer un aporte teórico del enfoque relacional facilitador del desarrollo sostenible y los estudios organizacionales. Posturas epistemológicas y clasificaciones para el desarrollo sostenible fueron investigados, que estaban juntos los aportes de la teoría de la organización de la acción Maggi (2006).

Palabras clave: Desarrollo sostenible. Estudios organizacionales. Teoría de la organización de la acción.

Introdução

A demasiada utilização do termo 'desenvolvimento sustentável' junto aos contextos organizacionais tem gerado confusões epistemológicas, paradigmáticas e teóricas

a seu respeito. Não são raros os estudos em que se encontra um conceito desvinculado do contexto sobre o qual a pesquisa foi desenvolvida. Sabe-se que o fenômeno em perspectiva é de interesse de muitas disciplinas, e, por essa razão, a disseminação de contribuições

* Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração e professor na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: munck@uel.br

** Doutorando em Administração na linha de Administração de Tecnologia, Qualidade e Competitividade pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (PPGADM-UFPR). Mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá em Consórcio com a Universidade Estadual de Londrina (PPA-UEM /UEL). Especialista em Controladoria e Finanças pela PUCPR e em Gestão Empresarial pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Bacharel em Administração pela PUCPR. E-mail: rafaborim@yahoo.com

*** Doutorando em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo / Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV). Mestre em Administração pelo PPA-UEM/UEL. Graduado em Processamento de Dados pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: emailspara@gmail.com

relacionadas aos seus preceitos tem se elevado gradativamente.

Quando relacionado aos estudos organizacionais, o desenvolvimento sustentável geralmente é tratado por abordagens radicais e isoladas, por meio das quais não é possível efetivar muitas considerações pluralistas. O monoculturalismo dos pesquisadores que têm abordado o tema em pesquisas organizacionais tem empobrecido o seu conceito e, muito mais, tem causado um atraso quanto as potenciais contribuições a serem geradas pelas ciências organizacionais.

Em face desse cenário, apresenta-se o presente artigo que tem dois objetivos principais a serem alcançados: (1) investigar e propor uma conceituação para o termo 'desenvolvimento sustentável' que melhor dialogue com a área de estudos organizacionais; e, (2) apresentar uma contribuição teórica viabilizadora da aproximação relacional entre o desenvolvimento sustentável e os estudos organizacionais.

Para tanto serão consideradas algumas posturas epistemológicas, as quais serão analisadas em conjunto com três categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável. Dessa análise se extrairão as características que devam estar presentes no conceito em investigação. Uma vez investigado um significado coerente para com as abordagens organizacionais, será proposta

uma relação entre ele e uma das teorias organizacionais. Optou-se pela escolha de apenas uma teoria para que esta possa ser apresentada de maneira coerente e relacionada por vias consistentes com o conceito do termo 'desenvolvimento sustentável'.

A fim de que o exercício de pesquisa em questão fique mais claro para o leitor, optou-se por estruturar o artigo em nove tópicos principais: introdução; metodologia; posturas epistemológicas para a definição do desenvolvimento sustentável; categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável; uma análise entre as posturas epistemológicas e as categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável; o conceito de desenvolvimento sustentável; a teoria do agir organizacional; a relação entre a teoria do agir organizacional e o desenvolvimento sustentável; e, considerações finais.

1 Metodologia

Foi realizado um ensaio teórico, qualitativo, exploratório e bibliográfico (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). O quadro 1 elenca quais os principais temas em análise neste artigo, o que se desejou investigar em cada um deles, os principais autores que contribuíram em relação à análise deles e os procedimentos técnicos utilizados para abordá-los.

Temas	O que investigar?	Principais Autores	Procedimentos
Posturas Epistemológicas	Possíveis posturas epistemológicas que propiciem um melhor relacionamento entre o desenvolvimento sustentável e os estudos organizacionais	Denzin; Lincoln (2006) Martins; Theóphilo (2006) Schwandt (2006)	Pesquisa bibliográfica
Categorizações para Análise do Desenvolvimento Sustentável	Categorizações que classifiquem o desenvolvimento sustentável e o analisem por diferentes abordagens e qualificações.	Fergus; Rowney (2005) Gladwin; Kenelly; Krause (1995) Lélé (1991) Mebtratu (1998)	Pesquisa bibliográfica
Conceito de Desenvolvimento Sustentável	Um conceito que ofereça ao termo coerência para ser ele pesquisado nos estudos organizacionais	Gladwin; Kenelly; Krause (1995)	Pesquisa bibliográfica
A Teoria do Agir Organizacional	Uma teoria que viabilize a aplicação do conceito investigado nos estudos organizacionais	Maggi (2006)	Pesquisa bibliográfica

Quadro 1 – Estrutura de investigação temática e procedimentos de pesquisa

Fonte: elaborado pelos autores

2 Posturas epistemológicas para a definição do desenvolvimento sustentável

Nesta seção, serão abordadas discussões que englobem considerações sobre posturas epistemológicas que venham a auxiliar no processo de definição do termo 'desenvolvimento sustentável'. Ressalta-se que o que se investiga é um significado coerente com as proposições das ciências organizacionais.

De acordo com Denzin e Lincoln (2006), um paradigma é um conceito macro composto por quatro micro conceitos, a saber: a ética, a epistemologia, a ontologia e a metodologia.

A ética questiona: como serei enquanto pessoa moral no mundo? A epistemologia: como conheço o mundo? Qual a investigação entre o investigador e o conhecido? [...] A ontologia levanta questões básicas a respeito da natureza da realidade e da natureza do ser humano no mundo. A metodologia concentra-se nos melhores meios para a aquisição do conhecimento sobre o mundo. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 163).

Desse conceito extrai-se a parte referida a epistemologia, mais em específico a pergunta: Como conheço o mundo? O que se intenta por essa seleção é investigar como o desenvolvimento sustentável, enquanto fenômeno de interesse aos estudos organizacionais pode assumir uma postura epistemológica coerente às pesquisas relacionadas às organizações.

Mediante esse recorte, incia-se uma investigação sobre o conceito do termo 'desenvolvimento sustentável' por três posturas epistemológicas apresentadas por Denzin e

Lincoln (2006) e Schwandt (2006): positivismo e empirismo lógico, interpretativismo e o construcionismo social.

Em sentido amplo a epistemologia é conceituada como o estudo metódico e reflexivo da ciência, de sua organização, de sua formação, do seu funcionamento e produtos intelectuais. O papel e a contribuição de uma instância epistemológica para a pesquisa podem ser considerados a partir de duas funções: por um lado, assume a condição de metaciência, porque vem após e diz respeito às ciências e, por outro, revela um caráter intracientífico e representa uma instância intrínseca à produção científica. Etimologicamente, epistemologia significa discurso (logos) sobre a ciência (episteme) (MARTINS; THEÓPHILO, 2007).

Em relação ao desenvolvimento sustentável, segundo Fergus e Rowney (2005), nota-se um discurso dominante, sobre o qual o mundo é objetivo, mensurável e compreensível. A verdade, portanto, se torna atingível por meio de metodologias já existentes e comunicadas por regras já institucionalizadas. Não existe espaço para o conhecimento baseado em uma visão subjetiva do mundo, na qual a intuição e a experiência do mundo natural representariam os principais elementos para a geração de novos conhecimentos. Para tanto se apresenta, no quadro 2, uma síntese das posturas epistemológicas mencionadas de acordo com Denzin e Lincoln (2006) e Schwandt (2006) e seus possíveis desmembramentos. Em seguida, uma análise de suas intersecções e divergências.

Positivismo e Empirismo Lógico	Os defensores do positivismo se mantêm fiéis à ideia de que a finalidade de qualquer ciência é oferecer explicações causais de fenômenos sociais, comportamentais e físicos. As filosofias do positivismo lógico e do empirismo lógico tinham como principal preocupação a reconstrução racional do conhecimento científico por meio da análise semântica e sintática de dois tipos de declarações científicas (as declarações que explicam, isto é, as teorias e as hipóteses, e as declarações que descrevem, ou seja, as observações). Para os positivistas as dimensões sociais, culturais e históricas da compreensão eram consideradas extracientíficas e, por isso, irrelevantes para qualquer relato epistemológico válido do que constitui o conhecimento científico genuíno e sua justificação. O empirismo lógico trabalhava a partir de uma concepção do conhecimento como representação correta de uma realidade independente, e seu interesse era, e é, quase que exclusivamente voltado à questão do estabelecimento da validade das alegações de conhecimento.
Filosofias Interpretativistas	<p>Identificação Empática. Essa postura interpretativista (também chamada de intencionalismo) descreve o que constitui o conhecimento histórico, encontrando-se também ao centro do que é conhecido como hermenêutica objetivista ou conservadora. Essas duas abordagens têm em comum a ideia geral de que é possível transcender as circunstâncias históricas, ou escapar delas, a fim de reproduzir o significado.</p> <p>Sociologia Fenomenológica. A análise fenomenológica interessa-se principalmente em compreender a constituição do mundo intersubjetivo, cotidiano. Dois instrumentos conceituais geralmente empregados nessa reconstrução são a indexicalidade e a reflexividade. A primeira indica que o significado de uma palavra ou enunciado é dependente de seu contexto de utilização. A segunda direciona a atenção para o fato de que os enunciados não são apenas sobre algo, mas também fazem algo; um enunciado compõe, em parte, um ato de fala.</p> <p>Hermenêutica Filosófica. Esta perspectiva desafia, de diversas maneiras, o retrato epistemológico cartesiano defendido pelas demais vertentes da filosofia interpretativista. Seus defensores sustentam que a compreensão não é, em primeiro lugar, uma tarefa controlada por procedimentos ou regras, mas, sim, justamente, uma condição do ser humano. A compreensão é a interpretação. Nessa perspectiva entende-se que a tradição não é algo externo, objetivo e pertencente ao passado, ela requer o engajamento das tendências do indivíduo. A compreensão é participativa, convencional e dialógica, assim, se assume uma visão não-objetivista do significado. Em outras palavras, o significado é negociado mutuamente no ato da interpretação, e não simplesmente descoberto.</p>
Construcionismo Social	Em um sentido quase imperceptível, todos os seres humanos são construtivistas, caso acreditem que a mente está ativa na construção do conhecimento. Na epistemologia contemporânea, esse senso comum do construcionismo é também chamado de perspectivismo. É a visão de que todas as alegações de conhecimento e a avaliação destas ocorrem dentro de um esquema conceitual através do qual o mundo é descrito e explicado. As filosofias do construcionismo social rejeitam a visão realista e ingênua da representação, mas geralmente avançam muito mais na negação de todo que qualquer interesse em uma ontologia do real.

Quadro 2 – As quatro posturas epistemológicas para a definição do desenvolvimento sustentável
Fonte: SCHWANDT (2006, p. 195-202).

Essas posturas epistemológicas representam diferentes maneiras de como um fenômeno de pesquisa percebe o mundo a sua volta. Elas se aliam em alguns pontos, mas divergem completamente em outros.

A hermenêutica objetivista e a hermenêutica filosófica iniciaram-se como movimentos simultâneos na Alemanha, no início dos anos 1980. Nessa época, a pesquisa qualitativa era cada vez mais aceita como um processo contínuo de construção de versões

da realidade, bem por isso havia uma aceção nas pesquisas de uma mistura de gêneros, as quais caracterizavam os avanços científicos. Assim, diversos modelos e interpretações teóricas dos objetos e dos métodos resistiam lado a lado e, a partir deles, os pesquisadores assumiam o poder de escolher e comparar diferentes formas de se observar o mundo, tal como o interacionismo simbólico, a etnometodologia, a fenomenologia, a semiótica e o feminismo. Por esse contexto, as

'hermenêuticas' surgiram com o intuito de investigar se tais avanços teóricos poderiam ser vistos como modismos, tendências ou recomeços (FLICK, 2009).

Para a hermenêutica objetivista, também denominada de hermenêutica estrutural, as intenções subjetivas relacionadas às pesquisas são consideradas como irrelevantes, enquanto que para a hermenêutica filosófica o que interessa é a subjetividade da construção social do conhecimento (FLICK, 2009). A hermenêutica objetivista, então, compartilha de uma mesma epistemologia com o interpretativismo, ao passo que a hermenêutica filosófica rejeita completamente essa vertente (SCHWANDT, 2006).

A hermenêutica filosófica e as filosofias dos construcionistas sociais (assim como as abordagens desconstrucionistas, da teoria crítica e algumas feministas e neopragmáticas) têm precedentes no amplo movimento de afastamento do relato empírico, lógico atomístico, designativo, representacional do significado e do conhecimento (SCHWANDT, 2006). Os construcionistas rejeitam o positivismo e se preocupam em analisar a relação com a realidade ao tratarem os processos construtivos de suas abordagens (FLICK, 2009).

Os construcionistas sociais compartilham com a hermenêutica filosófica questões relacionadas à crítica geral do significado enquanto objeto, revelando uma afinidade com a noção do nascimento do significado. No entanto a similaridade termina nesse ponto. Embora seja construcionista em sua negação a uma teoria objetivista do significado, a hermenêutica filosófica confia no potencial da linguagem para revelar o significado e a verdade enquanto que os construcionistas sustentam que não existe nenhuma verdade em relação à questão da interpretação. Pela força da hermenêutica filosófica, alguns autores já a consideram um movimento separado da filosofia interpretativista. E pela persistência do positivismo, ele permanece como uma epistemologia isolada sem qualquer relacionamento com as demais posturas (DENZIN; LINCOLN, 2006; SCHWANDT, 2006).

Uma vez apresentadas essas posturas epistemológicas, passa-se para as categorizações para análise do construto desenvol-

vimento sustentável. Estas permitirão o encontro dos pilares fundamentais de um significado condizente com o propósito deste artigo. Na próxima seção serão exploradas temáticas que deem conta dessa proposição.

3 Categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável

As categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável serão apresentadas separadamente e, posteriormente, unidas por uma análise integrativa. A nomeação de cada uma dessas categorizações tem como intuito final alcançar uma definição para o desenvolvimento sustentável que seja coerente com os estudos organizacionais.

Em face dessa busca, toma-se o discurso de Morgan (1980) que antecipadamente avisou sobre o fato de os cientistas organizacionais estarem aprisionados em uma série de constrições equivocadas a respeito do *status* ontológico da realidade social e da natureza humana, e, em razão dessa realidade, percebe-se a necessidade de se adotar uma perspectiva mais cosmopolita nas teorizações organizacionais, buscando alcançar avanços efetivos.

Gladwin, Kenelly e Krause (1995) concordam com Morgan (1980) ao afirmarem que o domínio organizacional, para tratar dos problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável, está isolado e fraturado por uma profunda crise epistemológica provocada pela simples ação de dissociar a humanidade (com suas respectivas organizações) do restante da realidade, também amparada pelo mundo natural.

No intuito de averiguar tais críticas, foram investigadas algumas categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável. Sabe-se da existência de inúmeras delas, mas, para que a viabilidade do presente estudo fosse garantida, optou-se por três contribuições específicas, sendo elas: as correntes paradigmáticas abordadas por Gladwin, Kenelly e Krause (1995), a análise conceitual de Mebratu (1998) e a estrutura semântica do termo conferida por Lélé (1991) e Fergus e Rowney (2005), as quais são abordadas em sequência.

3.1 As correntes paradigmáticas abordadas por Gladwin, Kenelly e Krause (1995)

Gladwin, Kenelly e Krause (1995), em uma tentativa de estabelecer um paradigma que viabilizasse o tratamento do desenvolvimento sustentável por abordagens organizacionais, realizaram um exercício comparativo entre três correntes, sendo que duas delas, o tecnocentrismo e o ecocentrismo, são abordagens extremamente opostas, enquanto que a terceira, o *sustaincentrism* (paradigma centrado na sustentabilidade), representa uma proposição de compreensão de mundo mais flexível e aberta. Essas correntes paradigmáticas, sintetizadas por Gladwin, Kenelly e Krause (1995) são apresentadas com maiores detalhes a seguir:

- **O tecnocentrismo.** As origens deste paradigma podem ser remetidas à revolução científica do século XVII, com a emergência de uma teoria social liberal, da racionalidade da mão invisível proposta por Adam Smith e da tendência de privilegiar os seres humanos sobre a natureza. Essa perspectiva ainda se faz dominante contemporaneamente, uma vez que suas proposições são mais convidativas aos sistemas econômicos e aos modelos de gestão organizacionais.
- **O ecocentrismo.** Os adeptos deste paradigma provêm de uma filosofia que apregoa um estilo de vida que se conforme com a ordem da natureza, com a reverência ao planeta, assim como os movimentos transcendentalistas e preservacionistas. Esse paradigma é marcado por uma ecologia profunda, a qual rejeita qualquer dominação humana sobre a natureza.
- **O *sustaincentrism*.** A noção de um paradigma interessado com o desenvolvimento sustentável pode ser compreendida como um esforço dialético. Embora os paradigmas tecnocêntrico e ecocêntrico possuam uma longa história, o paradigma da sustentabilidade ainda é embrionário. A articulação de um olhar de mundo centrado na sustentabilidade deve ser vista como uma tentativa de se buscar uma reconciliação entre posições científicas tão radicais.

É possível vislumbrar que tanto o tecnocentrismo quanto o ecocentrismo falham em

oferecer uma base sobre a qual o desenvolvimento sustentável possa ser investigado. Ambos os paradigmas, ao promoverem suas premissas por métodos radicais e isolados, não conseguem sequer promover o desenvolvimento e, muito menos, preservar a natureza (GLADWIN; KENELLY; KRAUSE, 1995).

O paradigma centrado na sustentabilidade assume uma responsabilidade de articular o conhecimento e as discussões por uma abordagem interdisciplinar, por meio da qual deve ser estabelecido um diálogo entre essas duas fortes perspectivas científicas e operacionalizado um modelo que melhor entenda e promova o desenvolvimento sustentável.

3.2 A análise conceitual de Mebratu (1998)

Desde que a definição do desenvolvimento sustentável concedida pela *World Commission on Environment and Development* (WCED) – abordada posteriormente neste artigo – em 1987 se popularizou, inúmeros esforços têm sido realizados por diversos grupos de pesquisa, organizações e movimentos sociais com o intuito de capturar a verdadeira essência deste conceito. Embora seja uma tarefa complexa dar conta de todas as definições, Mebratu (1998) as categorizou em três versões principais: a versão institucional, a versão ideológica e a versão acadêmica. Todas mais bem exploradas em sequência (MEBRATU, 1998):

- **Versão institucional.** Esta versão se preocupa em analisar definições concedidas por instituições tais como a WCED, o *International Institute of Environment and Development* (IIED) e a *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD). Os adeptos desta versão consideram que a comparação das definições concedidas por tais instituições participam de uma mesma essência, a de se preocupar com a satisfação das necessidades. Esta versão, em síntese, afirma que um crescimento econômico saudável, responsável e limpo ainda é o principal desafio para um desenvolvimento efetivamente sustentável.
- **Versão ideológica.** Predominam nesta versão as ideologias clássicas tais como teoria da libertação, o feminismo radical e o marxismo. Inseridos nesta versão estão

os movimentos ecofeministas, ecossocialistas e ecoteológicos. O ecofeminismo é considerado como a conjuntura conceitual que une os quatro pilares da teoria da libertação: aqueles relacionados às opressões de gênero, raça, classe e natureza. O ecossocialismo é alicerçado na afirmativa de que um desenvolvimento sustentável e ecológico jamais poderá ser alcançado por meio de ações inseridas em um sistema capitalista. A ecoteologia fundamenta-se na crença de que a humanidade ignorou a importância dos patrimônios ecológicos em suas tradições religiosas.

- **Versão acadêmica.** Na versão acadêmica, as concepções econômicas, ecológicas e sociológicas refletem a responsabilidade da comunidade científica diante do desafio da crise ambiental. Os economistas, por consequência da abordagem neoclássica dominante, querem transformar o ambiente em uma *commodity* para que assim ele possa ser analisado em termos monetários. Para os ecologistas, duas premissas precisam ser identificadas para o acontecimento da sustentabilidade: primeira, a natureza, se não invadida, é um sistema auto-organizado que se transforma e responde a diversas condições quase estáveis; segundo, os seres humanos dependem desse sistema pela necessidade de suprimento de alguns recursos para a produção de alimentos e demais artigos de uso imprescindível para a humanidade. A sociologia se aproxima das contribuições da ecologia.

Existe um “pré-conceito” concedido à versão acadêmica. Redclift e Benton (1994) consideram que, por promover a interdisciplinaridade tão aceita em relação ao desenvolvimento sustentável, ela pode ser a culpada por essa miscelânea de definições equivocadas encontradas em diversos trabalhos científicos. Os mesmos autores consideram que essa versão possui fundamentações epistemológicas reducionistas, traduzidas por suas proposições equivocadas.

Já Tryzna (1995) não hesita em dizer que a fonte dessa discriminação está no fato de cada abordagem racional participar de um movimento radical próprio, por meio do qual existe uma tendência de se menosprezar as demais abordagens ao qualificá-las como

reducionistas e fracas. Para o autor, cada abordagem assume, consciente ou inconscientemente, a tentativa de obrigar a sociedade a aceitar suas proposições como uma verdade inquestionável.

3.3 A estrutura semântica do termo conferida por Fergus e Rowney (2005) e Lélé (1991)

Este modelo se preocupa em investigar as raízes semânticas do termo ‘desenvolvimento sustentável’ uma vez que esse exercício auxilia a explicar os entendimentos contraditórios referentes a essa expressão. Lélé (1991) nota que o termo é interpretado de maneira inconsistente, assim como um crescimento sustentável, ou como uma forma de mudança social que, junto aos objetivos desenvolvimentistas atuais, tem o objetivo adicional de alcançar uma sustentabilidade ecológica.

Embora Fergus e Rowney (2005) discordem quanto a algumas etapas oferecidas por Lélé (1991) em referência ao processo de estruturação semântica do termo ‘desenvolvimento sustentável’, eles não se contrariam. Resumidamente esses autores partem do princípio que a soma das palavras sustentar (conservar ou prorrogar) e desenvolver (partir de resultados anteriores ou transformar o uso de algo) formam a expressão ‘desenvolvimento sustentável’ (manter os resultados passados ou transformar o uso dos recursos). Esse termo, para os autores, representa a direção futura do progresso humano, por meio de processos que ativem três esferas principais: a economia, a ecologia e a sociedade. Quando a economia se alia à ecologia, o desenvolvimento sustentável é aceito como um objetivo e definido como um meio para o progresso humano, por uma abordagem integrativa e inclusiva para as gerações contemporâneas e futuras. Quando as perspectivas ecológicas se somam às sociais, o desenvolvimento sustentável é assumido como um fenômeno processual e entendido como um discurso que integra conhecimentos, filosofias e ferramentas de mensuração altamente eficazes. Se colocado sob uma lente amparada pelo paradigma dominante (tecnocentrismo) o desenvolvimento sustentável como objetivo é interpretado como um crescimento sustentável, enquanto que, como processo, é interpretado

como um debate sobre os processos científicos e as metodologias, nos quais o sucesso é mensurado por retornos financeiros, tidos como referências para a tomada de qualquer decisão (FERGUS; ROWNEY, 2005; LÉLÉ, 1991).

Em sequência, realiza-se uma análise que integra as posturas epistemológicas previamente discutidas e as categorizações analíticas abordadas.

4 Uma análise entre as posturas epistemológicas e as categorizações para análise do construto desenvolvimento sustentável

Nesta seção será estabelecida uma análise integrativa entre as três posturas epistemológicas abordadas no item 3 e as três categorizações analíticas do desenvolvimento sustentável, para que assim se estabeleça o que se espera do significado em investigação.

O tecnocentrismo falha gravemente em um possível relacionamento com o desenvolvimento sustentável. Suas argumentações desassocia patologicamente ou repreendem categoricamente muitos componentes críticos dessas discussões, os quais são de extrema importância para a manutenção da vida no planeta. Por suas proposições, os tecnocêntricos se isolam e impedem qualquer tipo de ligação com as premissas do desenvolvimento sustentável. Esse paradigma falha em se relacionar adequadamente com questões vinculadas a uma justiça intergeracional, intrageracional e interespecies. De maneira um tanto arrogante, suas pesquisas depositam falsas esperanças sobre um futuro incerto. Finalmente, apesar de produzir riquezas materiais e poder para uma minoria privilegiada, ele ampara um sistema que produz riscos e ameaças que poderão complicar o futuro de todas as comunidades humanas (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Fergus e Rowney (2005), ao discorrerem sobre esse paradigma dominante e sobre a representação das organizações, admitem que o lucro, por si só, não é o problema, e os processos econômicos, em si, criam benefícios para a sociedade. Porém, quando estes tomam lugares de relevância junto aos procedimentos e estruturas políticas, ambos alicerçados em uma racionalidade instrumental, aí sim gera-se uma parcialidade influenciável por lucros financeiros e interesses pessoais. Os

próprios autores afirmam que uma epistemologia fundamental dentro da qual operam governos, organizações e sociedade possui uma parcialidade, uma vez que a racionalidade econômica prioriza a mensuração monetária da ética de valores.

Gladwin, Kenelly e Krause (1995) finalizam o debate ao admoestarem que, se realmente deseja adotar o desenvolvimento sustentável como um princípio organizador, a sociedade, logo, deve admitir que o paradigma tecnocêntrico se torna um paradigma em crise. A partir de uma perspectiva dialética, o tecnocentrismo apresenta uma série de contradições, como incentivos a metodologias políticas que privilegiam poucos e ameaçam muitos e o uso de modelos de gestão inconcebíveis para um desenvolvimento sustentável. Essas inconsistências são simultaneamente razões de destruição e de reconstrução do paradigma, o qual, segundo os autores, precisa reexaminar as fundamentações que o regem.

O tecnocentrismo, por seus alicerces e por suas críticas, relaciona-se ao positivismo, epistemologia também presente na versão institucional exposta por Mebratu (1998). Essa interligação se confirma pelo fato de os adeptos desta versão defenderem que o crescimento é tarefa indispensável para as organizações alcançarem o desenvolvimento sustentável, porém, eles defendem a valorização de estratégias de maior valor adicionado aos produtos, para que se reduza a quantidade de recursos naturais e energia consumidos nos processos produtivos.

O paradigma ecocêntrico diminui demasiadamente a representação do ser humano, ao ignorar relacionamentos fundamentais que garantem a segurança da humanidade e a integridade ecológica do planeta. Suas contribuições estão inseridas em níveis filosóficos que não podem ser efetivamente implementados nas condutas humanas. Apesar de sua atratividade ideológica e admiráveis intentos, assim como o tecnocentrismo, o econcentrismo possui contradições internas como a tendência de desvalorizar demasiadamente a representatividade do ser humano para com a sociedade e, bem por isso, falha em integrar diferentes culturas, e estas, a natureza (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Stead e Stead (2000) argumentam que uma sociedade, já que organizada como tal,

deveria ter metas orientadas para um desenvolvimento que sustentem valores preocupados em refletir o valor do progresso nas relações humanas, na preservação dos ambientes naturais e desenvolvimentos que contribuam para melhores condições de vida dos seres humanos. Estes, para o paradigma ecocêntrico, importam pouco. Fergus e Rowney (2005) comentam que, muito mais prejudicial que os seres humanos, é a dominação da epistemologia social por uma racionalidade econômica, pois é essa estrutura que enfatiza os ganhos individuais. O benefício para a sociedade, de acordo com o paradigma dominante, é um efeito consequencial dos ganhos individuais. Por essas admoestações, acredita-se que a representatividade humana para o alcance do desenvolvimento sustentável deve ser mantida como relevante.

O paradigma ecocêntrico, por negar toda e qualquer visão realista e por se desvincular de qualquer interesse relacionado a uma perspectiva ontológica mais real, assume uma epistemologia construcionista, também implícita a versão ideológica proferida por Mebratu (1998). Em verdade, o construcionismo defende o papel do ser humano como portador de uma mente ativa para a construção do conhecimento, mas fica aquém da hermenêutica filosófica, que tem o sujeito como participante e influenciador do processo.

O *sustaincentrism* explora uma dimensão na qual os monismos tecnocêntricos e ecocêntricos devem ser rejeitados em favor de um pluralismo moral. Esse paradigma é observado pelos tecnocêntricos como radical, ingênuo e utópico. Mas não radical, modesto e transformativo o suficiente para resolver a crise ecológica aos olhos dos ecocêntricos. Essas considerações são rejeitadas pelos adeptos do paradigma centrado na sustentabilidade, por acreditarem que elas levam a um engessamento epistemológico e teórico, ou seja, a um pragmatismo indesejado. Seus pesquisadores acreditam que esse corpo paradigmático transcende e desbanca os demais paradigmas de uma só vez, ao negar o que é visto como disfuncional pelo tecnocentrismo e rejeitar a preservação de polos discursivos alienados proposta pelo ecocentrismo. O *sustaincentrism* é alicerçado, portanto, na premissa maior de que o desenvolvimento humano, por vias sustentáveis é algo desejável (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995).

Esse paradigma aceita a contribuição das organizações, mas por uma ótica diferente da utilizada pelos tecnocêntricos. Para ele (*sustaincentrism*) as responsabilidades organizacionais devem incluir uma atuação por uma abordagem responsável com os termos ambientais e sociais, por meio dos quais a geração de riqueza não seja encarada como um fim em si mesma. Em síntese, as organizações devem auxiliar o desenvolvimento estrutural das sociedades com valores mais inclusivos, oriundos de um balanceamento de contribuições vindas de uma epistemologia simultaneamente instrumental e intuitiva (FERGUS; ROWNEY, 2005). Esse paradigma defende a interdisciplinaridade, logo adere aos princípios da versão acadêmica proposta por Mebratu (1998). Por ser interdisciplinar, sua postura epistemológica tende a ser pluralista e conflitante, uma vez que aborda a necessidade de oferecer explicações causais aos fenômenos sociais (positivismo), considera a importância da evolução histórica desses fenômenos (identificação empática), por abordagens que sejam objetivas em resolução, mas subjetivas em compreensão (fenomenologia), as quais tenham o indivíduo como participante e integrante do processo (hermenêutica filosófica) e que aceite a realidade de o ser humano ter a ciência de todos os fatos sociais que o circundam (construcionismo social).

Em verdade, esse paradigma é o que mais depende da estrutura semântica oferecida pela interligação das contribuições de Lélé (1991) e Fergus e Rowney (2005). A análise semântica desses autores obedece à reconstrução racional do conhecimento científico por meio da análise semântica apregoada pelos positivistas; valoriza o conhecimento histórico tão relevante para os interpretativistas da identificação empática; admite que o significado de uma palavra ou enunciado é dependente do contexto no qual é utilizado assim como os sociólogos fenomenologistas; entende que a compreensão é uma condição do ser humano, participativa, convencional e dialógica e, por isso, adepta às proposições da hermenêutica filosófica; e, enfatiza que o mundo é simultaneamente descrito e explicado assim como para os construcionistas sociais.

Os outros paradigmas também necessitam dessa estrutura semântica, mas por

sua ampla contribuição importa mais ao *sustaincentrism*. No entanto, para uma definição em que se vinculem as abordagens organizacionais, observa-se a necessidade de se mesclar as raízes semânticas propostas por Fergus e Rowney (2005) e Lélé (1991). Percebe-se que o desenvolvimento sustentável para uma organização é tanto um objetivo quanto um processo, ou seja, é uma meta maior constituída de inúmeros passos menores a serem alcançados em prazos específicos. Se o fenômeno (desenvolvimento sustentável), enquanto objetivo, relaciona economia e ecologia e, enquanto processo, interliga ecologia e sociedade, enquanto meta organizacional vincula economia, ecologia e sociedade.

Por meio de toda essa análise conferida até o momento, considera-se que se chegou à qualificação que melhor expressa o conteúdo do significado do termo 'desenvolvimento sustentável' para que ele ganhe contornos que melhor o aproximem de ser um fenômeno de investigação dos estudos organizacionais. Na busca por um conceito para o termo 'desenvolvimento sustentável', pode-se dizer que o que se procura é uma definição que dê conta de colocar o paradigma tecnocêntrico em diálogo com o paradigma ecocêntrico, por meio das proposições apresentadas pelo *sustaincentrism* (GLADWIN; KENNELLY; KRAUSE, 1995). Também se espera por um significado que valorize a instrumentalidade da versão institucional e as ideologias da versão ideológica, ambas unidas pela interdisciplinaridade da versão acadêmica (MEBRATU, 1998). E, finalmente, que consiga tratar o desenvolvimento sustentável junto ao contexto das organizações como objetivo e processo, e que ressalte a importância da relação entre as partes e o todo, e da relação entre o todo e o ambiente (FERGUS; ROWNEY, 2005; LÉLÉ, 1991; MEBRATU, 1998). Um conceito que responda a todas estas premissas é apresentado no tópico seguinte.

5 O conceito de desenvolvimento sustentável

Encontrados os alicerces epistemológicos, a posição paradigmática e as relações que importam para a aquisição de um significado do termo 'desenvolvimento sustentável' de modo que possibilite tratá-lo dentro de

abordagens organizacionais, cabe apenas a tarefa árdua de encontrá-lo.

Mas antes uma pergunta instigante: por que não somente aceitar o conceito comum adotado pela Comissão de Brundtland? A resposta exige a apresentação de tal conceito: segundo relatório apresentado em 1987 na WCED, documento este organizado pela Dra. Gro Harlem Brundtland e sua comissão, o desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que não compromete a sobrevivência das gerações futuras por meio da exploração responsável dos recursos naturais no presente (WCED, 1987). Esse conceito, embora merecedor de todos os reconhecimentos, uma vez que foi um dos responsáveis pela disseminação mundial do termo, é muito criticado e combatido por pesquisadores de diferentes áreas. De acordo com Fergus e Rowney (2005), esta definição não é nada mais do que ambígua, pois retira o foco do que realmente precisa ser feito por meio de um discurso inclusivo, e coloca as prioridades mundiais em simples processos técnicos. Os autores consideram que essa definição é a responsável por inviabilizar o agir em relação ao alcance do desenvolvimento sustentável, já que houve uma opção de se continuar com ações limitadas a esforços políticos impregnados por inúmeros conflitos e por uma tecnocracia dogmática incapaz de abrir os olhos das nações para novas proposições do funcionamento econômico em vigência.

Para Ralston Saul (2001) a definição de um termo é concebida com o intuito de que as ideias sejam esclarecidas, e que os seres humanos sejam libertados para ações mais coerentes; mas o que se observa na sociedade, em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, é que ele se tornou um meio de controle e um método forte para retrain forças reacionárias.

Com a ideia de combater a definição de 1987, inúmeras foram as denominações alternativas ao termo que surgiram, mas todas elas representando uma tentativa de conceder novo nome a um mesmo fenômeno. A imprecisão do conceito desse termo, somada com sua respectiva importância nas políticas nacionais, internacionais e organizacionais levou a uma grande batalha política a respeito de quanto as gerações futuras poderiam afetar o desenvolvimento das gerações contemporâneas. Essa realidade resultou em

uma grande variedade de definições distorcidas, todas elas criticadas por pressões sociais e institucionais (MEBRATU, 1998).

Entende-se assim, de acordo com Fergus e Rowney (2005) que a oportunidade para se definir coerentemente o desenvolvimento sustentável, ou seja, como um fenômeno de análise inclusivo em propostas e integrador em processos, uma mudança epistemológica precisa ocorrer nos processos cognitivos de geração do conhecimento. Esta é a ideia defendida por este artigo e, por consequência das premissas levantadas ao longo de todo este estudo, chegou-se à consideração de que o conceito que se vincula intensamente aos contextos organizacionais foi concedido no artigo *Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research* escrito por Gladwin, Kenelly e Krause (1995).

Esses autores definem o desenvolvimento sustentável como o processo que objetiva o desenvolvimento humano por ações de inclusão, integração, igualdade, prudência e segurança. A inclusão implica o desenvolvimento humano dentro de um determinado período de tempo e em um certo espaço. A integração admite a existência de uma interdependência entre as esferas ecológicas, sociais e econômicas. A igualdade busca uma justiça intergeracional, intrageracional e interespecies. A prudência investiga os meios de cuidados e prevenção em referência aos atos tecnológicos, científicos e políticos. E a segurança demanda proteção contra ameaças crônicas e contra acontecimentos nocivos (GLADWIN; KENELLY; KRAUSE, 1995). Cada parte desse conceito é mais bem explorada no quadro 3.

Inclusão	A compreensão da dimensão humana da sustentabilidade deve abordar as forças que provocam as transformações globais ambientais e antropogênicas: aumento populacional, crescimento econômico, inovações tecnológicas, instituições políticas e econômicas, atitudes e crenças sociais. A sustentabilidade, portanto, precisa ir além de uma eficiência ecológica e buscar uma suficiência social.
Integração	A sustentabilidade requer que a compreensão dos problemas mundiais ocorra de maneira sistêmica e interdependente. O conceito de desenvolvimento sustentável deve basear-se no reconhecimento de que uma nação, instituição e organização não pode alcançar seus objetivos econômicos, sem que preocupações sociais e ambientais sejam levadas em conta, assim como acesso universal à educação, oportunidades iguais a todas as camadas sociais, acesso aos serviços de saúde para todos, acesso justo aos recursos de sobrevivência, e uma base de recursos naturais sustentável.
Igualdade	Os imperativos morais das igualdades intrageracionais e intergeracionais não podem ser encontrados empiricamente, e, sim, intersubjetivamente. A ausência de critérios objetivos leva o estudo da sustentabilidade para um caminho da ciência normativa, pela qual as regras serão discutidas por meio da confrontação de crenças pessoais e debates morais. Em suma, as atividades humanas não devem promover custos ambientais e apropriar-se de recursos naturais sem justificativas plausíveis.
Prudência	Muitas análises reivindicam prudência e humildade nos processos de alcance ao desenvolvimento sustentável, dada a massiva incerteza, imprevisibilidade, a não linearidade entre os componentes do sistema, limites desconhecidos e as dinâmicas complexas dos sistemas sociais e ecológicos. Esse quadro da realidade demanda precaução, preempção, proteção, ações reversíveis, margens de segurança e preparo para acontecimentos inesperados.
Segurança	No mínimo, a sustentabilidade prevê a não perda de (a) sistemas sociais e ecológicos saudáveis (capacidades dos sistemas naturais e sociais de proverem suportes essenciais a vida humana; (b) capital natural crítico (estoques de recursos naturais incapazes de serem repostos, tal como diversidade biológica, a camada de ozônio e os ciclos bioquímicos); (c) auto-organização (capacidade dos sistemas de seres vivos a continuarem ou a se renovarem, automanutenção e autotransformação, os quais proveem o contexto para todas as atividades humanas); (d) capacidade de suporte (capacidades dos sistemas biofísicos e sociais de suportarem os impactos físicos das empresas); e, (e) liberdade humana (uma sociedade civil, com democracia e plena atenção aos direitos humanos, participação social, transparência contábil, reciprocidade e transparência), além do suprimento das necessidades básicas dos seres humanos.

Quadro 3 – Uma melhor exploração do conceito de desenvolvimento sustentável

Fonte: elaborado pelos autores a partir das proposições de Gladwin, Kennelly e Krause (1995).

Introduzido o conceito, resta a escolha de uma teoria organizacional que viabilize sua introdução junto aos estudos organizacionais. Esta análise é feita no próximo tópico.

6 A teoria do agir organizacional

Como verificado nas seções anteriores, o conceito concedido ao desenvolvimento sustentável, enquanto fenômeno de análise junto às organizações, exigiu antes a explanação das possíveis posturas epistemológicas a serem assumidas, bem como a apresentação de três categorizações analíticas do termo. Ao longo dessas análises, ficou claro que o filtro para o significado esteve centrado no *sustaincentrism*, uma vez que esse paradigma assume uma identidade acadêmica interdisciplinar, como foi exposto no item 5.

Com o intuito de validar a vinculação do conceito apresentado no item 6 com os estudos organizacionais, introduz-se a teoria do agir organizacional. Desde já ressalta-se que a escolha dessa teoria não foi aleatória, mas sim realizada após a análise de uma série de abordagens teóricas, amplamente divulgadas e debatidas em estudos organizacionais, que não caberia no escopo deste trabalho. Além disso, conforme demonstrado a seguir, Maggi (2006) fundamenta sua teoria em consagrados clássicos dos estudos organizacionais.

Maggi (2006), o representante maior dessa proposição teórica, afirma que o processo de construção de uma teoria é apoiado em teorias já existentes, das quais a que está em construção se utiliza ou retrabalha conceitos e

proposições e diferencia-se das outras teorias. Por ser concebida dessa maneira, ela se situa segundo uma perspectiva, uma maneira de ver, em outras palavras, ela exprime uma opção epistemológica.

A epistemologia da teoria do agir organizacional rejeita o positivismo e o antipositivismo. Assume como base de suas contribuições a terceira via indicada por Max Weber (*apud* MAGGI, 2006).

Para Weber as ciências históricas e sociais são caracterizadas por uma orientação em direção da singularidade; elas devem antes de mais nada compreender o sentido dos eventos humanos, mas essa compreensão não é mais um ato de intuição imediato, uma simples participação empática; ela exige uma validação racional e subjetiva, a reconstrução dos elementos do agir em seu contexto de significação. (MAGGI, 2006, p. 18).

Logo, a teoria do agir organizacional é tanto uma teoria do agir social quanto uma teoria do agir racional. O agir social indica um agir do qual o sentido intencionado, de um ou mais sujeitos, se dirige ao agir de outros sujeitos. Assim, o agir organizacional concerne tanto aos processos de ação de um sujeito singular quanto aos processos de ação coletiva e, por outro lado, que todo processo organizacional está em relação com outros processos. O agir racional valida a ideia de que o agir organizacional ordena as ações do processo em direção a um objetivo perseguido, mas esse agir racional é intencional e limitado como a razão humana (MAGGI, 2006). No quadro 4, constam as influências teóricas dessa teoria.

Max Weber	A epistemologia weberiana considera a compreensão como o ponto de partida da análise científica; contudo ela exige que se proceda a uma explicação do agir social sobre bases empiricamente verificáveis, às quais a compreensão possa se referir para não naufragar no arbitrário. A compreensão concerne ao sentido da ação; a explicação serve para dar conta da dimensão causal – em causalidade adequada – das condições empíricas da ação. Segundo essa abordagem, a avaliação da possibilidade objetiva das relações causais entre as ações ou os eventos individuais ao longo de um processo se apoia sobre a comparação dos processos reais com processos de ação hipotéticos idealmente construídos.
Pareto e Barnard	Para Pareto, a classe das ações lógicas, aquela guiada por uma racionalidade objetiva, constitui apenas uma parte marginal do agir humano, sendo a maior parte composta por ações não-lógicas. Encontra-se em Barnard a mesma concepção da ação quando ele fala do equilíbrio da organização: os indivíduos não participam da organização com base apenas em cálculos econômicos. De modo mais geral, pode-se dizer que a existência da organização formal se apoia sobre a tendência natural dos indivíduos a cooperar. Um sistema cooperativo se define para Barnard como um conjunto de componentes físicos, biológicos, pessoais e sociais que estão numa relação específica graças à cooperação de duas ou mais pessoas para um ou mais fins. Na obra de Barnard, encontra-se sempre uma tensão contínua entre uma concepção do sistema caracterizado por uma tendência à cooperação e a ideia de que um sistema cooperativo durável é sempre governado por processos intencionais de decisão. Desse modo, Barnard acrescenta à referência de Pareto a noção de processo, para caracterizar a ação organizacional, aproximando-se assim da concepção weberiana.
Simon	Construir uma teoria do agir organizacional significa aprofundar o conceito de racionalidade do sujeito agente. Para Simon o processo de decisão se dá segundo a racionalidade intencional e limitada, em que as informações são imperfeitas e, portanto, o conhecimento das alternativas de ação é sempre incompleto; o conhecimento das consequências da ação é fragmentário; as preferências não são perfeitamente ordenáveis e sua variação no tempo não é previsível. Assim, a decisão pode ser, no melhor dos casos, satisfatória. A organização é vista por Simon como um conjunto de programas de ação nos quais os fins que se quer atingir se encadeiam com os meios dos quais se dispõe. Da mesma forma que Barnard, Simon destaca também a importância das comunicações informais, pelo fato de que o processo de ações e decisões se dá numa modificação contínua.
Thompson	Para Thompson, a organização é compreendida como um sistema indeterminado e que enfrenta a incerteza, mas que, ao mesmo tempo, está sujeito aos critérios da racionalidade e, portanto, pede certeza. A tipologia de Thompson considera também as situações em que as preferências dos resultados são incertas enquanto os conhecimentos instrumentais são certos, e aquelas em que são as escolhas dos meios adotados que são incertas, enquanto as preferências dos resultados são certas. Ele abre caminho para a interpretação de todas as situações nas quais certeza e incerteza se mesclam em diferentes níveis de ação e decisão. O que é quase sempre o caso, na realidade organizada.
Touraine	Para Touraine, a organização é um conjunto de atividades geridas para obtenção de objetivos específicos nos quais se reproduzem, com amplas margens de autonomia, relações de dominação presentes na sociedade num dado contexto histórico. As relações de poder interiores e exteriores à organização podem, desse modo, ser interpretadas no quadro de um sistema de dominação mais amplo que provém sobretudo do conflito de classes e que encontra sua legitimidade no sistema político-institucional. Por meio das considerações de Thompson e Touraine, pode-se conceber o agir organizacional como o encontro de três linhas distintas de ação: a ação institucional, através da qual se produzem as relações de dominação legitimadas pelo sistema político-institucional (implica certas escolhas em termos de objetivos de relações de autonomia/dependência do processo organizacional em relação aos outros processos); a ação técnica orientada para a obtenção dos objetivos (no plano exterior, ela toma a forma da trona e no plano interior, a do equilíbrio do processo); e a ação estrutural constituindo o conjunto de regras que ordenam os elementos do processo e suas interdependências com o ambiente.
Reynaud	Para Reynaud nenhum sistema social preexiste a suas regras, nem produz regras às quais os sujeitos tenham que se adaptar. Ao contrário, o ator social, assim como o sistema social, são constituídos pela produção de um processo de regulação que traça as regras do jogo da ação. A ação social é finalizada, no sentido em que produz suas próprias regras e define seus fins. Em direção a essa finalização autoproduzida, a regulação, também ela autoproduzida, guia a ação. Em relação à perspectiva da teoria do agir organizacional, um aspecto importante da proposição reynaudiana diz respeito à racionalidade da regulação social. Longe de ter como objetivo uma maximização qualquer, essa racionalidade pode apenas procurar vantagens satisfatórias e ao longo do tempo, pelo fato de que, por um lado, ela pressupõe um engajamento e um consentimento e, por outro, pressupõe o conflito e a negociação. Ela é, portanto, efetivamente uma racionalidade intencional e limitada.
Giddens	Giddens põe em evidência que a estrutura é teorizada de maneira diferente segundo as diversas escolhas epistemológicas e ontológicas no que tange à relação entre sujeito humano e sociedade. Por um lado, as abordagens funcionalistas e estruturalistas compartilham uma visão de preeminência do sistema social sobre o sujeito humano; por outro lado, as abordagens hermenêuticas, interacionistas e fenomenológicas, destacam a subjetividade do indivíduo e sua experiência singular. No primeiro caso, a estrutura é definida como um modelo de ação pré-determinado ao qual o sujeito é frequentemente sem dele ter consciência; no segundo caso, o sujeito constrói a sociedade, e a noção de estrutura perde sua relevância, chegando até a ser descartada. Por um lado, a discussão epistemológica de Giddens remete à terceira via indicada por Weber e por outro lado, seus conceitos sobre estruturação e dualidade da estrutura ajudam a compreender a relação entre processos de ação e sua auto-organização.

Quadro 4 – As contribuições teórico-científicas que alicerçam a teoria do agir organizacional
Fonte: organizado pelos autores por meio das contribuições de Maggi (2006).

A teoria do agir organizacional, então, exprime uma maneira de ver, de conceder os fenômenos organizacionais. Esse corpo teórico possui uma concepção da organização como agir social, como processo de ações e decisões. Ele não separa a organização dos sujeitos agentes que atuam e desenvolvem o processo. A racionalidade do processo é intencional e limitada. A interpretação abrange a compreensão do sentido do agir e sua explicação em termos de causação adequada no desenrolar do processo ao longo do tempo (MAGGI, 2006).

Por meio das contribuições científicas que alicerçam a teoria do agir organizacional, já é possível afirmar sua essência interdisciplinar, assim como o *sustaincentrism* e o conceito de referência adotado para o presente artigo. Segundo Maggi (2006, p. 41):

Numerosas disciplinas estão envolvidas no estudo dos fenômenos organizacionais; em primeiro lugar, a sociologia, a economia, a psicologia e o direito; enquanto que muitas outras disciplinas se ocupam das realidades organizadas, às vezes, até mesmo sem qualquer referência à reflexão teórica sobre a organização. Isto poderia levar a se considerar a organização como um campo multidisciplinar e como soma de conhecimentos separados. Essa perspectiva parece efetivamente prevalecer no nível da definição institucional dos saberes disciplinares. No entanto, nos fundamentos da teoria do agir organizacional, proposições teóricas sólidas, como as de Weber, Simon ou Thompson, reivindicam explicitamente sua interdisciplinaridade.

Uma vez apresentada essa teoria como a que aproxima e viabiliza a relação entre o conceito de desenvolvimento sustentável proposto e os estudos organizacionais, passa-se para a análise que interligará o significado do termo à teoria do agir organizacional.

7 A relação entre a teoria do agir organizacional e o desenvolvimento sustentável

Como a própria teoria se proclama, antes de qualquer análise existe a necessidade de se compreender a constituição de um agir organizacional. Por meio das proposições de Maggi (2006), é possível compreender que o agir organizacional é um acontecimento macro e conseqüente de inúmeros processos

micros, sendo eles internos e externos à organização. Esses processos, para serem efetivamente realizados, precisam ser compreendidos pelos indivíduos que os realizarão e participarão deles. Essa compreensão é admitida como a ação principal de qualquer procedimento organizacional. O compreender, no entanto, precisa ser comprovado, caso contrário torna-se uma adversidade para toda a cadeia de ações dependentes. Essa validação está relacionada em parte com o empirismo organizacional, mas também se relaciona com a riqueza da subjetividade das relações organizacionais. A causalidade dos relacionamentos organizacionais, portanto, somente acontece pela compreensão das ações individuais, as quais comungam de um espaço organizacional simultaneamente hipotético e real. Entre essa interligação do que existe, ou seja, do que é tangível, e do que se deseja, ou seja, do que é intangível, alcança-se um coletivo de ações organizacionais, traduzido como o agir organizacional.

Sendo a teoria do agir organizacional uma teoria do agir social (MAGGI, 2006), também é imprescindível a compreensão deste agir social. O agir social é emanado por uma humanidade cujas ações são em grande parte não lógicas, ou até mesmo, reflexivas. Essa distância do concreto não classifica o agir humano como irreal, pois é pelos momentos de abstração que se alcançam considerações de como agir ou decidir algo. Decisão e ação são atos findos, mas não finitos, ou seja, a realização destes, ainda que reversível, deixa um histórico, bem por isso almejam ser preferidos por uma certeza indubitável. Certeza, de acordo com essa teoria, nada mais é do que uma incerteza reduzida sobre uma realidade observável, totalmente influenciável pelos indivíduos que procuram estabelecer suas posições de confiança em processos de negociação. Se o processo é influenciável também é conflituoso, e tal conflito, ainda que dentro de uma organização, representa a desordem social de uma dimensão social maior. Considera-se como maior dimensão a sociedade, que, para conter seus conflitos e adversidades, procura por regras, as quais são impostas ou negociadas. As regras, normas e demais meios de regulação são tendenciosos, uma vez que constituem uma ação racional tomada e decidida por alguns indivíduos que

visam a um benefício social ou individual futuro. Essa lógica de ação, qualificadamente complexa, ainda que estruturada com os mais profundos detalhes, é intencional (uma vez que os indivíduos sabem o que querem) e limitada (assim como a razão humana). Essa mesma lógica é compreendida como o agir social.

Definidos o agir organizacional e o agir social, admite-se que não há como definir qual participa de maior relevância. Esses 'agires' são simultâneos e interdependentes. Logo, admite-se que as sociedades estão impregnadas pelo agir organizacional e que as organizações estão infestadas pelo agir social. Um alimenta ou destrói o outro, de acordo com a intencionalidade do sistema e da força da comunicação informal das dimensões sociais. O sistema apenas alia o agir organizacional ao agir social, e vice-versa, quando a cooperação se manifesta nas realidades sociais. A cooperação influencia o poder das ações, que, por consequência, influencia a efetividade das decisões, que, por sua vez, influencia as estratégias organizacionais e os relacionamentos sociais. Por meio desse raciocínio, entende-se quando Ramos (1983) admite que o agir organizacional é um agir social circunscrito.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável, junto aos estudos organizacionais, pode ser compreendido como um agir organizacional, ou seja, um agir social circunscrito. Trata-se de um fenômeno social com intensa relevância junto às organizações. Ele promove o interesse das organizações em alcançá-lo por vias de regulação ou por pró-atividade. É trata-se de um fenômeno organizacional com elevada importância junto à sociedade. A sociedade passa a exigir mecanismos de gestão orientados para o desenvolvimento sustentável por parte das organizações e as próprias empresas optam por tecnologias sustentáveis mais rentáveis. A teoria do agir organizacional, sendo ela também do agir social, lança em rosto essa complexa rede de raciocínio, mas viabiliza um debate de operacionalização.

O conceito de Gladwin, Kenelly e Krause (1995) integra-se à teoria do agir organizacional, pois Maggi (2006), por meio de suas proposições, assevera que a organização alcançará o desenvolvimento sustentável primeiramente por valorizar a figura humana

com a qual se relaciona (os *stakeholders* internos e externos). Com uma cadeia de relacionamento saudável, a organização observará o desenvolvimento sustentável como uma competência organizacional maior a ser alcançada pelas subcompetências organizacionais identificadas no próprio conceito, sendo elas: inclusão, integração, igualdade, prudência e segurança.

De acordo com Chen e Nakin (2006), as competências organizacionais são amplas, logo descritas em formas coletivas e abstratas, enquanto as subcompetências representam os fatores de suporte das competências, uma vez que são mensuráveis e específicas. O desenvolvimento sustentável em um contexto organizacional, pela lógica das competências, é observado como um construto a ser avaliado, e as respectivas subcompetências que o compõem são as variáveis que propiciarão sua avaliação.

Essa lógica é defendida pelo próprio Maggi (2006), que enxerga, no desenvolvimento de competências organizacionais, a possibilidade de a organização alcançar um patamar aceitável e propício para mudanças, e o desenvolvimento sustentável, enquanto fenômeno de interesse aos estudos organizacionais, requer, acima de tudo, mudanças internas e externas.

Considerações finais

Mediante as já discutidas e analisadas ideias ao longo do texto, cabe aqui destacar as principais. Chegou-se à consideração de que o conceito do termo 'desenvolvimento sustentável' que mais se alinha aos propósitos dos estudos organizacionais foi apresentado por Gladwin, Kenelly e Krause (1995), os quais definem esse fenômeno como um processo que objetiva o desenvolvimento humano por ações de inclusão, integração, igualdade, prudência e segurança. Essa definição foi adotada como referência por acolher em seus propósitos uma integração entre o tecnocentrismo e o ecocentrismo, por meio do *sustaincentrism* (GLADWIN; KENELLY; KRAUSE, 1995); por dialogar com as versões institucionais e ideológicas ao valorizar as contribuições da versão acadêmica (MEBRATU, 1998); e, por defender o termo em perspectiva, simultaneamente, como objetivo e processo, uma vez

que, enquanto meta organizacional, ele alinha em iguais níveis de relevância as esferas econômicas, sociais e ecológicas (FERGUS; ROWNEY, 2005; LÉLÉ, 1991).

Como o *sustaincentrism* é a corrente paradigmática que melhor sustenta o conceito adotado, vale lembrar que este é reconhecido por seu caráter interdisciplinar, logo, tende a assumir uma postura epistemológica pluralista e conflitante, por abordar a necessidade de ofertar explicações causais aos fenômenos sociais (positivismo), considerar relevante as evoluções históricas destes (identificação empática), em abordagens objetivas em resolução e subjetivas em compreensão (fenomenologia), que tenham o indivíduo como participante e integrante dos processos sociais e organizacionais (hermenêutica filosófica) e que aceitem a realidade dos seres humanos estarem cientes quanto aos fatos sociais que os circundam (construcionismo social).

No intuito de suprir a necessidade de alinhar essa complexidade epistemológica, o conceito adotado como referência e os estudos organizacionais, foi observado que a teoria do agir organizacional (MAGGI, 2006) constituía um corpo teórico, comprovadamente interdisciplinar, alicerçado em clássicos da administração, que, por meio de suas principais proposições, leva o desenvolvimento sustentável a ser admitido, nos contextos organizacionais, como um agir organizacional, ou seja, um agir social circunscrito (RAMOS, 1983), possível de ser operacionalizado pela lógica das competências: em que a macrocompetência é o desenvolvimento sustentável, e as subcompetências são as partes que compõem o conceito investigado: inclusão, integração, igualdade, prudência e segurança.

Portanto sugere-se que o construto desenvolvimento sustentável, enquanto fenômeno de interesse aos estudos organizacionais, requer uma postura epistemológica híbrida, próxima à da terceira via adotada como referência para as proposições vinculadas à teoria do agir organizacional apresentada pela vernácula de Maggi (2006). Essa hibridização é considerada como relevante pelos autores deste artigo, pois por ela os pontos de discordância são confrontados a fim de que aperfeiçoamentos epistemológicos sejam realizados. Essa característica dialógica permite

um inter-relacionamento epistemológico, admitido como imprescindível para a compreensão de um fenômeno altamente complexo como o desenvolvimento sustentável.

Referências

- CHEN, H. C.; NAQUIN, S. S. An integrative model of competency development, training design, assessment center, and multi-rater assessment. *Advances in Developing Human Resources*, v. 8, n. 2, p. 265-282, 2006.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-42.
- FERGUS, A. H. T.; ROWNEY, J. I. A. Sustainable development: lost meaning and opportunity? *Journal of Business Ethics*, v. 60, p. 17-27, 2005.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J.; KRAUSE, T. S. Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. *Academy of Management*, v. 20, n. 4, p. 874-907, 1995.
- LÉLÉ, S. M. Sustainable development: a critical review. *World Development*, v. 19, n. 6, p. 607-621, 1991.
- MAGGI, B. *Do agir organizacional: um ponto de vista sobre o trabalho, o bem-estar, a aprendizagem*. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. *Environment Impact Assessment Review*, v. 18, p. 493-520, 1998.
- MORGAN, G. Paradigms, metaphors, and puzzle solving in organization theory. *Administrative Science Quarterly*, v. 25, p. 605-622, 1980.
- RALSTON SAUL, J. *On equilibrium*. Toronto: ON, 2001.
- RAMOS, A. G. *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- REDCLIFT, M.; BENTON, T. *Social theory and the global environment*. London: Routledge, 1994.
- SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 193-217.
- STEAD, J. H.; STEAD, E. Eco-enterprise strategy: standing for sustainability. *Journal of Business Ethics*, v. 24, n. 4, p. 313-329, 2000.
- TRYZNA, T. C. *A sustainable world*. Sacramento: IUCN, 1995.
- WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). *Our common future* (the Brundtland report). Oxford: Oxford University Press, 1987.

Teoria e prática



Paisagem do Casco Histórico de Itajaí, SC: uma análise das potencialidades para o desenvolvimento do turismo cultural
Landscape of the Itajaí's historic center: an analysis of the potencialities for the development of the cultural tourism
Paysage du Centre Historique de La Ville de Itajaí: une analyse du potentiel pour le développement du tourism culturel
Paisaje del casco histórico de Itajaí: un análisis del potencial para el desarrollo del turismo cultural

Fernando Luigi Padoin Fontanella*

Diva de Mello Rossini**

Josildete de Oliveira***

Francisco dos Anjos****

Recebido em 31/6/2011 revisado e aprovado em 25/9/2011; aceito em 20/11/2011

Resumo: O objetivo do trabalho foi estudar a paisagem do casco histórico de Itajaí, ocupada a partir do século XVIII, uma cidade do Estado de Santa Catarina - Brasil, e identificar as potencialidades para o desenvolvimento do turismo cultural, a partir das categorias de Cullen (1971), Lynch (1997), Rossi (1995) e de Boullón (2002). A pesquisa bibliográfica, documental e a de campo auxiliaram na identificação dos atributos turístico-culturais.

Palavras-chave: Cidade. Paisagem. Turismo cultural.

Abstract: The objective of the work was to study the landscape of the Itajaí's historic center, city which has been occupied since the XVIII, a city of the state of Santa Catarina - Brazil and to identify the potencialities for the development of the cultural tourism, based on the categories of Cullen (1971), Lynch (1997), Rossi (1995) and Boullón (2002). The bibliographic, documentary and field research assisted in the identification of the cultural tourism's attributes.

Key words: City. Landscape. Cultural tourism.

Resumé: L'objectif du travail intitulé *Le paysage du centre historique de La ville d'Itajaí*, datée du XVIII siècle et située dans l'État de Santa Catarina - Brésil, a été identifier le potentiel pour le développement du tourism culturel a partir de l'analyse du patrimoine culturel edifié. Cette analyse repose sur l'approche théorique des auteurs Cullen (1971), Lynch (1997), Rossi (1995) e de Boullón (2002) et sur l'analyse des données découpées de la recherche sur le terrain, qui ont permi identifier les caractéristiques culturelles et le potentiel touristique.

Mots-clés: Ville. Paysage. Tourisme culturel.

Resumen: El objetivo del trabajo fue estudiar la paisaje del casco antiguo de Itajaí, ocupado desde el siglo XVIII, una Ciudad del Estado de Samta Catarina y identificar el potencial para el desarrollo del turismo cultural, de las categorías de Cullen (1971), Lynch (1997), Rossi (1995) y Boullon (2002). La investigación de la literatura, documental y de campo ayudó a identificar los atributos del turismo cultural.

Palabras clave: Ciudad. Paisaje. El turismo cultural.

* Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (Univali).

** Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Itajaí, Mestre em Engenharia de Produção (UFSC) e Doutoranda do Curso Administração e Turismo (Univali). Docente e pesquisadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Itajaí.

*** Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Natureza, Meio Ambiente, Sociedade (DEA - Nature, Environnement, Societé) e Doutora em Geografia pela Université de Caen Basse Normandie, França. Docente e pesquisadora da Universidade do Vale do Itajaí, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria e no Curso de Arquitetura e Urbanismo.

**** Graduado em Geografia pela Universidade do Vale do Itajaí. Mestre em Geografia - Desenvolvimento Urbano e Regional pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutorado em Geografia Urbana pela Universidade do Estado de São Paulo e em Urbanismo e Ordenamento do Território pela Universidade Politécnica da Catalunha. Docente e pesquisador da Universidade do Vale do Itajaí, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria e nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Geografia.

Introdução

Até poucas décadas atrás, grande parcela da população não reconhecia o patrimônio cultural edificado como um dos elementos de perpetuação de nossa identidade cultural, nem tampouco havia movimentos sociais em prol da preservação dos bens patrimoniais monumentais (MORENO, 2002). No Brasil, as ações de proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural passaram a ser aplicadas a partir da década de 1930, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No entanto a intensificação da aplicação das políticas patrimoniais ocorreu nas décadas de 1980 e 1990, quando a elite cultural bem como os governos estaduais e municipais foram estimulados a preservar os centros das cidades – seus bens culturais, a memória coletiva e a identidade cultural, como elementos essenciais da vida (ENDRES; OLIVEIRA; MENEZES, 2007). Tal contexto permitiu que os centros urbanos fossem revitalizados e entendidos como os lugares mais dinâmicos da vida urbana, animados pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias, historicamente eleitos para sediar instituições públicas e religiosas. Esse somatório de atividades confere ao centro urbano, até os dias atuais, um significado que extrapola os limites da própria cidade (VARGAS; CASTILHO, 2009).

A criação desse cenário possibilitou que a sociedade atual compreendesse a importância dos bens construídos, valorizando-os, ao entender que eles são os signos que registram o passado.

Esse panorama promoveu o incremento do turismo cultural no Brasil, que, neste milênio, tem sido um grande aliado das políticas públicas de preservação, revitalização e restauro da história edificada, promovendo discussões junto à sociedade e aos órgãos de fomento à cultura, nas quais o tema central é o patrimônio histórico edificado. E assim, impulsiona o desenvolvimento de estudos do fenômeno turístico associado a outras ciências, como arquitetura e urbanismo, promovendo a compreensão da relação do turismo com a cidade e seu o patrimônio edificado (EMBRATUR, 1991).

Essa mudança de condição, associada ao desenvolvimento tecnológico e à globali-

zação, fez com que o território deixasse de ser o *locus* da produção para se tornar objeto de consumo e palco de diversas atividades. Dessa forma, o processo assumido pelos novos meios de comunicação e *marketing* instaura uma verdadeira competição entre lugares, transformando a paisagem em um produto para ser cobiçado por investidores, políticos, moradores e turistas (VARGAS; CASTILHO, 2009).

Portanto entender a formação do espaço e da comunidade leva-nos a compreender que o espaço é social, e que a sua transformação ocorre a serviço das necessidades do homem, no decorrer de sua história. Essa mudança que vai sendo armazenada ao longo do tempo, na estrutura física da cidade, resulta na permanência de fragmentos de inúmeras paisagens, vivenciadas pela sociedade local em diversos momentos da história.

Essa paisagem, que foi sendo alterada devido à dinamicidade do processo evolutivo dos fatos urbanos, mantém registros que nem sempre estão apenas nos edifícios, mas na associação deles aos traçados urbanos que são elementos de maior tempo de permanência e que, juntos, configuram o produto da arte do ambiente urbano (CULLEN, 1971; ROSSI, 1995).

Com intuito de estudar e decodificar esses processos registrados nos núcleos urbanos, Rossi (1995) escreve a Teoria da Permanência, baseado nas doutrinas da geografia social de Tricart, da persistência de Marcel Poète e da Iluminista de Milizia. Nessa obra, o autor designa categorias de análise para leitura dos fenômenos urbanos, momento em que a apreciação deve ser restrita a “um pedaço da cidade”, a um conjunto de edifícios, cujo princípio arquitetônico é único e imutável. Também, ao desenho urbano dessa parte da cidade, que configura a construção de um ambiente homogêneo, coordenado e contínuo, capaz de interpretar a consistência da paisagem local, na qual buscam a compreensão das leis, motivos e ordens, que estão ligados ao retrato da realidade histórica. (ROSSI, 1995).

Essa instigante temática originou outras obras que também se apropriam de categorias para análise da paisagem urbana. As mais representativas foram publicadas em 1960 por Lynch (1997), em 1961, por Cullen (1971) e, em 1966, por Rossi (1995). A primeira obra

que buscou a relação com a paisagem turística foi publicada, em 1985, por Boullon (2002), que se refere à análise do espaço turístico urbano empregando principalmente os conceitos de Lynch. Portanto, esta pesquisa utiliza essas categorias de análise para identificar a existência de potencialidades que possibilitem transformar esse sítio em um destino que tira partido da paisagem como matéria-prima para o desenvolvimento do turismo cultural, ou seja, se ela possui potencial para atrair a demanda turística, principal motivação desta pesquisa. Sendo assim, o objeto deste estudo optou pelo Centro histórico de Itajaí, uma cidade catarinense com mais de 100 anos de existência, com um casco histórico preservado, considerando seu traçado urbano, edificações monumentais e populares.

A problemática descrita e os referenciais teóricos supracitados incitam a análise de núcleos históricos, com intuito de identificar suas peculiaridades e potencialidades, como também de desenhar as ações a serem implantadas para que a paisagem aperfeiçoe a experiência do turista, a partir de roteiros

que estimulem o olhar, provoquem curiosidade, para que o leve a descobrir muito mais sobre o lugar e seus habitantes, como hábitos e costumes, sua história e lendas.

A criação dessa rede de atos tende a instituir uma comunicação efetiva do visitante com o residente, promovendo a preservação e o desenvolvimento das comunidades locais, agregando valor ao produto turístico proveniente da cultura material.

Dessa forma, o casco histórico de Itajaí se configura como um quadrilátero (Figura 1), foco desta análise, que inicia no marco zero da cidade, ocupado no século XVII, atual Praça Vidal Ramos, e segue até a Rua Tijucas. A necessidade de delimitar o espaço de estudo se baseia na teoria de Rossi (1995), a qual afirma que, para avaliar o lugar, é preciso estabelecer limites que compreendam as escalas da rua, do bairro e da cidade e determine a reconstituição da formação espacial da cidade, a partir de elementos deduzidos da história, da geografia e da arquitetura, consideração que se estende aos edifícios, às ruas e aos monumentos urbanos.

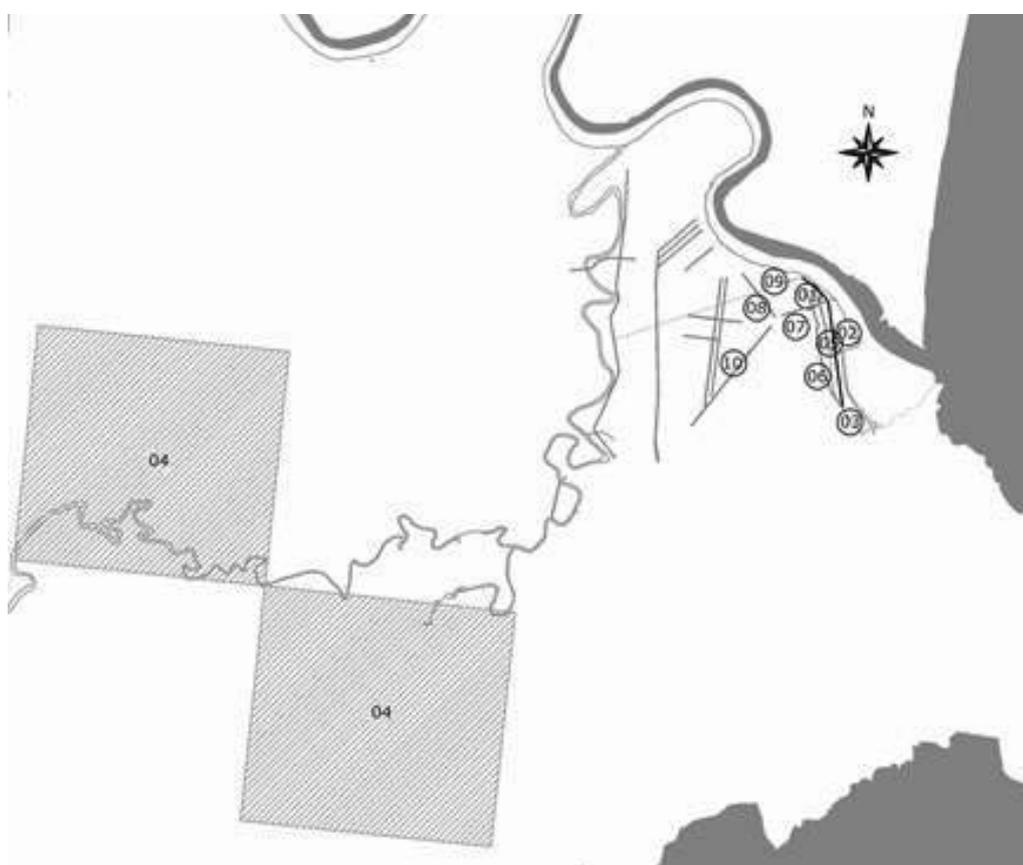


Figura 1 – Quadrilátero que origina o Circuito Turístico Cultural.

Fonte: Acervo do autor, 2011.

Ao estudar as categorias de análise da paisagem, constata-se que todos os autores que respaldam este estudo avaliam os elementos da cidade de forma similar. No entanto Lynch (1997) categoriza de forma mais abrangente, cria seis macrocategorias - vias, marcos, limites, pontos nodais e bairros. Boullón (2002) apropria-se das categorias de Lynch para ler a paisagem artificial do espaço turístico urbano, e os demais passam a pormenorizar os dados a serem observados. Dentre eles, Cullen (1971) é o mais descritivo, pois, apesar de categorizar a análise do espaço em três aspectos - óptica (Visão Serial), local e conteúdo, apropria-se das reações emocionais que o ambiente suscita para ler a paisagem, fato que resulta no desdobramento de uma série de subcategorias, as quais podem ser associadas às descritas por Lynch (1997), o autor mais sintético.

Para delinear as áreas de estudo, definiram-se cinco trajetos que formam um circuito cultural, conforme segue: trajeto 1, inicia-se no Marco Zero em direção ao Mercado Público; trajeto 2, parte do Mercado Público em direção à Rua Lauro Müller e Pedro Ferreira; trajeto 3, inicia-se na Rua Silva e vai até a Rua Tijucas; trajeto 4, começa na Rua Tijucas, junto ao limite do Porto, em direção ao do Largo da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento; e, trajeto 5, que possibilita o fechamento do circuito, parte da Praça da Matriz em direção ao Marco Zero.

Vale ressaltar que este artigo foi estruturado a partir da análise parcial dos dados coletados para uma tese de doutorado e parte da premissa de que a cidade é fruto da síntese edificada da forma de viver de uma sociedade; portanto, produto de criação social, testemunho dos níveis alcançados pela cultura humana, a qual revela fatos que iniciaram e deram continuidade a sua construção.

1 Da cidade ao turístico Centro Histórico

A história das cidades mostra que as transformações de ordem econômica e social deixam sinais, pois promovem a adequação da estrutura, da forma e da imagem da cidade. Assim, o século XX foi marcado pela ascensão da urbanização e industrialização, quando grande parte da população mundial passou a viver nos centros urbanos.

Pensar e sentir a cidade, viver a cidade, decifrar a história deste viver, suas mutações e diferenças tornaram-se tema de estudo para muitos pensadores desse período (BARROS, 2007). Dentre eles, dois grandes nomes revolucionaram a arquitetura mundial, Le Corbusier e Gropius, ambos em países que viveram a crise do período marcado pelo fim de uma guerra, mas que se apropriaram da arquitetura para desenhar uma nova realidade e instituir o conceito de funcionalidade, produto que representa essa nova sociedade democrática, emoldurada pela pureza das formas e perfeição das estruturas (ARGAN, 2001).

Já no final do século XX, ressurgiu uma tendência para a adoção do modelo da cidade aberta da Antiguidade, movimento esse proveniente dos crescentes desencontros entre a cidade e a arquitetura, renegando as obras que nascem desvinculadas do corpo social, produtos de um clã que se preocupa exclusivamente com a aprovação de arquitetos famosos. Algumas escolas de arquitetura, como a de Sevilha, de Veneza e de Lisboa, opuseram-se a esse movimento, revisando as teorias de projeto que sucederam a crise do movimento moderno atual. Estas deram início aos seus trabalhos com a seleção de alguns arquitetos, como Aldo Rossi e Rem Koolhaas, que marcaram o momento inicial e final da pós-modernidade, discutindo os problemas da arquitetura do nosso tempo e a compreensão dos fenômenos urbanos (ARGAN, 2001; POZO y BARAJAS, 2009).

No entanto, no período após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi que surgiram as discussões sobre as dinâmicas da vida urbana e atividades nos centros urbanos. Os "centros históricos" passaram a ser tema de discurso dos políticos, técnicos e jornalistas, bem como da população em geral, tornando-se matéria de importância frente à transformação das cidades. (MORENO, 2002; POZO y BARAJAS, 2009).

Cabe destacar que houve três importantes períodos nos processos de intervenção dos centros urbanos, descritos pelas autoras Vargas e Castilho (2009). O primeiro, caracterizado pela Renovação Urbana (1950 a 1960), marcado pelo Movimento Moderno (Carta de Atenas, 1933) e a recuperação urbana (CIAM). O tema central do CIAM de

1951 foi o ideal dos centros urbanos - coração da cidade. O propósito daquela geração era demolir e construir para renovar, processo esse cujo modelo foram os Estados Unidos da América. Nesse período, na Europa, ocorria a implantação dos projetos urbanos com ênfase nos espaços para uso exclusivo de pedestres, nas principais ruas do comércio. Já o segundo período, Preservação urbana (1970 e 1980), nega o Modernismo e implanta o Estilo Internacional, quando as propostas de intervenção aproximam-se das versões europeias, com a restauração dos velhos centros urbanos. Esse período foi caracterizado pelo surgimento de grande número de normativas e leis visando salvaguardar os "centros históricos". O último período, de Reinvenção urbana (1990) e que vigora até os dias atuais, é quando a cidade passa a ser pensada como um empreendimento a ser gerenciado, mediante o uso do planejamento. Surge então, no Brasil, o Programa Monumenta (1999), que visa ao resgate, à conservação e à revitalização do patrimônio histórico e cultural urbano e prevê a criação do Fundo Municipal de Preservação que, atualmente, mantém o Programa de Aceleração do Desenvolvimento das Cidades Históricas.

Este é o momento em que o centro histórico da cidade passa a ser reconhecido como um importante objeto, detentor de uma diversidade de formas e funções, pretéritas e presentes, de signos e significados que ganharam ou perderam a importância social no decorrer do tempo, que deflagra a formação de uma memória patrimonial que deverá responder às necessidades das sociedades do futuro (MORENO, 2002; PEIXOTO, 2004).

Apesar dessa movimentação em prol da preservação, a globalização fez com que muitas cidades industriais perdessem a sua identidade, considerada um trunfo essencial para o desenvolvimento da economia cultural, pois a individualização promovida pela cultura local acentua sua identidade e marca seu lugar no panorama mundial (VAZ, 2004).

Dentro desse contexto, torna-se importante destacar que o turismo cultural teve sua origem no final do século XVIII e início do século XIX, a partir do desenvolvimento dos meios de transporte, propiciado pela revolução industrial e motivado pelo surgimento da classe burguesa, que buscou elitizar-se não só

pelo dinheiro, mas também pelo conhecimento (BARRETTO, 1995).

Entretanto o Brasil entra como polo receptor de turistas estrangeiros, somente após a segunda Guerra Mundial, impulsionado pelo seu patrimônio, formado por belezas naturais ímpares e um rico patrimônio histórico (AZEVEDO, 2002; GOULART; SANTOS, 1998).

O despertar do turismo cultural para o sul do Brasil é ainda mais recente e tem seu início em torno de 1980, quando a conscientização dos valores, da diversidade étnica que povoou e colonizou o sul do Brasil foi o ponto de partida para a exploração desse filão. Os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul deram início ao turismo cultural nos anos de 1990, com os programas governamentais que incentivaram as prefeituras dos municípios com concentrações étnicas de origem italiana ou alemã, a explorar o seu potencial cultural promovendo festas típicas de suas tradições, atraindo significativo número de visitantes (SANTOS; GOULART, 1998).

Atualmente, o turismo cultural está impondo formas atípicas de convivência, envolvendo recursos tecnológicos avançados, *shows* espetaculares, mas também exigindo autenticidade das manifestações. Esse tipo de turismo implica a busca por diferenças, traçadas pela cultura, pelo patrimônio e pela natureza. Ele representa um dos veículos mais importantes de divulgação cultural e ambiental, que emerge dele próprio, como um instrumento de reafirmação da cultura e de patrimônios singulares (AZEVEDO, 2002).

Sendo assim, o segmento turístico ganha importância mundial devido ao grande impacto que causa no cotidiano das sociedades, impulsionado pela busca de sustentabilidade e de participação da comunidade local. Ele se apresenta como um elemento desafiador, que impulsiona o desenvolvimento de análise da paisagem de centros históricos com intuito de identificar potencialidades que possam vir a subsidiar, a partir do patrimônio histórico construído, o desenvolvimento de estratégias para o incremento do turismo cultural na localidade.

Assim, o diagnóstico desenvolvido detém-se apenas ao patrimônio construído da cidade de Itajaí como um dos instrumentos que poderão nortear o planejamento do

turismo cultural para esta localidade, pois, desde a sua origem, o turismo incorpora o patrimônio cultural como um dos principais componentes dos roteiros e programações.

2 Evolução histórico-urbana de Itajaí

Nos séculos XV e XVI, as terras portuguesas eram demarcadas pelo Tratado de Tordesilhas. Nesse período, o Brasil colonial era constituído pelas capitanias hereditárias, e as terras catarinenses pertenciam à Capitania de Sant'Ana, doada a Pero Lopes de Souza, sendo que os primeiros núcleos fundados foram São Francisco do Sul (1658), Desterro (1672) e Laguna (1684). A fundação da cidade de Itajaí ocorreu em 1650, pelos vicentistas, devido à necessidade de reconhecimento do extenso litoral brasileiro (FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ, 2009; FUNDAÇÃO GENÉSIO DE MIRANDA LINS, 2009).

O Rio Itajaí foi um atrativo para os portugueses e sua história iniciou-se em 1658, com chegada do paulista João Dias D'Arzão, fundador de São Francisco do Sul. Mas, a partir de 1823, foi que o povoado passou a ser organizado por Agostinho Alves Ramos, sendo que, em 1824, fundou o Curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí (FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ, 2009).

Em 12 de agosto de 1833, o povoado de Itajaí foi elevado à Paróquia - Paróquia do Santíssimo Sacramento, mas, somente em 1859, iniciaram-se as mudanças político-administrativas, quando foi elevada à categoria de Vila. Em 1860, o município de Itajaí foi oficialmente fundado, acelerando o desenvolvimento das atividades portuárias uma vez que não estaria mais subordinada à Câmara Municipal de Porto Belo. Em 1868, foi criada a comarca de Itajaí, elevada, em 1876, à categoria de cidade (FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ, 2009).

No decorrer de sua história, a cidade sofrera várias enchentes, mas, a de 1880 foi que acarretou o maior prejuízo, pois interrompeu o fluxo das mercadorias para o Porto, por meio da Rua Pedro Ferreira, principal via de transbordo das atividades portuárias da época. Esse fato gerou a construção de um novo acesso para a Barra do rio, a Rua Tijucas, que passou a fazer a conexão de entrada dos produtos oriundos do Alto Vale do Itajaí até a Barra do Rio (FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ, 2009; FUNDAÇÃO GENÉSIO DE MIRANDA LINS, 2009).

3 Análise do potencial turístico da paisagem do Centro Histórico de Itajaí

A história da cidade continua até os dias atuais, mas para esta pesquisa, o marco que delimita a área urbana é a construção da Rua Tijucas, recorte realizado a partir dos preceitos da Teoria da Permanência de Aldo Rossi (1995), que determina a reconstituição da formação espacial da cidade, a partir dos fatos urbanos e define que, para avaliar o lugar, é preciso estabelecer limites que compreendam as escalas da rua, do bairro e da cidade. Portanto a apropriação dessa via, construída no passado, como um indicador das condições dos organismos urbanos da cidade atual, na qual há registros de fatos históricos, subsidia a comparação entre o passado e o futuro.

Para ler a paisagem, dividiu-se o circuito em cinco trajetos que foram percorridos a pé (Figura 2), nos quais foram identificados os atributos, as motivações e os bens a serem consumidos pelo turismo. Essa investigação parte da escala da rua e configura o traçado urbano da cidade do século XIX, momento em que se associaram os dados coletados à Teoria da Permanência de Rossi (1995) aos conceitos de Visão Serial de Cullen (1971).



Figura 2 - Cinco trajetos que formam Circuito para ser percorridos a pé.
Fonte: Acervo do autor, 2011.

A caminhada iniciou-se na Praça Vidal Ramos em direção ao Mercado Público – trajeto 1. As percepções do transeunte iniciam-se na praça, identificando o campanário da Igreja Imaculada da Conceição (1824) como ponto focal, pela sua altura. E o monumento do Marco Zero, pela posição privilegiada em meio ao vazio urbano. A Igreja do Santíssimo Sacramento (atual Igreja Imaculada da Conceição) e o cemitério sofreram uma série de intervenções ao longo do tempo, tombados pelo

Estado desde 1998. Sobre o arco do cruzeiro, existe um mural em alto relevo com sete anjos, de autoria de Dide Brandão. Sobre o altar, está a imagem de Santo Agostinho Alves Ramos, de origem portuguesa, talhada em madeira, ostenta uma coroa em prata lavrada (FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAI, 2009). Ao se voltar para o Rio Itajaí, surge pela primeira vez uma perspectiva grandiosa, ladeada pelo edifício ícone do Pier Turístico, como mostra a figura 3.



Figura 3 - Igreja Imaculada Conceição, Marco Zero, Edifício do Pier turístico e perspectiva da caminhada de saída da Praça Vidal Ramos em direção ao Mercado Público.
Fonte: Acervo do autor, 2011.

Logo, as cores da paisagem se apagam, os edifícios são brancos e cinza, e há pouca vegetação. Em seguida, a ampla visão do rio é interrompida por algumas edificações. O Mercado Público se revela por trás dos edifi-

cios e imputa cores marcantes na paisagem, surgem “ruídos” no cenário, promovidos pela comunicação visual e fiação elétrica aérea, indicando uma maior apropriação do espaço (Figura 4).



Figura 4 – Perspectiva da caminhada de saída da Praça Vidal Ramos em direção ao Mercado Público, Mercado Público (vista externa e interna).

Fonte: Acervo do autor, 2011.

Ao entrar no Mercado Público, de 1917, a sensação é de revelação: interior rico em elementos de ordem cultural. As aberturas propiciam a vista do exterior para o interior desse edifício que começou a ser projetado em 1916, com arquitetura eclética de origem germânica, que se destinou à venda a varejo de gêneros secos e molhados. Em 1936, após um incêndio, foi modificado externamente, os frontões foram demolidos e a arquitetura adaptada ao movimento *Art Deco*. Tombado pelo Estado em 2001, atualmente é um espaço que conserva as tradições populares, principalmente de origem açoriana (FITUR, 2009).

Ao olhar o trajeto no sentido contrário, surge outro ícone, o edifício dos Práticos do Porto, de arquitetura contemporânea e que volta as costas para o rio, reduzindo a magnitude de sua perspectiva, pois caracteriza-se como um local utilizado para observação da paisagem. Na continuidade, a vegetação torna-se um elemento singular e reforça a relação entre o aqui e o ali: a cidade de Navegantes que fica na outra margem do rio. Ao concluir esse trajeto, surge o Píer Turístico como outro elemento singular junto à Praça Vidal Ramos (1938), na qual a vegetação secular se sobrepõe ao campanário.

O trajeto 2 parte do Mercado Público em direção às ruas Lauro Muller e Pedro Ferreira. As percepções da Rua Lauro Muller são singulares em relação às outras, aqui o trajeto é praticamente composto de espaços abertos. A sinuosidade da via fecha o visual e confere destaque ao edifício do atual Hotel Rota, edificação de valor histórico e antigo Hotel Brasil, de 1897. Sua arquitetura é em estilo República, de inspiração romântica e neoclássica vigente no final do século XIX, e característico da burguesia urbana brasileira. Considerado um local de realização de grandes negócios e ponto das informações provenientes do Continente Europeu, durante a primeira e a segunda Guerra Mundial. Na sequência, surge a Casa Konder (1904), com arquitetura de traços germânicos, em estilo haneático, é a atual sede da Livraria Casa Aberta. Em seguida, está o edifício da atual Fundação Cultural – Casa **Bughardt** (1902), em estilo eclético também de influência germânica (GALLATO, 2008).

Na sequência, o gabarito da via promove o fechamento do visual, e aparece uma perspectiva delimitada. Identifica-se uma série de edificações históricas, primeiro individualmente, depois em conjunto (Figura 5).



Figura 5 – Perspectiva da caminhada da rua Lauro Muller para a Praça Vidal Ramos, sequência das edificações ao se afastar da Praça.

Fonte: Acervo do autor, 2011.

O fato que mais chama atenção nesse trajeto é a ordem cronológica das edificações, quanto mais próximo da Praça Vidal Ramos, mais antigas são as edificações e, quanto mais distantes, mais recentes – década de 1960.

Continuando o percurso em direção à Rua Pedro Ferreira (antiga Rua do Comércio), surge uma via não reticular, na qual a sensação é de que se perde a noção do todo e se passa a observar as partes. A primeira é a Casa Malburg (1915), de caráter monumental, foi uma das mais belas casas de Itajaí em estilo eclético, caracterizado pela profusão de ornamentos, principalmente, nas cimalkhas e frontões; atualmente abriga os escritórios da Receita Federal. Depois a visão se desdobra, e surge um espaço contínuo e longo até surgir o edifício Genésio Miranda Lins, “redondo”, predominando na paisagem devido a sua

verticalidade, um ponto focal. Na sequência, surgem edifícios de dois pavimentos que demarcam uma forte horizontalidade. Logo à direita, está a Casa Voigt (1924), que foi sede da firma Almeida & Voigt e do Banco Inco; em estilo neoclássico, é um exemplar da arquitetura comercial das primeiras décadas do século XX, quando a navegação de cabotagem se desenvolveu e inúmeras empresas firmaram-se na cidade. A construção tem duas fachadas, uma voltada para a Rua Pedro Ferreira, e outra, para o Rio Itajaí-Açu (FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ, 2009).

Esse cenário possui três camadas, a primeira com as edificações horizontais, a segunda com o elemento vertical e a terceira, ao fundo, com uma imagem composta por novos referenciais - guias e *containers* do porto (Figura 6).



Figura 6 – Perspectiva da caminhada pela Rua Pedro Ferreira em direção ao Porto de Itajaí.

Fonte: Acervo do autor, 2011.

Ao chegar próximo ao final da rua, nota-se o Porto com as guias e *containers*, que fecham o cenário. Os elementos verticais perdem a magnitude da altura e confundem-se na paisagem, quando surge uma sequência de edifícios de arquitetura típica do início do século XX.

No sentido inverso à caminhada, no primeiro momento o referencial vertical é o edifício redondo, seguido pela Casa Malburg e, por último, pela vegetação que cobre a Igreja Imaculada Conceição.

O fechamento da Rua Pedro Ferreira dá início à Rua Silva – trajeto 3, cujo referen-

cial é a antiga sede do Porto de Itajaí (1938), em estilo eclético, atualmente em processo de restauração. Logo à direita, surge uma abertura, na qual se pode ver o Rio, aspecto relevante dessa paisagem, já que adiante o trajeto é marcado pela visão do extenso muro, das gruas e *containers* do Porto, elementos que impedem a visão do Rio Itajaí- Açu e da dinâmica portuária. Já à esquerda, há alguns edifícios cuja arquitetura é típica do início

do século XX, construções que abrigavam o comércio e o serviço de apoio às atividades portuárias até o início do ano 2000.

O contraste entre os dois lados da via é evidente, de um lado predomina a monotonia de formas e cores, junto ao Porto, e do outro, uma sequência de edificações de variadas formas, cores, estilos e épocas se intercalam, na qual se destaca o edifício do Colégio São José, conforme demonstra a figura 7.



Figura 7 – Perspectiva da caminhada da Rua Silva em direção à Rua Tijucas.
Fonte: Acervo do autor, 2011.

O trajeto 4 mostra a apropriação do espaço pelo grande número de pessoas transitando. Outro elemento que se destaca são as diversas placas publicitárias que confundem as percepções do trajeto. A poluição visual das placas e os cabos de energia elétrica se sobrepõem à arquitetura, escondendo-a e contribuindo para a sua degradação. O trajeto é praticamente todo fechado, abre-se em determinados pontos nos quais há terreno vazio. O comércio de maior porte

está recuado ou junto ao cruzamento de vias. Mas o diferencial desse percurso está na identidade promovida pelas gruas do Porto. Como fechamento da via, surge uma massa de vegetação, representada por uma praça com grandes árvores. Ao fundo, a paisagem revela um ponto focal, a Matriz do Santíssimo Sacramento, elemento central e dominante, que, associado às demais edificações, constitui o cenário de uma perspectiva delimitada (Figura 8).



Figura 8 – Perspectiva da caminhada do início da Rua Tijucas até o Largo da Matriz do Santíssimo Sacramento.
Fonte: Acervo do autor, 2011.

O cruzamento entre as ruas Silva e Tijucas forma um caminho ladeado por edifícios não tombados, em lotes cuja apropriação remete à ocupação colonial, em fila. Com conjuntos habitacionais, de uso misto, ou seja, apresentando comércio no térreo, habitação no pavimento superior e jardins na face

posterior do lote, esses edifícios apresentam geometrização na composição das fachadas e coberturas, com detalhes arquitetônicos e urbanísticos que datam do início do século XX, momento de intensa transformação econômica do país, conforme demonstra a figura 9.



Figura 9 – Perspectiva da caminhada da início da Rua Tijucas até o Largo da Matriz do Santíssimo Sacramento, junto ao conjunto arquitetônico do início do século XX.

Fonte: Acervo do autor, 2011.

No final dessa via, a perspectiva se abre e culmina com a monumentalidade da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento. Nesse cenário, alguns elementos verticais se sobressaem soltos na paisagem: no primeiro plano, a praça e depois a Igreja como ponto focal – considerada um monumento artístico e cultural da cidade de Itajaí. O lançamento de sua pedra fundamental ocorreu em 1940 pelo vigário Pe. José Locks, sendo o edifício projetado pelo arquiteto alemão Simão Gramlich, construtor de inúmeras igrejas catarinenses. Sua arquitetura é composta por elementos românticos, com

pinturas, em seu interior, dos artistas italianos Emílio Cessa e Aldo Locatelli. Apresenta em seus vitrais desenhos sobre motivos eucarísticos e bíblicos. No teto, há um imenso painel da Imaculada Conceção da Virgem Maria e, junto ao dossel, uma imponente estátua de Moisés, que desce do Sinai, obra do escultor Teichmann. A Igreja foi inaugurada em 15 de novembro de 1955 (FITUR, 2009; FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ, 2009).

O final do trajeto culmina com o cenário da Igreja Matriz e com o Morro da Cruz, à direita da imagem (Figura 10).



Figura 10 – Final da perspectiva da Rua Tijucas, chegando ao Largo da Matriz do Santíssimo Sacramento, tendo como figura de fundo o Morro da Cruz.

Fonte: Acervo do autor, 2011.

Saindo da Praça da Igreja Matriz em direção à Rua Hercílio Luz, última parte do trajeto 5, a paisagem promove um desdobramento em duas etapas, sendo que a primeira “abre-se” e, na lateral direita, estão dois edifícios ícones. Um deles, o Palácio Marcos Konder (1925), com estilo eclético e ornamentos clássicos nas pilastras, cimbalhas e nas aberturas, em arco pleno, apresenta no *hall* uma grande janela, que possui características *Art Nouveau*. É um dos mais importantes edifícios da arquitetura oficial de Santa Catarina, um marco da história da arquitetura e do urbanismo da cidade de Itajaí. Abrigou a Prefeitura Municipal até 1972, tornando-se Museu a partir de 5 de janeiro de 1982. O outro edifício é a Casa da Cultura Dide Brandão (1835), sede da primeira escola do município – Grupo Escolar Victor Meirelles, de tipologia arquitetônica das escolas paulistas do início do século XIX (FITUR, 2009; FUNDAÇÃO CULTURAL DE ITAJAÍ, 2009).

Nesse trajeto, surgem alguns vazios, como o jardim frontal do Clube Guarani e também a abertura promovida pelo cruzamento de vias. É notável que, nesse cenário, haja edificações de caráter histórico, que se

perdem na paisagem. Durante a caminhada, a imersão em um espaço fechado é gradativa, o gabarito das edificações que no início é baixo vai sendo substituído pela verticalidade, que culmina junto ao campanário da Igreja Imaculada Conceição, ponto focal. A apoteose ocorre com o surgimento do Rio Itajaí-açu, que mostra a amplitude da perspectiva e promove a dispersão das pessoas no espaço.

Em síntese, durante todo o trajeto, foram identificados importantes elementos que registram a formação da cidade, traços do contexto urbano, em particular das edificações, exemplares que contam a longa história da sociedade dos séculos XIX e XX e a integram ao cotidiano da cidade do século XXI. Identificam-se, nessa dinâmica urbana, traços da fundação da cidade e da transmissão das ideias da realidade local, perpetuada por meio do conjunto urbano – traçado, usos e monumentos históricos, promovendo o entendimento dos valores e funções que desempenhavam no passado, pois permanecem junto à sociedade e permitem uma conexão da matéria com o dado empírico, os valores espirituais, conforme figura 11.



Figura 11 – Perspectiva que mostra o início da Rua Hercílio Luz e o encontro desta via com o Largo da Praça Vidal Ramos.

Fonte: Acervo do autor, 2011.

Ao identificar os registros dessa história, que estão presentes em todos os fatos urbanos que emergem desse espaço habitado, constata-se que essa “cidade é depositária de

sua própria história e a busca por estes valores nas profundezas da dinâmica urbana aponta as potencialidades que ela possui para o desenvolvimento do turismo cultural” (ROSSI, 1995).

Considerações finais

Constata-se que atualmente a sociedade compreende a importância de se apropriar da cidade como uma oportunidade para viver e reconstruir a memória do passado. Esse fato impulsionou o desenvolvimento do turismo cultural no Brasil. Mas é uma realidade ainda pouco consolidada, uma vez que as iniciativas governamentais de estímulo e proteção aos sítios históricos são recentes, pois datam do início do século XX. Além disso, muitas vezes, têm sido insuficientes para enfrentar a pressão exercida pelos grandes empreendedores imobiliários, fato que, devido ao alto valor da terra, resulta no repentino desaparecimento de sítios históricos, principalmente, daqueles que estão junto aos centros urbanos.

Ao sucumbirem os sítios históricos, não desaparecem apenas a identidade e a memória cultural da sociedade daquele local. Problemas oriundos do século XX se sobressaem, como a estandardização das cidades, processo decorrente da globalização, que, ao difundir uma cultura universal, promoveu a perda dos diferenciais peculiares de cada coletividade.

Portanto as cidades que ainda preservaram essas individualidades poderão despontar no panorama nacional, pois o segmento do turismo cultural busca esses diferenciais, ou seja, atrativos que poderão contribuir com a construção de novos equipamentos culturais.

Sendo assim, a solução para a manutenção da identidade das cidades está na preservação de sua história, dos fragmentos da estrutura física, da permanência de parte das paisagens, outrora vividas pela sociedade local em diversos momentos ao longo de sua trajetória.

Paisagem que foi sendo alterada pelos fatos urbanos que se sucederam, atualmente configura o ambiente urbano, como uma obra de arte. Em síntese, o lugar, a imagem e a identidade são peças fundamentais para a operacionalização da divulgação e promoção da cultura local, cenário que instiga a preservação dos bens construídos, valorizando-os, e promovendo o entendimento de que esses signos que registram o passado conectam ao turismo a cultura imaterial e a cidade.

É com base nesse cenário que o desafio deste trabalho foi associar conceitos e categorias de análise da paisagem de quatro autores diferentes, para identificar potencialidades turísticas na paisagem do centro histórico de Itajaí. Tais conceitos partem do princípio de que a preservação do patrimônio urbano é também uma das principais estratégias para a revitalização das cidades, as quais norteiam o diagnóstico das peculiaridades locais e promovem a criação de soluções que evitam a padronização dos espaços e promovem a valorização da "singularidade" da identidade, da cultura local.

Após analisar os conceitos que norteiam o desenvolvimento do turismo cultural e identificar as potencialidades do patrimônio edificado da cidade de Itajaí, constatou-se que a cidade possui a sua singularidade, o seu "tesouro arquitetônico e urbanístico".

No entanto constato que a comunidade e seus dirigentes precisam compreender que o espaço é social e que a sua transformação ocorre a serviço das necessidades do homem, ao longo de sua história. Essa "singularidade material" é um diferencial que associa, além das sofisticações do passado, edifícios e tradições que resistiram ao tempo e podem assumir novas funções no futuro, contribuindo para a valorização desse patrimônio e para o desenvolvimento do turismo cultural, sem deixar de lado as características do espaço e as necessidades da população residente.

Referências

- ARGAN, G. C. *Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2001.
- AZEVEDO, J. *Turismo o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.
- BARRETTO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. São Paulo: Papirus, 1995.
- BARROS, J. A. *Cidade e história*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOULLÓN, R. C. *Planejamento turístico*. Bauru: EDUSC, 2002.
- CULLEN, G. *Paisagem urbana*. Portugal: Edições 70, 1971.
- ENDRES, A. V.; OLIVEIRA, C. M. S.; MENEZES, D. A. Turismo no Centro Histórico de João Pessoa: revitalização, planejamento e não-lugar. *Revista eletrônica de Turismo Cultural*, p. 1- 20, 2. sem. 2007. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/turismocultural>>. Acesso em: 6 set. 2011.
- FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. *Lista de bens tombados pelo governo do Estado de Santa Catarina*. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/bens/bens.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2009.

FUNDAÇÃO GENÉSIO DE MIRANDA LINS. *Histórico dos bens tombados do município de Itajaí*. Itajaí, SC: Fundação Genésio Miranda Lins/Fundação cultural de Itajaí, 2009.

FUNDAÇÃO ITAJAIENSE DE TURISMO. *Atrativos turísticos*. Disponível em: <<http://www.fitur.itajai.sc.gov.br/2009>>. Acesso em: 20 maio 2009.

GALLATO, B. *Mural histórico de Itajaí*. Disponível em: <<http://muralhistoricodeitajai.blogspot.com>>. Acesso em: 12 maio 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR. Legislação brasileira de turismo. *Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991*. Disponível em: <<http://aulaturismo.blogspot.com/2008/03/lei-n-8181-de-28-de-março-de-1991.html>>. Acesso em: 6 set. 2011.

LINCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MORENO, J. *O futuro das cidades*. São Paulo: SENAC, 2002.

PEIXOTO, N. B. *Paisagens urbanas*. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

POZO Y BARAJAS, A. Del. *La condicion post moderna: ideas de ciudad*. Sevilla: Universidade de Sevilla, 2009.

ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, R. I. C.; GOULART, M. Uma abordagem histórico-cultural do turismo. *Turismo: visão e ação*, Itajaí, v. 1, n. 1, p. 19-29, jan./jun. 1998.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. *Intervenções em centros urbanos*. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2009.

VAZ, L. F.. Planos e projetos de regeneração cultural: notas sobre uma tendência urbanística recente. In: SEMINÁRIO DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 8., 2004, Niterói. *Anais...* Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 2004. CD-ROM.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

- Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.
- Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.
- Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por três professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.
- Art. 4º - Ao Conselho Editorial caberá a avaliação de trabalhos para publicação.
- § 1º - Os membros do Conselho Editorial serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.
- § 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial.
- § 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores *ad hoc*, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.
- Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:
- I - Artigos inéditos, que envolvam, sob forma de estudos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.
 - II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa, que constituam fundamentos da área específica de Desenvolvimento Local e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.
 - III - Entrevistas inéditas sobre trabalhos relevantes e voltados para o Desenvolvimento Local.
 - IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.
- Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:
- I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:
 - a) título em português, inglês, francês e espanhol;
 - b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé as respectivas instituições, endereços eletrônicos, dados relativos à produção do artigo, bem como possíveis auxílios institucionais;
 - c) Cada artigo deverá conter, no máximo, **três autores**, os quais, pela simples submissão do artigo, assumem a responsabilidade sobre autoria e domínio de seu conteúdo;
 - d) resumo em português, inglês, espanhol e francês com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
 - e) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
 - f) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
 - g) referências.
 - II - Os trabalhos devem ser encaminhados para maugusta@ucdb.br, dentro da seguinte formatação:
 - a) arquivo no padrão Microsoft Word;
 - b) autorização para publicação (Art. 7º), devidamente assinada pelo(s) autor(es), digitalizada, bem como **endereço completo para correspondência**, para o recebimento dos exemplares;
 - c) o texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
 - d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o texto deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
 - e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
 - f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;
 - III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.
 - IV - Eventuais ilustrações, fotos, imagens e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, em formato TIFF, JPG, WMF ou EPS, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.
 - V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).
 - VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.
 - VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação.
- Art. 7º - O(s) autor(es) deverá(ão) enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no *site* do periódico).
- Art. 8º - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 9º - A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.

Art. 10 - Os autores que publicarem artigos na Interações só poderão publicar novamente após um período de dois anos.

Art. 11 - Em um mesmo número da Revista não será permitido constar mais de um artigo do mesmo autor, mesmo que em coautoria.

Art. 12 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, um exemplar do número correspondente da Revista.

Art. 13 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: “a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano” (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a subespécie *Callithrix argentata* tem se mostrado avessa ao contato com o ser humano...

b) Referências:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996. p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a subespécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

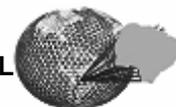
INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6.000 – Jardim Seminário

CEP 79117-900 Campo Grande-MS

Fone: (67) 3312-3592

e-mail: maugusta@ucdb.br



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
declaro, para fins de publicação nesta revista, que elaborei e domino o conteúdo do presente
artigo, intitulado _____
_____,
bem como atendi a todos os critérios exigidos e autorizo o Conselho de Redação a publicar
o meu artigo.

Data: ____/____/____.

Assinatura

Obs.: Quando o artigo tiver mais de um autor, todos deverão enviar esta declaração.

Este periódico usa a fonte tipográfica
Book Antiqua para o texto e títulos.
Foi impresso pela Gráfica Mundial,
para a Universidade Católica Dom Bosco,
em maio de 2012.